



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Antonio Pedro Cavalcante de Barros

Sentidos e percursos do pós-colonial

Rio de Janeiro

2018

Antonio Pedro Cavalcante de Barros

Sentidos e percursos do pós-colonial



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador (a): Prof. Dr. João Trajano de Lima Sento-Sé

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

A ficha catalográfica deve ser preparada pela equipe da Biblioteca CCSA e fica pronta em 48 horas úteis. Ela deverá ser inserida neste local e não deve ser contada para fins de paginação.

Na versão impressa, deverá constar no verso da folha de rosto.

Formatar a fonte conforme o modelo escolhido para todo o trabalho (Arial ou Times New Roman)

A ficha desta máscara foi inserida através do recurso de selecionar, copiar e colar especial como documento do Word (objeto). É possível editá-la dando dois cliques em cima da ficha com o botão esquerdo do mouse.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Antonio Pedro Cavalcante de Barros

Sentidos e percursos do pós-colonial

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de outubro de 2018.

Banca Examinadora:

Maria Claudia Pereira Coelho
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

João Marcelo Ehlert Maia
CPDOC-FGV

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador João Trajano de Lima Sento-Sé pela orientação cuidadosa e as leituras minuciosas e atentas que fez de cada material enviado. Além disso, reconheço com muita estima sua abertura para lidar com o tema impreciso e a metodologia experimental desta pesquisa e sua paciência com meu processo criativo por vezes um pouco errático demais.

Este trabalho é fruto de um investimento que vem desde a minha graduação, e por isso gostaria de agradecer aos professores Maria Alice Rezende de Carvalho, Paulo Jorge Ribeiro, Luiz Werneck Vianna e Paulo D'Avila Filho. Cada um a sua maneira, contribuiu para despertar em mim o gosto pelo estudo de teoria nessa primeira etapa da minha formação. Além do mais, chamaram sempre atenção para como as formas pelas quais entendemos o mundo estão profundamente entrelaçadas com nossas concepções políticas e as maneiras pelas quais nós constituímos enquanto sujeitos.

A banca de qualificação foi um momento de inflexão fundamental para esta pesquisa. Por isso, gostaria de agradecer a participação atenta e generosa de Maria Claudia Coelho e João Marcelo Ehlert Maia. Seus comentários, além de inspiradores e precisos, foram fundamentais para o rumo e a forma que este trabalho tomou.

O período do meu mestrado coincidiu com a suspensão do pagamento, por parte do governo estadual, dos salários de professores, servidores e dos gastos básicos de funcionamento da universidade que levou a UERJ à maior crise de sua história. Gostaria de agradecer aos funcionários, professores e colegas que se mantiveram ativos durante esse momento tão difícil e ajudaram a torná-lo um pouco menos sombrio.

Gostaria de agradecer aos meus amigos. À Clara, que além de ser minha grande companheira de vida acadêmica desde o início da graduação, me ajudou de maneira inestimável com a execução deste projeto. Às companhias sempre especiais da Natália, Tábata, Mariana, Sue, Leandro e Eduardo. Ao André e à Brena, companheiros do grupo de estudos que foi uma preciosa fonte de motivação em momentos difíceis. Ao Lucas, meu companheiro de vida, pelo afeto e pela preocupação em me proporcionar condições melhores de escrita.

RESUMO

BARROS, Antonio Pedro Cavalcante de. **Sentidos e percursos do pós-colonial**. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Os estudos pós-coloniais se consolidaram a partir dos anos 1980 como uma das principais fontes de desafios teóricos e epistemológicos às Ciências Humanas e Sociais. Quer seja por suas origens institucional-disciplinar e geográfica específicas, quer seja pelo próprio teor de seu conteúdo, a assimilação das ideias e conceitos pós-coloniais no debate intelectual brasileiro se deu com muitas críticas e mediações, ainda pouco estudadas. Esta pesquisa tem dois objetivos principais. O primeiro deles é o de chegar a uma compreensão sobre os significados envolvidos na evocação do pós-colonial como referencial intelectual, assim como de sua emergência e processo de consolidação. O segundo objetivo da pesquisa foi verificar por meio de uma análise sistemática as publicações nacionais que fizessem referências a esse campo intelectual. Para isso, foram examinados os artigos publicados em cinco periódicos científicos A1 no período de 1997 a 2017. Os artigos que apresentavam citações de autores associados ao debate pós-colonial foram separados para leitura e análise. Nesta etapa, foram criadas categorias para identificar os campos disciplinares onde esses artigos foram publicados, os temas dos quais trataram e os tipos de usos que fizeram dessa bibliografia. Foi encontrada uma concentração grande de referências pós-coloniais em alguns eixos temáticos específicos, cada um com particularidades quanto ao tipo de mobilização dos conceitos, críticas e reflexões pós-coloniais. Neste sentido, este trabalho apresenta alguns dos principais resultados, tais quais a importância dessa bibliografia para uma renovação das discussões no campo de Pensamento Social Brasileiro; para um debate nacional sobre a questão racial, e ainda para a construção de uma agenda de pesquisa da Antropologia do Estado.

Palavras-chave: pós-colonialismo; teoria social; descolonização.

ABSTRACT

BARROS, Antonio Pedro Cavalcante de. Meanings and Paths of the Post-Colonial. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The field of Post-colonial studies was consolidated from the 1980s on as one of the main sources of theoretical and epistemological challenges to social sciences. Probably because of its disciplinary and geographic origins, or even because of its own content, the assimilation of post-colonial ideas and concepts by the Brazilian academic community has been marked by criticism and complex mediations yet to be studied. The first goal of this research was to comprehend the meanings involved in the emergence, consolidation and evocation of the post-colonial as an intellectual reference. The second main goal was to verify, through a systematic analysis, how the post-colonial references appear in the work of Brazilian social scientists. Five A1 scientific journals were selected as sources, and each published article between 1997 and 2017 was scanned in search of any reference to post-colonial authors or concepts. From those articles, 60 were selected for a closer analysis. Even though the uses of post-colonial studies were diverse, there were some fairly clear patterns, specially in regard to the research themes addressed. It was possible to identify a concentration of post-colonial references in the fields of theory-oriented research, discussions about race and identity and also in the anthropology of state.

Keywords: post-colonialism, social theory, decolonization.

SUMÁRIO

Introdução	9
1 - Os sentidos do pós-colonial	27
1.1 – A condição histórica pós-colonial	29
1.2 - O pós-colonial como campo intelectual institucionalizado	35
1.3 - Limites e problemas	43
1.4 - América Latina, o giro decolonial e a colonialidade do poder	53
1.5 - A perspectiva pós-colonial	61
2 - Recepções, mediações e apropriações	82
2.1 - Um quadro sobre o pós-colonial nas ciências sociais	84
2.2 - Desafios disciplinares, mediações e renarrativizações	102
2.3 - Raça, diáspora e nação	116
2.4 - A Antropologia entre o Estado e a violência	129
3 – Considerações finais	143
4 – Referências bibliográficas	146
5 - Anexos	155

INTRODUÇÃO

Termos como *pós-colonial*, *decolonial*, *descolonização*, *colonialidade* vêm se proliferando — ainda que timidamente e dentro de um circuito muito restrito. Esse fenômeno é perceptível em salas de aula, programas de disciplina, nomeação de seminários, palestras e grupos de trabalho, mas também fora do meio acadêmico. Alguns desses termos foram utilizados, por exemplo, para nomear sessões do cine-clube de uma escola particular da zona sul do Rio de Janeiro direcionada à sua própria comunidade de pais e professores. Foi organizado também um *tour* pelo centro do Rio dedicado a apresentar a história da resistência negra por um olhar pós-colonial. Estes são só dois exemplos da disseminação desses termos nos últimos anos.

É muito difícil determinar o significado dessa tendência. Até porque, ao mesmo tempo que comecei a perceber essa proliferação de referências a esses termos, chamou minha atenção também como eles eram utilizados para evocar temas e perspectivas muito diferentes entre si. São empregados por vezes para qualificar a condição de subalternidade de alguns setores da população brasileira, por vezes para enfatizar o desenraizamento e o hibridismo identitário de populações migrantes de elite ou não. Ora se referem a temporalidades e localidades específicas, ora são apontados como qualidade de uma contemporaneidade global. Mesmo restringindo essa observação ao ambiente acadêmico, são termos que suscitam a atenção de campos intelectuais muito distintos. Em minha curta experiência acadêmica, já vi esses termos se fazerem presentes em debates sobre teoria etnológica, sociologia do conhecimento, violência e segurança pública, globalização e até mesmo sobre modelos pedagógicos e urbanísticos.

Não acredito que essa pluralidade de significados se deva a uma frouxidão conceitual inerente a esses debates e tampouco a uma falta de precisão nos seus diversos usos. Parece, porém, que os termos *pós-colonial* e afins comportam uma diversidade de sentidos que possibilitam um leque de apropriações diferentes. Além disso, minha impressão inicial era de que o acesso à bibliografia e aos debates qualificados como pós-coloniais se dão de maneira também muito variada. Não há qualquer instituição de ensino ou programa de pós-graduação que se identifique como tal e é mesmo difícil encontrar professores que se apresentem como especialistas no tema. Não são muito claros, portanto, os mecanismos de divulgação e disseminação desses termos nem do material intelectual e cultural a que se referem.

Essa percepção provavelmente tem a ver com a minha própria trajetória de envolvimento com o tema, que se deu de uma maneira errática e por uma composição muito individualizada de um quadro de referências. O pós-colonial apareceu para mim por três caminhos principais. O primeiro deles foi estético — e aqui me recordo do impacto que tive ao ver pela primeira vez as obras de William Kentridge e Alfredo Jaar; mas, sobretudo, da literatura de J. M. Coetzee e Chimamanda Ngozi Adichie. Ambos os autores costumam construir suas narrativas a partir da perspectiva de personagens que ocupam lugares de elite em sociedades atravessadas pelos legados do colonialismo. O tipo de descrições, metáforas e situações presentes em suas obras pareciam se relacionar muito com minha própria vivência. Suas narrativas conseguem traduzir as ambiguidades e desconfortos que envolvem ter alguma consciência da própria posição social de privilégio em contextos sociais extremamente desiguais e injustos.

A minha segunda via de acesso ao pós-colonial se deu em duas breves experiências que tive fora do Brasil que me permitiram ter contato com alguns imigrantes e expatriados que se utilizavam dessa referência sempre que as dificuldades de se viver na Europa surgiam como tema de conversa. Os argumentos e as referências ao pós-colonial eram usados para explicar certo provincianismo inerente à condição europeia e associados à tentativa de fuga das definições identitárias que lhes eram impostas — o que vejo hoje como uma tentativa de auto-validação perante o olhar aterrador de um *outro* acostumado a se ver como centro do mundo.

Anos depois, me deparei com uma estratégia de afirmação semelhante no período da minha graduação por parte de colegas bolsistas e cotistas. A PUC-Rio é uma universidade católica e privada que fica numa das zonas mais ricas do Rio de Janeiro e tem seu corpo estudantil composto em sua maioria por jovens de classes média alta e alta. Mas em parte por seu projeto filantrópico e em parte pelas iniciativas federais de democratização do acesso ao ensino superior, como o Prouni, vem abrigando também, há algum tempo, estudantes negros e de origens sociais e geográficas mais diversificadas. Imagino que o tipo de questões enfrentadas por esses estudantes fosse bastante similar ao enfrentado pelos imigrantes nos países europeus e as referências pós-coloniais começaram a surgir depois de algum tempo na fala de seus representantes mais ativos sobre os desafios que envolviam a apropriação do espaço que conquistaram. Essas experiências chamaram minha atenção para a potencialidade do referencial pós-colonial em se converter num discurso de resistência de setores estigmatizados e subalternizados.

No ambiente acadêmico, as referências pós-coloniais cintilavam esporadicamente nos programas de disciplinas ao longo da minha graduação, mas em número suficiente para que logo começasse a conectá-las em um quadro de referências próprio e transformasse o conhecimento desse campo num projeto pessoal. Da perspectiva de estudante de ciências sociais, os estudos pós-coloniais me chamaram atenção por dois motivos principais. Em primeiro lugar, as descrições empíricas e os modelos analíticos desenvolvidos por autores pós-coloniais me pareciam proveitosos para pensar temas da realidade empírica brasileira. Por exemplo, em “Os condenados da terra” (2015), Frantz Fanon — que não necessariamente é um autor pós-colonial, mas me foi introduzido como tal — apresenta uma caracterização do que seria sociedade colonial em oposição à sociedade capitalista. No mundo europeu e norte-americano, o conflito de classes seria mantido latente pelas formas *doces* de dominação; em suas palavras, “pelas formas estéticas do respeito pela ordem estabelecida” (FANON, 2015, p. 42). A moral da classe trabalhadora seria alimentada por um sistema educacional público, por um aparato jurídico e cultural capazes de conferir a imagem de dignidade à reprodução das posições sociais. Em suma, Fanon corrobora aqui com a teoria de Marx sobre o papel da superestrutura e da ideologia na reprodução do modo de produção capitalista. No entanto, esses mecanismos de dissimulação das relações capitalistas estariam ausentes nas sociedades coloniais, que seriam mediadas, sobretudo, pela violência. A colônia não tem a escola, mas sim a polícia e as forças armadas como instituições mais representativas da lógica de dominação. O sistema de classes colonial também seguiria outra lógica, uma vez que está entrelaçado com a questão racial: “Nas colônias, a infra-estrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é efeito: é-se rico porque se é branco, é-se branco porque se é rico” (FANON, 2015, p. 44). Essa configuração social teria efeito direto sobre as cidades coloniais, por exemplo, que Fanon descreve como cindidas entre uma zona que simula as cidades da metrópole e uma outra precária, de má fama, onde se nasce e morre de qualquer jeito. Esta descrição me parece tão ou mais apropriada para pensar uma cidade como o Rio de Janeiro do que as presentes em clássicos da sociologia urbana, como “As grandes cidades e a vida do espírito” (2005), de Georg Simmel, ou “As grandes cidades” (1985) de Friedrich Engels. Não estou com isso pretendendo postular uma equivalência entre o Brasil e a sociedade colonial de Fanon, mas sim o quanto poderíamos ganhar em termos de rendimento analítico se pensássemos nessas descrições como modelos.

Um segundo eixo de interesses tem a ver com a possibilidade de articulação entre questões teóricas importantes no campo do pensamento social e nas ciências sociais brasileiras e as discussões sobre representação e geopolítica do conhecimento embutidas no

pensamento pós-colonial. Há um certo tipo de olhar muito frequente em análises de situações empíricas brasileiras marcadas pela idealização do Ocidente e que costumam conduzir à reificação da condição de atraso ou insuficiência do Brasil em relação a um modelo abstrato do que seria a modernidade. Essa perspectiva intelectual é alvo do incômodo de Luiz Werneck Vianna, por exemplo, que associa essa linhagem de pensamento ao processo de aclimatação das ideias liberais entre nós. Apesar de não ser o foco declarado de suas análises, Werneck Vianna nos ajuda a compreender como a disputa entre ideais políticos e sociais ocorreram no Brasil associadas a disputas entre matrizes civilizacionais. Não por acaso denomina as principais correntes em disputa de *americanistas* e *iberistas* (1991). Werneck Vianna discute a consolidação de uma corrente de pensamento liberal brasileira que toma de certa forma a descrição do mundo norte-americano, feita por Alexis de Tocqueville, como um exemplo de materialização histórica dos ideais liberais. Teria sido inaugurada, a partir disso, uma tradição autóctone de defesa do liberalismo que não se dá somente pelo recurso às máximas e noções abstratas, mas que abarca também o recurso à história e a uma realidade supostamente objetiva e identificada ora com um país (Estados Unidos), ora com uma região inteira do mundo (Ocidente). Em “Weber e a interpretação do Brasil” (1999), Werneck Vianna destaca como os herdeiros dessa tradição americanista — agora munidos de uma descrição weberiana da modernidade — costumam reforçar suas defesas de um modelo civilizacional a partir da caracterização do Brasil como um caso *oriental*. Enfim, é um mundo pensado sem meio termos, cindido entre países que passaram por determinados processos e constituem experiências modelares e outros que não passaram e, portanto, devem ser induzidos artificialmente a experimentá-los.

Creio que questões tais como a manifestada e elaborada por Werneck Vianna poderiam ser desenvolvidas em uma interlocução com o trabalho de Edward Said, por exemplo. Em “Orientalismo” (2007), Said coloca a questão de como as formas de produção de representações estéticas e de conhecimento científico estão referenciadas por um imaginário geográfico. O autor aponta para como a categoria de Oriente, a partir da qual se articula o campo disciplinar do orientalismo, é muito mais fruto de ficções e projeções dos ocidentais do que uma realidade concreta em si. Em vez de apontar para uma região geográfica mais ou menos delimitada e interligada pela cultura ou pela história, ela cria uma região inteira do mundo, que se caracteriza principalmente por ser o exato oposto do que o Ocidente se imagina ser. Assim, por exemplo, se o Ocidente conta uma história para e sobre si mesmo que destaca como conquista heróica a autonomização do indivíduo das instituições políticas e religiosas, o Oriente vai ser caracterizado pela tirania e pelo obscurantismo

religioso. Said argumenta que o conhecimento produzido sob esse registro orientalista, portanto, pouco diz sobre aqueles que supostamente estão sendo tomados como objetos. Pelo contrário, é um conhecimento que diz muito sobre o próprio sujeito e suas aspirações, interesses etc.

O “Orientalismo” narra então a formação e o desenvolvimento de um imenso campo de saber e representações sobre um outro que se estruturou muito mais em função de uma necessidade de definição identitária de uma matriz civilizacional do que por um interesse genuíno de compreender esse(s) outro(s) em sua positividade. Mas apesar do caráter fictício das categorias de Ocidente e Oriente, a separação do mundo em dois teve efeitos reais. Os séculos de colonização europeia e as intervenções militares mais contemporâneas em países asiáticos e do Oriente Médio são exemplos disso. O orientalismo produziu não só o senso de coesão na identidade ocidental, mas também produziu o outro. Um outro atrasado, violento, ingênuo, deficiente que merece ser educado, governado, contido ou recolocado nos trilhos do progresso e no caminho da emancipação humana universal. Said fala também, portanto, de um saber que se produz e é produzido conjuntamente a uma relação de dominação na esfera global.

A perspectiva do atraso de Werneck Vianna poderia ser então, nesta chave, compreendida como a manifestação de um projeto intelectual associado a uma dinâmica política global. A explicação de Said não anula a de Werneck Vianna, mas de alguma forma acrescenta novas camadas de significados. A vida intelectual brasileira poderia, a partir disso, ser pensada não só pelos próprios processos nacionais de transformações e consolidações de ideias, mas também por como esses processos estão relacionados a questões teóricas, epistemológicas e geopolíticas mais gerais.

Enfim, essas são as principais razões do meu interesse no pensamento pós-colonial. O meu processo relativamente solitário de aproximação e imersão nesse campo aliado a uma percepção difusa de que as referências ao pós-colonialismo, ao decolonial, à descolonização estavam se proliferando suscitou uma curiosidade de compreender esse processo mais sistematicamente. Pareceu importante identificar se existem apropriações mais coletivas e robustas desse referencial. A pesquisa desenvolvida aqui é parte de um interesse mais geral não só de compreender em que consiste esse pós-colonial, mas em como tem sido mobilizado no Brasil tanto para novas modulações teóricas como para pesquisas empiricamente orientadas. Como esta é uma pesquisa de mestrado, com restrições de tempo e recursos, um recorte mais específico precisou ser feito. Escolhi pensar a recepção do pensamento pós-colonial nas ciências sociais, meio que tenho maior familiaridade. Enfim, estabeleci como

objetivo principal e mais geral dessa pesquisa uma análise da recepção dos estudos pós-coloniais nas ciências sociais brasileiras. Empreendi uma tentativa de averiguar empiricamente quando, como e onde as referências pós-coloniais aparecem no contexto dos debates das ciências sociais produzidas aqui. Esse objetivo não é nada simples e não havia uma metodologia fechada e óbvia a seguir. Por isso, algumas considerações sobre como executei essa pesquisa e defini seus limites se fazem necessárias.

O pós-colonial expandido

Em primeiro lugar, acho importante esclarecer o que entendo nessa pesquisa por *pós-colonial*. Longe de serem consensuais, o conteúdo, o escopo e a relevância dessa corrente intelectual são alvos de intensos debates tanto por aqueles que a estudam como pelos próprios autores que supostamente a constituem. Supostamente porque é extremamente raro um autor se colocar como membro dos estudos pós-coloniais ou declarar sua própria perspectiva ou orientação teórica como pós-colonial. Os próprios autores geralmente apontados como articuladores do pós-colonialismo são muito críticos tanto à própria denominação pós-colonial quanto aos movimentos e ideias daqueles que parecem ser seus pares. Não há uma defesa declarada desse referencial e tampouco um esforço visível de definição e consolidação de um campo (no sentido de Bourdieu) por parte desses autores. Mesmo colocando essas questões de lado, a dificuldade de definição do pós-colonialismo se deve também ao fato de que ele não se constitui numa orientação político-filosófica doutrinária, como o liberalismo ou o marxismo, e tampouco um paradigma teórico constituído a partir de um modelo de análise e de conceitos particulares, como o estruturalismo.

Visto tudo que o pós-colonialismo *não é* a partir de uma primeira comparação com outros *ismos*, a primeira tarefa dessa pesquisa se constituiu como uma tentativa de extração de um mínimo denominador comum do que ele seria. Não necessariamente para defini-lo de maneira fechada, mas para, em primeiro lugar, identificar seu grau de parentesco com outras correntes de pensamento. Em outras palavras, reconhecer quais discussões, provenientes de outras referências teóricas e políticas anteriores, resultaram em uma orientação teórico-política à qual pôde ser dado o nome pós-colonial.

Essa tentativa de definição do que seria o pós-colonialismo se dividiu em três partes. Na primeira delas, busquei compreender o significado do termo ‘pós-colonial’ como marcador de temporalidade. Essa necessidade surgiu não só da temporalidade implícita que indica a superação do colonialismo, mas por ter me deparado mais de uma vez como uma era

ou uma situação histórica. Longe de ser óbvio, o significado dessa caracterização e as torções narrativas que ela implica mereceram alguma atenção.

A segunda parte surgiu da curiosidade quanto ao processo de consolidação desse nome e à alocação institucional dos autores e das pesquisas feitas sob essa orientação. Não lembro de ter encontrado nas primeiras obras que hoje são consideradas parte de um repertório pós-colonial de pensamento algo como uma tentativa explícita de definição de campo ou de uma agenda intelectual organizada. Não encontrei nada também como um manifesto. O teor das obras é, sobretudo, crítico e as propostas de caminhos de pesquisa a serem seguidas são consideravelmente erráticas. Então, não houve uma tentativa de Frantz Fanon, Aimé Césaire ou Edward Said de fundar um novo saber circunscrito e nomeado. Visto isso, surgiu a necessidade de entender como, quando, onde e por quem o nome pós-colonial foi consolidado e uma espécie de rede de parentesco entre autores foi estabelecida de forma a constituir uma espécie de repertório básico dos estudos pós-coloniais. Em outras palavras, de situá-los institucional, disciplinar e geograficamente. É evidente que essa pesquisa não esgotou os mecanismos de consolidação institucionais dos estudos pós-coloniais. Houve, sem dúvida, um esforço de organização de palestras, conferências, seminários e de estabelecimento de convênios e parcerias que foram fundamentais para firmar o pós-colonialismo como um referencial intelectual.

A partir da pesquisa bibliográfica que realizei, busquei por fim elaborar por conta própria uma compreensão do que seria o pós-colonialismo para além de seus locais geográficos e institucionais de enunciação originais. Em outras palavras, pensar quais temas, bandeiras, conceitos e linguagens constituem uma perspectiva pós-colonial que possa ser acionada para a produção de conhecimento e debates fora do circuito acadêmico anglófono e em outros campos de saber. Olhando retrospectivamente, essa etapa foi uma espécie de *redução sociológica* (RAMOS, 1995) do pós-colonial. Uma espécie de depuração desse referencial das particularidades desnecessárias referentes ao seu contexto de origem de forma a chegar num substrato de valor teórico e analítico mais geral.

Resumidamente, esse foi o caminho seguido nesta primeira etapa de pesquisa para se chegar a uma percepção mais afinada dos estudos pós-coloniais. Foi um momento de familiarização e de uma aproximação mais sistematizada com os debates e temas que perpassam esse campo intelectual que consistiu basicamente numa pesquisa bibliográfica extensa. O resultado desse trabalho está apresentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Em linhas gerais, o que pude descobrir a partir desse esforço de *situar* os estudos pós-coloniais institucional, disciplinar e geograficamente foi que o nome pós-colonial surgiu no

circuito acadêmico anglófono como uma nomenclatura para o campo dos estudos de literatura, estruturado por algumas universidades de ponta norte-americanas e inglesas, que congregava as obras produzidas em ex-colônias britânicas. E o que ficou conhecido hoje como o núcleo básico do pós-colonialismo foi fruto de um trabalho de publicação de *readers* e livros de tom mais didático, organizado pela primeira vez pelos australianos Bill Ashcroft, Helen Tiffin e Gareth Griffiths (1989, 1995, 1998) que definiram um corpo de autores e conceitos básicos do que seria o pós-colonialismo. Esse mesmo movimento de organização da literatura em torno do referencial ‘pós-colonial’ foi realizado por outros acadêmicos britânicos (Childs e Williams 1997; Young 2001, 2003), pela sul africana Elleke Boehmer (1995) e pelas indianas Ania Loomba (1998) e Leela Gandhi (1996) — quase todos professores de literatura e inglês. Muito bem resumido nas palavras de Robert Stam, a definição mais anglocêntrica dos estudos pós-coloniais, bem representada em boa parte desses *readers*, foi composta pela união do pós-estruturalismo de Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan aos estudos anti-coloniais ou de terceiro mundo, que vinham na esteira das obras de autores engajados em lutas políticas como Frantz Fanon ou mesmo do marxismo anti-imperialista (SANTOS; SCHOR, 2013, p. 707).

Apesar dessa origem muito específica do nome pós-colonial e dos esforços de apresentar um campo de saberes consideravelmente organizado em torno de alguns temas e conceitos, suas fontes de inspiração consistem em literaturas provenientes de lugares geográficos e tradições intelectuais diversas. Intelectuais como Gayatri Spivak e Homi Bhabha são profundamente influenciados tanto por autores que estavam diretamente envolvidos nos debates referentes às lutas pela emancipação política e construção de novas nações das ex-colônias britânicas e francesas na África e na Ásia, como pelos historiadores indianos que compunham o grupo de Estudos Subalternos. Então se a consolidação do referencial pós-colonial se deu num circuito intelectual restrito, suas raízes são, sem dúvida, muito mais globais.

Mas para além dessas inspirações oficiais e declaradas, o pós-colonial se revela um movimento intelectual de vocação cosmopolita também pelo efeito que teve de reanimação de alguns debates latino-americanos. O grupo de intelectuais hispano-americanos que ficou conhecido por *decolonial* ou pelo conceito de Anibal Quijano de *colonialidade do poder* (2005) consolidou sua importância nesse cenário por chamar atenção para o fato de os primeiros desafios pós-coloniais terem sido enfrentados pelas populações *criollas* e subalternas que desmontaram os impérios ibéricos nas Américas. Há então um lastro de discussões que tratam das ambiguidades referentes à consolidação de um novo Estado

nacional, de grandes políticas de identidade coletivas, da relação entre elites nacionais e setores subalternos e das imprecisões da posição do intelectual que se encontra entre os universalismos e as particularidades de suas situações locais. Ainda que crítica à versão *mainstream* dos estudos pós-coloniais, o projeto decolonial pode ser interpretado numa chave mais ampla como um aprofundamento, extensão e complexificação dos temas e questões que eles tornaram visíveis.

Essa longa introdução sobre minha primeira etapa de pesquisa se faz necessária para justificar uma escolha metodológica não muito simples. Optei neste estudo por considerar uma dimensão expandida do pós-colonial. A proposta de estudar a recepção dos estudos pós-coloniais no Brasil poderia ter sido levada à frente restringindo “estudos pós-coloniais” à identificação, na produção intelectual analisada, de referências ao número limitado de autores e conceitos que consistem no mínimo denominador comum dos *readers* — articulado pelas obras de Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha e por aquelas produzidas sob suas respectivas influências.

Meu interesse, no entanto, era muito menos pensar os efeitos da difusão da *versão hegemônica*, por assim dizer, do pós-colonialismo do que da perspectiva — teórica, ética e política — traduzida por esse nome. O que chamo de perspectiva pós-colonial pode ser resumida, em primeiro lugar, como aquela que leva em consideração o colonialismo e o modo colonialista de experienciar a alteridade cultural como fatores históricos centrais na constituição da modernidade e suas instituições, principalmente sobre a ciência como a única forma de saber universalmente validável. Em segundo lugar, é constituída também por um entendimento do colonialismo menos como estritamente um acontecimento histórico e mais como um tipo de relação assimétrica que combina as disparidades entre raça, classe, nação, gênero e religião de um modo único e que pode se estabelecer entre diferentes sujeitos. Em terceiro lugar, é constituída também por determinados esforços intelectuais de descentramento da produção de conhecimento, de desconstrução dos binarismos, de recuperação da voz subalterna, e da valorização da noção de ambiguidade, hibridismo e mútua implicabilidade.

Optei, então, por abrir o escopo e considerar como indício de alguma influência pós-colonial as referências aos autores que parecem partilhar ao menos em parte da perspectiva descrita acima. Mais especificamente, meu olhar esteve voltado para os seguintes grupos: 1) autores migrantes que geralmente são reconhecidos, na abordagem mais comum, como o núcleo duro ou *pais fundadores*; 2) autores *ancestrais*, envolvidos com a negritude, lutas de descolonização e subalternidade que serviram de fontes de inspiração para os primeiros e para os contemporâneos ou que de alguma forma foram relidos e ressignificados como pioneiros

das discussões; 3) autores que de forma crítica se envolveram nos debates suscitados pela disseminação do termo *pós-colonial* a partir do final dos anos 1980; 4) autores contemporâneos que produziram suas obras sob a chave pós-colonial; 5) autores sobretudo latino-americanos, geralmente reconhecidos como decoloniais, mas também autores de outras partes do mundo, que se empenham em superar as limitações do olhar anglocêntrico do pós-colonialismo hegemônico e agregar as riquezas de seus respectivos pontos-de-vista a um corpo de conhecimento pós-colonial global; e, por fim 6) autores brasileiros que começaram a pensar as potencialidades e limitações do uso da perspectiva pós-colonial aqui ou as particularidades do que seria um pós-colonialismo brasileiro.

Há ainda uma última ressalva quanto à fronteira que estabeleci, para fins da pesquisa, entre autores pós-coloniais e autores não-pós-coloniais. Muitos autores que transitam pelo campo pós-colonial possuem trabalhos de destaque em outras áreas de saber e são citados por razões que pouco ou nada tem a ver com os estudos pós-coloniais. É o caso, por exemplo, de Talal Asad e Ranajit Guha¹, e não foi raro encontrar citações desses autores que não indicavam uma relação com o campo. Como o trabalho sobre antropologia da religião e dos rituais de Asad ou a historiografia rural de Guha são anteriores e relativamente independentes de suas incursões pós-coloniais, optei por não considerar a citação dessas obras como indício de influência ou recepção ativa dos estudos pós-coloniais.

Por outro lado, há um grupo de autores que também possui destaque independente do referencial pós-colonial, mas cujas passagens pelas discussões pós-coloniais foram anteriores e parecem ter sido decisivas para as suas futuras elaborações teóricas em outras áreas de conhecimento. Falo aqui, sobretudo, de Veena Das e Akhil Gupta, que hoje são muito mais reconhecidos e associados aos estudos de Antropologia dos processos de formação de Estado do que aos estudos pós-coloniais. Mas a relação de Das e de Gupta com os Estudos Subalternos e o tempo de pesquisa na Índia sob a chave pós-colonial parece ter sido crucial para o desenvolvimento da perspectiva que ambos agregaram ao campo de estudos sobre o estado. Vejo essa produção contemporânea desses autores quase como um alastramento da perspectiva pós-colonial para outros campos de saber. Sendo assim, mesmo quando encontrava citações desses autores sobre o tema do estado, optei por incluir os artigos no levantamento. Havia também usos de palavras como “colonialismo”, “neocolonialismo” ou “descolonização” que também não tinham qualquer relação com os estudos pós-coloniais.

¹ Talal Asad é conhecido pelo seu trabalho com Antropologia das Religiões e dos Rituais e Ranajit Guha já era um historiador importante no estudo sobre o mundo rural e camponato na Índia

² A lista completa: RBCS; Dados; Tempo Social; Caderno CRH; Novos Estudos Cebrap; Mana; Horizontes Antropológicos; Estudos Históricos; Tempo Brasileiro; Cadernos Pagu; Aletria; Revista de Estudos de Literatura; Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea; História, Ciências e Saúde

Definição do campo

Uma vez definida essa circunscrição ampla de pós-colonialismo, tive que decidir como exatamente iria pesquisar sua recepção nas ciências sociais e humanas brasileiras. Já de início, ao menos três possibilidades surgiram como campos de pesquisa: eventos acadêmicos, periódicos científicos ou programas de disciplinas universitárias. Com mais tempo e recursos para a realização da pesquisa, poderia ter seguido os três caminhos e eventualmente ter realizado até análises comparativas de como o pós-colonialismo aparece ou não nesses três meios diferentes de divulgação do conhecimento científico. Mas como essa era uma pesquisa com limitações estreitas de tempo e recursos, elegi os periódicos científicos como campo de investigação.

Fiz essa escolha por três razões principais. A primeira delas é o maior grau de abertura e difusão que os artigos científicos têm em relação às disciplinas universitárias e aos eventos especializados. Apesar de não haver um grande público leitor de artigos científicos fora da academia, eles estão em grande medida disponíveis online por tempo indeterminado. Isso significa que os artigos ao menos potencialmente podem se difundir para além dos círculos imediatos de interlocução de seus autores. Em segundo lugar, o fato de os artigos serem facilmente acessíveis os tornaria possíveis objetos de uma análise qualitativa mais apurada de seus conteúdos. Essa possibilidade não estaria dada com aulas ou falas públicas, que raramente são registradas em sua integralidade. Caso optasse por esses outros caminhos, minha pesquisa estaria restrita a uma análise de bibliografias. Por fim, o material publicado nas revistas passa por um processo de seleção e depuração maior do que as apresentações em eventos. Isso não quer dizer que eu tenha feito essa escolha por considerar pessoalmente o conteúdo publicado em revistas qualitativamente superior ao apresentado nos eventos. Mas dei preferência, sob esse ângulo, aos periódicos porque de alguma forma eles representam o *status quo* das ciências sociais brasileiras. Os mecanismos de revisão por pares e o alto índice de competitividade para a publicação em revistas A1 faz com que, de alguma forma, aquilo que passa pelo crivo dos editores — que via de regra ocupam posições de destaque em instituições de destaque — e é selecionado para a publicação diga mais sobre o que se está produzindo e sendo aceito pela ordem vigente nas ciências sociais brasileiras atualmente do que os eventos, que tendem a ser mais amplos e experimentais.

Depois de ter decidido pelas revistas científicas como campo, fiz um levantamento de quais revistas A1 poderiam fazer parte da pesquisa. Inicialmente, pretendia abarcar diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais e também selecionar publicações de diferentes

regiões do Brasil. Antes de começar essa etapa da pesquisa, selecionei um conjunto de revistas A1², tentando dar conta principalmente das áreas de Sociologia, Antropologia, História e Estudos Literários e de revistas interdisciplinares. Esse levantamento, feito com pouco senso de realidade, foi feito antes de começar a olhar o conteúdo das revistas propriamente. Conforme fui realizando a pesquisa nos periódicos, foi ficando claro para mim que esse era um volume de material muito além do que eu poderia analisar sozinho em poucos meses. Em primeiro lugar, porque o tipo de levantamento que decidi fazer nas revistas levava mais tempo do que eu imaginava. Em segundo lugar, porque nem todas as edições das revistas estão disponíveis online e não foi possível também encontrá-las nas bibliotecas a que tive acesso. Essa pesquisa definitivamente foi prejudicada pelo não pagamento dos salários dos servidores e custo de manutenção das instituições do estado do Rio de Janeiro, que impediu o funcionamento da rede de bibliotecas da UERJ durante os anos de 2016 e 2017. Levadas em conta as limitações e seguindo o conselho de meu orientador, reduzi o espectro do campo para cinco revistas, todas das Ciências Sociais e quase todas da mesma região: Dados (IESP-UERJ), Horizontes Antropológicos (UFRGS), Mana (PPGAS-UFRJ), Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS) e Tempo Social (USP).

Quanto à delimitação temporal do campo, ficou estabelecido um período de 21 anos, de 1997 a 2017. O limite de 1997 foi escolhido basicamente porque é o ano a partir do qual todas as edições das revistas escolhidas estão disponíveis online. Mas esse acabou sendo um bom demarcador, porque nas edições anteriores a essa data a que tive acesso encontrei somente um artigo que fazia alguma referência a autores associados ao pós-colonialismo. Além disso, em 1997 também já haviam sido publicadas várias das obras que, se não são as principais, são as mais famosas e geralmente tidas como representativas dos estudos pós-coloniais³. Apesar de o termo “pós-colonial” ter se consolidado um pouco antes, no final dos anos 1980, foi na segunda metade dos anos 1990 que se concentraram esforços de organização, delimitação e apresentação do pós-colonialismo como um campo específico de conhecimento. Isso pode ser demonstrado pela data de publicação de alguns dos principais

² A lista completa: RBCS; Dados; Tempo Social; Caderno CRH; Novos Estudos Cebrap; Mana; Horizontes Antropológicos; Estudos Históricos; Tempo Brasileiro; Cadernos Pagu; Aletria; Revista de Estudos de Literatura; Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea; História, Ciências e Saúde

³ (1978) SAID, Edward. *Orientalism*; (1982) GUHA, Ranajit (org.) *Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society*, Vol. 1; (1986) CHATTERJEE, Partha. *Nationalist Thought and the Colonial World*; (1986) MOHANTY, Chandra Talpade. *Under Western Eyes*; (1988) SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Can the Subaltern Speak?*; (1990) ASHCROFT, B., GRIFFITHS, G., TIFFINS, H., *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literature*; (1990) BHABHA, Homi K. *Nation and Narration*; (1993) CHATTERJEE, Partha. *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. (1993) GILROY, Paul. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*; (1994) BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*;

livros introdutórios e *readers* (CHILDS, WILLIAMS, 1997; GANDHI, 1998; LOMBA, 1998; ASHCROFT, 1995, 1998). Por fim, o período de 20 anos pareceu longo o suficiente para possibilitar a identificação de uma possível tendência ou pico de publicações sobre o tema.

Estabelecidos esses critérios, comecei a averiguar todas as edições das cinco revistas selecionadas a partir de 1997. Essa etapa se deu principalmente por meio de uma consulta minuciosa às bibliografias de todos os artigos publicados em busca de referência aos autores que perpassassem a pelo menos uma das seis categorias que apresentei acima. Também foram examinados os resumos e seleção de palavras-chave em busca de conceitos ou temas que pudessem indicar uma possível influência pós-colonial.

Nessa etapa de levantamento de artigos potencialmente influenciados por uma perspectiva pós-colonial, analisei aproximadamente 3900 publicações, entre artigos, resenhas, entrevistas e textos de apresentação de dossiês. Desse total, encontrei 225 publicações que tivessem alguma referência ao conjunto de autores que delimitei acima na bibliografia ou referências ao pós-colonialismo e algum de seus conceitos nas palavras-chave ou resumos. Cabe ressaltar aqui, no entanto, que a inclusão dos artigos nesse levantamento não se deu de forma automática, pela mera identificação de nomes e conceitos conhecidos. Dadas as especificidades da relação de cada autor com o pós-colonialismo e também a frequência de uso de palavras como “colonialismo”, “neocolonialismo” ou “descolonização” que nada tinha a ver com o tema, foi preciso verificar como as citações apareciam no corpo do texto.

Questões prévias de pesquisa

Tendo um conjunto de artigos em mãos, fiquei interessado em saber como exatamente os temas, conceitos e ideias pós-coloniais apareciam nos artigos. Estava curioso, sobretudo, acerca de quatro questões principais. A primeira delas consiste na capacidade de conversão da fortuna crítica pós-colonial em agenda positiva de pesquisa. O tipo de visão que me suscitou essa questão está bem representado na fala de Breno Bringel e José Maurício Domingues (2015) quanto ao estatuto e as potencialidades do que se convencionou chamar estudos pós-coloniais. Para eles, o pós-colonialismo, em sua acepção ampla, seria uma linhagem intelectual importante por ter feito críticas pertinentes aos padrões eurocêntricos de circulação e produção de conhecimento. Até hoje, no entanto, não teriam sido desenvolvidos conceitos e modelos teóricos novos capazes de destituir o eurocentrismo que denunciam e de formular possibilidades epistemológicas alternativas. Essa compreensão os leva a caracterizar o pós-colonialismo como um *pensamento destituente* (2015, p. 61) e a se preocuparem em encontrar maneiras de converter essas críticas, às quais se alinham, em propostas positivas. Instigado

por essa avaliação, um dos meus focos iniciais era examinar o quanto as referências pós-coloniais apareciam nesses artigos enquanto críticas, denúncias ou advertências ou se — e se sim, como — apareciam como fundamentos para novas agendas de pesquisa.

Um segundo eixo de interesses tem a ver com o grau de reflexividade presente nos usos feitos por autores brasileiros dos conceitos e teorias pós-coloniais. Ora, no contexto brasileiro a recepção dos estudos pós-coloniais parece ser, a partir de uma primeira sondagem exploratória, algo controversa. A convocação, em nosso contexto semi-periférico, de um conteúdo intelectual produzido e disseminado a partir dos grandes centros de produção de conhecimento do norte global para realizar uma crítica ao eurocentrismo parece de fato contraditório. Emanuelle Santos (2014) elabora bem esse dilema:

A evocação da teoria pós-colonial para a crítica das literaturas africanas em língua portuguesa adquire sentido político na medida em que é vista como um ato enunciativo que se baseia na *performance* de um conceito teórico oriundo do Norte global. Compreendido desta forma, esse processo acarreta uma ambivalência epistemológica (...), descortinando, assim, uma prática epistemológica (neo)colonial inerente ao uso do aparato teórico oferecido pelos estudos pós-coloniais. (SANTOS, 2014, p. 2)

Há, então, algo de inerentemente tenso na convocação do pós-colonial aqui. Especialmente porque, ainda fazendo eco às percepções de Santos, autores que se voltam para os estudos pós-coloniais são justamente aqueles mais sensíveis às questões como o eurocentrismo, as assimetrias simbólicas globais, o legado e a presença de políticas colonialistas e imperialistas, etc. Por isso não poderiam deixar de se questionar quanto a possibilidade de seus próprios trabalhos estarem os valores e lógicas contra os quais pretendem agir.

Postas essas questões, havia uma expectativa muito alta de que qualquer citação de autores pós-coloniais, especialmente os anglófonos, fosse devidamente justificada e situada quanto aos seus contextos de origem. Mas por outro lado, conseguia conceber também que alguns autores já tivessem algumas obras pós-coloniais específicas incorporadas como parte de um corpo de conhecimento próprio. Ninguém precisa se explicar por utilizar em seu trabalho o conceito ou modelo analítico de um autor considerado clássico e naturalizado como parte de um repertório disciplinar. Fiquei, portanto, curioso para ver se autores ligados aos estudos pós-coloniais são citados como outros autores quaisquer ou se necessariamente seu uso implicaria um esforço de contextualização e de referência às suas ambiguidades e contradições inerentes. Resumidamente, tendo essas questões em mente eu poderia verificar, por um lado, o quão auto-consciente é o uso dos estudos pós-coloniais do ponto de vista de uma (geo)política de posicionalidades intelectual e, por outro, o quanto os estudos pós-

coloniais já se difundiram e se popularizaram no circuito acadêmico brasileiro a ponto de sua convocação dispensar maiores considerações.

Por fim, um terceiro radar estava acionado para as relações traçadas entre o pós-colonial e o tempo histórico. O conteúdo crítico-teórico dos estudos pós-coloniais se dá junto a uma concepção específica de história e de uma narrativa contra-hegemônica que torna indissociáveis colonialismo e modernidade, incluindo aí várias (senão todas) de suas instituições-chave e seus universalismos. Além disso, o tempo pós-colonial seria marcado por uma espécie de interpenetração entre os antigos primeiro e terceiro mundos. As estratégias de *governamentalidade* gestadas no mundo colonial se propagam em direção às antigas metrópoles para o controle de trabalhadores, migrantes e populações subalternas em geral. Na outra mão, as elites nacionais das ex-colônias, tendem a assumir papéis semelhantes às antigas elites coloniais assumindo as lideranças das instituições políticas, econômicas e sociais herdadas do colonialismo europeu ou construídas a partir de modelos ocidentais. A temporalidade pós-colonial, então, valoriza o colonialismo como um fenômeno histórico central e indissociável do desenvolvimento das estratégias de governo contemporâneas e também como um tipo de relação de dominação que se propaga para além do tempo de duração histórica oficial do colonialismo europeu.

Ferramentas de análise

Foi necessário elaborar uma estratégia para estabelecer uma abordagem mais ou menos sistematizada desse material. Como tinha desejo de examinar com uma lente mais próxima o conteúdo dos artigos selecionados, tive que fazer uma segunda seleção desses 225 artigos para leitura e uma subsequente análise mais refinada. O tempo e fôlego que tive me permitiram ler 60 artigos, 12 de cada periódico selecionado. Durante todas essas etapas de pesquisa, percebi como cada periódico tem uma identidade editorial e tende a favorecer certos temas e disciplinas. Achei melhor, portanto, manter o mesmo número de artigos por revista nessa etapa de análise para evitar o risco de super-representação de conteúdos específicos. Não segui um método muito preciso para essa escolha desse grupo que seguiria para essa etapa de análise qualitativa. Tentei selecionar artigos de temas variados evitando aqueles cujas referências aos autores pós-coloniais fossem muito marginais. Em geral, dei preferência a artigos que tinham a citação de mais de um autor ou obra ligada aos estudos pós-coloniais.

Com as questões prévias em mente, comecei a ler esses artigos e a primeira ideia que tive foi a de construir “categorias de usos do pós-colonialismo” que basicamente consistiam

na descrição da função que as citações desempenhavam na estrutura do texto. O modo como desenvolvi essas categorias fica mais claro com um exemplo. O primeiro artigo que li foi um trabalho muito interessante de José Petrônio Domingues (2013), intitulado “Como se fosse um bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico”. Neste trabalho, Domingues trata da repercussão da Frente Negra Brasileira no movimento negro norte-americano por meio da análise das publicações de Richard Abbott, editor do *Chicago Defender*, uma das principais referências de imprensa para os negros norte-americanos. O que identifiquei como uma influência clara do pós-colonialismo no trabalho de Domingues foi o uso do conceito de *Atlântico Negro*. O termo cunhado por Paul Gilroy (1993) propôs uma espécie de nova geografia que reconhecesse uma identificação diaspórica comum entre negros nas Américas, na costa leste africana e europeia. Domingues parte já da ideia do *Atlântico Negro* como uma realidade objetiva incontestável para situar e construir sua discussão, sem qualquer referência à origem desse termo. Então criei a categoria de “uso como premissa” e a de “uso para a construção do objeto de pesquisa”. Mais a frente, na etapa final de análise do material empírico que recolheu, Domingues debate diretamente com Paul Gilroy, apontando para uma espécie de norte-centrismo em sua análise que teria focado excessivamente nos trânsitos entre os negros europeus e norte-americanos e deixado de lado as articulações travadas pelos negros do sul entre si mesmos e com os negros do norte. Além disso, ressaltava a importância de se estudar as representações e trânsitos simbólicos entre eles. A partir desse argumento, elaborei uma nova categoria denominada “interlocação”, para dar conta desse debate direto e de tom crítico estabelecido e uma outra chamada de “proposta de agenda de pesquisa”, já que Domingues aponta para as possibilidades de estudo e pensamento que são abertas pela perspectiva pós-colonial.

Ao longo da leitura dos artigos, diversos usos foram aparecendo e fui registrando cada um deles como uma possível categoria de análise futura. O problema decorrente dessa estratégia foi que após a leitura da metade do conjunto de artigos selecionados, eu havia identificado 25⁴ maneiras diferentes pelas quais os conceitos, temas e discussões pós-coloniais eram convocados para participar desses trabalhos. Ora, se tornasse cada um deles uma categoria fechada, qualquer análise futura seria inviabilizada. O esforço seguinte foi de diminuir o número de categorias para que se tornassem minimamente operacionalizáveis. Apesar de várias possibilidades de combinação terem se colocado, o caminho mais natural foi

⁴ A relação completa dos usos identificados se encontra no Anexo 3.

agrupá-las nas seguintes quatro categorias: usos teóricos; usos empíricos; usos temporais; usos sortidos.

Para além dessa observação qualitativa dos usos feitos das referências pós-coloniais, foi esboçado um segundo caminho de análise desse conjunto de publicações ao longo da leitura. Elaborei uma espécie de “ficha técnica” para cada artigo, composta pelo ano de publicação; a disciplina em que se insere; os temas dos quais trata; as palavras-chave que o próprio autor escolheu para identificá-lo; gênero, nacionalidade, estado de origem, formação acadêmica, área disciplinar e instituição de atuação de seu autor; e, por fim, as obras ligadas aos estudos pós-coloniais citadas. Escolhi separar essas informações pela suspeita de que pudesse haver alguma correlação entre elas e na expectativa de que análises simples de frequências pudessem fornecer algumas pistas para uma análise posterior.

O segundo capítulo deste trabalho é dividido em duas seções. Na primeira, apresento os dados adquiridos por meio dessas estratégias de análise mais gerais. São dados simples como a frequência de publicações por ano, de disciplinas, de autores mais citados além de alguns cruzamentos entre essas categorias e os tipos de usos identificados. Na segunda seção, apresento uma análise mais precisa do material pesquisado, subdividida em três partes, correspondentes ao que identifiquei como padrões de apropriação mais expressivos da bibliografia pós-colonial. A primeira delas fala sobre os artigos que recorrem aos estudos pós-coloniais para a reflexão teórica ou como motivo para uma revisão da literatura em disciplinas e campos de conhecimento específicos. Na segunda, apresento uma discussão sobre raça, diáspora e identidades que se mostrou muito presente no levantamento feito. Por fim, falo na terceira parte sobre como o pós-colonial existe enquanto influência forte, mas por vezes implícita, nos segmentos da Antropologia dedicados a estudar Estado e violência.

Interesses mais gerais no potencial crítico e analítico do que vem sendo apresentado no cenário brasileiro como pós-colonialismo, estudos subalternos e giro decolonial foram assumindo, ao longo do processo de pesquisa, os contornos dos objetivos mais específicos deste trabalho. Pensar a recepção do pós-colonial no Brasil permitiu o acesso a algumas questões importantes sobre a circulação internacional de ideias: como elas se organizam e em torno de um referencial; como a denominação desse referencial é realizada e disseminada; qual o grau de descolamento possível dos contextos empíricos de onde elas emergem em direção a outros cenários políticos e intelectuais. Para além disso, no entanto, essa aproximação entre pós-colonialismo e as ciências sociais brasileiras parece especialmente notável, uma vez que ambas são marcadas, cada qual a sua maneira, pela crítica a um determinado modelo de produção e circulação do conhecimento centrado no Ocidente.

Encontrei poucos casos de aproximação entre os dois mundos a partir desse ponto específico nesta pesquisa. Porém, não encontrei nenhum caso de uma filiação incondicional e acrítica ao pós-colonialismo ou de hipercorreção em relação a suas teorias mais conhecidas. Apesar da diversidade de usos e apropriações, todas carregavam consigo certa qualidade crítica — o que permite atenuar o medo de críticos internos e externos de o pós-colonialismo virar o meio de reprodução de um antigo colonialismo intelectual. De certo modo, esse tom crítico e ponderado geral me permite crer que os pesquisadores interessados nos estudos pós-coloniais realizam consigo uma mínima consideração das questões envolvidas no trânsito internacional de ideias, mesmo que subjacentes aos argumentos centrais de seus trabalhos. Os campos de discussões teóricas, dos debates sobre raça e identidade e da Antropologia do Estado foram identificados como principais meios de apropriação e uso dos estudos pós-coloniais nos cinco periódicos científicos brasileiros de ciências sociais analisados nesta pesquisa. De formas diferentes, esses campos de debates, que já eram de certa forma consolidados no cenário intelectual nacional, representam possibilidades de elaboração de diferentes potencialidades contidas no que foi chamado aqui de perspectiva pós-colonial.

1. OS SENTIDOS DO PÓS-COLONIAL

Há pouco consenso acerca do significado exato do que é o pós-colonial, assim como suas derivações, como o pós-colonialismo ou a pós-colonialidade. Um bom indício disso é o fato de que grande parte dos debates internos ao campo giram em torno de questões relacionadas a essa imprecisão. Não é claro e tampouco consensual a que sujeito/objeto, espaço ou prática o pós-colonial se refere. O pós-colonial adjectiva as populações das ex-colônias europeias, os intelectuais diaspóricos nas universidades ocidentais ou uma condição global? Posicionamentos como o de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffins (1989), em *The Empire Writes Back*, vão sustentar que o ‘pós-colonial’ é um atributo de literaturas escritas em ex-colônias britânicas que buscam demarcar uma diferença das suposições engendradas por seus ex-colonizadores acerca de si. Enquanto isso, autores como Arif Dirlik (1996) defendem que o pós-colonial é o nome dado à condição da intelectualidade de elite das ex-colônias situada nos grandes centros mundiais de produção de conhecimento.

Mesmo não sendo representativa da complexidade dos posicionamentos e debates do campo, essa simples oposição basta como exemplo para ilustrar como o pós-colonial é incerto enquanto referencial teórico. O pouco consenso observado quanto ao conteúdo, escopo e relevância (GANDHI, 1998, p. 03), tanto dos estudos pós-coloniais como do termo que o batiza, aponta para uma especial propensão à autocrítica. Por mais que a reflexividade seja, em maior ou menor grau, uma dimensão presente em quase todas as disciplinas, os estudos pós-coloniais parecem ter a discussão de suas premissas epistemológicas como que incrustada em sua própria identidade enquanto um campo de saber especializado.

Se nos voltarmos para as obras geralmente eleitas como referências do pós-colonialismo essa ligação fica mais clara. Em *Orientalismo* (2007) - considerada por muitos a obra inaugural da crítica pós-colonial - Edward Said realiza um gesto que vai se tornar paradigmático: através de uma discussão sobre como a produção de saber sobre o Oriente é feita necessariamente a partir de reduções essencializantes, o autor revela a intrínseca relação entre produção de conhecimento e projetos de poder. Enquanto uma região geográfica imaginada a partir de uma cisão binária do mundo, esse Oriente não existe por si, mas sim como um espelho necessário para a constituição de uma identidade ocidental. O conhecimento orientalista constrói um Oriente de ausências, tendo como parâmetro de comparação uma autoimagem idealizada ocidental. O gesto de Said,

portanto, é o de negar uma premissa epistemológica — a de que há uma oposição essencial entre o Ocidente e o resto do mundo — em nome de uma concepção ética do papel do intelectual — o de estar atento para que sua ação não conflua com uma relação de dominação.

Essa maneira de lidar com o conhecimento é mais recorrente nas obras pós-coloniais do que uma moldura teórica ou repertório conceitual específicos. De uma maneira mais geral, nos estudos pós-coloniais há um certo consenso de que a atividade acadêmica esteve profundamente imbricada na justificação ou até mesmo na exigência da expansão imperialista ocidental. Diante disso, o pós-colonialismo pode ser mais bem definido pelo ativismo teórico que propõe e por suas preocupações de fundo: as formas pelas quais o colonialismo europeu moderno se construiu discursivamente sob a proteção do mito do conhecimento acadêmico desinteressado e os mecanismos contemporâneos de perpetuação da dominação colonial.

Tendo isso em vista, não é a intenção aqui apresentar uma definição estrita do que seria o ‘pós-colonial’. Pelo contrário, a proposta desse texto é apresentar algumas indicações de compreensões possíveis do termo, de definições do campo e de espaços acadêmicos, geográficos ou políticos nas quais o pós-colonial vem sendo trabalhado. Para isso, se faz necessária uma distinção analítica de três sentidos do pós-colonial: o de condição histórica, o de um campo intelectual institucionalizado e o de uma perspectiva político-epistemológica.

É evidente que esses três sentidos do pós-colonial não podem ser entendidos separadamente. Tampouco são seus três sentidos principais ou mais recorrentes. Eles foram eleitos por tocarem em questões caras aos objetivos gerais desse trabalho — a interlocução entre o pós-colonialismo e outras tradições disciplinares. A condição histórica pós-colonial não é um dado, mas construída discursivamente a partir de determinadas intenções teóricas e políticas, que por sua vez foram forjadas em debates intradisciplinares. Acredito que pensar o pós-colonial enquanto uma periodização possibilita pensar que conjuntura histórica possibilita a existência do projeto intelectual pós-colonial. Além disso, proporciona uma compreensão da maneira como esse mesmo projeto constrói uma narrativa de marcos, eventos e processos globais. Pensar o ambiente institucional e intelectual por onde circula, por sua vez, permite localizar mais precisamente os debates a partir dos quais esse pós-colonialismo se forjou. Permite também identificar relações entre a sua identidade intelectual, sua agenda e seu repertório teórico-conceitual que foram se constituindo e os locais tanto geográficos como

institucionais a partir dos quais o pós-colonialismo foi se consolidando. Por fim, pensar a perspectiva político-epistemológica assumida pelos pós-coloniais possibilita extrair dos debates e das contribuições disciplinares uma perspectiva ou conceitos assimiláveis pelas Ciências Sociais ou por outras tradições de pensamento. Em outras palavras, aqui busco compreender o movimento pós-colonial tanto em sua historicidade como em sua posicionalidade geográfica, linguística, institucional; compreender suas condições específicas de surgimento, consolidação e difusão.

1.1 A condição histórica pós-colonial

O pós-colonial é um termo utilizado para designar ora um campo de estudos, ora um movimento de afirmação de intelectuais provenientes do terceiro-mundo na academia e ora como uma condição histórica (MOORE-GILBERT, STANTON e MALLEY, 1997, p. 01). Mesmo quando se considera só um desses sentidos, há pouco consenso acerca de seu significado e validade. Diante disso, a fim de compreender com mais clareza os possíveis usos do termo, se faz necessária uma revisão dos consensos que foram sendo formados acerca dos significados do pós-colonial em cada um desses casos.

É razoável pensar em primeiro lugar o contexto histórico a partir do qual se pode falar em uma “condição pós-colonial.” Praticamente o mundo inteiro foi alvo de algum tipo de projeto colonialista europeu, tanto em termos de domínio de territórios por interesses econômicos como domínio de população por interesses éticos humanistas de extensão do projeto civilizatório. Com a conquista das independências políticas da maior parte das ex-colônias asiáticas e africanas no fim da Segunda Guerra Mundial, há o fim do processo de desmonte dos impérios de nações como Inglaterra, França e Portugal. No entanto, a conquista da soberania não é suficiente para o fim da brutal assimetria material e simbólica entre as ex-colônias e as ex-metrópoles. Tampouco as hierarquias e desigualdades internas deixam de se reproduzir com a descolonização política.

É possível pensar essa questão constitutiva da condição pós-colonial a partir da definição de Albert Memmi, para quem ela é marcada pelo “aparato visível da liberdade e a persistência dissimulada da não-liberdade” (GANDHI, 1998). Podemos entender o aparato visível da liberdade ao qual Memmi se refere como a soberania nacional e as condições institucionais de autodeterminação política, econômica, cultural etc. Os países pós-coloniais têm, via de regra, estados independentes e sistemas políticos liberais representativos, e portanto, poderiam votar, fazer leis e empreender políticas públicas sem

sofrer imposições externas diretas. Esses países estariam ainda prontos para explorar seus próprios recursos naturais e tecnológicos e através disso desenvolver uma economia competitiva no mercado internacional. Essa racionalidade é perfeitamente lógica de um ponto de vista jurídico institucional, ou ainda, para um determinado tipo de humanismo que crê na universalidade da capacidade de emancipação que as instituições da modernidade possibilitam.

A autonomia política oficial, no entanto, entra em conflito com o que Memmi chama de “persistência dissimulada da não-liberdade”. Se as realidades políticas do império se transformaram com a conquista da independência de suas ex-colônias, os legados materiais e imaginativos tanto do colonialismo como da descolonização permanecem sendo elementos constitutivos fundamentalmente importantes no mundo contemporâneo (MCLEOD, 2010, p. 8). As mesmas instituições que em tese possibilitariam a emancipação nas diversas esferas da vida, são também responsáveis por garantir o poder ocidental enquanto referência central para as ex-colônias. As hierarquias de valor e saberes enraizadas pelo colonialismo através de suas instituições mantêm abertos somente os rumos já previstos pelo projeto colonial original: a integração subalterna na economia de mercado mundial, a expansão do projeto civilizador europeu, o privilégio simbólico dado ao Ocidente etc.

Para melhor compreender esse ponto, é preciso levar em consideração que, por mais que os nacionalismos anti-colonialistas tivessem como objetivo a emancipação total dos mecanismos de opressão ocidentais, a imaginação política desses movimentos se dá dentro do registro do discurso colonial, derivando dele a forma da nação e a naturalização das fronteiras. Assim, boa parte do esforço das elites dirigentes das colônias recém-emancipadas vai no sentido de reproduzir em seus territórios as condições que possibilitaram a consolidação da forma política do Estado nacional em outros países, tomados aí como experiências modelares. Esse projeto, ao ignorar as particularidades e tensões de diversas naturezas de cada ex-colônia, é geralmente responsabilizado pelo fracasso dos regimes pós-independência. O Estado nacional moderno tem uma certa dinâmica centralizadora e homogeneizadora que levou, em uma série de casos, a um acirramento de disputas étnicas e religiosas pela definição de uma cultura nacional e dos princípios gerais da política e administração pública.

Essa onda de independências das ex-colônias em meados do século XX foi quase como uma etapa final de um longo processo de generalização da forma política do Estado no mundo. O mundo inteiro passou a poder ser compreendido a partir da dinâmica política

entre estados-nação soberanos. Essa transformação teve como efeito a revigoração de uma narrativa histórica universalista que conta o processo triunfante de consolidação das instituições europeias no mundo e eleva à condição de norma o desenvolvimento histórico particular de algumas experiências nacionais ocidentais. Por outro lado, teve como efeito relevante também chamar atenção para como o domínio ocidental não era necessariamente garantido somente pela força física, mas também por poder cultural, intelectual, etc.

A partir desse quadro, a condição pós-colonial pode ser definida, sobretudo, por um paradoxo: o sujeito colonizado, ao mesmo tempo que teme e abomina o seu algoz, quer se transformar nele. Esse desejo vem da percepção de que a existência no mundo do colonizador ocidental é paradigmática para a superação da opressão. Ao mesmo tempo que quer suprimir a memória do colonialismo, esse sujeito pós-colonial quer se tornar moderno como o ex-colonizador (BADIE, BERG-SCHLOSSER e MORLINO, 2011, p. 2087). Assim, é possível afirmar que o tempo pós-colonial é marcado também pela internalização da relação entre colonizador e colonizado pelas próprias ex-colônias (HALL, 2006, p. 248). As elites nacionais, tanto econômicas como políticas, ao adotarem o modelo ocidental de desenvolvimento, acabam reproduzindo dentro de seus territórios nacionais mecanismos de dominação, contenção e disciplinarização direcionados a setores subalternos semelhantes ou iguais àqueles impostos pelas ex-metrópoles.

No entanto, a ambiguidade nas relações entre as ex-colônias e os ex-centros de impérios e a reprodução da relação colonial dentro dos estados recém constituídos não são necessariamente os únicos traços valorizados como característicos da condição pós-colonial. Em *The postcolonial condition: a few notes on the quality of historical time in the global present* (2006), Sandro Mezzadra e Federico Rahola definem a condição pós-colonial a partir de uma concepção de tempo e de história. Em vez de considerarem a pós-colonialidade como particular às ex-colônias, os autores buscam compreendê-la como uma condição global. A onda de lutas de independência das ex-colônias no pós-Segunda Guerra Mundial foram, para eles, um marco histórico fundamental. Ao reunirem o mundo praticamente inteiro sob a organização política de estados-nação soberanos, esse movimento desarticulou a ideia de que o espaço colonial era qualitativamente *distinto* daquele da metrópole (MEZZADRA e RAHOLA, 2006). Nesse sentido, pensar o tempo pós-colonial significa pensar as complexidades de um mundo que, apesar de unificado, continua a ser atravessado por desigualdades e exploração.

Um segundo motivo pelo qual Mezzadra e Rahola consideram as lutas de independência uma inflexão fundamental na percepção de mundo ocidental, é o fato de

elas trazerem à luz a impossibilidade da condução do mundo por questões endógenas europeias. A divisão geográfica feita em Berlim em 1885 com régua e compasso determinou a existência de territórios que não se prestam, mesmo terminada a era de domínio europeu, a serem regidos pela mesma lógica política, econômica e cultural vigente no mundo ocidental. Mais do que terem representado uma interdição eterna da capacidade de agência virtuosa do ex-colonizado, a falência dos projetos de libertação anticolonialistas do pós-guerra apontam para a necessidade de se conceber alternativas ao ‘desenvolvimento’ particular aos países ocidentais.

Sair do trilho do desenvolvimento, progresso ou evolução é negar a concepção da História, ou, em outras palavras, uma história unificada por uma teleologia cujo sentido é sempre orientado por uma autoimagem do Ocidente. Esse gesto abre espaço para que uma reconsideração dos passados de cada lugar fora dos parâmetros de entendimento eurocêntricos possibilite, desta forma, uma reavaliação do tempo presente. É uma era, portanto, descentrada, destituída de locais privilegiados de observação para uma compreensão de um certo *espírito do tempo*. Nas palavras dos autores, o tempo pós-colonial é “a time in which the ensemble of pasts that modern capitalism has encountered in its course reemerges in disorderly fashion, in a sort of universal exhibition.” (MEZZADRA e RAHOLA, 2006)

Além disso, é possível citar mais um motivo, talvez até mais evidente, para a suspeita e hostilidade à ideia de progresso. Afinal, foi exatamente no período do chamado progresso para o Ocidente que o resto do mundo teve seu desenvolvimento barrado, seus recursos explorados e seus povos escravizados (MOORE-GILBERT, STANTON e MALEY, 1997). Por mais que uma certa narrativa hegemônica da trajetória ocidental tenha sido construída a partir de transformações internas ao continente europeu, existe o esforço de articulação de outra que inclua a brutalidade do empreendimento colonial como central para o enriquecimento ocidental.

Mezzadra e Rahola apontam ainda uma terceira via de compreensão da condição pós-colonial a partir do *Discurso sobre o Colonialismo* (1972), de Aimé Césaire e de considerações de W. E. B. Du Bois. Uma das críticas ao Ocidente centrais na combativa obra do autor dominicano é feita às tentativas de se isolar o nazismo como um fenômeno anômalo, uma monstruosidade resultante de um delírio de imaginações doentias. Em oposição a essa tentativa de singularização do nazismo, Césaire defende que sua racionalidade não se opõe fundamentalmente às concepções liberais de países como Inglaterra ou França. A partir da compilação de uma série de discursos e argumentações

das mais diversas figuras públicas francesas, inglesas e belgas, Césaire mostra como o projeto de dominação baseado na ideia de superioridade racial foi constitutivo da identidade nacional de todas as potências colonialistas europeias. Diferentemente do nazismo, entretanto, a superioridade racial era pensada exclusivamente em relação aos negros e asiáticos. Du Bois, por sua vez, destaca a íntima relação entre o nazifascismo e o colonialismo não só a partir da semelhança entre os discursos, mas pela semelhança das práticas empregadas pelo nazismo com aquelas gestadas no mundo colonial. De acordo com o autor,

There was no Nazi atrocity — concentration camps, wholesale maiming and murder, defilement of women or ghastly blasphemy of childhood — which the Christian civilization of Europe had not been practicing against colored folk in all parts of the world in the name of and for the defense of a Superior Race born to rule the world (DU BOIS, 1992 *apud* MEZZADRA e RAHOLA, 2006)

Nesse sentido, o grande marco representado pelo nazifascismo foi a transposição inescrupulosa para o continente europeu de uma lógica de dominação anteriormente só concebida no mundo colonial. Portanto, a unificação geográfica percebida nesse tempo pós-colonial pode ser entendida, nesse terceiro sentido, não só a partir da generalização do domínio do Estado-nação, mas também a partir da difusão de técnicas de controle coloniais para o mundo metropolitano. Diante disso, pode-se afirmar que é um mundo de fronteiras borradas.

A partir dessas considerações, é possível chegar a uma indicação, ainda que incipiente, do que seria essa condição pós-colonial. Em primeiro lugar, podemos caracterizá-la a partir da tensão entre a expectativa de emancipação gerada nas ex-colônias pelas conquistas institucionais das lutas de descolonização, e a persistência amarga de relações de dominação com o Ocidente. É um tempo, então, em que o controle do Ocidente sobre o resto do mundo não se dá mais exclusivamente de maneira tão evidente — pelo controle político e militar —, mas, sobretudo, através de mecanismos mais obscuros. A continuidade da colonização, nesse caso, se dá por meio da esfera da economia e da produção (sistema financeiro internacional, presença de empresas capitalistas nas ex-colônias etc); pela esfera da cultura com a exportação de produtos e modelos da indústria cultural ocidental; ou ainda pela esfera intelectual com a imposição de regras eurocêntricas de validação da produção de conhecimento. Importante destacar também, que esses

mecanismos de continuidade agem tanto sobre o plano macro das relações internacionais, como sobre o plano micro da constituição de corpos e subjetividades, passando, sem dúvida, por definições de identidades culturais e políticas no âmbito da política institucional intra-estatal. De qualquer forma, o importante destacar aqui é o quanto essa caracterização de um momento histórico pós-colonial não pode ser dissociado de uma teoria do poder que dê conta de suas dimensões não-oficiais. Identificar como as assimetrias entre Ocidente e não-Ocidente se dão nas diversas relações das quais participamos envolve reconhecer o elemento político em todas elas, e não só naquelas contidas nos mecanismos de representação e participação pertencentes às instituições políticas oficiais do Estado soberano.

Em segundo lugar, podemos, como Mezzadra e Rahola, defender que mesmo tendo fracassado em promover a emancipação e o fim das injustiças, as lutas de descolonização representam uma inflexão fundamental na concepção de espaço e de história vigentes. Por um lado, elas unificam o espaço pela vigência praticamente universal da forma do estado-nação e dos regimes liberais-representativos. É preciso levar em conta, no entanto, que essa unificação do espaço não é representada somente pelo avanço da consolidação da imaginação política liberal no mundo. Ela é também constituída por um certo *regresso* marcado pelo retorno para as ex-metrópoles de técnicas de controle e de relativização moral no que diz respeito às violações de direitos, antes exclusivas do ambiente colonial. A persistência de pobreza, violência e injustiças nas ex-colônias, aliada à infiltração desses mesmos males no seio do que o Ocidente acreditava ser a forma mais acabada de civilização, invalidam o conceito de *progresso* como conceito unificador da História. Para além disso, esse mundo de fronteiras borradas impossibilita um certo olhar binário que identifica uma região do mundo com as formas mais bem acabadas de humanidade e o resto com uma deficiência ou ausência.

A condição pós-colonial aparece, diante disso, como uma espacialidade unificada pela validade universal da economia de mercado e dos Estado-nação, que existe sob uma temporalidade diversificada pela pluralização de perspectivas de narração e da deslegitimação simbólica de uma teleologia que pôde organizar, durante algum tempo, a marcação do tempo histórico. Nesse contexto de emergência de atores políticos, o Ocidente deixa, ou ao menos pode deixar de ser o centro administrador por onde passam todas as relações internacionais e o paradigma a partir do qual outros Estados-nação vão elaborar uma compreensão de si mesmos.

1.2 O pós-colonial como campo intelectual institucionalizado

Adquirindo-se uma certa familiaridade com os estudos pós-coloniais, salta aos olhos como a temática da dominação colonial seus efeitos subjetivos e sociais decorrentes é geralmente tratada a partir da análise e crítica de obras literárias. Ainda que a interdisciplinaridade seja uma marca clara desse campo, a maneira pela qual muitos autores acionam referenciais teóricos diversos, provenientes de disciplinas como a filosofia, a antropologia ou a linguística, é geralmente marcada por uma ótica própria dos estudos literários. Além disso, é notável como grande parte dos autores elevados posteriormente à posição de cânones dos estudos pós-coloniais, como Edward Said e Gayatri Spivak, foram formados e ocupam espaços em departamentos universitários de literatura. Isso ocorre porque a disciplina acadêmica institucionalizada de onde emergem as principais questões fundantes do pós-colonialismo é a Literatura Inglesa. A fim de se compreender melhor os processos que, saindo dessa disciplina, resultaram no surgimento e na consolidação dos estudos pós-coloniais, se faz necessária uma breve reconsideração tanto do período pós-descolonização para o ex-império britânico, como do próprio processo de consolidação da Literatura como disciplina.

Com a dissolução de seu império, a Grã-Bretanha empreendeu uma tentativa de manter todos os seus ex-domínios reunidos sob a forma do *Commonwealth of Nations*. Essa comunidade seria composta pelas ex-colônias inglesas sob a liderança da coroa britânica. Por mais que a Inglaterra não detivesse autoridade política sobre as outras nações-membro da *Commonwealth*, a permanência na comunidade implicaria um reconhecimento simbólico do poder da coroa. Dessa forma, participar da *Commonwealth* é aderir, em algum grau, a tudo aquilo que a coroa britânica simboliza em termos de valores, de uma concepção ética e de um projeto político. A identificação e valorização de um legado comum proveniente da colonização servia para manter uma primazia britânica no arranjo da *Commonwealth*. Conforme evidencia John McLeod, “a mudança de ‘colonial’ para ‘Commonwealth’ pretendia cunhar uma versão da história em que as brutais relações de dominação do período do colonialismo se transformam rapidamente a uma adesão subserviente à ideia de igualdade filiativa” (MCLEOD, 2010, p. 14).

A mudança de *status* das ex-colônias no cenário político internacional repercutiu na maneira como elas passaram a figurar no cenário acadêmico internacional. Com a retirada dos mecanismos de controle britânicos sobre a produção intelectual das ex-colônias, uma série de autores e intelectuais puderam se afirmar enquanto tais. Isso não só

aumentou a presença de intelectuais provenientes de ex-colônias em universidades centrais como também exigiu uma reconsideração da forma pela qual a produção intelectual era avaliada e julgada de uma maneira geral, especialmente na área da Literatura.

Antes de prosseguir com o tema de como as transformações políticas impactaram a organização da vida acadêmica, cabe fazer uma breve nota sobre o porquê de os estudos literários serem mais fortemente impactados do que outras disciplinas. Como Gauri Viswanathan mostra em seu seminal estudo *Masks of Conquest: Literary Study and British Rule in India* (1989), o estudo da literatura e o empreendimento imperial são muito mais interligados do que pode parecer à primeira vista. A autora argumenta que a institucionalização da disciplina de estudos da Literatura Inglesa — na Inglaterra e posteriormente no resto do mundo anglófono — sofreu profunda influência das formas e conteúdos ideológicos que foram concebidos a partir da experiência de ensino de literatura na Índia no século XIX. Além disso, a força cultural que a disciplina ganhou foi em grande parte pelo movimento de expansão e conquista territorial inglesa. Por razões que não convém aprofundar para os objetivos desse trabalho, o estudo da literatura acabou sendo uma solução encontrada para a reforma de costumes e mentalidades da população indiana de forma que a mantivesse inserida na lógica colonial. Diferente do pensamento liberal inglês, que se ensinado poderia difundir ideias potencialmente subversivas da ordem colonial, o estudo da literatura poderia ser focado em questões morais e de aperfeiçoamento pessoal. Mas junto a isso, a literatura era um meio de auto-apresentação do colonizador inglês para os indianos menos brutal do que a experiência direta produzida pelas relações de administração e controle coloniais. Os verdadeiros valores universais da civilização estariam nos livros e não na conduta de sujeitos particulares que estavam envolvidos em operações comerciais, expansão militar e no controle de territórios nas colônias. Os administradores coloniais descobriram então “um aliado na Literatura Inglesa para apoiá-los na manutenção do controle sobre os nativos sob o disfarce de uma educação liberal” (Viswanathan, 1995, p. 378) e puderam exportá-la para o resto de seus domínios territoriais.

Em consequência dessa associação colaborativa entre o projeto imperial e o estudo da literatura, é evidente que a transformação na relação política entre a Inglaterra e suas colônias iria refletir diretamente na organização dos estudos literários. Da mesma forma que após a dissolução do império a Grã-Bretanha buscou uma reconciliação sob o formato da *Commonwealth of Nations*, a disciplina acadêmica da Literatura Inglesa lança um novo

braço intitulado ‘Commonwealth Literature’. Este novo campo disciplinar vai se propôr a lidar com as literaturas nacionais produzidas nas ex-colônias britânicas de maneira igualitária. A suposição central carregada pela *Commonwealth Literature* era a de que tendo a língua compartilhada e uma história em comum devido à experiência do domínio britânico, as literaturas das ex-colônias britânicas teriam um senso de unidade (MOORE-GILBERT, STANTON e MALEY, 1997, p. 38). Curiosamente, a literatura inglesa não era incluída na *Commonwealth Literature*, permanecendo, conforme Vijay Mishra e Bob Hodge chamam atenção, como “o padrão inatingível pela qual as outras deveriam ser julgadas” (MISHRA e HODGE, 1994, p. 276).

Assim, da mesma forma que a ‘Commonwealth of Nations’ preservava poder simbólico da coroa britânica, a ‘Commonwealth Literature’ preservava intacto o cânone literário inglês. Os textos reunidos sob essa alcunha deveriam ser avaliados e julgados pelos parâmetros universalistas consolidados pelo estudo de literatura inglesa em pleno colonialismo. Além disso, o *Commonwealth Literature* seria ambíguo quanto à definição de seu campo geográfico e linguístico. Se a condição para ser incluído nas discussões do campo são restritas ao pertencimento do país de origem à *Commonwealth of Nations*, uma série de obras provenientes de ex-domínios não oficiais, como da parte anglófona do Camarões, estaria automaticamente excluída. Por outro lado, a inclusão de Moçambique à *Commonwealth of Nations* complicaria a simples classificação das obras pela língua inglesa. A partir dessas observações, portanto, Denis Fonge Tembong (2014) afirma que um dos problemas centrais desse campo era o de não se referir a uma comunidade cultural precisa. A literatura produzida e analisada sob a rubrica do Commonwealth não se refere a uma comunidade cultural específica, imaginada e sentida pelos seus autores. Em vez disso, a referência de comunidade cultural presente é arquitetada pela Grã-Bretanha, que como já foi dito, não é incluída nesse campo. Uma série de questões e problemas surgem dessa derivação de uma comunidade acadêmica de um arranjo geopolítico, e, em suma, se torna consensual a necessidade uma nova denominação que dê conta do estabelecimento de interlocução entre produções literárias de diferentes ex-colônias sem que se recorra a mecanismos coniventes com a dominação do ex-centro do império. Assim, como Edward O. Ako recorda, uma multiplicidade de termos foi empregada com esse objetivo, como *New English Literatures*, *Literatures in English*, *Third World Literature* e, principalmente, *Postcolonial Literature* (AKO, 2004).

O pós-colonial surge, portanto, nesse movimento de busca de uma nova configuração dos estudos literários que resolvesse os problemas de limitação linguística e geográfica da *Commonwealth Literature*, e também possibilitasse uma abordagem menos centrada nos paradigmas ingleses. Nesse momento de emergência do termo pós-colonial, foi publicado o livro *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures* (1989) de Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin. Essa obra foi uma das maiores defesas do termo pós-colonial no campo da literatura, e veio suprir a necessidade de um texto didático e bem articulado sobre o pós-colonial que possibilitasse a sua consolidação no mundo acadêmico (MISHRA e HODGE, 1994, p. 276). *The Empire Writes Back* se prestou bem a essa função e o livro se tornou uma referência por ser um dos primeiros trabalhos a pensar sobre o que seria o pós-colonialismo, suas questões e seu status. Ainda que muito debatida e criticada, essa obra postulou alguns debates centrais e merece atenção por ter instituído um certo senso comum acadêmico acerca da identidade dos estudos pós-coloniais enquanto campo institucionalizado.

Que uso, portanto, Ashcroft, Griffiths e Tiffin propõem do ‘pós-colonial’ e que vantagens eles vêem nessa designação sobre as outras? Os autores argumentam que o ‘pós-colonial’ é o termo mais engajado politicamente e historicamente, por conferir destaque à relação colonial. Segundo eles próprios:

‘Post-colonial’ seems to be the choice which both embraces the historical reality and focuses on that relationship which has provided the most important creative and psychological impetus in the writing. Although it does not specify that the discourse is limited to works in English, it does indicate the rationale of the grouping in a common past and hints at the vision of a more liberated and positive future. In practical terms, the description we adopt – ‘post-colonial’ – is less restrictive than ‘Commonwealth’; it shares with ‘new literatures in English’ the ability to include, for example, the English literature of the Philippines or of the United States as well as that of ‘pakeha’ (white) or Maori writing in New Zealand, or that of both Blacks and whites in South Africa (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 1994, p. 23)

A partir dessa justificativa, é possível perceber mais claramente quais as preocupações em jogo ao se cunhar o termo “pós-colonial”. O primeiro ponto a ser destacado é que, para esses autores, o pós-colonial não é uma condição histórica geral ou de países específicos, tampouco um movimento político. Para além do campo de estudos que vem batizar, o pós-colonial se refere aí sobretudo a um *estilo literário*.

Como uma maneira de definir esse estilo, eles estabelecem alguns critérios para que uma literatura possa ser qualificada como pós-colonial. A obra literária seria merecedora de tal título se, em primeiro lugar, o (ex-) colonizado marcasse uma diferença entre si mesmo e as representações e suposições metropolitanas consolidadas pelo discurso colonial. O segundo critério seria uma postulação da relação colonial como marcada, sobretudo, por um conflito, uma tensão entre o colonizador e o colonizado. O terceiro, por fim, seria uma certa tomada de consciência regional ou nacional. Assim, as preocupações, desejos e ansiedades atuais representadas através de uma certa literatura nas ex-colônias indicam a continuidade da experiência da colonização. Isso indica que por mais que o termo “pós-colonial” possa indicar o fim da colonização e seu encerramento numa era histórica específica, os autores o utilizam com um outro sentido:

We use the term ‘post-colonial’, however, to cover all the culture affected by the imperial process from the moment of colonization to the present day. This is because there is a continuity of preoccupations throughout the historical process initiated by European imperial aggression. (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 1994, p. 02)

Essa definição marcada pela “continuidade de preocupações” representada na literatura leva a um uso do termo que ignora as diferenças entre os diversos países de onde pode emergir uma “literatura pós-colonial”. De acordo com os autores, as particularidades das trajetórias históricas e situações geopolíticas das diferentes ex-colônias não são relevantes para se pensar a literatura produzida nelas, já que elas teriam como questões centrais aquelas já citadas acima de demarcação de diferença, postulação de conflito, etc. Assim, países radicalmente distintos, como Canadá, Índia e Zimbabwe poderiam ser reunidos sob a rubrica pós-colonial.

Esse uso foi e ainda é muito criticado por ignorar diferenças cruciais na experiência histórica de cada país, tendo efeitos despolitizantes e homogeneizadores. No entanto, aqui é importante reter qual a lógica empregada na delimitação do alcance do termo “pós-colonial”. A preocupação central dos autores parece ser a identificação e construção teórico-conceitual de um movimento literário transnacional que se reporte de maneira reativa à experiência de colonização. Ao realizarem tal movimento, buscam assinalar um momento histórico atual de desestabilização dos mecanismos de dominação cultural e simbólica instalados pela dominação britânica — e perpetuados mesmo depois da descolonização política. Dessa forma, por mais que neguem a superação do

colonialismo e seu tratamento como um fenômeno passado, os autores concebem um movimento emancipatório em direção a uma descolonização simbólica liderado pela literatura. Através da desestabilização e desconstrução dos termos pelos quais a dominação ocidental pelo mundo se justifica, essa literatura estaria agindo diretamente sobre a linguagem, que de acordo com os autores é “um dos aspectos principais da opressão imperial” (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 1994, p. 07).

Assim, para além de uma discussão sobre o significado e aplicação do termo, Ashcroft, Griffiths e Tiffin apresentam uma boa defesa da centralidade do tema da linguagem e da literatura como objeto próprio do projeto intelectual pós-colonial. A linguagem está relacionada à forma como se pensa e se organiza a experiência no mundo. Como os autores apontam, o sistema de educação relegado pelo colonialismo instala uma linguagem padrão que desqualifica todas as suas variantes e seus sincretismos como abominações e formas inferiores de comunicação. Isso faz com que, “language becomes the medium through which a hierarchical structure of power is perpetuated, and the medium through which conceptions of ‘truth’, ‘order’, and ‘reality’ become established.” (ASHCROFT, GRIFFITHS e TIFFIN, 1994, p. 07) Sendo assim, a discussão de como a língua, assim como os processos e significados dados a escrita podem ser reformulados são centrais para os autores das ex-colônias e, conseqüentemente, para os intelectuais empenhados na articulação disciplinar do pós-colonialismo.

Como a literatura é o meio por excelência de recriação ou reprodução da linguagem, é através dela que Ashcroft, Griffiths e Tiffin acreditam ser possível uma transformação da ordem colonial. Para os autores, o pós-colonialismo lida tão fortemente com a literatura por causa da imensa e persistente assimetria simbólica que o estabelecimento de cânones literários produziu. Mesmo que nações imperiais passadas, como a Inglaterra e a França, não sejam mais potências mundiais e tenham tido sua capacidade de intervenção econômica e militar no mundo reduzidas, o poder cultural que elas exercem permanece praticamente intocado. Através desses cânones seriam instaurados critérios de gosto e valor universais, assim como suposições acerca da atividade literária. Isso faz com que o peso de obras clássicas de nações imperiais continuem a dominar o imaginário de autores no mundo pós-colonial. Assim, um engajamento com o colonialismo continua necessário, uma vez que através dele as culturas imperiais se estabeleceram como exemplares e continuam, por meio do estabelecimento de critérios universalistas de avaliação e julgamento literários a reproduzir a hegemonia

justamente na esfera que é concebida como a mais elevada da cultura, aquela relacionada às artes e à produção simbólica.

Cabe lembrar aqui que grande parte do fracasso dos movimentos de descolonização é atribuído à limitação dos discursos anticoloniais nacionalistas. De acordo com um certo senso comum da disciplina, eles teriam falhado por serem pautados por um imaginário político, social e cultural europeu. Mesmo sem o controle político e militar direto dos países imperialistas sobre os territórios, o projeto civilizatório que justificava o domínio sobre o resto do mundo continuaria sendo levado a frente quase da mesma maneira. Isto posto, o mundo simbólico aparece como uma trincheira na qual a dominação ocidental se resguarda, e a grande atividade cultural a partir da qual a idealização de uma superioridade ocidental se construiu foi a literatura. Pela atividade narrativa literária se concebeu e consolidou toda uma gama de representações e saberes acerca do *outro* do sujeito colonial que justificavam a primazia ocidental.

Contudo, é importante ainda tratar da articulação teórica que permite que um tema primordialmente político — o colonialismo — seja tratado a partir dos estudos de linguagem e de literatura. Tendo em vista esta questão, destacam-se duas das muitas linhagens de pensamento que são geralmente consideradas fundamentais para os estudos pós-coloniais. A primeira delas é o marxismo. Uma das correntes marxistas a que podem ser conferidas uma certa ancestralidade aos estudos pós-coloniais é anti-imperialista. Baseada nos escritos de Marx sobre colonialismo, essa corrente é preocupada principalmente em incluir a história da dominação colonial de povos e territórios como constitutiva da emergência da economia de mercado europeia, se contrapondo a uma narrativa liberal que atribui a transição para o capitalismo puramente a desenvolvimentos endógenos ocidentais. Uma segunda apropriação do marxismo feita pelos pós-coloniais se refere ao tema da ideologia. A crítica de Marx à pretensa universalidade de interesse dos intelectuais burgueses, que “apresentam seus interesses de classe como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade” (MARX & ENGELS, 1975 *apud* GANDHI, 1998) é reapropriada pela crítica à intelectualidade europeia, que por sua vez apresenta interesses europeus como comuns ao resto do mundo. No entanto, é fundamental e até mais importante para a articulação da problemática pós-colonial a obra de Antonio Gramsci. Seus conceitos de *consenso*, *hegemonia cultural*, assim como sua distinção entre sociedade civil e política vão fornecer um vocabulário a partir do qual a política pode ser legitimamente abordada através do estudo da cultura.

O segundo referencial teórico da disciplina pós-colonial é o pós-estruturalismo. É das obras principalmente de Michel Foucault e de Jacques Derrida que o campo retira a compreensão do poder ocidental como uma aliança insalubre entre poder e conhecimento. A partir disso, é possível o reconhecimento do caráter político da produção de saberes disciplinares, e principalmente das falas e narrativas articuladas a partir deles. É a partir dessa compreensão também que o caráter discursivo do social fica tão evidente (COSTA, 2006, p. 118). Para além disso, as obras de Foucault e Derrida foram importantes por desafiarem a validade universal da cultura e epistemologia ocidentais, especialmente pelo desmonte que pretendem realizar do humanismo. O humanismo é entendido aí como a crença, presente em diversas correntes políticas e teóricas, em uma natureza humana comum revelada por meio da razão que é subjacente à diversidade de experiências e culturas. Em suma, os pós-estruturalistas consideram que “qualquer postulação de racionalidade unânime é hostil aos desafios de alteridade e diferença” (GANDHI, 1998, p 27). É com esse humanismo que os pós-coloniais mantêm uma relação ambígua e instável. Talvez o melhor exemplo de como esses referenciais teóricos são articulados seja o *Orientalismo* (2003), de Edward Said, considerada por muitos a obra inaugural dos estudos pós-coloniais. Na introdução da obra, Said faz referências explícitas tanto à importância das reflexões presentes no Cadernos do Cárcere de Gramsci como para o conceito de *discurso* de Foucault.

Como foi visto, os estudos pós-coloniais e os estudos literários estão intimamente interligados. Justificativas plausíveis para esse vínculo podem ser tanto históricas — a aliança entre o poder colonial e o estudo disciplinarizado de literatura — ou teóricas — a justificativa gramsciana do estudo e ação na superestrutura e o elo entre poder, linguagem e conhecimento pós-estruturalista. A literatura pode ser considerada ainda um meio privilegiado para o estudo da política por ter sido o único meio de articulação de resistência na ausência de possibilidades para articulação política ou armada. Além disso, o termo pós-colonial se consolidou como um referencial no mundo acadêmico a partir de um debate endógeno ao campo dos estudos de literatura inglesa. Isso levou a uma ênfase particular que privilegia a textualidade e questões próprias do debate literário como a posição do enunciador, a construção de narrativas etc. É possível afirmar, portanto, que a identidade disciplinar pós-colonial foi forjada a partir de estratégias políticas de intelectuais a partir da produção de conhecimento em uma área específica. Todavia, o pós-colonial tem a dizer a outros campos disciplinares, tanto como crítica epistemológica

como um projeto de reformulação dos conceitos e perspectivas básicas acionadas na produção intelectual.

1.3 Limites e problemas

Um dos pontos mais controversos quanto aos estudos pós-coloniais na academia norte americana foi o próprio termo ‘pós-colonial’. Foram postas diversas dúvidas quanto à adequação e precisão do termo para dar conta tanto de uma periodização, como de uma caracterização de povos, lugares ou sujeitos ou ainda como título de um movimento teórico.

Dois trabalhos importantes de crítica e reflexão sobre a polissemia desse termo foram feitos por Ella Shohat (1992) e por Anne McClintock (1992). *Notes on the Post-Colonial* e *The Angel of Progress: Pitfalls of the Term Post-Colonialism* foram publicados na mesma edição da revista norte-americana *Social Text*, em um momento de consolidação do “pós-colonial” como referencial teórico-epistemológico na academia anglófona. Em linhas gerais, ambas as autoras argumentam que o termo “pós-colonial” comporta potenciais desdobramentos que se contrapõem às próprias intenções políticas e teóricas abrigadas sob essa rubrica.

Shohat parte da constatação de como o termo *pós-colonial* não enfrenta resistência institucional alguma nos grandes centros de produção acadêmica, ao contrário de outros como *neocolonialismo* e *imperialismo*. Ao mesmo tempo, esse conceito não era evocado em movimentos intelectuais de oposição ou resistência à ordem política. A autora suspeita que essa facilidade de aceitação do *pós-colonial* vem da possibilidade que ele abre de negligenciar uma série de questões *tabu* quanto a nova ordem mundial e a hegemonia ocidental no debate acadêmico.

Um primeiro motivo desse caráter apaziguador do termo seriam as imprecisões que ele carrega. Como não tem somente um referente claro e consensual, o pós-colonial enquanto caracterização acaba se prestando a ser usado generalizadamente e, assim, transformado em um conceito vazio. Por causa dessa flexibilidade no emprego do termo, também seria difícil identificar de imediato as filiações teóricas ou políticas do movimento intelectual que se constitui utilizando-o como referencial.

Mais problemático ainda, para Shohat, é a presença do prefixo *pós* em *pós-colonial*. A autora nos recorda que o pós-colonial surge mais ou menos ao mesmo tempo que outros *pós*: pós-modernismo, pós-estruturalismo, pós-marxismo etc. O *pós* no nome

dessas correntes significa uma superação de teorias ou práticas intelectuais consideradas obsoletas. O pós-modernismo de Lyotard, por exemplo, busca romper com as grandes narrativas totalizantes que construíram o modernismo. Nesse sentido, o pós-colonial indicaria a superação, por um lado, dos debates da *Commonwealth Literature* e, por outro, do pensamento nacionalista anti-colonial. No entanto, o pós-colonial pode ser empregado também para uma caracterização de uma condição ou era histórica. Tal como os prefixos de pós-guerra ou pós-independência, o pós indica aí a superação de um período anterior e o começo de um novo, marcado por eventos precisamente determinados. Ao tomar o fim do colonialismo como marco, o *pós-colonial* abriria a possibilidade de localização da relação de dominação colonial no passado, como um fenômeno histórico datado. Isso possibilitaria uma apropriação interessada do termo que foge da discussão sobre as implicações econômicas, políticas e culturais decorrentes de formas de imperialismo contemporâneas. Portanto, esse jogo acabaria por evitar uma crítica geopolítica do tempo presente e uma reconsideração mais explícita sobre as relações de poder vigentes no mundo contemporâneo.

Podemos destacar o quanto quisesse a relação de simbiose entre o *pós* e o *colonial*, indicando uma eterna não-superação tal qual faz Stuart Hall. Mas enquanto cartão de visitas e referência pública, o termo permite ao não-iniciado o benefício da dúvida e o alinhamento, à primeira vista, do movimento intelectual com uma narrativa de globalização neo-liberal que concebe um mundo bem equilibrado e regulado pelo mercado e pelas instituições políticas liberais. Shohat acredita que essa porta aberta pela imprecisão do termo pós-colonial é o que explica a sua aceitação complacente nas grandes universidades dos Estados Unidos, hoje o principal representante do imperialismo.

A ideia de superação teórica, por sua vez, levaria a uma abordagem a-histórica dos nacionalismos anti-coloniais. Ao posicioná-los como discursos ultrapassados, o *pós-colonial* perderia de vista que os problemas que eles buscavam responder eram fundamentalmente diferentes dos problemas contemporâneos. No entanto, mais que um conhecimento histórico preciso, essa imaginação de progresso teórico poderia levar a deslegitimação de grupos minoritários que buscam articular estrategicamente identidades de resistência à dominação a partir de conceitos como *nação* ou *cultura autêntica*.

Em suma, para além da imprecisão causada por uma dupla teleologia que ora indica um movimento teórico, ora uma condição histórica, o pós-colonial tem implicações universalizantes, a-históricas e despolitizantes. A partir dessas considerações, Shohat

aponta alguns problemas que identifica no uso feito do termo pós-colonial — todos relacionados, em algum grau, com a tensão explicitada acima.

O primeiro deles se refere à falta de clareza dos critérios de utilização do pós-colonial como uma categoria classificatória de países ou populações. As geografias que surgem a partir do acionamento desse conceito podem causar aproximações entre contextos extremamente diferentes e até mesmo contraditórios entre si. A autora toma como exemplo mais problemático justamente o uso do termo proposto por Ashcroft, Griffiths e Tiffin. Ao afirmarem que literaturas mesmo vindas de lugares tão distintos podem ser abordadas a partir de um mesmo conjunto de questões *pós-coloniais*, eles acabam sugerindo a possibilidade de uma unidade e identidade entre configurações sociais e políticas bastante diversas e assimétricas.

Shohat aponta que esse uso equaliza, por exemplo, as experiências históricas de ex-colônias de povoação brancas, como a Austrália, e de populações não-ocidentais que foram conquistadas e dominadas, como a Índia. Para a autora, esse nivelamento ignora a diferença brutal entre a opressão genocida europeia sobre as populações negras, asiáticas e indígenas e a dominação europeia sobre elites brancas nas colônias de povoamento. Essa crítica traz consigo a necessidade de se considerar as diferenças entre as experiências de colonização ao redor do mundo. Países como os Estados Unidos, o Peru e o Egito pouco têm em comum além de terem respondido a uma autoridade geograficamente distante em alguma época de suas histórias.

Corre-se o risco, portanto, de ser imposta uma nova normatividade, guiada por uma *pós-colonialidade exemplar*. Conforme dito acima, o *pós-colonial* pretende identificar uma superação ao mesmo tempo de um momento histórico de colonização, como das teorias e discursos da intelectualidade nacionalista que lutou pelas independências. Tendo isso em vista, não é preciso muita imaginação para perceber que as questões ‘pós-coloniais’ não são as mesmas em todas as ex-colônias. O discurso pela independência política num país como o Brasil, por exemplo, foi forjado a partir de uma série de questões distintas do discurso anti-colonialista argelino. Apesar de ambos os países serem ex-colônias, uma série de diferenças pode ser identificada entre eles, como as referentes ao status dos impérios ao qual pertenciam, às estratégias de dominação empregadas pelos colonizadores, ao momento histórico em que cada um conquistou sua independência etc.

É possível afirmar que o ‘pós-colonial’ foi constituído, em grande parte, por um movimento ocorrido na academia anglófona e, dessa forma, os pensadores das ex-colônias

britânicas acabaram assumindo um protagonismo no que diz respeito às questões e experiências elencadas para constituir um repertório e um enquadramento teórico pós-colonial. Se esse viés anglófono for combinado com uma disposição para caracterizar o pós-colonial enquanto uma condição contemporânea universal, se torna possível a renovação de um discurso colonialista capaz de acusar outros lugares de não serem *pós-coloniais o suficiente*. De acordo com Shohat:

The unified temporality of ‘post-coloniality’ risks reproducing the colonial discourse of an allochronic other, living in another time, still lagging behind us, the genuine post-colonials. The globalizing gesture of the ‘post-colonial condition’, or ‘post-coloniality’, downplays multiplicities of location and temporality, as well as the possible discursive and political linkages between ‘post-colonial’ theories and contemporary ‘anti-colonial’, or ‘anti-neo-colonial struggles and discourses. (SHOHAT, 1996, p. 325)

Assim, a autora reforça que situar o termo ‘pós-colonial’ geográfica, histórica e culturalmente é imprescindível para se evitar os riscos de se cair em um novo universalismo comprometido com a hegemonia anglo-saxã já estabelecida. (SHOHAT, 1996, p. 332)

A partir disso, Shohat chega a um impasse entre o termo e as intenções acionadas com seu uso. A autora concorda com o postulado pós-colonial de que a experiência da colonização é constitutiva de todos os sujeitos envolvidos — o colonizador, o colonizado e todos os outros que se encontram em posição de intermediários. Assim, para a autora, o pós-colonial poderia marcar a perspectiva e localização tanto do nativo ex-colonizado, como do europeu ex-colonizador, do ex-colono branco ou ainda dos imigrantes híbridos deslocados nas metrópoles do primeiro mundo (Shohat, 1996, p. 324). No entanto, o uso do termo pós-colonial de maneira indiscriminada poderia borrar as diferenças entre esses sujeitos, tendo um efeito novamente nivelador sobre posições e perspectivas bastante distintas, quase antagônicas. Estaria posta, assim, uma outra possibilidade de uso negligente do termo com potenciais despolitizantes.

O terceiro problema importante destacado no texto se refere a um paradoxo entre o projeto teórico pós-colonial de descentramento do mundo e a centralidade que o colonialismo assume através do termo pós-colonial. Os nacionalismos anti-colonialistas direcionavam suas críticas a um alvo bem definido: a Europa ou o Ocidente, que eram vistos como os centros produtores da dominação. Segundo a autora, um movimento

importante que os pós-coloniais fizeram em relação a esses discursos foi o de desmontar o binômio colonizador-colonizado, apontando para a importância de relações de dominação de outros tipos, como entre o homem e a mulher colonizados ou entre a burguesia nacional e o campesinato (SHOHAT, 1996, p.328). No entanto, o termo ‘pós-colonial’ reproduz linguisticamente a centralidade do colonialismo como referência numa narrativa que justamente busca comportar a complexidade, a polifonia e a pluralidade de perspectivas.

Preocupações e objeções similares ao termo pós-colonial são colocadas por Anne McClintock. Através do tema da história, a autora investiga as tensões entre a denominação do campo pós-colonial e o campo em si. Grande parte do esforço dos autores pós-coloniais quanto à história seria o de denunciar a linearidade do tempo histórico ocidental como um dispositivo de poder. Se a civilização ocidental é concebida como a forma mais aprimorada de uma evolução que é única para toda a humanidade, o resto do mundo está fadado a ser reposicionado nos mesmos trilhos já percorridos pelos países centrais. Autores ligados aos estudos pós-coloniais, como Dipesh Chakrabarty (2000), por exemplo, apontam para como a experiência histórica europeia é particular e contingente e defende a multiplicidade de narrativas como uma forma de emancipação intelectual e política das ex-colônias.

No entanto, o termo pós-colonial indica uma sequência a um evento histórico - o colonialismo -, dando o mesmo sentido de superação e evolução próprios da concepção de história que os pós-coloniais buscam superar. De acordo com a própria autora, “metaphorically poised on the border between old and new, end and beginning, the term heralds the end of a world era, but within the same trope of linear progress that animated that era.” (MCCLINTOCK, 1992, p. 85)

Um outro problema advém da linearidade denotada pelo termo pós-colonial. Apesar de se referir a uma corrente que busca descentrar as narrativas e os narradores da história, ele põe novamente no centro da narrativa histórica um acontecimento de agência fundamentalmente europeia. Ao se tomar o colonialismo como um marcador fundamental para se abordar todas as outras histórias e culturas, elas passam a ser sempre *pré* ou *pós* coloniais. Portanto, não são marcadas pelo que as distingue positivamente, mas por uma relação subordinada e retrospectiva com um tempo europeu linear. Dessa forma, o “pós-colonial” dá continuidade à centralidade da civilização ocidental na *História*, já que, neste caso, a obra do colonialismo é tomada como o grande definidor do tempo atual. Nas palavras da autora, “If the theory promises a decentering of history in hybridity,

syncreticism, multi-dimensional time, and so forth, the singularity of the term effects a re-centering of global history around the single rubric of European time” (MCCLINTOCK, 1992, p.86). Mas, para além disso, outro problema advém do gesto de se tomar o colonialismo como um divisor: o surgimento de um binarismo entre colonial/pós-colonial. Nada mais incômodo para um campo que denuncia repetidamente a pobreza epistemológica de um conhecimento organizado por binarismos provenientes da relação sujeito/objeto, tais como colonizador/colonizado, homem/mulher, moderno/tradicional, etc.

Seguindo ainda pelo mesmo caminho, McClintock chega a outro problema ocasionado pela concepção de histórica implícita no ‘pós-colonial’. Para além de representar uma temporalidade linear, centralizar a narrativa histórica na experiência do colonialismo e criar um novo binarismo, o termo possui ainda um efeito homogeneizador. Por mais que represente um campo que busca valorizar a diferença enquanto positividade, o ‘pós-colonial’ é usado como um nivelador, descontextualizado histórico e politicamente.

A diversidade das experiências de colonialismo ao redor do mundo aparece aí mais uma vez como um dado a ser levado em consideração. De forma análoga à análise de Shohat, McClintock afirma que negar a existência dessas diferenças é, de certa forma, reproduzir o mesmo gesto universalizante da modernidade. Sendo assim, a autora se pergunta “Can most of the world’s countries be said, in any meaningful or theoretically rigorous sense, to share a single ‘common past’, or a single common ‘condition’, called ‘the post-colonial condition,’ or ‘post-coloniality’?” (MCCLINTOCK, 1992, p. 86)

A questão dos ocultamentos que o termo pode ocasionar também são apontadas no ensaio. O “pós-colonial” pode escamotear as assimetrias internacionais de poder no mundo contemporâneo e, portanto, facilitar a invisibilidade das continuidades do poder imperialista. No entanto, McClintock aponta ainda para outro ocultamento importante, que é o da questão de gênero. Ao colocar o colonialismo como um marcador importante tanto para homens como para mulheres, se passa por cima do fato de que eles foram afetados de maneiras fundamentalmente distintas pela experiência da dominação ocidental. A autora chama atenção para o fato de que, para as mulheres, o pós-colonialismo é ainda uma promessa distante. Para ela,

it has generally gone unremarked that the national bourgeoisie and kleptocracies that stepped into the shoes of ‘post-colonial’ ‘progress’ and industrial ‘modernization’ have been overwhelmingly and violently male. No ‘post-colonial’ state anywhere has granted

women and men equal access to the rights and resources of the nation state. Not only have the needs of 'post-colonial nations' been largely identified with male conflicts, male aspirations and male interests, but the very representation of 'national' power rests on prior constructions of gender power. (MCCLINTOCK, 1992, p. 92)

Assim, para além do mascaramento das relações de dominação geopolíticas entre países diferentes, o pós-colonial pode contribuir também para a omissão das relações de poder *intraestatais*. Por mais que a autora chame atenção mais especificamente para as mulheres, é possível inferir que a preocupação se estende também a outras minorias — religiosas, linguísticas ou sexuais.

Em suma, é possível considerar “Notes on the Post-colonial” e “The Angel of Progress: Pitfalls of the Term Post-Colonialism” como grandes alertas aos efeitos colaterais do termo ‘pós-colonial’. O esforço de ambas parece ser sobretudo chamar atenção tanto para a potência despolitizante que o ‘pós-colonial’ carrega enquanto designação de um movimento intelectual, assim como para a potência universalizante que desconsidera a pluralidade de questões e ansiedades que caracterizam os espaços e histórias marcados pela experiência da colonização.

Se Shohat e McClintock se concentram em problemas conceituais, Arif Dirlik (1996) faz uma crítica da relação entre a posição geográfica e institucional dos intelectuais pós-coloniais e as ideias que defendem. O autor afirma provocativamente que o pós-colonial só passa a existir a partir do momento em que os intelectuais do terceiro mundo chegam à academia do primeiro mundo (DIRLIK, 1996, p. 294).

A partir de uma perspectiva marxista, Dirlik desenvolve uma das críticas mais contundentes ao projeto intelectual pós-colonial. O autor não considera o discurso pós-colonial inovador, no que diz respeito aos temas e preocupações que apresenta. A maior parte desses temas antecederia o aparecimento dessa designação, mas teria permanecido na obscuridade por não haver interesse ou espaço nos centros de produção de conhecimento do primeiro mundo em difundir-los. Assim, provavelmente já haveria uma *consciência pós-colonial*, antes mesmo de ter sido rotulada como tal.

Para Dirlik, o espaço para a acomodação das críticas feita a partir de perspectivas não-ocidentais só teria sido aberto por uma reconfiguração do capitalismo global. Resumidamente, essa nova etapa da produção capitalista poderia ser caracterizada pela globalização do processo de produção. A fragmentação da produção em territórios distintos teria gerado um enfraquecimento das fronteiras e a replicação dentro das nações

de desigualdades antes associadas à assimetria causada pela colonização. Ao se fazer presente no mundo todo, o capitalismo teria que negociar sua implementação com culturas, sistemas políticos e valores religiosos diferentes. Isso tornaria necessária uma reconceituação de modernidade e de desenvolvimento, de forma tal que integrasse — ainda que subalternamente dentro do discurso eurocêntrico do capital — essas perspectivas dissonantes provenientes de outras sociedades antes destinadas a permanecer nas margens.

Nesse contexto, a absorção pelas universidades centrais do primeiro mundo dos intelectuais do terceiro mundo críticos à hegemonia teórica ocidental teria sido uma forma de neutralização do potencial destrutivo que poderiam ter em seus países de origem. Se antes eles poderiam sugerir novas possibilidades políticas e culturais, nas universidades do primeiro mundo elas estariam devidamente domesticados nos departamentos de humanidades. Assim, a estratégia de se legitimar esses intelectuais dentro de um projeto intelectual de primeiro mundo, seria uma maneira de manutenção da hegemonia ocidental nessa nova fase do capitalismo, que exige uma certa qualidade multicultural ou cosmopolita.

Ao chegarem nas universidades dos Estados Unidos ou do Reino Unido, esses intelectuais se veriam de frente a um novo conjunto de questões em relação às maneiras pelas quais se identificam e são identificados. Daí viria a obsessão dos pós-coloniais com temas como a hibridização e diálogos transnacionais, por exemplo. Anthony Kwame Appiah (2010) define bem essa condição como sendo a de uma *intelectualidade comprista*:

um grupo de escritores e pensadores relativamente pequeno, de estilo ocidental e formação ocidental, que intermedeia, na periferia, o comércio de bens culturais do capitalismo mundial. No Ocidente, eles são conhecidos pela África que oferecem; seus compatriotas os conhecem pelo Ocidente que eles apresentam à África e por uma África que eles inventaram para o mundo, uns para os outros e para a África. (APPIAH, 2010, p. 208).

Esses intelectuais possuem, portanto, uma função de intermédio e tradução entre mundos distintos. Função extremamente importante e ao mesmo tempo tensa, cujo caráter criativo envolve uma considerável responsabilidade política.

No entanto, Dirlik aponta como a expressão maior do discurso pós-colonial não é a questão da identidade, mas um poder recém-descoberto. Esses intelectuais teriam

conquistado uma imensa respeitabilidade nos círculos acadêmicos de primeiro mundo, através da reciclagem de temas e preocupações já anteriormente trabalhados nos países de terceiro mundo de forma difusa. Ao reunirem essas questões sob o termo pós-colonial, e chamando para si mesmos a criação desse discurso, esses intelectuais teriam garantido uma posição de destaque nas principais universidades do Ocidente.

Visto isso, Dirlik define o discurso pós-colonial como sendo mais que uma caracterização da condição gerada pela reconfiguração do capitalismo no final do século XX feita do ponto de vista desses intelectuais diaspóricos nas universidades de primeiro mundo. Melhor explicado nas palavras do próprio autor,

The current global condition appears in the discourse only as a projection of the subjectivities and epistemologies of First World intellectuals of Third World origin; the discourse constitutes the world in the self-image of these intellectuals, which makes it an expression not of powerlessness but of newfound power. (DIRLIK, 1996, p. 305)

Portanto, Dirlik invalida o pós-colonial como uma descrição precisa de uma condição global contemporânea ou dos países que emergiram das guerras de descolonização do século XX. Para ele, o discurso pós-colonial seria constituído sobretudo pela experiência de deslocamento de intelectuais do terceiro mundo para posições de prestígio no mundo acadêmico, possibilitado pela reconfiguração das forças produtivas capitalistas. Seu conteúdo seria de muito pouco interesse para intelectuais periféricos e teria mais a ver com estratégias de afirmação e consolidação de lugares de fala de um determinado grupo específico de intelectuais.

A crítica de Dirlik possui dois problemas mais evidentes. O primeiro deles é o de não levar em consideração a reflexividade interna — uma das marcas mais fortes dos pós-coloniais — e tratar do campo de uma maneira homogeneizadora. O segundo diz respeito à relação imediata que o autor traça entre as mudanças no capitalismo e os movimentos acadêmicos, desconsiderando qualquer capacidade de agência autônoma por parte dos intelectuais envolvidos. Dirlik deixa também de explicar *como* exatamente os temas pós-coloniais, ainda que decorrentes de condições subjetivas muito específicas, deixam de ter qualquer relevância para outros contextos. Mas ainda assim, Dirlik tem o mérito de incitar uma análise mais precisa dos lugares de fala de onde o pós-colonial vem sendo enunciado.

Preocupado em pensar as possibilidades de interlocução entre o pós-colonial e as agendas intelectuais latino-americanas, Walter Mignolo (1993) chega a apontamentos

similares. Consultando o vasto e diverso repertório de debates intelectuais do subcontinente, Mignolo identifica diversos elementos que hoje seriam caracterizados como pós-coloniais pelo circuito acadêmico anglo-saxão. Discussões sobre as formas de hibridização racial e cultural, ou sobre as relações entre assimetrias geopolíticas globais e a produção de conhecimento e cultura, por exemplo, seriam já conhecidas e amplamente desenvolvidas em outros contextos periféricos. Mignolo defende, a partir disso, que grande parte dos temas que caracterizam os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma novidade para o mundo intelectual latino-americano.

O outro ponto importante destacado pelo autor diz respeito à diferença entre as agendas teórico-políticas dos intelectuais pós-coloniais — provenientes da periferia mundial que construíram algo como uma perspectiva pós-colonial a partir de sua atuação nas academias ocidentais — e aqueles intelectuais que continuam a pensar e escrever em seus países de origem. Se os intelectuais migrantes têm que encarar questões relacionadas a sua função de intermédio, de tradução cultural, por exemplo, os que continuam na Ásia, África ou na América Latina têm de lutar para resistir às formas de colonialismo contemporâneas — inclusive a acadêmica, decorrente desse modelo eurocentrado de circulação de ideias.

Os aspectos problemáticos associados ao pós-colonial se situam então, por um lado, no próprio termo ‘pós-colonial’. Conforme apontam Shohat e McClintock, sua relativa indefinição criaria condições para que fossem feitas algumas inferências e deduções capazes de destituir o potencial subversivo-transformador de todo o conhecimento produzido e identificado como pós-colonial. Mais que isso, criaria condições para que fossem feitas até interpretações contrárias a muitas das ideias que os pós-coloniais tendem a defender, como, por exemplo, a de uma história única universal.

Por outro lado, Dirlik e Mignolo chamam a atenção para o caráter situado do pós-colonialismo, de seus temas e questões. Produzido e enunciado a partir de perspectivas teóricas, geográficas, institucionais e subjetivas muito específicas, os conceitos e modelos de análise pós-coloniais não poderiam ser cruamente adotados em outros contextos. Se partimos da premissa mais básica da sociologia do conhecimento de que todo e qualquer saber é necessariamente situado, as análises de Dirlik e Mignolo não constituem propriamente uma novidade. No entanto, ambos ajudam a entender mais especificamente *como* esse conhecimento é situado, especialmente a partir da importância conferida às condições específicas de migrantes de grande parte dos autores pós-coloniais.

1.4 América Latina, o giro decolonial e a colonialidade do poder

Mesmo que tenha sido a partir das experiências de ex-colônias britânicas e francesas na África e na Ásia que a perspectiva pós-colonial tenha sido tematizada e debatida, ela passa progressivamente a interessar estudiosos que têm como objeto questões referentes a outros locais que, ou faziam parte da geografia imaginada do terceiro mundo, ou tinham passado pela experiência da colonização. Assim, abre-se espaço para pensar lugares como a Austrália ou a América Latina a partir de uma abordagem pós-colonial.

Atentos a esse movimento, uma série de intelectuais latino-americanos vai se engajar criticamente, a partir de outro ponto de vista, aos estudos pós-coloniais. Localizados em sua maioria nos departamentos de *Latin-American Studies*, esses intelectuais vão se preocupar principalmente com a recepção do referencial teórico pós-colonial e com o rendimento heurístico que ele pode ter para se pensar os problemas que afligem o subcontinente.

Uma das críticas mais contundentes vai ser feita por Jorge Klor de Alva (1995). A partir de uma recapitulação do processo histórico de formação dos países latino-americanos e da discussão sobre o conceito de colonialismo, o autor chega à conclusão de que o ‘pós-colonial’ é um referencial inadequado para se tratar do subcontinente. Como já foi visto, o conjunto de temas e questões que estruturam a perspectiva pós-colonial parte principalmente de especificidades históricas relativas às ex-colônias britânicas asiáticas e africanas. Da mesma maneira que as repúblicas latino-americanas, essas ex-colônias — cujas experiências históricas serviram de ponto de partida para a teoria pós-colonial — passaram por um processo de emancipação política e econômica das nações imperiais europeias. No entanto, Alva afirma não ter ocorrido na América Latina uma separação social nem cultural das metrópoles, o que faz com que sua história e configuração atual não possam ser pensadas pela chave pós-colonial.

Diferentemente de países como a Índia ou a Nigéria, as guerras de independência e a construção dos estados nacionais latino-americanos não envolveram a participação da população nativa. Isso ocorreu porque a colonização nas Américas relegou aos indígenas uma posição periférica, decorrente tanto do colapso demográfico causado pelo contato com os brancos como da progressiva perda de autonomia dessas populações. Assim, para o autor, o processo histórico de formação das Américas foi mais marcado pelo genocídio e marginalização das populações nativas e pela assimilação de mestiços do que pelo *colonialismo* propriamente dito. Em vez do controle sobre as populações locais, a ação

européia no continente poderia ser melhor caracterizada por uma limpeza étnica e subsequente construção de versões diferentes das sociedades metropolitanas pelos *criollos* — descendentes de europeus nascidos na América — e mestiços, ambos filiados culturalmente às tradições ocidentais.

Como as guerras de independência foram realizadas sob a liderança dessa elite euro-americana, é possível dizer que os processos de independência e a emancipação do domínio colonial europeu nas Américas não envolveram uma revisão dos modelos civilizacionais ocidentais. Para Alva, as motivações dos movimentos de independência política americanos da Espanha e de Portugal seriam de outra ordem. Nas palavras do próprio autor:

this contest, fought primarily for economic autonomy though necessarily under the guise of political liberation, was not an anticolonial struggle for independence but rather a separatist struggle waged between two parts of the same imperium. (ALVA, 1995, p. 257)

Dessa maneira, por estarem reagindo mais às imposições do poder central que iam contra seus interesses do que a um suposto controle total sobre as colônias, os movimentos de emancipação do domínio metropolitano nas Américas poderia ser melhor compreendido como uma espécie de *separatismo* do que por um processo de descolonização. Sob a liderança de euro-americanos, esses países recém emancipados constituíram suas identidades nacionais conferindo grande privilégio às mesmas práticas, valores e crenças de seus ex-colonizadores. Assim, os imperativos de expansão da economia de mercado e do controle do Estado continuam vigentes, mesmo que sob o comando de outras mãos. Mais que isso, as relações de dominação raciais estabelecidas no âmbito colonial foram, via de regra, conservadas no arranjo político-social desses novos países. Tanto as populações indígenas que continuavam se identificando como tais, como as populações negras descendentes de africanos escravizados continuaram a ocupar posições subalternas. Por essas razões, o autor afirma que a América Latina não sofreu um processo de descolonização (ALVA, 1995, p. 247).

Visto isso, abordar os temas referentes a contextos latino-americanos a partir de uma narrativa histórica pós-colonial seria uma estratégia teórica e política equivocada. Por um lado, não permite compreender as particularidades dos processos históricos de formação do continente sob a hegemonia de paradigmas civilizacionais europeus. Tampouco permite compreender seus efeitos no mundo contemporâneo, especialmente no que diz respeito a como o processo de enraizamento de um projeto europeu na América criou imensas assimetrias entre aqueles que se viam como representantes da civilização e seus *outros* —

notadamente, indígenas e descendentes de africanos escravizados. Mas, por outro lado, a caracterização da América Latina como um continente pós-colonial nivela a dominação política e econômica de europeus sob a elite branca latino-americana durante o período colonial com a opressão e marginalização sofrida por grupos subalternizados até hoje.

Se a periodização e caracterização pós-colonial é tão incongruente com a configuração dos países latino-americanos, o que explicaria a crescente tendência de aproximação entre esses dois referenciais? O uso indiscriminado do termo ‘pós-colonial’ na academia é interpretado por Alva como uma estratégia de reconhecimento. Conforme o termo foi se disseminando, especialmente para tratar do antigo *terceiro mundo*, chamar para si o ‘pós-colonial’ é uma forma de evidenciar injustiças, abusos e assimetrias de poder, ao mesmo tempo que enunciar o termo contribui na reivindicação por liberação e justiça social. Nesse contexto, uma série de grupos subalternizados evocam o termo, mesmo que não tenham passado pela experiência histórica da colonização, principalmente pelas associações que ele carrega consigo. Nesse sentido, a tentativa de se pensar temas e questões referentes à América Latina a partir do referencial pós-colonial é compreendida pelo autor como uma forma de chamar atenção para a possibilidade de oposição aos discursos e práticas (neo)imperialistas que afligem o subcontinente.

No entanto, mesmo compreendendo essa dimensão do uso da aproximação entre ‘pós-colonial’ e ‘América Latina’, Alva reclama uma utilização mais cuidadosa do termo. Se há alguma aproximação possível, seria uma mais específica, tendo como referente alguns grupos subalternizados — como os indígenas e negros — e não em relação ao subcontinente como um todo. Portanto, de acordo com Alva, o desafio que o ‘pós-colonial’ coloca para os intelectuais latino-americanos é o do desenvolvimento de terminologias mais precisas, distinguindo diferentes formas de ocupação, de dominação política e circunstâncias de dependência econômica, deixando de colocar tudo na conta do colonialismo.

O conceito de *colonialidade do poder*, de Aníbal Quijano (1992), é um exemplo desse esforço de desenvolvimento de ferramentas teóricas mais apropriadas para a compreensão da experiência latino-americana da colonização e seu legado. Da mesma maneira que Alva e muitos outros autores, Quijano identifica na América Latina a persistência de relações de poder semelhantes às que foram instauradas pela colonização ibérica, mesmo após mais de dois séculos de seu fim oficial. A colonialidade do poder busca justamente dar conta desse quadro, em que as relações de subordinação estabelecidas com base em diferenças étnicas ou raciais nas esferas econômica, política e simbólica não se extinguiram com as independências políticas no continente.

Mas para além de indicar essa continuidade, o conceito também seria proposto como forma de contemporizar processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade (BALLESTRIN, 2013, p. 100). As discriminações sociais identificadas hoje como *raciais* ou *étnicas*, por exemplo, poderiam ser repensadas a partir dele. Uma vez que a colonialidade do poder torna presente a experiência colonial, ele incitaria um retorno a como as estruturas de dominação da Europa sobre o resto do mundo foram se construindo a fim de se compreender os termos que essas cisões raciais, étnicas e culturais se deram. Dessa maneira, seria possível evitar que essas construções intersubjetivas sejam tratadas de maneira despolitizante e a-histórica, como mero efeito de diferenças biológicas ou culturais previamente dadas.

O conceito de colonialidade do poder seria também útil para a compreensão da hegemonia do elemento civilizacional europeu em sua historicidade. Aqui, para além de fatores conjunturais, a posição de superioridade do Ocidente em relação ao resto do mundo é vista como parte de um longo processo. Nesse sentido, nos convoca a revisitar a sistemática e longínqua repressão que recaiu sobre os modos de conhecer, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens, sistemas de imagens, símbolos, modos de significação; sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual que não se prestavam ou se opunham aos interesses europeus (QUIJANO, 1992, p. 438). Por outro, permitiria voltar ao momento em que o repertório simbólico europeu se internaliza no imaginário do sujeito colonizado e se torna um modelo cultural universal. De acordo com o autor, os colonizadores apresentaram uma imagem mistificada de sua própria cultura e a converteram à condição de acesso ao poder na sociedade colonial. Aliado a isso, os países sede do poder colonial, mesmo já destituídos de sua posição oficial de colonizadores, transformaram as versões mistificadas de uma suposta trajetória e tradição cultural europeia em modelo de acesso ao progresso, desenvolvimento ou modernidade.

O conceito de colonialidade do poder, portanto, possui muitos pontos em comum com o 'pós-colonial'. Ambos propõem uma revisão das relações de dominação no mundo contemporâneo a partir das interações estabelecidas pela expansão colonial europeia a partir do século XIV. Além disso, também convergem na crítica às formas eurocêntricas de conhecimento e ainda possuem o mesmo referencial ético de descolonização do mundo e das formas de conhecimento. No entanto, ao contrário do 'pós-colonial', a colonialidade do saber não dá margem a qualquer possibilidade de se interpretar o colonialismo como um fenômeno superado.

Não por acaso, esse conceito foi desenvolvido a partir da experiência latino-americana. Ao contrário do que ocorre a partir da experiência mais recente de descolonização dos países asiáticos ou africanos, na América Latina a crítica às relações de dominação de origem colonial não pode se direcionar mais somente às suas metrópoles. Espanha e Portugal não só não possuem mais oficialmente qualquer ingerência sobre os assuntos de suas ex-colônias americanas, como também não servem de modelo civilizacional ou cultural. Com o passar do tempo, essa posição alternou entre outros países, como França, Inglaterra e Estados Unidos, sem que, no entanto, as estruturas de poder fossem significativamente alterada. A partir desse quadro, Quijano é levado a buscar algo como uma lógica colonial que transcenda o controle direto de um Estado soberano sobre outras populações e territórios. A colonialidade do poder, portanto, é o conceito que busca dar conta desse fenômeno de inscrição da colonização europeia no interior dos países, o que faz com que o controle político e militar direto da Europa sobre o resto do mundo seja desnecessário para que a realização dos interesses ocidentais no mundo.

Walter Mignolo (1993, 2000) se dedica a pensar sobre como essas particularidades da experiência histórica latino-americana podem proporcionar um ponto de enunciação privilegiado para tratar de certas questões caras ao projeto intelectual pós-colonial. Por essa razão, a discussão de temas pós-coloniais na América Latina não poderia ter a crítica pós-colonial produzida a partir da experiência da colonização britânica e teorizada na língua inglesa como um paradigma teórico fechado. Tendo isso em vista, o autor se propõe a pensar em possibilidades de recepção dos estudos pós-coloniais no subcontinente. Mignolo tem um diagnóstico distinto de Alva e aponta que, por mais difundido que o ‘pós-colonial’ possa ser entre os *Area Studies* nas universidades ocidentais, ele raramente aparece como referencial teórico utilizado em países no terceiro mundo.

Isso não ocorreria, no entanto, por um suposto atraso *normal* no que diz respeito à assimilação de modelos teóricos de ponta produzidos nas universidades de *primeiro mundo*, que pouco a pouco seriam difundidos até serem plenamente incorporados a meios intelectuais periféricos. Cair nessa lógica significaria revalidar uma geopolítica do trabalho intelectual profundamente comprometida com a lógica do domínio ocidental sobre o resto do mundo. Dessa forma, Mignolo se nega a pensar na perspectiva pós-colonial como um produto intelectual dos centros hegemônicos de produção de conhecimento que deve ser incorporado pelo resto do mundo nomeado como *pós-colonial* a partir desses mesmos centros.

Mignolo chama atenção para uma diferença importante entre as dinâmicas de trabalho dos pós-coloniais *canônicos*, muito marcados pela condição de migrantes, e dos intelectuais

periféricos que continuam a pensar e escrever em seus países de origem. Se os intelectuais migrantes têm que encarar questões relacionadas a sua função de intermédio, por exemplo, os que continuam na Ásia, África ou na América Latina têm de lutar para resistir às formas de colonialismo contemporâneas — inclusive a acadêmica, decorrente desse modelo de circulação de ideias. Diante disso, o pós-colonial não pode simplesmente ser transplantado para os circuitos acadêmicos latino-americanos sem que se faça a pergunta que o autor vê como mais básica: “who is writing about where and why?” (MIGNOLO, 1993, p. 122). Assim, a recepção do ‘pós-colonial’ em um contexto tão diverso como a América Latina exigiria uma consideração minuciosa dos interesses, preocupações e mecanismos institucionais que engendram seu discurso.

Para além do perigo do colonialismo acadêmico, Mignolo identifica ainda um outro empecilho para a filiação latino-americana ao referencial pós-colonial. Consultando o vasto e diverso repertório intelectual do subcontinente, é possível encontrar diversos temas e questões que hoje seriam caracterizados como pós-coloniais na academia norte-americana ou britânica. Discussões sobre as formas de hibridização racial e cultural, ou sobre as relações entre assimetrias geopolíticas globais e a produção de conhecimento e cultura, por exemplo, seriam já conhecidas e amplamente desenvolvidas em alguns meios intelectuais apartados dos estudos pós-coloniais. Nesse contexto, grande parte dos estudos pós-coloniais, em sua acepção canônica, não constitui propriamente uma novidade para o mundo intelectual latino-americano.

Ainda assim, Mignolo reconhece possíveis benefícios da interlocução entre as agendas intelectuais da América Latina e as questões e aberturas possibilitadas pela gramática crítica pós-colonial. O autor acredita que a tradição de questionamento na América Latina do colonialismo intelectual e de dependência cultural se aproxima bastante do projeto intelectual pós-colonial, uma vez que ambos marcam a emergência de novas posições de enunciação reconhecidas como legítimas no âmbito da produção de conhecimento. Como marcam um esforço de deslocamento de premissas epistemológicas, esses movimentos estariam, cada um a sua maneira, transformando o *status* do *não-Occidente* na divisão global do trabalho intelectual. O antigo terceiro mundo deixa de existir somente como um lugar a ser estudado e passa a ser um lugar — ou melhor, uma multiplicidade de lugares — a partir do qual se pode falar (MIGNOLO, 1993, p. 123).

Mignolo identifica esse traço em comum entre esses autores latino-americanos e os estudos pós-coloniais, mas também entre eles outra série de discursos intelectuais críticos, que buscam negociar condições de subalternidade — política, cultural, racial, de gênero etc —

causada pelo domínio europeu sobre o mundo desde o século XIV. As discussões que marcam a emergência da voz da mulher, do negro, do colonizado e até mesmo as vozes dissonantes dentro do próprio Ocidente seriam parte de um mesmo movimento. Essa compreensão seria possível, para o autor, uma vez que todas as correntes teórico-políticas que se ocuparam desses temas possuem em comum o questionamento dos mecanismos inerentes à produção de conhecimento das humanidades e ciências sociais que reproduzem a centralidade da hegemonia ocidental sobre o mundo, assim como o silenciamento de determinadas vozes. Assim, eles seriam parte de uma perspectiva mais geral, que o autor chama ora de *pensamento liminar*, ora de *razão subalterna* ou até mesmo de *pós-colonialidade*.

Nesse sentido, o 'pós-colonial' não pode ser considerado como um paradigma revolucionário sem precedentes na história intelectual mundial. Tampouco deve ser imposto como referencial teórico adequado às sociedades que são, da perspectiva ocidental, unificadas sob algum termo como *terceiro-mundo*, *mundo subdesenvolvido* ou *mundo pós-colonial*. Em vez disso, Mignolo propõe, da mesma maneira que Ella Shohat, que os estudos pós-coloniais sejam discutidos como uma prática teórica específica situada geograficamente, historicamente e institucionalmente. Assim, seria possível afirmar que esse campo seria um dentre vários outros campos que compõem o que o autor chama de *pensamento liminar*.

Para Mignolo, as contribuições teóricas que o 'pós-colonial' podem trazer para as discussões em outros campos seriam decorrentes da especificidade do lugar de onde esse referencial é enunciado, e não de sua validade como um universal. Ao colocar a perspectiva pós-colonial e as discussões travadas a partir de outros referenciais teóricos em pé de igualdade, o autor evita os perigos de um colonialismo acadêmico que poderia advir de uma possível recepção acrítica dos estudos pós-coloniais na América Latina. Se a posição de enunciação pós-colonial dos intelectuais provenientes das ex-colônias britânicas na academia dos Estados Unidos e da Inglaterra é privilegiada para tratar de certas questões, a posição de enunciação latino-americana o é para tratar de outras. Por se tratarem de perspectivas diferentes acerca de questões similares, a interlocução realizada nesses termos seria frutífera para ambos os lados.

Uma das críticas mais importantes feitas a partir de uma perspectiva latino-americana se direciona ao conceito de modernidade com o qual os pós-coloniais trabalham. De modo geral, é possível afirmar que o 'pós-colonial' busca desestabilizar o eurocentrismo e suas formas de conhecimento a partir da crítica a uma modernidade que começa com o Iluminismo, no século XVIII. Enrique Dussel (2005) aponta que essa é uma concepção hegemônica de modernidade, e é a mesma utilizada por um discurso auto-valorativo ocidental. De acordo com o autor, essa

concepção seria ela mesma eurocêntrica, uma vez que indica como pontos de partida da modernidade fenômenos intra-europeus, como a reforma protestante, o iluminismo e a revolução francesa. Essa concepção seria um tanto falha, uma vez que deixaria de lado o papel decisivo que Espanha e Portugal tiveram a partir do século XVI. Dussel aponta que o destaque que o Ocidente conseguiu em relação a outras civilizações do *velho-mundo* — o qual acostumamos a chamar de modernidade — decorrem não de um desenvolvimento intelectual endógeno como a racionalidade científica e secularização da vida. A modernidade, como um novo paradigma de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge no final do século XV com a acumulação de riqueza, conhecimento e experiência que a conquista das Américas pelos espanhóis e portugueses proporcionou (DUSSEL, 2005, p. 28).

Desse modo, a modernidade que Dussel propõe é mundial e indissociável do movimento expansionista europeu que resultou em séculos de colonialismo. Nesse sentido, a colonização pode ser compreendida como a face obscura da modernidade, propositalmente ocultada nas narrativas hegemônicas do Ocidente sobre si mesmo como uma forma de afastamento da brutalidade que marcou sua relação com o resto do mundo. A crítica à concepção eurocêntrica de modernidade de Dussel implica uma reconsideração da crítica pós-colonial, que toma a racionalidade iluminista como fundante do discurso colonial e, portanto, o colonialismo inglês e francês como paradigmas do que foi a experiência colonial propriamente moderna. O conceito de modernidade mundial de Dussel, portanto, chama atenção para o fato que o continente americano foi a primeira zona de contato e campo de batalha para a implementação de ideias sobre civilização, evangelização, império e diferença racial (SALVATORE, 2010, p. 336). Um deslocamento da posição central que a Europa ocupa na produção do conhecimento envolveria, portanto, uma reconsideração de como os principais conceitos e ideias que organizaram a compreensão eurocêntrica do mundo foram forjados desde as primeiras experiências de controle colonial de territórios e populações nas Américas.

A partir dessas discussões, é possível afirmar que a aproximação entre um cânone pós-colonial e a América Latina é permeada por uma tensão, bem resumida na seguinte passagem de Fernando Coronil (2013):

As the offspring of a tense marriage between anti-imperial critique and metropolitan privilege, postcolonial studies is permeated by tensions that also affect its reception, provoking sharply different evaluations of its significance and political implications. While some analysts see it as an academic commodity that serves the interests of global capital and benefits its privileged

practitioners (Dirlik 1994), others regard it as a paradigmatic intellectual shift that redefines the relationship between knowledge and emancipatory politics (Young 2001). This debate helps identify what in my view is the central intellectual challenge postcolonial studies has raised: to develop a bifocal perspective that allows one, on the one hand, to view colonialism as a fundamental process in the formation of the modern world without reducing history to colonialism as an all-encompassing process and, on the other hand, to contest modernity and its Eurocentric forms of knowledge without presuming to view history from a privileged epistemological standpoint (CORONIL, 2013, p. 416).

Assim, pensando com Coronil, a recepção dos estudos pós-coloniais na América Latina deve ser acompanhada tanto de uma desconfiança e senso crítico aguçado, como do reconhecimento de que os estudos pós-coloniais fornecem novos pontos de vista, questões e conceitos que podem enriquecer as discussões sobre os impasses que afligem a região.

1.5 A perspectiva pós-colonial

Por mais que o pós-colonial tenha se consolidado a partir de um cenário disciplinar específico de uma região do mundo específica, muito do que foi produzido sob essa rubrica recebeu atenção de intelectuais de áreas disciplinares e geográficas diversas. Assim, mesmo tendo marcas que denunciam sua origem literária e anglófona — especialmente norte-americana — os estudos pós-coloniais consolidaram sua grande abrangência por tocar em questões caras a uma série de campos de conhecimento. Isso torna possível afirmar que o pós-colonialismo extravasa seu reduto originário e passa a ser um movimento intelectual difundido entre as várias Ciências Sociais e Humanidades. O processo de expansão e diversificação dos usos e referências ao pós-colonial, ainda que tenha sido realizado por vezes de maneira pouco cuidadosa, faz com que não seja interessante restringir seu alcance a um conjunto pequeno de teorias, jargões ou textos clássicos (LOMBA et al., 2005, p. 35).

Para além de um campo disciplinar, o pós-colonial se constituiu como uma entidade porosa que absorve estudos feitos em disciplinas como a História ou a Antropologia, sem que se reivindique a identificação com um campo específico (BRENNAN, *apud* LOMBA et al., 2005, p. 03). Mesmo que comporte uma enorme diversidade, esse projeto é ainda pautado por alguns consensos, principalmente no que diz respeito às críticas feitas à produção de conhecimento das ciências sociais e humanas e a algumas alternativas teóricas propostas. Essa dimensão ampliada do pós-colonial é sem

dúvida a mais presente no debate contemporâneo e uma série de investigações acadêmicas podem ser identificadas como parte desse projeto intelectual, mesmo que não declaradamente. Portanto, mais do que um tempo histórico ou um ramo de estudos literários, o sentido do pós colonial enquanto uma *perspectiva, projeto intelectual, prática teórica* (SCHWARZ, 2005, p. 04) ou *espaço conceitual* (HALL, 2006, p 244) é o mais importante a ser compreendido. A fim de se realizar uma interlocução mais esclarecida com outras disciplinas, especialmente as das Ciências Sociais, se faz necessária uma compreensão mínima das questões, debates e consensos que constituem essa perspectiva pós-colonial.

A preocupação mais evidente disso que estamos chamando de perspectiva pós-colonial, como já mencionado anteriormente, parece ser com a relação entre a produção de conhecimento e projetos de poder. De modo algum essa questão é particular aos pós-coloniais, já tendo sido trabalhada a partir de outras correntes teóricas, como o Marxismo e o Pós-estruturalismo. Entretanto, esse tema do saber-poder se alia a uma narrativa que busca reler a história global a partir da relação de dominação colonial. Isto posto, essa questão é trabalhada mais especificamente na perspectiva pós-colonial principalmente como maneira de alertar para como as formas pelas quais estudamos o mundo estão implicitamente estruturadas ao domínio imperial do mundo pela Europa (SCHWARZ, 2005, p. 04).

Essa questão mais geral aparece mais claramente na atividade intelectual pós-colonial como um certo compromisso com a questionamento e análise tanto de legados da colonização histórica quanto de injustiças produzidas por formas renovadas de colonialismo. Um outro compromisso é com a formação de uma nova epistemologia menos comprometida com o caráter eurocêntrico, patriarcal, racista e capitalista da modernidade e de suas formas de conhecimento (BRINGEL e DOMINGUES, 2015). Nessa seção, busco brevemente analisar alguns temas provenientes do pós-colonialismo que caracterizam uma abordagem específica da relação entre saber e poder e que apontam para novas possibilidades de produção de conhecimento nas ciências sociais.

Hibridismo Cultural

Uma preocupação característica da perspectiva pós-colonial é a de se chegar a uma nova concepção de sujeito e de identidade que dispense por completo a fixidez e a coerência de acordo com algum princípio imanente ou transcendente. A epistemologia

ocidental favorece uma concepção de mundo segmentada, com sociedades e indivíduos estanques, cuja interação já é pré-determinada pelo repertório prévio de cada um. De uma maneira geral, é consensual entre os pós-coloniais que esse traço essencializante da epistemologia moderna é problemático. Por um viés teórico, essa concepção de sujeito não dá conta da complexidade da constituição das identidades no mundo globalizado contemporâneo, atravessadas sempre por processos — harmoniosos ou conflitivos — de interpenetração de dois ou mais referentes culturais. Já por uma perspectiva política, essa concepção estática de sujeito e de identidade deslegitima todos aqueles que não são sempre *iguais a si mesmos*, ou, em outras palavras, só dá lugar àqueles projetos e condutas que reifiquem uma identidade previamente consolidada.

Essa questão assumiu importância nos estudos pós-coloniais principalmente pela discussão sobre cultura, etnicidade, nação. Uma das referências principais em relação a essa temática é Homi K. Bhabha. Em *The Commitment to Theory* (1988), o autor traça uma distinção entre ‘diversidade cultural’ e ‘diferença cultural’ que pode ser bastante ilustrativa do ponto de vista de como essa temática do sujeito e identidade vem sendo trabalhada. ‘Diversidade cultural’ é, de acordo com o próprio Bhabha:

Cultural diversity is the recognition of pre-given cultural 'contents' and customs, held in a time-frame of relativism; it gives rise to anodyne liberal notions of multiculturalism, cultural exchange, or the culture of humanity. Cultural diversity is also the representation of a radical rhetoric of the separation of totalized cultures that live unsullied by the intertextuality of their historical locations, safe in the Utopianism of a mythic memory of a unique collective identity. (BHABHA, 1988, p. 18)

Essa definição de ‘diversidade cultural’ comporta a crítica à concepção de sujeito e de identidade próprias do Ocidente moderno. É possível perceber aí um exemplo de como uma visão de mundo é inseparável da maneira como se pensa a política. A noção de ‘diversidade cultural’ seria, portanto, inadequada, dada a sua incapacidade de lidar com a maneira complexa e ambivalente pelas quais as culturas se constituíram em processos de interação transcultural. Visto isso, Bhabha sugere um modelo teórico que pense a cultura como um constructo em permanente mudança, através da demarcação de diferença de um outro em situações contingentes, de forma sempre relacional. Como o autor afirma, o problema do cultural emerge somente nas fronteiras significatórias entre as culturas, onde significados e valores são (mal) lidos ou signos são mal empregados (BHABHA, 1998, p. 63). Por isso, Bhabha sugere o modelo da ‘diferença cultural’, que leva em consideração

sempre a configuração de forças presente no momento da enunciação que faz demarcação cultural necessária. O autor propõe, assim, pensar em *identificações* culturais engendradas a partir de contextos de enunciação específicos em vez de *identidades* culturais reificadas.

É um modelo, portanto, que inclui necessariamente a temática da hibridização cultural, impedindo que se chegue a noções de identidade autoreferenciadas em uma era marcada pela intensa circulação de ideias, produtos e estéticas através de fluxos globais. Assim, as ressignificações — constitutivas de qualquer formação cultural — podem ser abordadas como parte do jogo de enunciação cultural, sem que sejam interpretadas como ambivalência ou incoerência anômala.

Assim, o tema do hibridismo cultural não aparece nos estudos pós-coloniais como eco de certas leituras do processo de constituição de identidades a partir de referenciais culturais distintos como próprios de uma modernidade globalizada. Trata-se, em vez disso, de formular uma ferramenta analítica capaz de dar conta do processo inter-subjetivo de demarcação de diferenças e semelhanças constitutivos de *qualquer* processo de constituição identitária. O hibridismo cultural tal qual pensado aí busca também ressaltar o caráter contingente de qualquer definição identitária: identificações e distanciamentos são valorizados ou não dependendo da situação de enunciação específica. O foco aqui sai de processos de autodefinições culturais autóctones e passar a repousar nas interações, diálogos e traduções que levam sujeitos ou sociedades a desenvolverem o senso de um *eu* e de um *outro* cultural.

Anti-binarismo

A consideração do caráter necessariamente híbrido dos sujeitos e culturas faz com que qualquer relação entre colonizador e colonizado, ocidental e oriental, branco e negro tenha que ser complexificada. Os pós-coloniais querem geralmente complexificar essas antinomias, uma vez que elas tendem a suprimir o caráter relacional complexo das identificações, os processos de hibridização e os múltiplos posicionamentos políticos e epistemológicos que podem advir daí.

Por isso, é possível considerar como uma marca fundamental da perspectiva pós-colonial a desconfiança das oposições binárias. Essa herança pós-estruturalista leva a um diálogo intenso entre o projeto pós-colonial e outras correntes interessadas na desconstrução política de binarismos conceituais, principalmente os estudos de raça e gênero. O desconstrucionismo aponta para o fato de que, além de simplificadores, essas

oposições são compostas por elementos hierarquizados. Em binômios como homem/mulher, civilizado/bárbaro ou mente/corpo é evidente a superioridade de um elemento sobre o outro. A articulação de pares conceituais antitéticos no plano cognitivo está, portanto, em plena correspondência com as relações de poder no plano da vida material. Atentos a essa conexão, os pós-coloniais retiram do método desconstrucionista estratégias conceituais para minar as diferenças ostensivas entre centro e margens, entre cultura do colonizador e do colonizado (MURFIN e RAY, 2008, p.396).

Uma oposição cara tanto às Ciências Sociais quanto aos estudos pós-coloniais é a construída entre modernidade e tradição. Grande parte do poder desse binômio vem do destaque que a sociologia da modernização conquistou a partir do pós-guerra, tanto no debate acadêmico como no político. Esse braço da sociologia emergiu como um discurso capaz de dar conta das desigualdades globais, em um mundo eximido do controle político oficial por algumas potências imperiais. A visão mais geral desse campo era a de um mundo segmentado em sociedades nacionais, localizadas em estágios diferentes de acesso à modernidade unitária. De uma maneira resumida, a modernidade é concebida aí como um conjunto fechado de elementos tais como a economia industrial de mercado, secularismo, tecnologia científica e a política liberal (FERGUSON, 2005, p. 167).

Não por acaso, esses elementos são os mesmos que compõe uma versão auto-glorificadora da identidade ocidental. A construção dessa correspondência entre o conceito de modernidade e de civilização ocidental leva o Ocidente e seus afiliados a se verem como detentores exclusivos da modernidade — entendida aí como essencialmente benéfica — assim como dos caminhos que levam a ela. O resto do mundo, portanto, pode ser entendido a partir do conceito de tradição, comportando aí tudo que é percebido como diametralmente oposto e, assim, hierarquicamente inferior àquilo que se valoriza na composição da modernidade. A tradição, portanto, é percebida como uma incapacidade para a reflexão e para o domínio dos recursos naturais, implicando irracionalidade, afetividade, religiosidade, desigualdade, autoritarismo etc. Através desse conjunto de associações tomadas como premissa pela sociologia da modernização, é criada uma correspondência entre as oposições binárias da modernidade-tradição e a uma série de outras destinadas a diferenciar o Ocidente do resto do mundo, tais como civilização-bárbarie, cristianismo-paganismo etc. Sendo assim, a oposição entre modernidade e tradição se torna mais uma parte do discurso do Ocidente que representa a si mesmo como superior e sempre em oposição a um outro deficiente, conferindo legitimidade às ambições

colonialistas ocidentais. No mais, a insistência na tradição como forma de contrapor a racionalidade moderna a outros saberes e experiências, considerados tradicionais porque anteriores à modernidade, limita a possibilidade de crítica das estruturas conceituais sobre a qual as concepções ideológicas da modernidade se assentam (MENESES, 2008).

Tendo isso em vista, uma série de autores próximos do projeto pós-colonial vão se ocupar em mostrar que modernidade e tradição não são tão opostos assim. Diversos caminhos tem sido traçados para desconstruir esse binarismo e sua correspondência com a imaginação geográfica ocidental. O mais evidente nos estudos pós-coloniais, no entanto, tem sido o de situar espaços ou práticas tidos como fundamentalmente tradicionais no cerne da modernidade.

O trabalho de Paul Gilroy é paradigmático desse ponto de vista. Em *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness* (1993), o autor realiza dois movimentos importantes. Por um lado, ele afirma o caráter moderno da escravidão em larga escala. Ora, na compreensão binária hegemônica que opõe tradição e modernidade, um dos traços fundamentais na caracterização desta última — e um dos maiores motivos de orgulho do Ocidente liberal — seria o trabalho livre. O servo medieval, uma vez liberto dos laços que o prendiam a seu senhor e à terra, poderia na modernidade firmar contratos de trabalho livremente de acordo com suas capacidades e interesses. A escravidão seria uma forma de organização do trabalho própria de configurações sociais pré-modernas, alheias às noções de direitos humanos básicos. De acordo com essa visão, portanto, a escravidão de negros africanos em larga escala que perdurou até o século XIX teria sido um resquício insistente de traços pré-modernos na modernidade, quase como aberrações que fugiriam da lógica moderna de funcionamento do mundo.

Gilroy chama atenção para o fato de que muito mais que um resquício ou anomalia, a escravidão em larga escala foi fundamental para articulação da economia mundial capitalista. O autor destaca que a escravidão foi o primeiro contato com a modernidade para todo o imenso contingente de africanos deslocados. Ou seja, para eles, a modernidade chega não como a emancipação do indivíduo ou a conquista de direitos, mas como um subproduto de sua inserção compulsória na produção de mercadorias para a venda no mercado mundial. Portanto, a modernidade se mostra para esses sujeitos como um fenômeno amargo, ativamente associado com as formas de terror legitimadas pela referência à ideia de “raça” (GILROY, 1993, p. 57). Gilroy apresenta uma concepção alternativa de modernidade àquela construída exclusivamente a partir do ponto de vista da

metrópole colonial, ajudando na construção de um conceito de modernidade mais complexo e ambivalente.

O tema da oposição entre modernidade e tradição é também tratado por Gilroy a partir da discussão sobre formas de resistência e afirmação cultural dos negros nas Américas. Um ponto de partida de alguns dos principais movimentos negros teria sido essa mesma constatação de que a modernidade envolveu exploração e degradação dos negros. Contra a modernidade ocidental racista, muitos movimentos se voltaram para a recuperação de elementos culturais pré-escravidão como forma de afirmação identitária de resistência. Em uma discussão mais especificamente com o movimento norte-americano do *Afrocentrismo*, Gilroy aponta que a sua proposta de recuperação de crenças, costumes e valores originais que tenham resistido à *modernidade* acabam por anular narrativamente a experiência da escravidão. Mais do que uma interrupção casual em uma trajetória contínua da civilização africana, a escravidão é uma marca indelével da condição contemporânea dos descendentes de africanos diáspóricos. O retorno a uma tradição pura seria impossível, dessa forma, porque ela não existe senão enquanto projeção de sujeitos já marcados por outros referentes culturais. Além disso, o autor aponta que a aposta política em uma narrativa de continuidade da tradição africana, tal qual o Afrocentrismo postula, revalida tanto a geografia como o repertório conceitual do Ocidente branco. Assim, esse movimento de retorno à tradição seria não só impossível, mas também indesejável. Ao não subverter os termos ocidentais, ele acabaria por conferir aos negros um lugar já subalternizado: o da tradição.

Gilroy propõe o *Atlântico Negro* como uma nova geografia que une as experiências pós-escravidão das Américas e do Caribe. Com essa proposta, o autor busca engendrar uma identificação capaz de reformular a experiência da escravidão e da diáspora com um recurso criativo aos repertórios culturais africanos, e não aprisionado por um sentido de tradição oposto ao moderno. Para Gilroy, o Atlântico Negro deve ser entendido como “a non-traditional tradition, an irreducibly modern, ex-centric, unstable, and asymmetrical cultural ensemble that cannot be apprehended through the manichean logic of binary coding” (GILROY, 1993, p. 198). Ao considerar moderno um fenômeno contraditório às narrativas disponíveis da modernidade e afirmar a impossibilidade da tradição em estado originário, Gilroy propõe outra composição desses conceitos, pensada de maneira descentrada e híbrida.

Descentramento da História

O tema do descentramento é de extrema importância para o mundo acadêmico pós-colonial, especialmente no que diz respeito à construção de narrativas históricas. Como foi visto, as teorias que utilizamos para organizar uma compreensão do mundo e as relações vigentes de poder são indissociáveis. As teorias pautadas por essencialismos ou binarismos conceituais criam uma correspondência entre o plano epistemológico e o processo de autodefinição identitária do Ocidente. No entanto, o projeto intelectual pós-colonial tem que lidar ainda com um outro obstáculo no caminho para a produção de um conhecimento menos convergente com os interesses geopolíticos dominantes: a história universal europeia. Resumidamente, essa concepção é baseada em uma trajetória única possível, pela qual todas as sociedades devem passar, em direção a um estado ou situação superior — podendo ser a civilização, a Razão, o progresso ou o desenvolvimento. Essas metas históricas são, curiosamente, nomes dados à condição que o Ocidente acredita ter alcançado. Além disso, como são resultados de uma ascensão histórica, essas metas são constituídas por elementos que o Ocidente elege como grandes avanços internos. Assim, o continente europeu é posto como referência e o resto do mundo como atrasado, incompleto ou deficiente em relação a esse modelo único.

A proposta de *provincializar a Europa*, do historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2000), pode ser considerada paradigmática tanto da maneira como a questão da história universal é colocada enquanto um problema, quanto das apostas e dos caminhos possíveis traçados pelos autores pós-coloniais. O autor identifica o historicismo como o discurso que permitiu a dominação europeia sobre o mundo no século XIX, uma vez que consolidou a estrutura de se pensar os fenômenos históricos “primeiro na Europa, depois em todo o resto do mundo” (CHAKRABARTY, 2000, p. 07). Ao narrar a modernidade, civilização ou o progresso como resultantes exclusivamente de processos endógenos, o Ocidente se coloca como a única cultura capaz de alcançá-los por conta própria. De acordo com essa lógica, as outras sociedades precisariam do auxílio ocidental para que elas fossem postas de volta ao caminho que levaria à obtenção dessas metas universais. Essa concepção de história foi o que possibilitou uma auto-compreensão europeia enquanto agentes da história universal no auge do colonialismo.

No entanto, Chakrabarty nos alerta que esse historicismo eurocêntrico não ficou restrito ao século XIX. Para o autor, seria possível identificar a persistência da centralidade da Europa enquanto sujeito histórico a partir de dois sintomas. O primeiro seria o fato de que enquanto para um historiador do terceiro-mundo é praticamente impossível conduzir alguma investigação acadêmica sem se referir a algum trabalho sobre

história europeia, para o historiador europeu, ao contrário, é possível produzir conhecimento sobre a Europa sem nenhuma referência ao que foi falado sobre o resto do mundo. Como ele próprio coloca,

Third-world historians feel a need to refer to works in European history; historians of Europe do not feel any need to reciprocate. 'They' produce their work in relative ignorance of non-Western histories, and this does not seem to affect the quality of their work. This is a gesture, however, that 'we' cannot return. We cannot even afford an equality or symmetry of ignorance at this level without taking the risk of appearing 'old-fashioned' or 'outdated'. (CHAKRABARTY, 2000, p. 29)

Um segundo sinal seria a forma pela qual qualquer tipo de conhecimento universalizável é produzido na Europa com quase nenhum conhecimento empírico de outras culturas. Apesar de os modelos teóricos utilizados por cientistas sociais em lugares como a Índia, o Brasil ou a Nigéria terem sido concebidos em total ignorância de suas sociedades, eles continuam sendo percebidos como úteis para compreendê-las.

Esse fenômeno, no entanto, não é atribuído a uma mera questão de complexo de inferioridade cultural. A onipresença da Europa como sujeito em todas as narrativas históricas possíveis é parte de uma condição teórica mais profunda sob a qual o conhecimento histórico é produzido no mundo (CHAKRABARTY, 2000, p. 29). O autor aponta para o fato de a Europa ser sempre tomada como paradigma, fazendo com que o desenvolvimento de teorias seja possível só a partir de seu estudo. Concebidas sempre como o auge do desenvolvimento histórico, as sociedades europeias estariam permanentemente desafiando o aparato teórico disponível e, por isso, sua compreensão só seria possível com um permanente trabalho de reformulação e criação de categorias e conceitos novos. De acordo com essa visão, o resto do mundo seria objeto de uma investigação empírica a partir dos modelos teóricos desenvolvidos da experiência europeia.

O mundo inteiro poderia ser explicado a partir de passagens análogas às que marcaram a experiência de alguns estados-nação europeus: de um período medieval para um moderno, da religião para o secularismo ou do feudalismo para o capitalismo. Esses estágios históricos mais avançados aos quais todas as sociedades estariam se dirigindo teriam como sua face mais visível instituições — tais quais a indústria moderna, as associações civis ou o sistema jurídico legal. Isso faz com que essas narrativas de

transição das quais o autor fala sejam escoradas nessas instituições. A história de qualquer sociedade poderia ser compreendida a partir da secularização, da emergência da economia de mercado ou da expansão dos direitos civis. Pensar na história dessa forma é, para o autor, “to think in terms of these institutions at the apex of which sat the modern state, and to think about the modern or the nation-state was to think a history whose theoretical subject was Europe” (CHAKRABARTY, 2000, p. 34). Assim, é possível compreender como as narrativas históricas mestras subjacentes ao conhecimento produzido nas ciências sociais conferem a centralidade à Europa.

O comando do Estado, da burocracia impessoal e da empresa capitalista são hoje uma realidade em grande parte do mundo. Quer tenham sido implementadas pela colonização, quer tenham sido construídas pelos projetos nacionalistas anti-coloniais, essas instituições da modernidade política não podem ser entendidas sem o recurso ao aparato conceitual ocidental. Contudo, elas convivem com formações culturais e formas de sociabilidade muito distintas daquelas a partir das quais as noções de cidadania, esfera pública, relação entre público e privado, racionalidade científica etc. Assim, uma mera sobreposição de teorias historicistas às sociedades não-modelares do terceiro-mundo seria incapaz de gerar uma compreensão de suas configurações e dinâmicas sociais. Pelo contrário, ao identificar os elementos que distinguem essas sociedades das sociedades ocidentais como sobrevivências ou reminiscências de um estágio histórico anterior, essa forma de produção de conhecimento estaria fadada a identificação de atrasos, incompletudes e ausências.

A proposta de provincializar a Europa envolve levar a sério enquanto *diferenças* tudo aquilo que distingue as sociedades do terceiro-mundo das sociedades centrais, a partir das quais os conceitos e categorias que utilizamos nas ciências sociais foram pensadas. Em vez de pensar fenômenos como as famílias extendidas ou o atrelamento entre práticas políticas e religiosas como o “pré-estágio do *si mesmo* europeu” (COSTA, 2006, p. 121), Chakrabarty propõe que eles sejam compreendidos enquanto acomodações diferentes entre cultura e modernidade política, capazes de desafiar os repertórios teóricos disponíveis. Trata-se de considerar qualquer sociedade capaz de expandir os limites da história para direções diversas, até mesmo contraditórias. Provincializar a Europa significa, nesse contexto, invalidar a concepção de que uma história única, concebendo o mundo composto de tempos históricos heterogêneos.

Isso não significa, no entanto, negar a racionalidade europeia e seus valores e instituições subsequentes, uma vez que eles são inseparáveis da experiência contemporânea de qualquer sociedade. Mas traz a necessidade de uma compreensão mais apurada de como, por um lado, a racionalidade iluminista se fez presente e aceita universalmente. Por outro lado, envolve pensar como as experiências da modernidade política no mundo não-ocidental permitem uma renovação do próprio pensamento europeu subjacente às instituições que a compõem. Mais claro e resumidamente nas palavras do próprio autor,

To attempt to provincialize this “Europe” is to see the modern as inevitably contested, to write over the given and privileged narratives of citizenship other narratives of human connections that draw sustenance from dreamed-up pasts and futures where collectivities are defined neither by the rituals of citizenship nor by the nightmare of “tradition” that “modernity” creates. (CHAKRABARTY, 2000, p. 46)

A partir disso, é possível afirmar que a *provincialização* da Europa seria bem definida como uma tentativa de nivelar o status do continente com o do resto do mundo, pelo menos em um plano epistemológico. No projeto pós-colonial, as narrativas históricas que constroem uma Europa paradigmática têm que dar lugar a outras que comportem os processos de hibridização culturais, os entrelaçamentos de histórias e uma geografia mais complexa do que um mundo dividido em dois de acordo com uma lógica *nós x eles*. A proposta de Chakrabarty discutida aqui é importante para a composição desse projeto, pois acrescenta uma dimensão até então pouco discutida: a de se conceber toda e qualquer comunidade política como capaz de agência, de inovação, de abertura de caminhos sociais e políticos. Provincializar a Europa, assim, é aceitar a capacidade de uma autodefinição política de qualquer sociedade, mesmo que fora de um esquema histórico universal, e aceitar que essa autodefinição pode sim ser objeto de inovação teórica.

Busca da perspectiva subalterna

Apesar de ter se originado como uma intervenção no campo da historiografia indiana, os Estudos Subalternos são frequentemente referidos como parte do mesmo movimento intelectual que afirmou o pós-colonialismo nos departamentos de literatura e estudos culturais nas universidades anglo-saxãs. Isso ocorre porque ainda que os dois movimentos partam de pontos diferentes, algumas das críticas e propostas resultantes de seus desdobramentos teóricos acabam coincidindo.

Mas antes de tratar propriamente das convergências entre as duas correntes, cabe situar o contexto histórico e acadêmico de emergência dos Estudos Subalternos. Conforme visto anteriormente, grande parte do pós-colonialismo surge de uma crítica ao pensamento nacionalista que motivou e caracterizou o processo de constituição de muitos Estados recém-emancipados do domínio colonial. Essa crítica não se deu por motivos teóricos-analíticos. Muitos intelectuais eram motivados por um certo nacionalismo ou nativismo e compartilharam de uma certa esperança com a conquista das soberanias nacionais. No entanto, anos de governos nacionalistas se mostraram, via de regra, incapazes de reverter o legado colonial. Isso ocorreu por uma série de razões, mas sem dúvida, o fato de a imaginação social e política dos nacionalismos ter se dado dentro do mesmo registro linguístico e teórico eurocêntrico que justificava o colonialismo é um deles. E foi exatamente a partir desse ponto que muito da crítica pós-colonial foi feita.

Gyan Prakash (1994) nos ajuda a compreender que na Índia não foi muito diferente. Segundo o autor, as tensões e impasses embutidas nos governos nacionalistas levaram a uma espécie de crise do Estado nos anos de 1970. O programa empreendido pelo Estado de desenvolvimento do capitalismo moderno não só reproduzia como aprofundava as desigualdades sociais e políticas herdadas do colonialismo. Esse quadro de desequilíbrio levou a uma intensificação dos conflitos e à proliferação de movimentos sociais que desafiavam a legitimidade da representação do Estado indiano. Diante disso, o Estado indiano teria recorrido cada vez mais a uma estratégia de sobrevivência composta, por um lado, da intensificação do poder de repressão a partir da aliança com antigos poderes econômicos e estamentais da sociedade indiana e por outro, de um investimento em programas e slogans populistas. Essa solução teria garantido à existência das instituições-chave do Estado moderno, mas teria também minado pouco a pouco sua legitimidade perante as massas (1994, p. 1476).

Nesse momento histórico, o campo disciplinar da historiografia indiana se encontrava polarizado entre uma corrente afiliada a política imperialista britânica e uma outra de inspiração nacionalista. Elas divergiam entre si sobretudo quanto à questão de quem seria o agente histórico responsável pela unificação do Estado, vigência da lei, consolidação das instituições educacionais, do sentimento nacionalista — enfim, pelos elementos que poderiam servir como base para uma modernidade indiana?

A primeira corrente, conhecida como *Cambridge School*, defendia que não fossem as iniciativas da colonização, a Índia teria permanecido praticamente a mesma de antes do

domínio europeu. O colonialismo teria sido um processo de criação de condições básicas para uma certa *maioridade* indiana, para que o país pudesse se autogerir futuramente de acordo com a lógica moderna. Conforme afirma Chakrabarty, esses historiadores aplaudiam os britânicos por trazerem para o subcontinente a unidade política, instituições educacionais, indústrias, o Estado de direito (2005, p. 469). Enfim, tudo que pudesse ser considerado como condição básica para adentrar o mundo moderno. Além disso, essa corrente imperialista se caracterizaria também por certa desvalorização do sentimento nacionalista como vetor de transformação política e nacional. Seus afiliados defendiam que o nacionalismo seria uma falsa aparência para o processo de emancipação da Índia, que, na verdade, teria se dado por uma dinâmica de consecução de interesses individuais de membros da elite. A independência nacional teria se dado por uma aliança entre eles para conquistar mais poder e privilégio do que tinham sob o domínio colonial.

Um outro grupo de historiadores afirmava que os responsáveis por essas conquistas modernas seriam os próprios indianos e que o colonialismo teria retardado o processo de desenvolvimento social e cultural do país. As iniciativas e processos de desenvolvimento espontâneos que poderiam ter levado a uma modernidade propriamente indiana teriam sido suprimidos, ao longo da história colonial, pelo domínio britânico. Esses historiadores valorizavam o nacionalismo como o sentimento capaz de levar à autonomia e o Estado nacional soberano como agente por excelência de transformação do legado injusto do colonialismo. Era, portanto, uma corrente que valorizava o nacional *em oposição ao colonial*.

É nesse cenário histórico e disciplinar que os Estudos Subalternos pretendem intervir. Ambas as posições começaram a se mostrar insuficientes. Por um lado, a experiência vivida dos próprios nacionais indianos desmentia qualquer tese de que o sentimento nacional indiano teria sido forjado *a posteriori* para mascarar uma dinâmica de disputa de poder menos honrosa. Eles mesmos haviam desejado a liberdade do domínio colonial e, exatamente por isso, seria difícil também comprar um argumento que confere legitimidade para a intervenção britânica no subcontinente. Por outro lado, nesse contexto de crise do Estado dos anos 1970, a narrativa nacionalista também começava a se mostrar insatisfatória. Se o governo de então era supostamente legitimado pela defesa dos interesses nacionais, como podia acabar se utilizando de recursos de repressão às insurgências populares tão similares àquelas empregadas pelo regime colonial?

Ranajit Guha (1982, 1988), principal referência do grupo, busca responder a essa questão a partir da identificação de um traço elitista comum a ambas as correntes historiográficas descritas acima. A incapacidade política dos governos nacionalistas de lidarem com demandas e movimentações populares estaria profundamente conectada com uma disposição da disciplina da História de só reconhecer a capacidade da agência em sujeitos da elite. As ações e insurgências subalternas seriam explicadas ou como um fenômeno natural, como se as rebeliões camponesas fossem equivalentes a vulcões que entram periodicamente em erupção sem grandes razões; ou como meros efeitos, ou reflexos espontâneos de condições externas. Os subalternos se insurgiriam pela fome, pelo trabalho forçado ou pela manipulação bem-sucedida executada por um grupo da elite (1988, p. 47-48). Tanto os historiadores imperialistas como os nacionalistas seriam incapazes de conceber o subalterno como portador de uma consciência autônoma e acabariam, assim, perdendo a capacidade de compreender qual foi a contribuição feita pelos subalternos na fabricação e desenvolvimento do nacionalismo que levou a Índia à autonomia política (1982, p. 3).

Contra essas teses, Guha sustenta que os subalternos têm sim consciência e constituem uma esfera política autônoma em relação aos valores e procedimentos da política institucional oficial. A política subalterna não se origina na política de elite e tampouco depende dela para existir; seria constituída por outros valores, por outras formas de mobilização e de manifestação. Os Estudos Subalternos vão prestar atenção ao papel das redes de parentesco e territorialidade na organização da ação política, por exemplo. Essa característica bipartida da política na Índia seria um indicador do fracasso do projeto de hegemonia das elites nacionalistas.

Guha aponta que o elitismo historiográfico tem a ver com uma questão metodológica. Como tem a pretensão de se afirmar como um conhecimento objetivo, a pesquisa historiográfica é realizada a partir de um material empírico verificável, que no caso são os relatos, documentos e registros. Mas numa sociedade como a indiana, a capacidade de deixar documentadas suas percepções acerca dos acontecimentos era restrita inicialmente aos administradores oficiais diretamente ligados à coroa britânica e, posteriormente, a um pequeno grupo de indianos educados que tiveram acesso a cargos no aparato administrativo colonial.

A dinâmica metodológica que reproduz o elitismo na historiografia é melhor explicada em “The Prose of Counter-Insurgency” (1988). Em linhas gerais, Guha aponta

que as fontes primordiais dos historiadores trazem consigo uma motivação de controle por parte do Estado que acaba se transferindo para as análises produzidas. Essas fontes, que Guha chama de “discurso primário”, seriam nada mais que os registros oficiais feitos no momento dos acontecimentos históricos escritos por sujeitos que estão diretamente ou simbioticamente relacionados ao império britânico — burocratas, policiais, soldados e outros funcionários do governo, mas também por missionários, proprietários, comerciantes. Ele tem por característica ser imediato, não só temporalmente, mas também pelo fato de seus autores serem participantes ou observadores diretos dos acontecimentos. Esses registros são produzidos para serem lidos e consumidos pelos próprios agentes estatais; quer seja para fins de repressão, controle, de contenção de impulsos insurgentes ou simplesmente de governo de população. De qualquer maneira, é um discurso profundamente comprometido com a manutenção da ordem vigente e, por conseguinte, tem um caráter contra-insurgente; nas palavras de Guha, tanto sua produção como sua circulação dependem das razões de Estado (1988, p. 48).

Esse código contra-insurgente acaba se transferindo para a escrita historiográfica. Os relatos e documentos que compõem o discurso primário não são registros neutros e objetivos dos acontecimentos, mas materiais imbricados num complexo arranjo de relações de poder. Como então a matéria-prima da historiografia é quase que monopolizada por uma perspectiva específica, seu conteúdo acaba reproduzindo muitas de suas intenções oficiais. No caso mais específico das rebeliões camponesas, a própria busca de causas alheias à consciência do subalterno tem a ver com a intenção contra-insurgente. Conforme destaca Prakash, identificar a causa da revolta era um passo em direção ao controle sobre ela e constituía uma negação da agência do insurgente (1994, p. 1479). Dessa forma, ainda que um historiador se coloque a princípio numa posição favorável às insurgências, se ele acionar o discurso primário como material empírico objetivo sobre delas, será impossível se afastar da intenção contra-insurgente que gerou suas fontes.

É justamente por meio dessa filiação ao discurso primário — conseqüentemente também às intenções dos sujeitos envolvidos e interessados na manutenção da ordem do império britânico e posteriormente do Estado nacional — que a historiografia se mantém elitista e negando consciência e subjetividade aos subalternos. Guha propõe que, em vez de encaradas como dados objetivos, esses registros e documentos que compõem o discurso primário sejam lidos de forma a se encontrar vestígios da perspectiva subalterna. Em suma, o projeto dos Estudos Subalternos seria o de recuperar a subjetividade, ainda que

nos relatos oficiais, daqueles a quem a possibilidade de ter voz foi interdita. Com isso, seria possível desenvolver uma historiografia capaz de uma compreensão positiva acerca do significado das insurgências camponesas e do papel do povo na constituição da modernidade indiana.

Esse projeto não é nada simples e vai ser alvo de críticas por vários lados e mais especialmente pelos próprios intelectuais que compõem o grupo. O mais famoso deles é formulado por Gayatri C. Spivak em “Pode o subalterno falar?” (2014). A interpelação mais direta de Spivak ao projeto dos Estudos Subalternos se dá a partir de dois eixos. O primeiro deles tem a ver com a própria definição de subalternidade. A definição de subalternidade apresentada por Guha é bastante ampla, como aquela diferença demográfica entre população indiana e todos aqueles que podem ser considerados dominantes ou de elite — britânicos ligados ao empreendimento colonial, latifundiários, burgueses, políticos e burocratas indianos. Mas Spivak parte dessa definição os coloca como diferença das elites para mostrar como qualquer definição de subalternidade é por definição negativa. Os subalternos são aqueles sujeitos incapazes de se definirem ou serem definidos identitariamente. Incapazes de se organizarem ou de serem reconhecidos como grupo pela ausência de uma linguagem capaz de tal, esses sujeitos não podem nem mesmo articular demandas ou a própria opressão sofrida de forma apreensível política ou cognitivamente — elas são linguisticamente inarticuláveis. Em suma, os subalternos *não podem* falar, e sua subalternidade é efeito, por assim dizer, de uma linguagem que tem como limitação politicamente determinada o reconhecimento de determinadas práticas e sujeitos.

Essa mesma linguagem responsável pela subalternidade é a linguagem da ciência. E é justamente a tentativa de fazer uma “ciência do subalterno” que Spivak vê com desconfiança. Ela aponta que o trabalho de pesquisa projetado pelos membros dos Estudos Subalternos é o de “investigar, identificar e medir a natureza específica e o grau de desvio dos elementos a partir do ideal e situá-los historicamente” (2014, p. 75). O problema é que esse projeto requer que as ferramentas historiográficas consistam em taxonomias, classificações, essencialismos — mesmos mecanismos da episteme moderna-ocidental-colonial que são responsáveis pelo silenciamento do subalterno. Mais uma vez se coloca a impossibilidade de se alcançar o subalterno; quem terá a voz será o sujeito produtor de conhecimento, aquele que descobre, revê, nomeia, classifica e analisa. Os subalternos

insurgentes do passado continuam sem poder dizer, já que muito provavelmente suas ações se deram em registros inalcançáveis por nossa linguagem científica.

Guha apontou para a impossibilidade dos historiadores de esquerda da sua época de sair da perspectiva de manutenção da ordem originada por uma relação positivista que mantinham com suas fontes. Spivak, por sua vez, aponta para a impossibilidade de recuperação da voz subalterna dentro de um projeto que se dá dentro dos limites da ciência, da epistemologia moderna ocidental. Mas de qualquer modo, o horizonte de recuperação das vozes silenciadas nas narrativas históricas presentes parece continuar existindo. Como a subalternidade deixa de ser pensada como um dado objetivo da natureza social e passa a ser compreendida como o efeito de um discurso dominante, pensar o subalterno é pensar a limitação desse discurso. A busca pela perspectiva subalterna, portanto, além de representar uma posição ética-politicamente orientada desses intelectuais, representa também uma intenção de encontrar e compreender as fissuras, as limitações e interditos do discurso hegemônico. Este, por sua vez, engloba a epistemologia moderna dentro do qual se dá o projeto da ciência, inclusive das ciências humanas. Assim, podemos afirmar com Prakash (1994, p. 1489), que o subalterno emergiu como uma posição a partir da qual as disciplinas podem ser repensadas.

A partir da identificação das principais problemáticas e autores do campo, foi possível distinguir três movimentos diferentes operados pelos estudos pós-coloniais. O primeiro é o de caracterização de um momento histórico. O pós-colonial como uma forma de periodização aponta para uma condição de tensão compartilhada por vários países desde as guerras de descolonização do pós-guerra, marcada pela persistência das relações de poder cunhadas pelo poder colonial mesmo após o fim oficial do controle político e militar por parte das metrópoles europeias. A generalização dos padrões de organização da vida social ligados ao Estado e ao mercado não necessariamente levou à predominância dos valores da igualdade e da liberdade, como previam as teorias da modernização. Essa frustração de expectativas abre espaço para o questionamento da exclusividade dos modelos civilizacionais europeus e para a descrença na concepção teleológica de história.

O 'pós-colonial' foi amplamente disseminado como designação de um momento histórico constituído pelas tensões e impasses causados pela grande transformação na configuração geopolítica que a descolonização da Ásia e África causou no século XX.

Stuart Hall (2006), por exemplo, defende o rendimento do termo, apontando que, além de caracterizar esse momento global, o termo ‘pós-colonial’ ajuda na identificação das novas relações e disposições de poder que estão emergindo nessa nova conjuntura (HALL, 2006, p. 246). Por mais que esse valor seja reconhecido, o pós-colonial como uma forma de periodização apresenta alguns problemas. O primeiro problema decorre do fato de que ao mesmo tempo em que pretende caracterizar uma condição global, o ‘pós-colonial’ ignora por completo as experiências de colonização e descolonização das Américas. O projeto intelectual que parte dessa temporalidade busca justamente destituir a ideia de uma história única, mas paradoxalmente transforma em paradigma as questões decorrentes de um determinado conjunto de ex-colônias. O maior desafio aí seria, portanto, o de pensar outras temporalidades e possibilidades narrativas a partir de experiências históricas de lugares excluídos da *condição pós-colonial*, mas sem invalidar as contribuições teóricas trazidas por ela. O perigo do universalismo reside menos no conceito em si e mais na forma como ele é utilizado acriticamente para se pensar outros contextos.

Um segundo movimento se refere a uma transformação nos quadros acadêmicos em grandes centros de produção intelectual anglófonos que resultou nos estudos pós-coloniais como um campo de conhecimento consolidado. Especialmente da segunda metade do século XX em diante, a presença de intelectuais provenientes do chamado terceiro mundo — particularmente das ex-colônias britânicas — nesses espaços aumentou consideravelmente. Esse processo envolve uma reconsideração do papel dos intelectuais, do que pode ser apresentado como conhecimento ou não nas universidades e levanta questões acerca da representação dessas vozes antes ausentes desses espaços. Isso faz com que Arif Dirlik (1996) relacione o surgimento do ‘pós-colonial’ diretamente com esse crescente cosmopolitismo da vida intelectual norte-americana e inglesa. Concordando ou não com essa explicação, é inegável que a formulação e a consolidação das problemáticas pós-coloniais como parte de uma agenda intelectual global só foi possível pela inscrição desses intelectuais migrantes no lugar de enunciação privilegiado que é o circuito acadêmico dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Mais especificamente, foi majoritariamente a partir dos departamentos de Literatura que a presença desses intelectuais migrantes veio a resultar nas críticas e temáticas que hoje são reconhecidas como núcleo de um campo pós-colonial. Foi também a partir dos mecanismos de seleção dessas disciplinas que os cânones do pós-colonialismo foram formados. É curioso que um dos campos intelectuais mais críticos da hegemonia cultural, teórica e política ocidental no mundo tenha vindo da Literatura. Em parte, isso pode ser

explicado pelo papel crucial que não só a disciplina, mas também as obras literárias em si desempenharam no colonialismo britânico. Além de o ensino de literatura nas colônias ter colaborado com uma responsabilidade civilizatória que a Grã-Bretanha conferia a si mesma, os romances e relatos de viagem desempenhavam um papel fundamental de representação dos sujeitos e sociedades coloniais para a metrópole e vice-versa. Mas é evidente que a alocação desses intelectuais e temas em departamentos de literatura tem a ver com lógicas institucionais, cujo estudo não foi possível nesse trabalho.

O fato de os pós-coloniais estarem tratando a todo tempo de temas próprios dos países de terceiro-mundo a partir de debates travados nos Estados Unidos e na Inglaterra gera uma série de tensões. Podemos atribuir uma parte considerável dessas tensões ao fato de que, uma vez deslocados para os grandes centros universitários do Ocidente, os intelectuais pós-coloniais passam a ter outros interlocutores. Suas falas e preocupações não são mais exclusivamente direcionadas às questões que afligem seus lugares de origem. Esses intelectuais passam a levar em consideração sobretudo a condição de migrantes em que se encontram e a função que lhes é atribuída de falar sobre e por seus conterrâneos ao mesmo tempo em que devem fornecer uma visão estrangeira sobre o próprio Ocidente. O pós-colonialismo aparece aí como uma função de intermédio e tradução nada simples. É dessa função que decorre a especificidade da agenda política e teórica dos intelectuais migrantes, para a qual Walter Mignolo (1993) chama atenção. O autor defende que essa especificidade deve ser sempre considerada nas tentativas de utilização do repertório pós-colonial no *terceiro mundo*, para que ele não desempenhe o papel de um paradigma universalista.

Por fim, o terceiro movimento é o de disseminação das questões formuladas por esse circuito intelectual formado nos departamentos de literatura das universidades norte-americanas e britânicas por intelectuais provenientes de ex-colônias africanas e asiáticas. Já de certa forma dissociados de seus contextos específicos de enunciação e debate, alguns temas e questões passaram a suscitar o interesse em outros meios disciplinares e geográficos. Ainda que, por exemplo, um conceito como o de hibridismo de Bhabha tenha sido formulado a partir de discussões específicas, ele ajuda a compreender fenômenos que se dão em outras circunstâncias. Em outras palavras, o que chamamos aqui de perspectiva pós-colonial é o conjunto de elementos analíticos e teóricos que possuem alguma capacidade de generalização. Os desafios de se considerar as formações culturais como fenômenos necessariamente híbridos; de desconstruir de binarismos conceituais e de essencialismos e de provincializar a Europa fazem hoje parte da agenda intelectual de

disciplinas como a História, a Sociologia e Antropologia. Além disso, essas temáticas encontram ressonância em lugares relativamente estranhos para os primeiros formuladores do pós-colonialismo, como as Américas, a Irlanda ou a Austrália.

A recepção do ‘pós-colonial’ nesses espaços de forma alguma é pacífica e isenta de críticas e resistências. Alguns autores vão negar completamente a possibilidade de se pensar um pós-colonialismo latino-americano (Klor de Alva 1992, 1995; Morafia 1997; Perez, 1999). Mas um caminho mais interessante parece ser aquele escolhido pelos que se dedicam a pensar em possibilidades de uma assimilação crítica dos desafios postos pelos pós-coloniais.

É verdade que uma boa parte dessa perspectiva pós-colonial se constitui em uma crítica ao eurocentrismo e suas premissas epistemológicas, fazendo com que Bringel e Domingues, por exemplo, o caracterizem como um *pensamento destituente* (2015, p. 61), de caráter fundamentalmente negativo. Sem dúvida, uma parte dessa perspectiva pós-colonial pode ser lida como um conjunto de advertências e precauções a serem tomadas para que não se reproduzam linguagens e condutas cúmplices dos legados coloniais no mundo contemporâneo.

No entanto, isso que pode ter começado como uma crítica epistemológica coloca, sobretudo do ponto de vista da teoria social, uma série de desafios. Mais interessante do que esse aspecto negativo do pós-colonialismo, a perspectiva pós-colonial caracterizada aqui possui, ou ao menos se direciona a uma positividade. Ainda que talvez não possamos derivar das discussões pós-coloniais teorias sistemáticas ou modelos analíticos muito claros, os esforços que carregam de compreensão do hibridismo e suas implicações, de complexificação dos pares de conceitos binários, de formas particulares de descentramento do eurocentrismo e do elitismo teórico constituem uma lente singular a partir da qual podemos olhar para questões caras à teoria social e às particularidades de se pensar teoria social a partir de experiências periféricas. O pós-colonial pode ser compreendido, portanto, como uma perspectiva que ao questionar e desconstruir algumas premissas básicas da epistemologia moderna, acaba por abrir espaço para a consideração de novos objetos e questões de investigação.

Em suma, enquanto um campo intelectual ou linhagem de pensamento, o pós-colonial pode ser compreendido de duas maneiras. A primeira delas é como o material produzido por um grupo de pensadores migrantes provenientes de ex-colônias britânicas e que atuam em departamentos de literatura e estudos culturais em universidades britânicas e norte-americanas. Essa compreensão é muito difundida pelos *readers* escritos por e

voltados para uma audiência anglófona, que ao traçarem a genealogia do campo tendem a focar no surgimento do termo “pós-colonial” e sua trajetória de afirmação no cenário intelectual anglo-saxão. Neste caso, a trajetória e as estratégias de consolidação do pós-colonial como termo de referência são enfatizadas em detrimento da perspectiva intelectual a qual ela pretende se referir.

Apesar de reconhecer a importância dessas questões — principalmente por uma necessidade de situar este debate— opto por não trabalhar com um pós-colonial circunscrito — anglófono, literário, organizado pela tríade Said-Bhabha-Spivak. Em vez disso, prefero valorizar uma concepção do pós-colonialismo expandido. Com isso, pre-tendo englobar obras e autores de origens institucionais, geográficas e com referências intelectuais diversas, mas que por algum caminho chegaram a um conjunto de preocupações comuns. Digo isto aqui corroborando a proposta de Ella Shohat e Robert Stam (2013), segundo os quais deveríamos ver o pós-colonial como um “discurso policêntrico e potencialmente aberto, a ser definido por múltiplos lugares e perspectivas”. A aposta deles é a de que podemos encontrar debates intelectuais relevantes sobre as questões hoje reconhecidas como “pós-coloniais” se nos voltarmos para as tradições de pensamento que foram inauguradas ao redor do mundo com os impasses políticos e sociais decorrentes da descolonização. Isso inclui não só a África e Ásia, mas toda a América, Oceania e Caribe.

No mesmo sentido, Manuela Ribeiro Sanches (2012) se opõe propostas exclusivistas tais quais as que distinguem como correntes apartadas os pós-coloniais, os decoloniais e os estudos subalternos. Concordo com a autora quando ela chama atenção para o fato de que esse esforço em separar e delimitar é mais importante para uma estratégia de competição e consolidação de cada um dos grupos que se reconhece por esses nomes do que para a produção de pensamento. Em vez disso, Sanches argumenta a favor do retorno frequente às obras de intelectuais diretamente envolvidos em projetos de descolonização política. Após a exploração das diferentes dimensões e associações possíveis do pós-colonial, essa proposta me parece muito interessante por apresentar uma possibilidade de unificação das referências intelectuais entre pesquisadores contemporâneos com um conjunto de preocupações comuns a partir de uma reunião cosmopolita de autores clássicos. Enfim, concluo essa seção da pesquisa com uma convicção de que há um número de questões, preocupações e intenções comuns em número suficiente entre as diferentes linhagens de pensamentos periféricos *descolonizadores* para que sejam considerados como partes de um mesmo movimento intelectual.

2. RECEPÇÕES, MEDIAÇÕES E APROPRIAÇÕES

Em 2012 foi organizado um dossiê da revista *Portuguese Cultural Studies*, publicada pela Universidade de Maastricht, intitulado *Brazilian Postcolonialities* (2012). Essa publicação chama atenção por ser a primeira a colocar lado a lado o referencial pós-colonial e o “Brasil”. Não foi uma aproximação entre o pós-colonial e as identidades diaspóricas negras no Brasil; nem para se pensar a longa tradição de colonização, extermínio e controle sobre populações ameríndias pelas elites brasileiras; tampouco se ateu a pensar o pós-colonial como recurso analítico para uma possível comunidade imaginada lusófona. O título *Brazilian Postcolonialities* revela uma intenção das autoras de pensar como uma perspectiva constituída a partir da experiência nacional brasileira como um todo, incluindo os elementos enumerados anteriormente, pode gerar uma novidade quando combinada com a perspectiva pós-colonial.

Essa aproximação aparece muito timidamente na bibliografia especializada. Uma hipótese possível para a escassez de tentativas sistematizadas de pensar as particularidades de um pós-colonialismo brasileiro seria a propensão dos autores simpatizantes desse campo de discussões compartilharem também de uma crítica ao nacionalismo metodológico. Essa dupla filiação os distancia de análises centradas no Estado ou na nação em direção a unidades de análise menores e mais bem situadas. Os estudos pós-coloniais, em sua vertente mais conhecida, não abraçam Estados-nacionais como unidades de análise. Há sim referências a uma Nigéria pós-colonial ou a uma Índia pós-colonial; mas nesses casos o pós-colonial tem um significado temporal e quer dizer literalmente o momento após a descolonização política oficial. E não se fala de um pós-colonialismo indiano ou nigeriano porque o pós-colonialismo se constituiu em arenas internacionais de discussão de literatura de ex-membros do império britânico. É um campo intelectual que já nasce, então, dissociado de qualquer dinâmica estritamente nacional de produção de conhecimento e com uma identidade marcadamente transnacional — unificada pelos legados de uma experiência compartilhada do colonialismo britânico.

Isso não significa, no entanto, que os estudos pós-coloniais sejam propriamente um campo intelectual global, como já vimos em outras passagens deste trabalho. De modo geral, o que se reconhece como e é associado ao pós-colonialismo é publicado em inglês, e a tríade Said-Bhabha-Spivak, que ficou conhecida como fundadora dos estudos pós-coloniais, é fundamentalmente anglófona e egressa de ex-colônias britânicas. Essa particularidade do campo, que apesar de transnacional é situado em um circuito bastante específico, leva intelectuais de outras regiões do mundo — especialmente aquelas que possuem tradições

longínquas de pensamento humanístico e social, como França e América Latina — a um duplo movimento de aproximação e afastamento. A aproximação se dá em geral graças ao interesse suscitado pela pertinência, novidade, sofisticação e certa capacidade de generalização de grande parte das críticas e questões pós-coloniais. O afastamento se dá pela percepção de sua própria externalidade em relação ao campo e de um presumido desinteresse provinciano dos autores ligados aos estudos pós-coloniais diante o que já foi produzido sobre questões similares em suas tradições intelectuais de origem.

A meu ver, é a partir desse movimento que surge a necessidade de qualificar uma apropriação dos estudos pós-coloniais por uma intelectualidade brasileira como “pós-colonialidade brasileira” — ou melhor, *Brazilian Postcolonialities*. Aqui o dado nacional aparece menos como uma realidade substantiva e mais como uma posicionalidade — é do ponto de vista do intelectual que foi formado por instituições de ensino brasileiras, que se divide entre a universalidade dos modelos científicos e a particularidade sempre confusa do mundo da vida empírica, que pertence à complexa dinâmica histórica de segregação e hierarquização racial e social que se estabeleceu aqui, que escreve em Português e possui uma inscrição semi-periférica na dinâmica geopolítica do conhecimento, que esse pós-colonial pretende se esboçar. O fato de esse nome ter aparecido pela primeira vez em inglês não é por acaso; a importância do Brasil só faz sentido como lugar de fala quando uma audiência global — presumida ou real — está sendo considerada.

Tendo essas e provavelmente outras questões em mente, as autoras declaram a controversa recepção dos estudos pós-coloniais como motivação principal para a publicação do dossiê. Esse diagnóstico é compartilhado de maneira mais difusa em outras publicações. Qualquer conversa de corredor mais informal sobre os “pós-coloniais”, considerados como conjunto, suscita um mal estar e uma necessidade instantânea de se referir às ideias fora do lugar ou à teoria da dependência quase como um pedido de desculpas aos antepassados intelectuais por estar reproduzindo um gesto contraditório. Tirando a memória dessas situações informais, não me recordo de nenhum debate claramente estruturado em torno desse tema. Não lembro de ter cruzado com algum artigo ou fala oficial que publicamente se colocasse *contra* a assimilação e discussão de conceitos e temas pós-coloniais, apesar de sempre nessas conversas haver referências a grupos de pesquisadores muito avessos a essa interlocução teórica. Por essa razão, comecei a suspeitar também que talvez a controvérsia se desse dentro da cabeça dos próprios pesquisadores brasileiros interessados nos estudos pós-coloniais e menos entre grupos de pesquisadores diferentes. Ora, esses pesquisadores seriam os mais sensíveis a questões como colonialismo intelectual e preocupados com a reprodução de uma dinâmica

geopolítica intelectual nefasta enquanto essas ideias passariam longe da cabeça de pesquisadores ocupados com outros temas.

Motivado pela curiosidade de compreender melhor essa controvérsia e esclarecer algumas dessas dúvidas, estabeleci como objetivo principal e mais geral dessa pesquisa uma análise da recepção dos estudos pós-coloniais nas ciências sociais brasileiras. Empreendi uma tentativa de averiguar empiricamente quando, como e onde as referências pós-coloniais aparecem no contexto dos debates das ciências sociais produzidas aqui. Procurei analisar onde, como e quando as referências pós-coloniais aparecem nos artigos publicados em cinco periódicos científicos da área das Ciências Sociais. Selecionei os seguintes periódicos: *Mana* (PPGAS/MN-UFRJ); *Horizontes Antropológicos* (PPGAS-UFRGS); *Dados* (IESP-UERJ); *Tempo Social* (USP) e *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (ANPOCS). Fiz essa seleção buscando publicações de referência na área e um mínimo equilíbrio entre as três disciplinas das Ciências Sociais. Houve, no entanto, uma preferência por revistas de Sociologia e Antropologia, com base em uma intuição de que os periódicos de Ciência Política trariam pouco material para a análise. Este capítulo é uma apresentação do que encontrei nesta pesquisa.

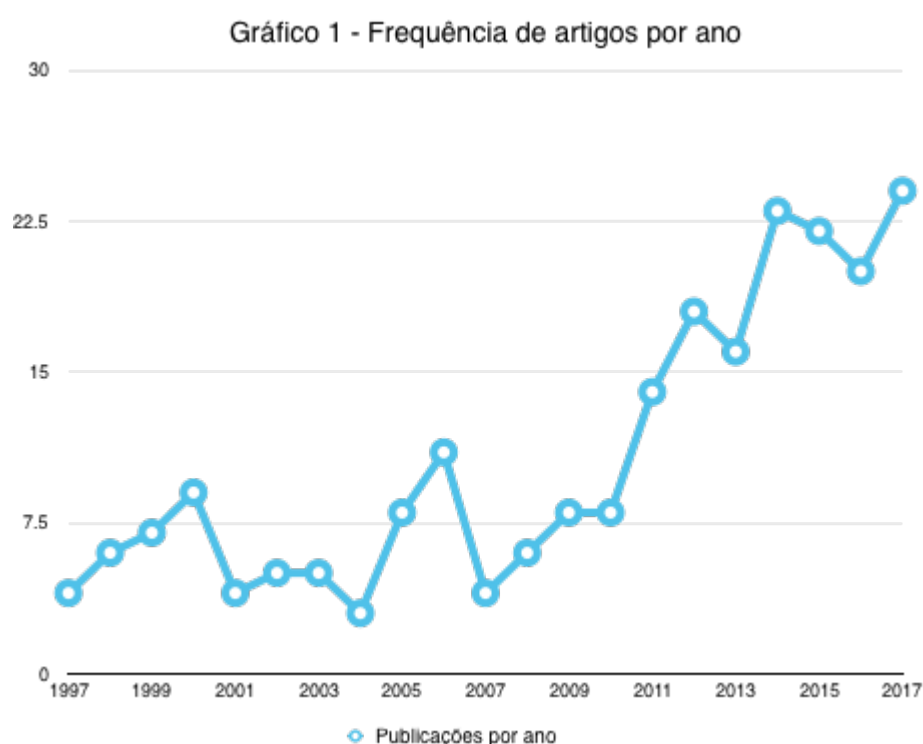
2.1 Um quadro sobre o pós-colonial nas ciências sociais

Nesta seção, serão apresentados dados colhidos por meio de operações simples que proporcionaram uma visão geral do campo. Essa pesquisa não tem como objetivo principal a apresentação de dados quantitativos. Por isso, não foi colhida uma amostra grande o suficiente para que os números apresentados sejam significativos nem do ponto de vista de produção científica das Ciências Sociais brasileiras de modo geral e tampouco do estado de aceitação dos estudos pós-coloniais nesse meio disciplinar. Muito menos do que isso, minha pretensão ao colher e apresentar esses dados é somente ter alguma porta de entrada para analisar possíveis tendências expressivas nesse campo. O objetivo dos gráficos e tabelas apresentados aqui é, portanto, meramente construir um retrato panorâmico desse campo, com base em informações descritivas e parciais.

De modo geral, a primeira impressão que tive a partir desse levantamento foi a de escassez de referências aos conceitos, temas e autores pós-coloniais. Uma segunda característica dentre os artigos selecionados é a ausência de um único padrão de citações e usos claros do referencial pós-colonial. Encontrei, no entanto, correntes menores de apropriações parciais e redirecionamentos mais específicos dessa bibliografia. A meu ver,

isso significa que a aproximação com a bibliografia e pensamento pós-colonial não se dá de maneira sistematizada na academia brasileira, mas depende muito das trajetórias e interesses pessoais dos pesquisadores ou de grupos de trabalho temáticos específicos.

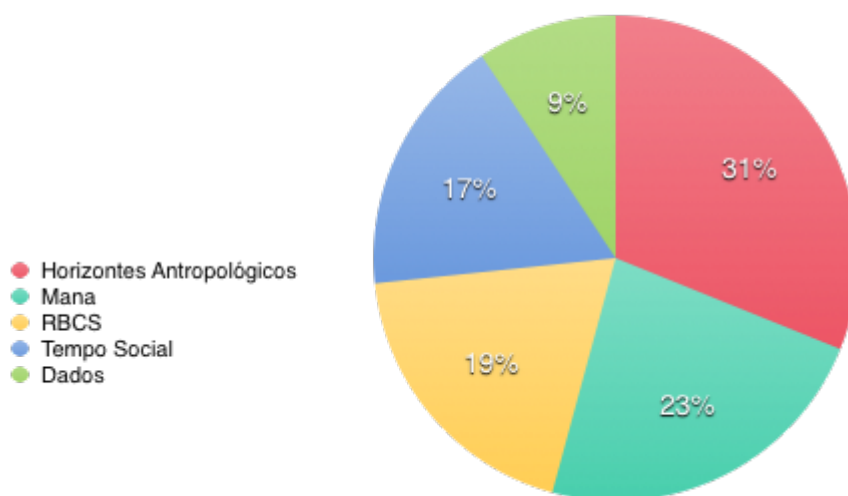
Uma primeira informação que me pareceu relevante buscar foi a distribuição temporal dos 225 artigos, selecionadas na primeira etapa de pesquisa em todas as revistas, ao longo desses 21 anos. Para conseguir esse dado, calculei a frequência de publicações que trouxessem referências aos estudos pós-coloniais por ano, apresentada no gráfico abaixo (gráfico 1):



É possível observar um crescimento significativo do número de publicações que fazem referências a autores pós-coloniais durante esses 21 anos. A média de publicações por ano até 2011 é de 6 e a partir deste ano saltou para 20. A princípio, isso pode ser lido como indício de um interesse crescente por esse movimento intelectual ou a difusão de determinadas discussões no âmbito das Ciências Sociais.

Um segundo dado importante é a distribuição desse total de artigos por revista analisada. Do total de 225 artigos, 70 foram coletados da revista Horizontes Antropológicos; 52 da Mana; 43 da Revista Brasileira de Ciências Sociais, 39 da Tempo Social e 21 da Dados. O gráfico seguinte (Gráfico 2) apresenta o total de publicações dividido proporcionalmente pela revista de origem.

Gráfico 2 - Distribuição de artigos por periódico



Como é possível ver, há uma predominância de artigos provenientes de periódicos de Antropologia, já que delas saíram pouco mais da metade (52%) do conteúdo selecionado.

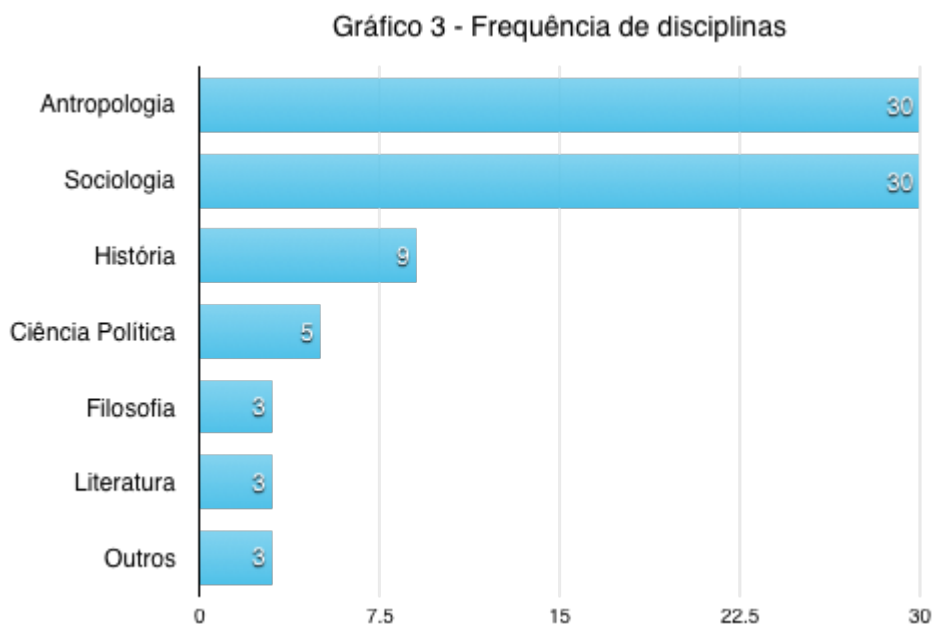
Seria, todavia, precipitado afirmar somente a partir desses dados que a Antropologia é um meio disciplinar onde os estudos pós-coloniais se encontram mais difundidos. Percebi que o número de publicações totais de cada revista variava bastante e por isso calcular a razão entre o número de artigos selecionados em cada revista e o total de artigos publicados em cada revista entre 1997 e 2017. Para realizar esse cálculo, precisei fazer uma estimativa do total de artigos publicados em cada revista nesse período de 21 anos⁵ e cheguei aos seguintes números: 880 artigos publicados na Horizontes Antropológicos; 705 publicados na Mana; 1082 na RBCS; 651 na Tempo Social e 604 na Dados. Se calcularmos em relação a esses números a porcentagem de artigos que contêm referências aos estudos pós-coloniais entre 1997 e 2017 chegamos aos seguintes números: 8% da Horizontes Antropológicos; 7,5% da Mana; 6% da Tempo Social; 4% da RBCS e 3,5% da Dados. Esse cálculo confirma a maior presença de referências pós-coloniais nos periódicos de Antropologia e não nos dá muitas informações novas, a não ser que, em proporção ao total de artigos publicados, a presença pós-colonial na Tempo Social é maior do que na Revista Brasileira de Ciências Sociais.

Os gráficos e tabelas apresentados a partir daqui se referem ao conjunto de 60 publicações que li e analisei e não mais ao total de publicações selecionadas na etapa de

⁵ Essa estimativa foi feita da seguinte maneira: selecionei 5 edições aleatórias de cada revista e contei quantos publicações — incluindo apresentações, entrevistas, artigos e resenhas — continha cada uma delas. Em seguida, fiz uma média aritmética que tomei como número médio de publicações por cada edição de cada revista. Por fim, multipliquei esse número pelo número de edições que cada revista teve entre 1997 e 2017.

averiguação dos arquivos das revistas. Como esses artigos foram efetivamente lidos e analisados, o tipo de dados que pude coletar eram de natureza mais complexa e só passíveis de serem extraídos a partir dessa abordagem do conteúdo. Apesar da redução significativa da “amostragem” e perda de representatividade quantitativa dos dados, achei importante trabalhar nessa escala uma vez que algumas características e tendências desse material só poderiam ser devidamente alcançadas com uma imersão em seu conteúdo.

Um primeiro dado importante que foi possível retirar desta análise mais refinada foi a origem disciplinar dos artigos que continham referências aos estudos pós-coloniais. Na primeira etapa do levantamento, a disciplina de cada artigo só poderia ser inferida pela revista científica em que foi publicada e por uma verificação superficial de bibliografia. Essa opção seria bastante complicada, uma vez que só as duas revistas de Antropologia publicam exclusivamente artigos de Antropologia. A RBCS e a Dados são revistas ecumênicas e a Tempo Social, apesar de oficialmente ser uma revista só de Sociologia, acaba publicando artigos provenientes de autores de áreas afins. Além disso, esse caminho também me impediria de perceber nuances de trabalhos desenvolvidos a partir de uma perspectiva multi ou interdisciplinar. A leitura dos artigos me possibilitou identificar eixos temáticos, conceitos e linguagens próprias às tradições disciplinares específicas e me fez perceber que uma parte significativa desse material (1/4 dos artigos) era realizada por meio de cruzamentos de referências a tradições disciplinares distintas. Como a informação que importava era menos a disciplina de formação e atuação profissional dos autores e mais a relação entre o uso das perspectivas disciplinares e os estudos pós-coloniais, decidi considerar a pluralidade de cada artigo. Assim, decidi assinalar até três disciplinas para cada artigo, conforme se expressasse no texto ou na bibliografia referências a campos de saber instituídos diferentes. Por essa razão, a soma da frequência de disciplinas é maior que o número total de artigos analisados. O gráfico a seguir (Gráfico 3) mostra a proporção entre as frequências de expressão das disciplinas e o total de artigos lidos e analisados:



A grande parte dos artigos analisados, então, vem das áreas da Antropologia e Sociologia. Esse dado não surpreende tanto, uma vez que o perfil dos periódicos investigados é voltado para a área das Ciências Sociais. Chama atenção, no entanto, a baixa presença de autores e temas pós-coloniais na Ciência Política, que responde por uma boa parte das publicações da revista *Dados* e a uma parte significativa das publicações da RBCS. Isso reforça, de algum modo, a intuição inicial de que há pouca influência da perspectiva pós-colonial sobre esse campo. Por outro lado, analisando esses dados conjuntamente à frequência de publicações por revista, a Antropologia se destaca como a disciplina em que os estudos pós-coloniais possuem maior difusão. No primeiro levantamento, as revistas exclusivamente de Antropologia respondem a mais da metade das publicações, e mesmo extraindo desse total uma amostragem com a mesma representatividade de cada revista, a Antropologia continua a responder pela maior parte das publicações. A História, Filosofia e Literatura também apareceram em um número expressivo, apesar de esses periódicos não serem voltados para a publicação dessas disciplinas. Creio que a recepção dos estudos pós-coloniais nessas áreas deve seguir lógicas próprias cuja análise fugiria do escopo desta pesquisa e da minha capacidade de compreensão.

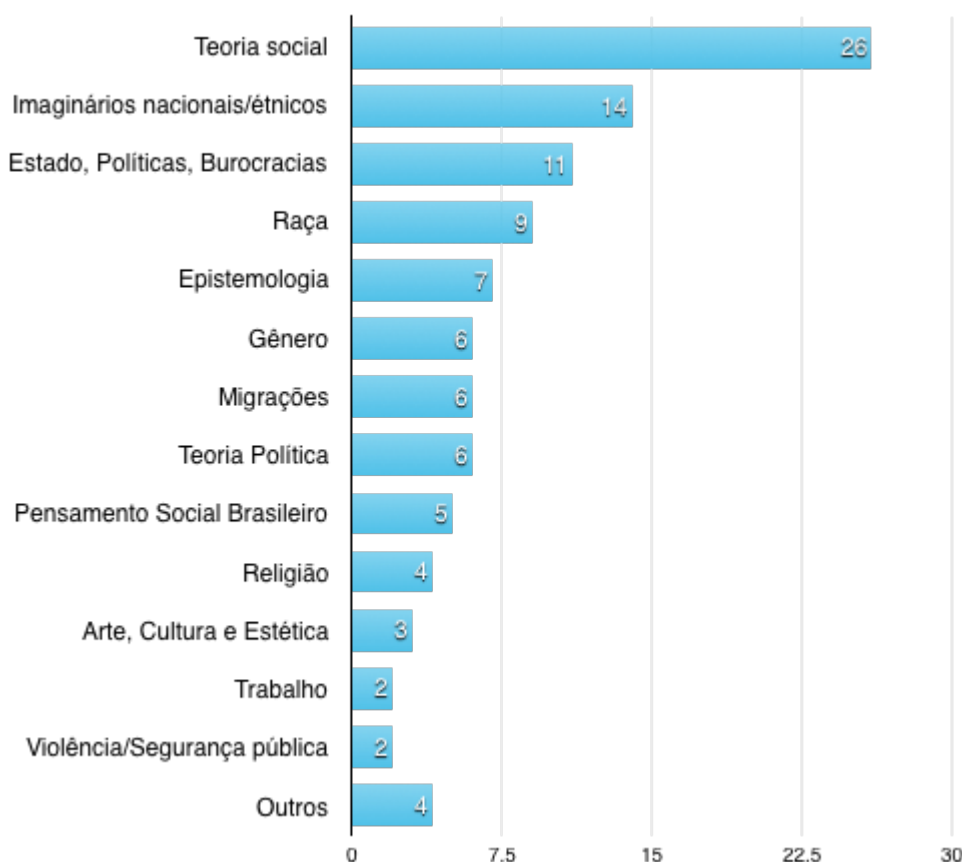
Outro instrumento de análise foi a categorização e contabilização dos eixos temáticos identificados na leitura dos artigos. Como não encontrei nenhum guia oficial satisfatório de temas estudados nas Ciências Sociais, elaborei uma classificação própria. Minha intenção com esse dado era mais de visualizar os meios intelectuais por onde os estudos pós-coloniais transitam do que transformá-los em dados operacionalizáveis para análises futuras. Por essa razão, o número de categorias com que trabalhei foi alto: Teoria Social; Epistemologia;

Imaginários nacionais/étnicos; Estado, Políticas e Burocracias; Raça; Gênero e Sexualidade; Migrações; Teoria Política; Pensamento Social Brasileiro; Religião; Arte, Cultura e Estética; Trabalho; Violência/Segurança Pública; outros.

Os nomes de uma parte dessas categorias têm significados evidentes e consensuais, mas outros vários merecem maiores considerações. Em Teoria Social incluí todos os artigos que continham discussões sobre conceitos ou modelos analíticos sociológicos e antropológicos. Decidi aglutinar as discussões teóricas das duas disciplinas em uma categoria só por reconhecer que essa fronteira disciplinar é muitas vezes borrada no próprio uso que os pesquisadores fazem, sendo muito frequente antropólogos partirem do trabalho de sociólogos clássicos como perspectiva teórica e sociólogos por vezes beberem na fonte da Antropologia. Já Teoria Política se mostra como uma linhagem de discussões mais destacada, com cânones, temas e conceitos mais específicos — como representação, participação, associativismo etc. Em Epistemologia estão os artigos que contém discussões sobre os limites, possibilidades e formas de validação do conhecimento científico ou grandes reflexões sobre as tradições disciplinares, o lugar do pesquisador, a relação sujeito-objeto. Imaginários nacionais/étnicos foi uma categoria criada para dar conta de uma grande diversidade de trabalhos que partem do pressuposto de que identidades coletivas são frutos de representações sociais e bens simbólicos construídos a partir de projetos estético-políticos. São então artigos que discutem a formação de identidades coletivas, de estereótipos e classificações sociais arbitrárias. Estado, Políticas e Burocracias foi utilizado para assinalar os artigos que tinham o mundo público institucional, por assim dizer, como objeto de pesquisa empírica. Grande parte dos trabalhos nessa categoria vem do campo da Antropologia dos processos de formação do Estado e, em menor grau, da Sociologia Política ou da Ciência Política.

Da mesma forma que na análise sobre as disciplinas, assinalei até três temas por artigo, já que só 21 deles (30%) se restringia a tratar exclusivamente de um tema. Contabilizando a expressão de até três temas por artigo, temos o seguinte quadro (gráfico 4):

Gráfico 4 - Frequência de temas



Esses são, portanto, os temas que se repetiram no conjunto de 60 artigos lidos e analisados. Como é possível ver acima, uma grande parte das publicações analisadas tem um tom teórico, já que juntando as categorias de *Teoria Social*, *Epistemologia* e *Teoria Política* temos 38%. Por outro lado, os temas empíricos que mais aparecem são aqueles que tratam de questões identitárias e acabam passando de alguma forma por questões como alteridade, estigmatização e preconceito. Somadas, as categorias de *Raça*, *Gênero*, *Migrações*, *Imaginários nacionais/étnicos* e *Religião* correspondem a outros 38% do total de temas registrados. Outros temas cujas presenças chamam atenção são *Estados*, *Políticas* e *Burocracias* e o de *Pensamento Social Brasileiro*.

Para além de identificar os eixos temáticos mais frequentes, essa contagem nos permite ter uma noção dos meios intelectuais por onde o pós-colonial possui alguma aceitação. Nessa análise a ausência de alguns temas clássicos das Ciências Sociais chama tanta atenção quanto a alta presença de alguns temas no grupo de artigos selecionados. No geral, áreas de pesquisa muito associadas a uma identidade disciplinar específica não apareceram muito no levantamento — como estudos institucionais da Ciência Política;

estudos de etnologia, ou de análises linguísticas ou de redes de parentesco na Antropologia; estudos sociológicos sobre classe, trabalho, movimentos sociais.

Para tornar esse dado operacionalizável e poder cruzá-lo com outros dados, agreguei esses 18 temas identificados em 4 grupos temáticos. Em *Teoria* incluí artigos de Teoria Social, Teoria Política, Epistemologia e Pensamento Social Brasileiro. O segundo grupo temático mais frequente, que foi batizado de *Identidades e marcadores sociais*, abriga Raça; Gênero e Sexualidade; Migrações; Imaginários nacionais e Religião. Os temas de Estado, políticas e burocracias; Violência e Segurança Pública e Trabalho foram agrupados em *Estado e Políticas Públicas*. Reuni em *Outros* as categorias que tiveram menor expressão: Arte, Cultura e Estética; Museologia; Espaço; Interações e Sociabilidade; Globalização. Agrupados nessas quatro categorias, temos a seguinte quadro (gráfico 5):



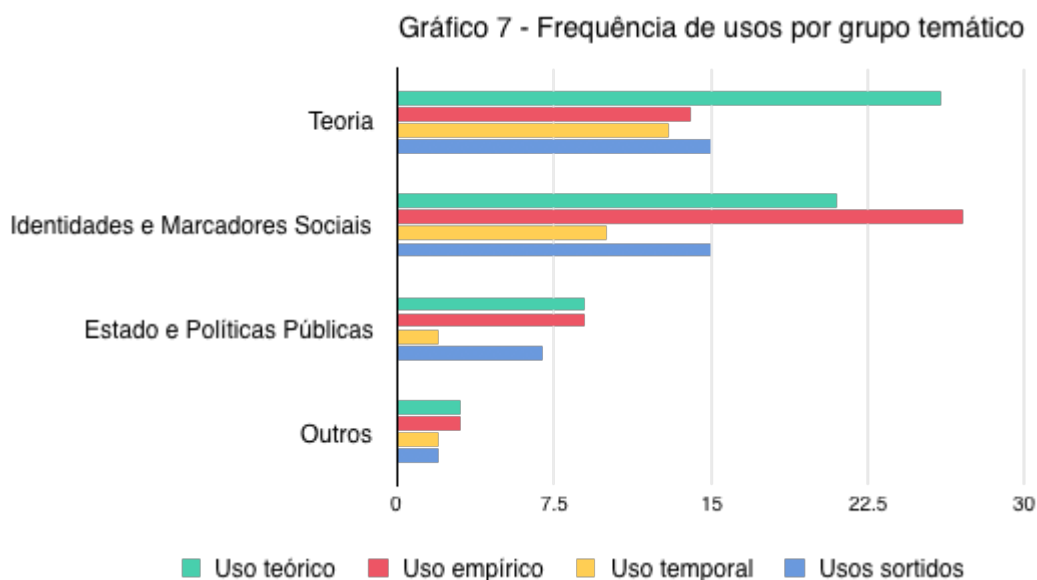
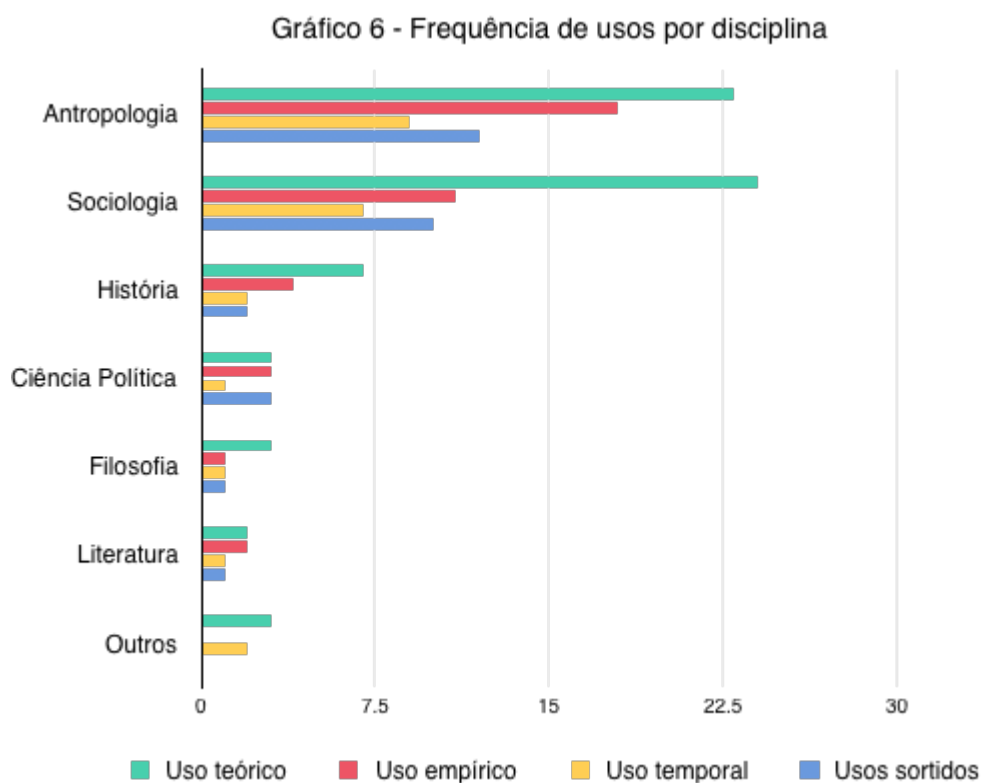
Sobre os usos da bibliografia pós-colonial

O esforço analítico principal deste trabalho foi destrinchar os usos feitos dos conceitos, temas, modelos, críticas, reflexões, enfim, do conteúdo dos estudos pós-coloniais. A mera identificação de nomes conhecidos nas referências bibliográficas dos artigos não dava pistas suficientes para uma compreensão mais apurada sobre *como* elas eram mobilizadas. Essa categorização surgiu do interesse de identificar o lugar que as referências pós-coloniais ocuparam na construção de pesquisas. Por mais que a faceta mais conhecida do pós-colonialismo seja sua crítica epistemológica e, quem sabe, seu projeto de descentramento geopolítico do conhecimento, ele é um universo com uma diversidade infinita de conceitos, narrativas, modelos analíticos e reflexões que se prestam a ser mobilizadas de distintas maneiras.

Ao longo da leitura desses artigos, comecei a registrar os usos que encontrei, e, ao final, tinha 25 usos distintos registrados⁶. Para fins analíticos, eles foram agrupados em *usos teóricos*, *usos empíricos*, *usos temporais* e *usos sortidos*. A categoria de *Usos teóricos* é a mais abrangente, incluindo desde o uso de referências pós-coloniais para a elaboração de uma reflexão epistemológica até o uso para um breve comentário sobre algum tema, passando por outros como o uso para formulação de agendas de pesquisa, para a realização de advertências críticas e para contribuição teórica sobre um certo tema. Em *Usos empíricos*, concentrei principalmente o uso de algum material intelectual pós-colonial como premissa irrefletida de pesquisa; o uso de conceitos e modelos pós-coloniais como ferramentas analíticas; a postulação de equivalências ou comparação entre alguma situação estudada e outras tematizadas por autores pós-coloniais, geralmente em países africanos ou na Índia; e, por fim, o acionamento do pós-colonialismo para a realização de uma crítica cultural ou social engajada. Em *Usos temporais* incluí aqueles que relacionam o tempo histórico a uma condição pós-colonial e também aqueles que implicam renarrativizações históricas. Essa potencialidade do conceito e da perspectiva pós-colonial parece ser mantida algo inexplorada, apesar de ter aparecido algumas vezes nesse grupo de artigos. A categoria de *Usos sortidos* reuniu usos da bibliografia pós-colonial muito periféricos ao argumento do artigo, como menções em notas de rodapé, por exemplo .

Os usos teóricos foram os mais frequentes, tendo aparecido em 47 dos 60 artigos lidos. Em seguida, se destacam os usos empíricos, que apareceram em 28 artigos; os temporais em 15 e os usos sortidos em 21 artigos. Se separarmos por tema e por disciplina, temos os seguintes quadros (gráficos 6 e 7) :

⁶ Para a lista completa de usos registrados, ver anexo 3.



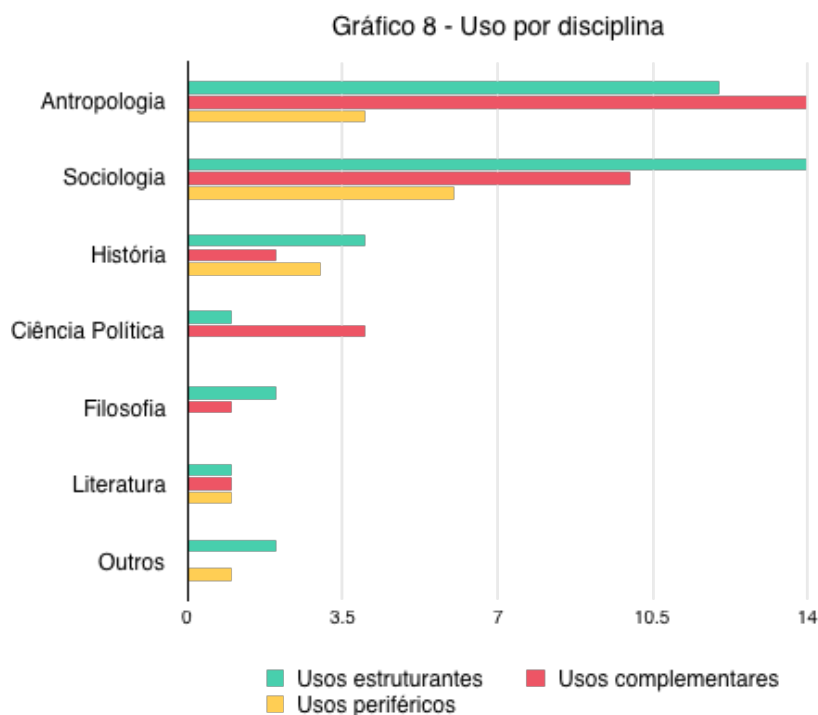
Quando consideramos a distribuição de usos por disciplina, o uso teórico é predominante, sem grandes variações. Não houve também variações expressivas nas frequências de usos empíricos e usos temporais entre as disciplinas. Já classificando por tema estudado, há variações mais significativas. Como esperado, os usos teóricos da bibliografia pós-colonial se destacam entre artigos que tratam de temas teóricos. Mas nos dois outros grupos temáticos há

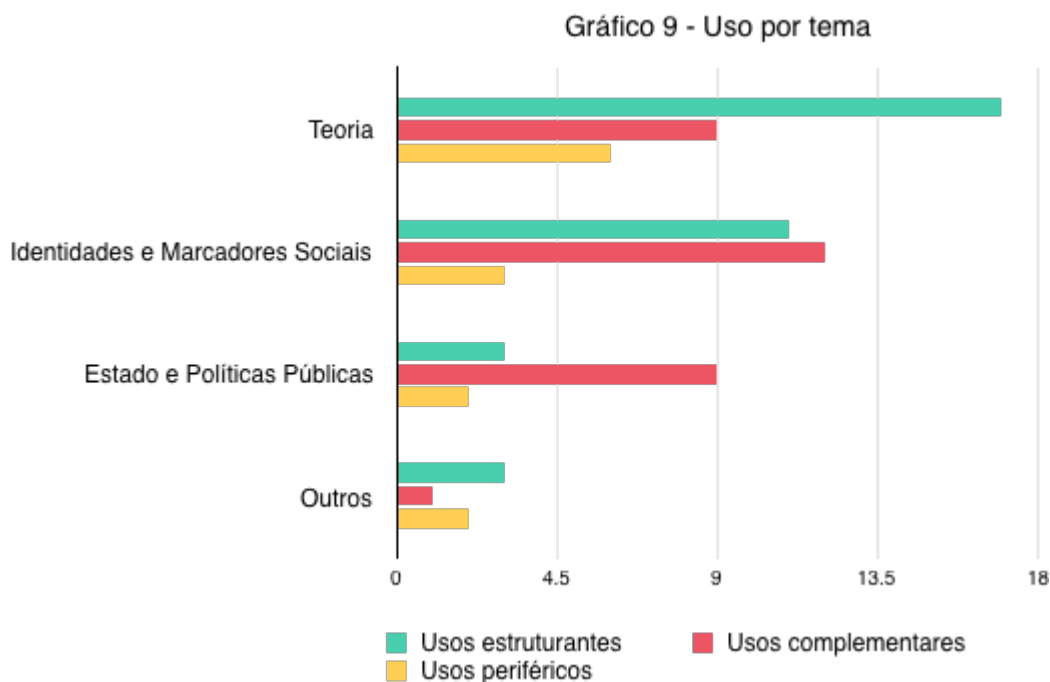
maior inclinação ao emprego empírico de conceitos e modelos pós-coloniais como ferramentas de análise ou premissas de pesquisa.

Contrariando as expectativas iniciais de pesquisa, a maior parte das citações de autores pós-coloniais que foram utilizadas para compor o frame teórico de pesquisa dispensaram mediações e contextualizações quanto às suas origens intelectuais. Isso poderia ser visto como uma utilização acrítica e inadequada desse material intelectual. No entanto, a partir da leitura e familiarização com esses artigos, esse tipo de uso parece indicar, em primeiro lugar, que a bibliografia pós-colonial não chega aos cientistas sociais brasileiros como um conjunto unitário e coeso, mas a partir de obras e discussões sobre temas empíricos específicos. Isso é especialmente evidente nos artigos de Antropologia, onde raramente encontrei referências a um campo intelectual pós-colonial ou mesmo referências ao termo pós-colonial. O que identifiquei em um primeiro momento como a referência ao pós-colonialismo parece ser, na visão dos pesquisadores que escreveram estes artigos, referências a trabalho de outros pesquisadores que participam prioritariamente das discussões antropológicas e talvez só secundariamente sejam levados em conta quanto a suas participações em debates pós-coloniais. Em segundo lugar, esse uso sem mediações pode indicar também certo grau de consolidação da bibliografia pós-colonial como parte integrante de um conjunto de referências intelectuais legítimas para as ciências sociais. Parece ser uma linhagem intelectual que já foi validada e naturalizada, ao menos para os pesquisadores, cujos artigos foram analisados nesta pesquisa.

O processo de categorização dos usos registrados em usos teóricos, empíricos, temporais e sortidos me permitiu conhecer um pouco melhor as modalidades de emprego mais comuns dos estudos pós-coloniais. Permite também compreender quais foram as principais percepções nas ciências sociais brasileiras das potencialidades dessa bibliografia. Exclusivamente a partir desse levantamento é possível identificar, portanto, que os estudos pós-coloniais são explorados de maneira algo assistemática e seus empregos mais frequentes são como contribuição complementar ou periférica à construção de argumentos teóricos ou como ferramenta analítica. Há, no entanto, um grupo expressivo de artigos nos quais os estudos pós-coloniais são empregados de forma mais sistematizada e central para a construção da pesquisa. Neste grupo, os usos dessa bibliografia para a construção teórica do objeto de pesquisa; como fonte principal de reflexividade disciplinar ou de uma discussão epistemológica; e como base para a elaboração de novas agendas de pesquisa foram os que mais se repetiram.

Em suma, separar os usos teóricos, empíricos e temporais foi uma chave de acesso ao *como* da recepção dos estudos pós-coloniais. Senti falta, porém, de acessar o *quanto* essa bibliografia foi importante na elaboração dos artigos lidos. Por isso, reagrubei os 25 usos identificados originalmente em *Usos estruturantes*, *Usos complementares* e *Usos periféricos*. Em *usos estruturantes*, incluí as referências que expressavam uma influência muito forte do olhar pós-colonial ou um comprometimento assumido com o pós-colonial enquanto um projeto intelectual. São usos que desempenham uma função medular na composição dos artigos. As citações de autores pós-coloniais empregadas para a complementação de argumentos teóricos construídos a partir de outras referências intelectuais, assim como usos mais empíricos foram classificados como *usos complementares*. Não são usos centrais à construção dos artigos, mas ainda assim representam inflexões importantes. Em *usos periféricos* foram incluídas as menções aos estudos pós-coloniais que exerciam uma influência nula ou muito leve aos rumos da pesquisa. Figuram nessa categoria sobretudo notas de rodapé e alusões por parte do pesquisador que pretende demonstrar ciência sobre a existência de certos debates para, em seguida, assumir outras preferências teórico-metodológicas. Distribuindo esses usos por disciplina e por grupo temático, temos os seguintes resultados (Gráficos 8 e 9):





Quando os usos são distribuídos pelas disciplinas, chama atenção uma diferença entre Sociologia e a Antropologia. Há uma presença maior de usos acessórios na Antropologia e de usos estruturantes na Sociologia. Apesar de sutil, essa diferença na proporção entre usos estruturantes e usos acessórios confirma uma impressão mais difusa que tive ao longo do processo de leitura dos artigos de que há padrões de relação diferentes com a bibliografia pós-colonial nesses dois campos disciplinares.

Já quando são distribuídos por grupos temáticos, fica evidente que os estudos pós-coloniais são mais frequentemente acionados como referências centrais para a construção de artigos teóricos do que artigos que tratem de temas empíricos. Apesar de no grupo de “Identidades e marcadores sociais” haver ainda um certo equilíbrio entre os usos estruturantes e acessórios, no grupo de “Estado e políticas públicas” há a indicação de um padrão de uso dos estudos pós-coloniais como elementos acessórios aos argumentos.

Sobre os autores utilizados

O último recurso para conhecer esse conjunto de 60 artigos foi a contabilização das obras e autores mais citados. Foram registradas as citações de 246 obras afiliadas ou relacionadas de algum modo à perspectiva pós-colonial e 102 autores diferentes⁷. Chama atenção, porém, que desse total, 201 obras — 82% do total — são citadas uma única vez. Esse dado reforça a minha percepção de que a aproximação com essa bibliografia se dá muito mais

⁷ Para a relação completa de obras citadas, ver anexo 2.

de maneira assistemática, a partir de experiências, interesses e curiosidades individuais isoladas do que de maneira organizada em cursos e grandes grupos de estudo. Dentre as 45 obras que foram citadas por mais de um autor, se destacam “O Local da Cultura” (1998), de Homi Bhabha; “O Atlântico Negro” (2001), de Paul Gilroy e “Orientalismo” (2007), de Edward Said como obras mais citadas, aparecendo cada uma nas referências bibliográficas de 11 artigos diferentes. Peles Negras, Máscaras Brancas (2008) de Frantz Fanon vem em seguida, com 8 citações. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina (2005), de Anibal Quijano e Pode o Subalterno falar? (2014), de Gayatri Chakravorty Spivak também se destacam com 7 citações cada.

Contabilizando os autores mais citados, temos um resultado ligeiramente diferente, conforme mostra o seguinte gráfico (gráfico 10):



Estes são, portanto, os 10 autores que apareceram no maior número de artigos lidos. Os autores das obras mais citadas (Bhabha, Said, Gilroy, Spivak e Quijano) estão representados neste *ranking*. No entanto, chama atenção a presença de Walter Mignolo, Stuart Hall e Veena Das, que parecem ser mais influentes pelo conjunto de suas obras do que por um trabalho específico.

Se há algo a dizer sobre esse grupo de 10 autores que apareceram com mais frequência no grupo de 60 artigos lidos e analisados é, em primeiro lugar, a curiosa correspondência entre o padrão de referências de um pós-colonialismo *mainstream*, por assim dizer, e o encontrado aqui. A narrativa mais difundida sobre o pós-colonialismo atribui seu surgimento e consolidação a movimentos internos a um circuito acadêmico e intelectual anglófono articulado entre universidades inglesas e norte-americanas e as ex-colônias britânicas. Dos 10 autores mais citados, 7 deles escrevem em inglês e, com a exceção do antropólogo saudita Talal Asad, os outros 6 são intelectuais migrantes provenientes de ex-colônias britânicas. É um padrão de citações que corrobora, de certa maneira, uma identidade anglófona dos estudos pós-coloniais. Além disso, chama atenção a maneira desigual pela qual os três autores que costumam ser identificados como as referências principais do pós-colonialismo — Said, Bhabha e Spivak — aparecem aqui. A preferência ou maior difusão da obra de Bhabha em relação à de Spivak é algo notável, apesar de não caber no escopo deste trabalho uma maior investigação sobre esse ponto.

Por outro lado, a presença de Walter Mignolo e Anibal Quijano sinalizam um movimento de aproximação do chamado grupo decolonial, constituído pela elaboração e crítica do pós-colonialismo a partir de uma perspectiva latino-americana. Sem dúvida, há uma espécie de preferência, por parte de alguns cientistas sociais brasileiros, por utilizar a perspectiva decolonial justificada pela percepção dessa vertente como a versão mais apurada e pertinente da perspectiva pós-colonial, como em Radomsky (2011, 2015), Ballestrin (2017) e Gomes (2013).

A inclusão de Frantz Fanon nesse grupo pode ser considerada controversa, já que sua obra só poderia ser caracterizada como pós-colonial *a posteriori*. Estou ciente da diversidade de temas contida em sua obra e de seus vários encaminhamentos possíveis. Porém, a emergência do pós-colonialismo no final dos anos 1980 recuperou suas obras e o transformou quase em um de seus principais antepassados. Acredito que hoje os estudos pós-coloniais parecem ser a maior fonte de difusão das obras de Fanon. As citações de Fanon contabilizadas aqui são fruto dessa associação e são parte do mesmo movimento de releitura pós-colonial de sua obra.

A fim de compreender melhor como a obra desses autores foi mobilizada, cruzei as frequências de citação por autor com os outros dados coletados, resultando nos gráficos seguintes (Gráficos 11 e 12). Cabe lembrar que esses gráficos não tomam os artigos como unidades de análise, mas a expressão de até 3 disciplinas e temas por artigo. Por isso, o total somado aqui é maior que o número de artigos:

Gráfico 11 - Citações por disciplina

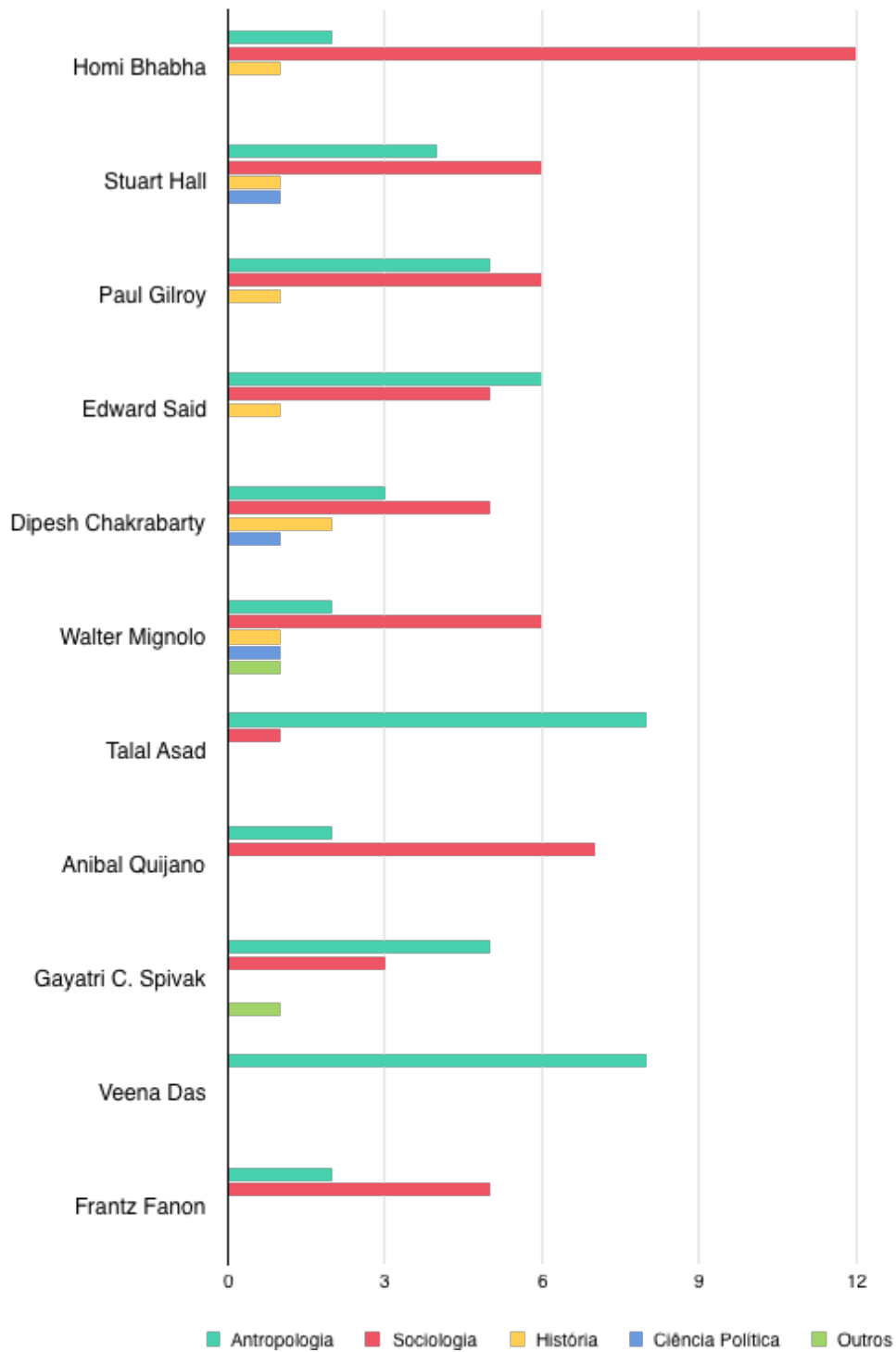
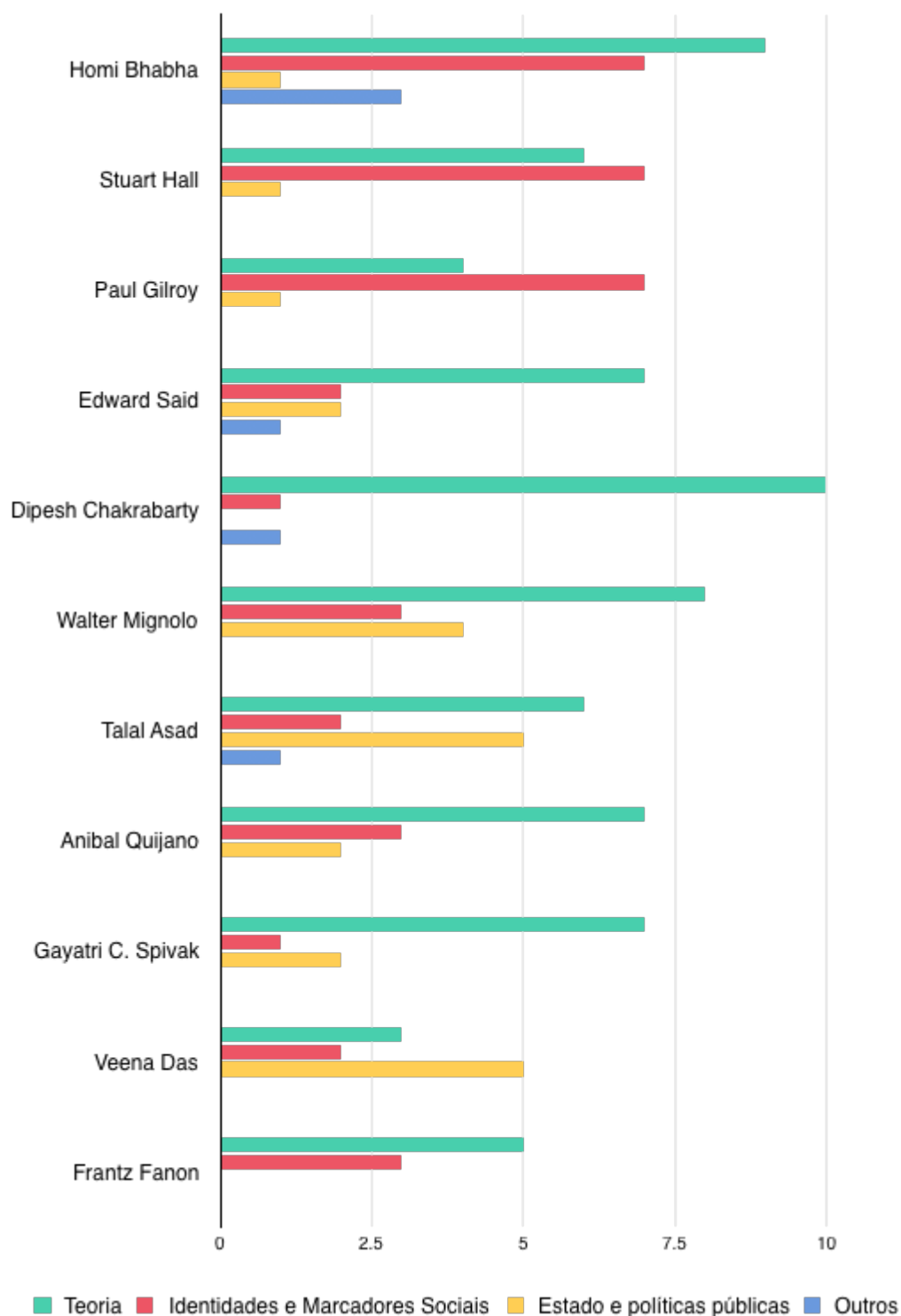


Gráfico 12 - Citações por grupo temático



Tanto quando organizados por disciplina como quando organizados por grupos temáticos, é possível perceber que a distribuição das citações desses autores no grupo de 60 artigos lidos

não é homogênea. Há indícios de padrões específicos de relação com essa literatura. Observando o gráfico que distingue a citação dos autores por disciplina, chama atenção, em primeiro lugar, como os dois únicos autores da lista que assumem a identidade profissional de antropólogos praticamente não são citados por artigos de outros campos disciplinares que não a Antropologia. Talal Asad é citado em somente um artigo de Sociologia e Veena Das não é citada fora da Antropologia. O inverso não acontece. Apesar de haver maior número de citações dos autores que se identificam como sociólogos — Hall, Gilroy e Quijano — nos artigos de Sociologia, elas também aparecem nos artigos de Antropologia. Essa correlação indica, portanto, certa preferência dos pesquisadores de usarem como referências autores pós-coloniais que sejam também pares disciplinares. Por outro lado, essa ligação não explica a alta frequência de citações de Bhabha, Said, Spivak e Mignolo, que vêm do campo dos estudos literários.

Privilegiando os temas como eixo de análise, chama atenção como todos os 10 autores aparecem bastante em artigos que contém discussões teóricas. Chakrabarty, especificamente, se destaca como um autor praticamente só empregado em discussões teóricas. Provavelmente, isso tem a ver com a natureza e importância de sua proposta mais geral de desprovincialização da Europa. Há uma diferença clara, no entanto, quanto aos dois outros grupos. As obras de Bhabha, Hall e Gilroy são muito utilizadas em artigos que tratam de Identidades e marcadores sociais, mas estão praticamente ausentes naqueles que falam de Estado e políticas públicas. O inverso ocorre com Talal Asad e Veena Das, que são muito utilizados em artigos que falam de Estado e políticas públicas.

Os dados apresentados aqui foram fruto de um primeiro encontro com o campo. O estabelecimento dessas categorias e os cruzamentos de frequências foram realizados a partir de um esforço de sistematizar a análise das referências aos estudos pós-coloniais e seus autores encontradas neste levantamento. Apesar de não possuírem representatividade numérica perante a enormidade e diversidade do número de produtos intelectuais das ciências sociais brasileiras, esses cruzamentos permitiram a identificação de algumas relações e tendências expressivas, que me auxiliaram na construção da análise mais propriamente qualitativa desse material. Ou seja, trata-se de uma simples descrição de caráter exploratório e assumidamente parcial do que tem sido incorporado pelas ciências sociais brasileiras, com destaque para a Antropologia e Sociologia entendidas como campos disciplinares

privilegiados pela escolha feita, do conjunto de autores, obras e questões que foram consagradas como constitutivas do campo batizado como pós-colonial e decolonial.

Foi possível visualizar, por exemplo, a relação entre Veena Das e Talal Asad, a Antropologia e o estudo do Estado e políticas públicas; ou de Stuart Hall, Homi Bhabha e Paul Gilroy com o tema das identidades. De forma a explorar melhor relações como estas e os indícios descobertos nesta etapa da pesquisa, assim como de apresentar uma análise e contextualização mais aprofundada o conteúdo dos artigos lidos, o restante deste capítulo é dedicado a apresentar os padrões mais expressivos que identifiquei de usos da bibliografia pós-colonial.

A partir dessa primeira etapa, a distinção dos grupos temáticos trabalhados em cada artigo pareceu uma chave de acesso melhor do que as disciplinas para a compreensão dos padrões de relação e de usos dos estudos pós-coloniais. Apesar de ter encontrado algumas diferenças entre as disciplinas, o contato e familiarização com os estudos pós-coloniais não parece se dar tanto na formação disciplinar básica, mas em grupos formados por interesses de pesquisa mais específicos. Por isso, os padrões esboçados a seguir são organizados sobretudo pelo conteúdo temático manifestado nos artigos.

2.2 Desafios disciplinares, mediações e renarrativizações

O emprego de conceitos, modelos e narrativas pós-colonialistas para a composição de argumentos teóricos foi, com alguma vantagem, o mais frequente nessa pesquisa. Esse não é, no entanto, um dado surpreendente, se levarmos em consideração a natureza dos estudos pós-coloniais — ou ao menos a narrativa mais difundida sobre seu surgimento e conteúdo pela qual ele chega até nós. O primeiro capítulo deste trabalho foi dedicado a compreender o surgimento e consolidação do pós-colonial como um significante em torno do qual orbitam certas ideias e que unifica certa perspectiva intelectual. Em grande medida, encontrei foi um projeto intelectual muito voltado para a discussão de premissas teóricas, padrões de pensamento, conceitos e representações. Nenhuma corrente de pensamento seria reconhecida sem uma certa afirmação de um projeto teórico. No entanto, os estudos pós-coloniais parecem especialmente voltados para debates dessa natureza. Isso provavelmente é um efeito de o pós-colonialismo ter se consolidado como referência a partir do trabalho de estudiosos da literatura. Apesar de não conhecer tanto do processo de formação e dos debates internos ao campo acadêmico da Literatura e literatura comparada, ele não parece alimentar uma identidade disciplinar associada primordialmente à ideia de ciência como as Ciências Sociais

fazem. Logo, a lente de análise parece muito mais voltada para a construção das representações e dos *produtos do espírito*, por assim dizer, do para a materialidade das relações. Obviamente os trabalhos inspirados pelo pós-colonialismo não deixam totalmente de lado os efeitos empíricos das representações, afinal a própria consideração dos legados materiais do colonialismo e análise das atualizações do poder de origem colonial são pilares do pensamento pós-colonial. Entretanto, há uma certa marca de origem desse campo que o faz ser voltado para a teoria e para a textualidade. Em suma, encontramos muito mais nas principais referências dos estudos pós-coloniais formas particulares de pensar, de olhar para o mundo da empiria, de construir questões de pesquisa do que propostas de operacionalização de pesquisas ou orientações práticas para a solução de problemas empíricos.

Sendo assim, nada mais natural que o destino mais comum da bibliografia pós-colonial nos artigos analisados sejam as discussões de natureza teórica ou epistemológica. Do total de 60 artigos, 47 faziam algum tipo de uso teórico dos estudos pós-coloniais. Mesmo em artigos em que a influência pós-colonial era bastante fraca, discussões ou conceitos extraídos de obras pós-coloniais foram usadas para a composição de argumentos teóricos mais amplos. Por exemplo, em um artigo sobre a recepção da obra de Max Weber no Brasil, Gláucia Villas Boas (2014) leva em consideração a dispersão geográfica dos intelectuais leitores de sua obra no pós-guerra e acrescenta uma nova dimensão a esse dado usando a reflexão de Said sobre a condição de exílio intelectual. Em outro artigo, a discussão de Spivak sobre as duas dimensões da representação aparece como uma contribuição teórica lateral à análise sobre as diferentes narrativas acerca do rio São Francisco feita por Roberto Lima (2000). Apesar de a influência pós-colonial sobre esses artigos ser pontual, esses usos são indicadores de um grau de disseminação dessa bibliografia para além de um círculo imediato de especialistas.

Outro modo de usar bastante comum da bibliografia pós-colonial encontrado foi como contribuição teórica para temas específicos. Alguns autores envolvidos com objetos específicos parecem ter encontrado nos estudos pós-coloniais uma fonte de críticas ou de aberturas para a inovação importante para repensarem as teorias que cercam seus objetos. Isso aparece de maneira bastante paradigmática nos dois artigos de Guilherme Francisco Waterloo Radomsky (2011, 2015) sobre o tema do desenvolvimento. O autor tenta caracterizar uma perspectiva intelectual do *pós-desenvolvimento* e, para isso, desenvolve um amplo balanço das teorias e debates suscitadas pelas tentativas de transformações sociais planejadas. Certamente esse trabalho merece maior tempo e incursão, mas basta destacar, para os fins deste trabalho, como o pós-colonialismo é apontado como um dos pilares intelectuais — ao lado da obra de Foucault e da desconstrução pós-moderna — para o estabelecimento de uma

perspectiva crítica radical à noção de desenvolvimento no campo da Antropologia e Sociologia aplicadas (RADOMSKY, 2011, p. 152). Por ter esta compreensão, Radomsky dedica uma seção inteira de seu artigo a elaborações pós-coloniais de críticas já formuladas ao desenvolvimento. A primeira delas relaciona o autoritarismo e unilateralidade das políticas de desenvolvimento à narrativa eurocentrada da modernidade, que a considera como produto da dinâmica interna e de características culturais exclusivamente europeias. Essa visão concebe um modelo específico como um único modelo e inviabiliza possibilidades alternativas de transformação sociais. A segunda relaciona a hegemonia do discurso da economia nas políticas de desenvolvimento a uma discussão geopolítica da epistemologia. Por fim, o autor destaca também como a atenção pós-colonial a vozes subalternas acaba recuperando noções coletivas de bem-comum que poderiam disputar em uma arena pública com uma noção monolítica de desenvolvimento.

Uma particularidade do trabalho de Radomsky que merece destaque é a citação de outros cientistas sociais brasileiros que escreveram sobre a possibilidade de leitura das questões nacionais por uma chave pós-colonial. Essa tentativa de estabelecimento de uma interlocução entre autores brasileiros sobre o pós-colonialismo é um movimento pioneiro e solitário entre os artigos lidos e analisados. No entanto, parece apontar para a formação de uma rede que, mesmo incipiente, representaria uma nova estratégia de elaboração do tema.

De forma semelhante a Radomsky, Carolina Moulin (2011) convoca o pós-colonialismo para desenvolver uma discussão sobre direitos humanos. Uma referência importante em seu artigo é o trabalho de Partha Chatterjee sobre a política dos governados que a faz reconsiderar as estratégias de associação política e luta por direitos na contemporaneidade. Ainda mais significativo é a modo pelo qual Moulin estabelece premissas teóricas muito influenciadas pelos estudos pós-coloniais. A autora não só parte de uma associação entre os direitos humanos e o paradigma colonial moderno como também de uma caracterização do tempo presente construída a partir de uma linguagem e marcadores típicos dos estudos pós-coloniais. Em linhas gerais, Moulin destaca uma crescente interpenetração de povos, culturas que estaria borrando as oposições organizadoras da geopolítica modernas entre Primeiro/Terceiro mundos; Ocidente/Oriente; Norte/Sul. Ainda que a autora não atribua a autoria dessa descrição de temporalidade aos pós-coloniais, eles são uma influência evidente pela linguagem e forma de construção do argumento⁸. O que Moulin chama de *interiorização das externalidades* pode ser compreendido, por um lado, pela adoção de estratégias de

⁸ Ver a seção “A condição histórica pós-colonial”, no capítulo 1 deste trabalho.

governamentalidade gestadas no ambiente colonial pelas ex-metrópoles. Por outro, como a consolidação global das instituições do mercado e do Estado-nacional até mesmo naquelas sociedades que em algum momento pretenderam se constituir como a partir de suas diferenças em relação a seus ex-colonizadores.

Em geral, os usos temporais encontrados nesta pesquisa se confundiram com o estabelecimento de premissas teóricas e não chegaram a ser objetos de maiores esforços analíticos. Apesar de estarem presentes em 1/4 dos artigos lidos, parecem constituir um ponto de menor interesse nas Ciências Sociais. É notável, no entanto, que a marcação de temporalidade pós-colonial só aparece associada a discussões primordialmente teóricas ou a objetos empíricos de natureza transnacional ou global — mais especificamente as migrações. Todos os artigos que recorreram às estratégias pós-coloniais de caracterizar o tempo presente ou de reconstruir narrativas históricas falavam sobre a circulação internacional de pessoas ou representações.

Em seu artigo sobre as representações em torno de mulheres latino-americanas que trabalham com cuidado de idosos na Europa, Guita Grin Debert (2014) apresenta um uso histórico que não tem a ver com a caracterização do presente, mas com uma reinterpretação do passado que tem a questão colonial como eixo central. Debert apresenta uma contranarrativa da história oficial dos direitos da mulher chamando atenção para como, em primeiro lugar, sua reivindicação se justificava, no século XIX, pelo papel de mães e reprodutoras da raça branca que encabeçavam os impérios. A autora destaca também como a “feminilidade da mulher ocidental e branca foi historicamente constituída não só em oposição à ideia de virilidade, mas também em relação à sexualidade e à feminilidade da mulher ‘negra’ das colônias” (DEBERT, 2014, p. 41).

Apesar das diferenças nada insignificantes entre os usos temporais feitos por Moulin e Debert, acredito que ambos têm em comum a função de reconstituir pontos teóricos inovadores que incitam novos empreendimentos analíticos, uma vez que colocam seus objetos empíricos sob uma nova luz. De qualquer forma, cabe destacar aqui a associação geral entre uma temporalidade ou os esforços de renarrativização pós-coloniais e condições internacionais ou globais. Essa relação encontrada nesta pesquisa ressalta a vocação cosmopolita da perspectiva pós-colonial. Ainda que tentássemos acionar as formas de temporalização pós-coloniais para pensar questões referentes à nação ou a grupos sociais circunscritos, a ênfase quase que automática no colonialismo como fator estruturante da contemporaneidade traria consigo a valorização dos elementos globais e aspectos relacionais da composição de qualquer identidade.

Voltando às modalidades de usos teóricos encontradas nesta pesquisa, já tratamos aqui de usos periféricos e de reelaborações teóricas de temas específicos, dentre os quais os recursos pós-coloniais de marcação de temporalidade desempenham um papel importante. Antes de passar adiante, acho importante frisar mais uma vez que os usos teóricos dos estudos pós-coloniais não foram encontrados somente em artigos voltados para a discussão teórica ou que falassem de pesquisas sobre objetos teóricos. As referências pós-coloniais apareceram em abundância nesta pesquisa nas seções teóricas de artigos voltados para a divulgação ou apresentação parcial de pesquisas empíricas. Esse dado aponta para uma tendência de conversões pontuais de elementos da bibliografia pós-colonial em pesquisas e propostas de agenda produtivas e materialmente engajadas.

Para além destes, há ainda um grupo de artigos que é estruturado em torno das críticas, reflexões e temas pós-coloniais e que têm como traço comum a preocupação em pensar as suas implicações teóricas e metodológicas sobre as disciplinas. A denúncia do eurocentrismo implícito em premissas constitutivas das Ciências Sociais feita pelos estudos pós-coloniais representa, na visão desses autores, um dos principais desafios a que eles e seus colegas têm que responder caso queiram dar continuidade às suas tradições disciplinares. De modo geral, o esforço de compreensão e seleção das principais questões trazidas pela perspectiva pós-colonial é muito semelhante ao realizado no primeiro capítulo deste presente trabalho. Por isso, vou abster-me aqui de reelaborar todos os debates explorados nesse conjunto de artigos e vou me concentrar em apontar os tópicos de maior destaque em cada disciplina.

Na Antropologia, as questões pós-coloniais parecem reverberar, sobretudo, em discussões a respeito das relações e representações de alteridade estabelecidas entre o *etnógrafo* e o *nativo*. Essa questão parece ser suscitada pela constatação de uma mudança na dinâmica da pesquisa antropológica. O modelo clássico de pesquisa etnográfica pressupõe um etnógrafo devidamente treinado e formado para seu ofício em universidades do Ocidente, que vai a campo para estudar uma sociedade ou cultura que não compartilha com a sua própria nenhuma experiência subjetiva ou simbólica comum. É um modelo de pesquisa que parte de uma situação de alteridade e depende de uma capacidade de reflexividade e descentramento do pesquisador para ser capaz de construir um quadro complexo de universais humanos e particulares culturais que permitiriam uma compreensão desses *outros*. O que todos artigos dedicados a pensar a disciplina da Antropologia pela chave pós-colonial analisados nesta pesquisa apontam é que os *outros* não estão mais somente na posição de objetos de estudo, mas se tornaram vozes ativas na maneira pela qual sua própria cultura é definida e apresentada — como etnógrafos ou não.

Em cada um destes artigos, há uma leve variação na maneira pela qual essa transformação e seus efeitos práticos e teóricos subsequentes são narrados. Mariza Peirano (1997) enfatiza bastante o fato de as pesquisas de campo após a década de 1970 terem se concentrado em seus próprios países de origem. Como efeito disso, os etnógrafos dos países Ocidentais centrais teriam voltado seu olhar de estranhamento antropológico para instituições de suas próprias sociedades. Peirano destaca como a própria ciência passa a ser um lugar privilegiado de inquirição etnográfica. Já nos países não-ocidentais, a formação de etnógrafos nativos teria implicações diferentes. A autora destaca o trabalho de Veena Das como exemplo paradigmático deste movimento. Para Peirano, Das é capaz de elaborar um trabalho que combina sua dupla filiação como antropóloga, por um lado, enquanto membro de uma comunidade científica que partilha de determinada perspectiva; por outro como uma cidadã e intelectual vinculada à vida política indiana. Em *Critical Events*, Das valorizaria a noção de *eventos* em detrimento da localidade de forma a contar a história indiana de forma desessencializada. Além disso, ao construir seu trabalho entre uma interlocução triangular com o pensamento ocidental, seus colegas sociólogos e antropólogos indianos, e os sujeitos subalternos, Das contribuiria para desconstruir a unidade cultural geralmente atribuída à nação ou sociedade indiana e seria capaz, nas palavras de Peirano, de “pluralizar as narrativas da disciplina e eliminar seu eurocentrismo dominante” (PEIRANO, 1997, p. 80). Apesar de não entrar em detalhes, o eurocentrismo do qual Peirano fala parece se referir principalmente a uma relação unilateral entre sujeito e objeto de conhecimento antropológico e na atribuição de homogeneidade aos grupos culturais pesquisados, que acabam por contribuir para as narrativas nacionais dominantes.

A intensificação do processo de globalização e mudanças no sistema mundial de estados-nação vão ser valorizadas por Gustavo Lins Ribeiro (2006) como o vetor principal dessa transformação na dinâmica do trabalho antropológico. As questões pós-coloniais seriam o efeito da descolonização britânica combinada à consolidação da Antropologia como disciplina acadêmica. Os nativos não só estariam motivados politicamente como também estariam armados teoricamente para se colocarem como “sujeitos de seus próprios destinos” (RIBEIRO, 2006, p. 152) e saírem do lugar de exotização e subalternização que uma prática etnográfica colonialista lhes conferia. Diante desse quadro, os estudos pós-coloniais parecem ter, para Ribeiro, um papel importante para impulsionar uma agenda de compreensão do lugar da Antropologia na construção de taxonomias e discursos coloniais, imperiais e que, em alguns casos, vão se confundir com os projetos de construção dos Estados-nação. Ribeiro aponta também a necessidade de uma renarrativização da história da Antropologia de uma

maneira mais cosmopolita. Para o autor, há uma diferença entre a Antropologia como disciplina — institucionalizada na Europa no século XIX— e a Antropologia como cosmopolítica, ou corpo de conhecimento cultivado, desde antes de sua consolidação acadêmica, em lugares e de modos diferentes. Além disso, o processo de institucionalização de cada tradição nacional da Antropologia como disciplina científica se deu a partir de interlocuções com questões políticas e sociais. Tanto as formas ancestrais do conhecimento antropológico como suas versões modernas particulares carregariam consigo um saldo teórico, crítico e reflexivo que a história eurocêntrica da disciplina não seria capaz de alcançar. Ribeiro clama, assim, por uma desprovincialização da disciplina e de sua história e enxerga na produção antropológica crítica de não-ocidentais — em grande medida associada ao pós-colonialismo — um impulsionador importante desse processo.

José Jorge de Carvalho (2001) elabora essa transformação com base na própria bibliografia pós-colonial. Para o autor, a antropologia viveria num lugar paradoxal, já que por um lado, ela representaria o principal esforço de descentramento do olhar ocidental sobre si mesmo e de relativização da validade dos próprios valores e práticas. Mas por outro, esse exercício seria sustentado também pela crença na ideia de que somente o Ocidente poderia ser capaz de realizar tal movimento. Tal como Ribeiro, Carvalho afirma que as lutas anti-coloniais e a consolidação de tradições disciplinares da disciplina ao redor do mundo produziram um corpo de conhecimento que desafia o status quo da Antropologia clássica, sobretudo porque o nativo construiria sua alteridade “segundo o modo em que retruca, de um lugar subalterno, o olhar do colonizador sobre si” (CARVALHO, 2001, p. 111). Além disso, Carvalho valoriza a perspectiva teórica pós-colonial como possibilidade de uma saber antropológico produzido a partir de uma base comutativa de olhares, em substituição àquela feita a partir do lugar do sujeito centrado. As discussões sobre subalternidade, representação e autoridade presentes nas obras de Spivak, Bhabha e Said são acionadas pelo autor como ferramentas para a construção de uma prática antropológica que seja capaz de articular a crítica à nossa posição, enquanto brasileiros, de periferia do Ocidente a um descentramento do etnógrafo e valorização das perspectivas subalternas.

Foi possível identificar entre os artigos que buscam repensar a Antropologia à luz do pensamento pós-colonial uma preocupação com a emergência da voz do *nativo*. Numa esfera global, esse nativo é representado pela profusão de intelectuais provenientes de ex-colônias. Já no âmbito da nação, um movimento semelhante ocorre com a emergência de intelectuais provenientes de setores sociais subalternizados. Tanto Ribeiro como Carvalho chamam atenção para a diferença entre a Antropologia Inglesa e Francesa — feita a partir do estudo de

culturas das colônias — da Antropologia brasileira, que se desenvolveu a partir do estudo de grupos dentro de seus próprios limites nacionais. Nesses artigos, as discussões sobre subalternidade, alteridade e representação parecem reverberar, portanto, muito mais no que diz respeito às relações etnográficas estabelecidas com setores subalternos brasileiros como os povos ameríndios, quilombolas e camponeses do que às relações de alteridade globais, como as estabelecidas entre Oriente e Ocidente, por exemplo. Enfim, essas discussões pós-coloniais parecem ter se mostrado pertinentes à Antropologia por terem ecoado e, de alguma maneira, complexificado uma debate muito próprio e já antigo do campo sobre as relações entre sujeito e objeto; alteridade e autoridade na pesquisa etnográfica.

Já no âmbito da Sociologia, o principal desafio posto pela bibliografia pós-colonial parece se dar em torno do conceito de modernidade. Isso não é uma grande surpresa se nos recordamos o quão estruturante é esse conceito para sua consolidação como disciplina especializada. Se nos voltarmos para as matrizes teóricas sociológicas principais, todas elas estão, de algum modo, preocupadas em explicar uma transformação que se deu tanto num nível macro — com a consolidação das instituições do Estado e do mercado, como num nível micro — com a afirmação do indivíduo como sujeito de interesses. Por mais que elas divirjam entre si quanto às causas, os efeitos e a dinâmica desse fenômeno, elas se unem na percepção da modernidade como um dado.

Quer seja obra dos próprios fundadores da Sociologia, quer seja fruto de leituras posteriores que consolidaram projetos específicos para a disciplina, o fato é que certos consensos acerca do tema foram tão bem estabelecidos a ponto de se transformarem em premissas irrefletidas. Sérgio Tavolaro (2014) atribui a autoria dessa noção hegemônica de modernidade a Talcott Parsons e a resume como uma combinação entre “diferenciação social (inclusive a separação entre âmbitos públicos e privados), secularização normativa (repousada sobre princípios gerais, abstratos e universais), ação propositivamente orientada (preocupada com a eficiência com que certos fins podem ser alcançados) e o divórcio entre a dinâmica social e a natureza” (TAVOLARO, 2014. p. 646) como produto de fatores endógenos à dinâmica social europeia.

A ideia da excepcionalidade civilizacional europeia e da modernidade como seu principal produto é alvo de uma crítica bastante contundente por parte da literatura pós-colonial. Por um lado teórico-discursivo, a perspectiva pós-colonial destaca o apagamento nessa narrativa da modernidade das inúmeras relações e trocas estabelecidas entre os países da Europa ocidental e outras culturas e civilizações que forneceram recursos materiais e intelectuais sem os quais não haveria algo como uma modernidade. Além disso, autores como

Enrique Dussel vão ressaltar o caráter arbitrário da linearidade construída por essa narrativa, que une Grécia antiga, Império Romano, Europa medieval como uma história universal da humanidade cujo ápice é a modernidade europeia. Por um viés empírico, há um esforço de recuperação de evidências históricas de que traços compreendidos como exclusivamente ocidentais — racionalidade, individualidade, reflexividade — estavam presentes também em outras civilizações. Renato Ortiz (2012), por exemplo, cita um estudo de Yamazaki sobre a escrita intimista, psicológica baseada na presença do Eu como artifício que existia na literatura cortesã japonesa do século XIX. Em suma, a ênfase no que singulariza e separa o Ocidente do resto do mundo e a pretensão de monopólio dos valores e processos constitutivos da modernidade seriam efeito de um etnocentrismo cognitivo pernicioso. Seria necessário, portanto, a elaboração de um novo quadro epistemológico que fosse capaz de dar conta dimensão global da modernidade e também de compreender as relações sociais fora do binarismo hierarquizado entre moderno/não-moderno.

O grau de associação entre essa crítica da modernidade e os estudos pós-coloniais varia entre os artigos. Em “As Ciências Sociais e a diversidade de sotaques”, Renato Ortiz usa pontualmente algumas obras de autores pós-coloniais para reconstruir essa questão. No entanto, o tipo de olhar descentrado que o faz questionar a possibilidade de validação do conhecimento sociológico na mesma base eurocêntrica pela qual se fez ao longo do século XX é muito próximo ao cultivado pela perspectiva pós-colonial em seu sentido amplo. Isso me leva a acreditar que mesmo não atribuindo à autoria total dessa crítica epistemológica aos estudos pós-coloniais, Ortiz se mostra ainda muito influenciado por seu pensamento, sobretudo na maneira como organiza e encaminha as críticas ao eurocentrismo provenientes de outras correntes intelectuais. Sérgio Tavolaro, por sua vez, atribui quase que totalmente esse ponto a uma perspectiva pós-colonial. As questões levantadas pelos estudos pós-coloniais e decoloniais são compreendidas pelo autor como movimentos de rompimento com algumas premissas da sociologia da modernidade.

Cabe ressaltar aqui também que a crítica à modernidade resenhada por Ortiz e Tavolaro não se resume à discussão sobre a excepcionalidade civilizacional europeia. Há também uma preocupação, por parte destes autores, em valorizar outras dimensões e implicações do conceito e narrativa hegemônicos de modernidade. Desconstruir a associação entre as sociedades ocidentais e os valores emancipatórios representados pelo projeto da modernidade tem uma série de implicações para a pesquisa sociológica. A partir disso se abre uma série de questões das quais estes pesquisadores tratam nos artigos analisados como questões importantes para a prática sociológica, como o universalismo dos conceitos da

modernidade, a inadequação desse paradigma para se pensar tanto a contemporaneidade de contextos pós-coloniais como o das ex-metrópoles; a necessidade de se enfatizar o aspecto relacional na formulação de distintos projetos de modernidade, etc. Em suma, repensar a Sociologia por uma perspectiva pós-colonial passa necessariamente pela reconsideração do conceito e da narrativa de modernidade, assim como de sua função na elaboração de teorias, conceitos e modelos de análise sociológicos.

De modo geral, chama atenção o papel de mediadores que os autores empenhados em realizar essas revisões disciplinares tanto na Antropologia como na Sociologia parecem conferir a si mesmos. Há um movimento comum nesses artigos de elaboração e apresentação de discussões teóricas em evidência em arenas internacionais para uma audiência brasileira. A perspectiva pós-colonial é, junto com outras correntes teóricas, *traduzida* e aclimatada de forma a se mostrar pertinente para o encaminhamento de questões já debatidas por aqui — trata-se de destacar pontos de tangenciamento entre o que é debatido internacionalmente e as questões suscitadas pela pesquisa e reflexão no Brasil. De alguma forma, esses pesquisadores se colocam como intermediários entre esses dois cenários intelectuais, sem deixarem, por isso, de se filiar primordialmente às disciplinas institucionalizadas no meio acadêmico brasileiro. Essa posição talvez se explique pelo fato de quase todos os autores desses artigos terem tido partes significativas de suas formações em universidades fora do Brasil⁹. No entanto, são pesquisadores que construíram suas carreiras em universidades brasileiras ou ao menos em permanente interlocução com a produção científica nacional — o que o próprio esforço em publicar em periódicos brasileiros demonstra. Essa particularidade evidencia, por um lado, certa externalidade do pensamento pós-colonial aos debates intelectuais brasileiros. Por outro, evidencia também uma percepção de potencialidade desses debates para se pensar sobre e a partir do Brasil.

O artigo de “Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial”, de Sérgio Costa (2006) é paradigmático do ponto de vista deste movimento de mediação. O trabalho feito neste artigo é uma espécie de depuração da bibliografia pós-colonial de forma a destacar suas discussões que são pertinentes tanto do ponto de vista da pesquisa sociológica

⁹ Sérgio Costa se doutorou pela Universidade Livre de Berlim, na Alemanha; Sérgio Tavolaro possui mestrado e doutorado pela New School of Social Research de Nova York, nos Estados Unidos; José Jorge de Carvalho possui mestrado e doutorado pela Queens University of Belfast, na Irlanda; Gustavo Lins Ribeiro possui doutorado pela City University of New York, nos Estados Unidos; Mariza Peirano possui doutorado pela universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Dentre os autores dos artigos que incluí neste grupo, apenas Olivia Gomes da Cunha tem a formação inteira no Brasil, mas chama atenção ainda o fato de seu artigo sobre pós-colonialismo ter sido publicado apenas dois anos depois de seu pós-doutorado em Harvard.

como do ponto de vista do intelectual brasileiro. Costa delinea três blocos de questões pós-coloniais que apresentariam desafios importantes às ciências sociais: a crítica a uma concepção teleológica de modernidade; a busca de um lugar de enunciação híbrido e a crítica à concepção de sujeito dominante nas ciências sociais. O artigo contém um desenvolvimento refinado de cada um desses pontos, que não cabe reproduzir aqui. Mas seu movimento de mediação fica evidente na última seção do artigo, na qual o autor se propõe a pensar a possibilidade de incorporação destas questões por uma Sociologia praticada no Brasil. Costa nota, em primeiro lugar, que a objeção quanto a uma visão teleológica da modernidade feita pelos pós-coloniais é feita não à Sociologia como um todo, mas ao ramo denominado de macrossociologia da modernização. Além disso, lembra que a mesma objeção já foi feita pelos próprios sociólogos, que já procuraram contornar essas questões de alguma maneira. Portanto, Costa defende aí que os estudos pós-coloniais, caso pretendam alguma ressonância acadêmica, precisam buscar algum tipo de interlocução com as correntes da Sociologia que lutam contra os mesmos alvos e que estão submetidas a critérios de validação próprios à disciplina. Quanto ao hibridismo, Costa descarta essa possibilidade enquanto categoria analítica. Para ele, por mais que essa noção possa elucidar o caráter contingente das unidades culturais e políticas constituídas, enquanto variável explicativa nos levaria a um movimento tautológico, pois seria sempre a causa do processo que se quer explicar. Por fim, quanto à discussão sobre sujeito, o autor acredita que uma “microsociologia das interações culturais” proposta por Hall possa gerar inovações nas formas de se conceber a relação entre sujeito, diferença e política.

Esse tipo de interlocução direta com os conceitos e propostas pós-coloniais, tal qual estabelecido por Costa, foi encontrado em poucos artigos. É, no entanto, um movimento digno de ser destacado, uma vez que indica um posicionamento em pé de igualdade entre o autor e as referências teóricas pós-coloniais. Há alguns artigos que, apesar de poucos, indicam um caminho livre das necessidades de reverência e correção em relação ao que seria o *cânone* pós-colonial em direção a uma apropriação crítica dessa referência teórica — e em algum lugar, à consolidação de referências do debate pós-colonial no Brasil. O artigo de Luciana Ballestrin (2017) também aponta neste sentido. A autora dialoga diretamente com as obras dos intelectuais decoloniais sobre a importância da consideração do conceito de *imperialidade* e elabora uma narrativa própria acerca da história dessa linhagem intelectual. Por mais que em nenhum momento isso seja explicitado em seu texto, fica evidente uma tentativa de se posicionar dentro do campo de debates pós-coloniais.

Há, no entanto, um tipo de projeto intelectual que envolve a releitura da história intelectual brasileira sob uma lente pós-colonial e parece indicar uma apropriação particularmente segura e criativa dessa perspectiva teórica. Combinando os impulsos de renarrativização com o movimento de reflexão sobre paradigmas disciplinares, este projeto é apontado de maneira um pouco difusa por um grupo pequeno, porém expressivo de pesquisadores envolvidos com as obras ensaísticas de interpretação do Brasil. O campo dedicado a estes estudos é conhecido como Pensamento Social Brasileiro e costuma ser abordado nas ciências sociais como fontes importantes de abordagens teóricas para se pensar o Brasil e sobretudo as ambiguidades e percalços de seu processo de modernização. É um campo que costuma suscitar leituras bastante inspiradas pelos clássicos das Ciências sociais e sobretudo por uma sociologia da modernização que trabalha com aquelas premissas contra as quais os estudos pós-coloniais se voltam.

O artigo de Sérgio Tavolaro (2014) — que já foi citado aqui anteriormente por sua crítica ao conceito sociológico de modernidade — é motivado sobretudo por um conjunto de insatisfações com essas leituras, resumidas pelo autor como a “tese da singularidade brasileira”. Haveria uma pré-disposição a enfrentar as questões empíricas brasileiras em busca de confirmações da ideia de uma excepcionalidade negativa da civilização ou da cultura brasileira. Em linhas gerais, costuma-se apontar para o caráter amorfo da sociedade brasileira perante um Estado agigantado e marcado pela persistência de valores e práticas ibéricas; a persistência de códigos de sociabilidade mágicos e personalistas; a indistinção entre público e privado, etc. todos como exclusivos brasileiros. Tavolaro aponta que essa pré-disposição a encontrar deficiências em relação ao moderno tem a ver com o conceito hegemônico de modernidade. Confrontada a uma modelagem normativa e fantasiosa da modernidade, a experiência brasileira parece realmente um desvario. No entanto, a tese da singularidade brasileira não é explorada somente em seu aspecto limitador por Tavolaro. Se, por um lado, a tese da singularidade brasileira corroboraria uma noção hegemônica de modernidade, por outro, ela estaria sempre suscitando desajustes entre o aparato teórico que a motiva e as experiências empíricas brasileiras. Esse duplo efeito é melhor explicado nas palavras do próprio autor:

ao reafirmarem a peculiaridade da experiência brasileira em contraste com as ‘sociedades centrais’, tenderam a fortalecer as profecias autorrealizadoras do discurso da modernidade. Mas, por outro lado, à medida que as pretensas qualidades excepcionais de nossa sociedade eram trazidas à luz, expunham-se também os próprios limites e inadequações das noções, conceitos e parâmetros a partir dos quais esse imaginário sociológico ambicionava descrever e

codificar as inúmeras e variadas experiências societais contemporâneas (TAVOLARO, 2014, p. 655)

Essa constatação o leva a reler — muito inspirado pelas críticas pós-coloniais — os principais debates da tradição de pensamento social brasileiro por seus desajustes. Sem considerar, contudo, os desajustes como sinais da incompletude da modernidade no Brasil e sim como desafios que o lugar de enunciação periférico do intelectual brasileiro suscita ao discurso hegemônico da modernidade.

Tavolaro aposta, então, que o campo do pensamento social brasileiro tem muito a ganhar em rendimento teórico com o recurso aos estudos pós-coloniais. João Marcelo Ehlert Maia (2009, 2013) certamente não discordaria desta aposta, mas seu argumento vai além ao afirmar a relevância que essa aproximação entre estes dois pólos teria para o próprio pós-colonialismo. A proposta de Maia é muito rica por endereçar uma questão de geopolítica do conhecimento — ainda que indiretamente. Como vimos em outras passagens deste trabalho, há uma certa tensão ou expectativa de tensão associada ao uso dos estudos pós-coloniais no Brasil, já que ele poderia reproduzir uma relação assimétrica entre a posição periférica do pesquisador brasileiro enquanto consumidor de teorias e um centro global hegemônico produtor de teorias. Assumindo que o pós-colonialismo não é um produto acabado da cena intelectual dos países do norte global e sim uma “posição discursiva alternativa cujas fundações são múltiplas” (MAIA, 2009, p. 156), Maia concebe que o pensamento social brasileiro possa enriquecer esse campo com seu longo saldo teórico e analítico de questões vividas na periferia global. Portanto, o pensamento social brasileiro não seria, sob essa ótica, como uma forma de produção intelectual digna de atenção somente para aqueles que buscam responder às especificidades nacionais brasileiras, mas constituiria uma tradição de pensamento que pode falar sobre dilemas modernos globais a partir de uma perspectiva distinta daquela a partir da qual o cânone tanto das ciências sociais, como dos estudos pós-coloniais foram formados. Da mesma maneira pela qual autores associados ao movimento da *Négritude* — tais como Aimé Césaire e Leopold Senghor —, ou envolvidos nos processos políticos de descolonização africana — Frantz Fanon, Amílcar Cabral — foram recuperados como ancestrais do pensamento pós-colonial, o pensamento social brasileiro poderia servir como um repertório de reflexões, análises e críticas quanto a constituição do fenômeno da modernidade do ponto de vista particular desses autores, nas margens do Ocidente.

Mais especificamente, haveria duas zonas de contato especialmente ricas entre pensamento social brasileiro e pós-colonialismo. A primeira delas teria a ver com o

questionamento da linguagem teórica disponível — proveniente das ciências sociais europeias. Nesse eixo, estaria posta a questão de como essa linguagem limita, mais do que ajuda a compreender, as experiências políticas e sociais ocorridas em contextos não-modelares e como uma outra abordagem poderia tornar viáveis, no âmbito da teoria, outras acomodações entre Estado e Sociedade. O autor destaca como a discussão sobre Iberismo no Brasil poderia ser relida como parte dessa problemática. Especialmente a partir da obra de Luiz Werneck Vianna (1997), essa discussão poderia ser entendida como “uma interpretação da relação entre Estado e sociedade no Brasil que afirma o lugar singular do país no Ocidente, sem que isso desemboque num lamento diante de uma dimensão supostamente periférica e incompleta” (MAIA, 2009, p. 162).

O segundo eixo temático envolveria a desconfiança e mal-estar que caracterizam o discurso sobre a modernidade no mundo não-europeu. Em vez da concepção ocidental hegemônica, que identifica modernidade aos valores de igualdade e liberdade, a produção intelectual de contextos produzidos pelo colonialismo europeu se caracteriza por uma versão menos celebrativa. Do ponto de vista das margens globais, a modernidade é indissociável de incoerências e novas formas de exploração. Maia identifica na discussão sobre idéias fora do lugar, de Roberto Schwarz (1981), um canal possível para se tratar dessa temática. Para Maia, a obra de Schwarz seria melhor interpretada não como negando a validade do liberalismo para o Brasil escravocrata do século XIX em nome de um possível repertório teórico político que desse conta da sociedade da época. No lugar dessa leitura nativista, o autor propõe reler essa discussão como o apontamento de um mal-estar próprio da incompatibilidade entre a ideologia e a prática do capitalismo, que poderia ser melhor percebido das periferias globais.

Assim, é notável como essas releituras levam a uma concepção do pensamento social brasileiro não tanto como tentativas de conhecimento das particularidades do Brasil, mas como um discurso “feito a partir do Brasil e direcionado para o mundo” (MAIA, 2010, p. 74). Essa mudança de significado só é possível graças a um certo descentramento do Estado como categoria básica de unidade analítica e de destino do pensamento. Ainda que grande parte do que é considerado pensamento social brasileiro tenha sido produzido como forma de se chegar a uma identidade nacional ou à consolidação do Estado moderno, esse repertório não necessariamente precisa ser lido hoje de maneira a dar continuidade a essa agenda nacionalista. Em vez disso, Maia propõe que elas sejam vistas como “performances críticas de intelectuais situados nas margens da experiência moderna” (MAIA, 2010, p. 72). A proposta de Maia dialoga com a de Tavolaro ao propor que as experiências brasileiras sejam pensadas

não somente em sua especificidade, mas também articuladas a outras formas de pensamento periféricos.

Estas tentativas de articulação entre uma perspectiva pós-colonial e o pensamento social brasileiro se mostram muito ricas. Para além do próprio saldo teórico proporcionado por essa interlocução, ela acaba por conferir uma nova dimensão de interesse ao estudo da tradição de ensaísmo nacional ao mesmo tempo que contribui para uma desprovincialização do próprio pós-colonialismo — que por uma questão de geopolítica do conhecimento pode acabar reproduzindo o privilégio dado ao pensamento em língua inglesa. É um projeto intelectual notável também por representar um tipo apropriação crítica da perspectiva pós-colonial por parte dos autores. Por um lado, subscrevem as intenções teóricas e políticas pós-coloniais mais amplas sem que isso implique uma filiação ingênua e que deixe de considerar a especificidade de seus lugares de enunciação específicos e das tradições de pensamento que ajudaram a constituí-los. Apontam, assim, uma possibilidade de inserção não-subalterna da perspectiva brasileira nessa arena pós-colonial global.

O que categorizei como usos teóricos dos estudos pós-coloniais na primeira etapa desta pesquisa constitui, na verdade, um conjunto diverso de possibilidades. Nesta seção, quis destacar não só como o grau de influência sobre os artigos aparece de forma muito variada como também a natureza das intervenções que elas proporcionam são muito diferentes entre si. Entre os artigos que tem a perspectiva pós-colonial entre as referências teóricas principais, os encaminhamentos mais expressivos das questões pós-coloniais foram as reflexões teóricas e epistemológicas sobre as disciplinas instituídas e o projeto de ressignificação da própria tradição de pensamento social no Brasil. Mas, para além deles, foi possível observar em uma série de artigos o estabelecimento de pontos de contato entre a perspectiva pós-colonial e temas empíricos diversos.

2.3 Raça, diáspora e nação

A rede de livrarias da Travessa muito provavelmente é a de maior presença e referência na região mais rica da cidade do Rio de Janeiro. A estrutura das lojas é mais ou menos semelhante: as estantes nas paredes são organizadas em seções permanentes de acordo com o gênero e tipo de publicação e no centro da loja ficam ilhas temáticas que variam conforme os temas de destaque do momento. O que entra em destaque em cada unidade da livraria varia conforme a clientela da região onde está situada; a unidade de Ipanema, bairro mais frequentado por turistas internacionais, por exemplo, costuma exibir nessas ilhas livros

sobre cultura, design ou gastronomia brasileiros. Nas unidades localizadas em *shopping-centers*, voltadas para um público mais familiar, são postos em evidência quadrinhos, livros infantis, livros de culinária, de decoração, jardinagem e *Do-It-Yourself* caseiros. Já em Botafogo, bairro que costuma ser considerado jovem e cosmopolita em comparação ao resto da zona sul carioca, chama atenção a permanência desde 2016 de duas grandes ilhas: uma dedicada exclusivamente a autoras mulheres e livros teóricos ou ficcionais relacionadas ao feminismo, e outra composta por livros de autores negros e relacionados aos debates raciais ou africanos.

O reconhecimento da popularidade das discussões sobre raça e gênero por uma importante instituição do mercado editorial é quase uma confirmação de uma percepção pessoal difusa sobre o novo fôlego que esses temas ganharam ou vêm ganhando na esfera pública brasileira, ainda que dentro de um segmento social específico. Chama atenção também como essa versão renovada dos debates sobre raça e gênero trazem conceitos e jargões novos, como empoderamento, representatividade, lugar de fala, apropriação cultural e performatividade. Trazem junto a isso uma preocupação muito grande com formas cruzadas de opressão — a famosa interseccionalidade. Outra particularidade dessa nova discursividade é a preocupação em unir a academia e movimento social, tornando indissociáveis por vezes o trabalho intelectual e questões de ordem política.

Esse vocabulário tende a aparecer em discussões de eventos acadêmicos ou de salas de aula dos cursos de ciências sociais e humanas, mas também em movimentos sociais, associações políticas e até mesmo em iniciativas culturais. A festa Batekoo, por exemplo, voltada para o público negro LGBTTT periférico desde 2014 é descrita em sua página oficial do Facebook como um “movimento que se expressa através da dança, da música, do corpo, da pele preta, do suor, da liberdade_corporal e sexual, da cultura negra, periférica e urbana, do empoderamento coletivo e representatividade preta dentro de qualquer espaço” (2018). A Festa Literária de Paraty de 2017, após as críticas sofridas pela ausência de participantes negros na edição anterior, foi marcada por uma grande presença de convidados negros, de discussões sobre a questão racial e sobre subúrbio e segregação espacial. O reconhecimento da obra da autora negra Conceição Evaristo e os debates sobre sua candidatura a uma vaga na Academia Brasileira de Letras também são exemplares da força e da forma que a discussão sobre raça no Brasil vem assumindo. Enfim, existem inúmeros exemplos nas cenas públicas do Rio de Janeiro recentes da ascensão de uma discursividade particular sobre identidades sociais, geralmente articulada a partir da questão racial, mas que costuma carregar consigo discussões também sobre gênero, sexualidade, religiosidade, etnicidade e segregação espacial.

Os fatores que contribuíram para a emergência dessa discursividade renovada sobre a questão racial merecem um estudo à parte. Mas para além de pensar em suas causas, esse movimento importa para os objetivos deste trabalho por seu efeito indireto de disseminação de uma perspectiva pós-colonial. É evidente que essa discursividade contemporânea sobre raça no Brasil vem sendo formada a partir de inspirações teóricas diversas — tanto que conceitos como representatividade e performatividade não vêm dos estudos pós-coloniais. Mas, voltando à livraria da Travessa de Botafogo, chama atenção, em primeiro lugar, a presença ostensiva nas ilhas de livros de autores como Chimamanda Ngozi Adichie ou de Scholastique Mukasonga. São autoras cujos sucessos editoriais se deram conjuntamente a uma crítica literária que as caracteriza como pós-coloniais. Suas obras são valorizadas por chaves como o descentramento do Ocidente, a valorização da perspectiva de sujeitos subalternos e o endereçamento das ambiguidades do intelectual pós-colonial.

A mesma referência ao pós-colonial aparece também nos livros teóricos que estão nas mesmas prateleiras. A intelectual e ativista Djamila Ribeiro, tida por muitos como uma espécie de representante ou membro paradigmática desse movimento de uma nova discursividade sobre raça no Brasil, coordenou a publicação da Coleção Feminismos Plurais, uma série de pequenos livros de tom didático voltados para um público amplo sobre conceitos e temas centrais para esse movimento social¹⁰. Uma breve consulta à seção de referências bibliográficas desses livros é suficiente para identificar como os autores associados aos debates pós-coloniais são influências importantes para a essa discursividade.

Enfim, com esse preâmbulo tento mostrar que talvez hoje a apropriação mais popular e disseminada dos estudos pós-coloniais seja pelo viés da discussão estruturada pelo tema dos marcadores e identificações sociais. Para um público interessado, mas não especializado, talvez a discussão sobre identidades e desigualdade sociais a partir do eixo racial surja como um habitat natural do pós-colonialismo, já que com alguma frequência termos como “descolonização”, “colonialidade” e “eurocentrismo” aparecem em discussões ou propostas de movimentos negros interseccionais no Brasil contemporâneo.

No levantamento feito nesta pesquisa, esses temas aparecem com muita frequência e, guardadas as devidas proporções, com tons semelhantes aos encontrados nessas discussões públicas. Ainda que as discussões nos artigos sejam muito mais ponderadas e preocupadas

¹⁰ Até o presente momento, foram publicados “O que é encarceramento em massa?”, escrito por Juliana Borges; “O que é empoderamento?” de Joice Berth; “O que é racismo estrutural?” de Silvio Almeida e “O que é lugar de fala?”, da própria Djamila Ribeiro. Além desses, há a previsão de publicação de “O que é interseccionalidade?”, de Carla Akotirene Santos, entre outros títulos. Ver a previsão completa em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/28/coordenada-por-djamila-ribeiro-colecao-feminismos-plurais-e-novidade-do-justificando/>

com correção conceitual, elas buscam tratar, de modo geral, de preocupações de movimentos sociais, formas cruzadas de dominação e valorizam o corpo e as manifestações artísticas como objetos de pesquisa. No total de artigos analisados, apareceram com frequência trabalhos sobre imaginários nacionais, territoriais e étnicos; sobre migrações, raça, gênero e também sobre religião como um componente identitário. Agrupados em uma só categoria de “Identities e marcadores sociais”, esses temas corresponderam a 38% dos temas identificados, formando o segundo grupo temático mais frequente e o tipo de objeto empírico mais comum entre as pesquisas que utilizam a bibliografia pós-colonial.

Se há um primeiro fato que chama atenção, é uma probabilidade maior dos autores que produzem pesquisas dentro desta chave de definirem suas próprias perspectivas intelectuais como pós-coloniais. Uma descoberta importante desta pesquisa foi a tendência geral dos cientistas sociais brasileiros de ou identificarem os estudos pós-coloniais como uma corrente intelectual exógena, associada a intelectuais migrantes africanos e asiáticos que precisa ser traduzida e depurada (como em muitos artigos de Teoria ou de Pensamento Social Brasileiro) ou a desconsideração de uma certa unidade dos estudos pós-coloniais e o uso aparentemente livre de conceitos e modelos escolhidos pelos interesses de pesquisa (caso dos artigos de Antropologia do Estado). Ainda que não tenha encontrado nenhum autor que se auto-declare *pós-colonialista*, apareceram recursos de localização da própria pesquisa como interna ao campo de debates pós-coloniais em quatro artigos, todos dentro do eixo temático de *Identities e Marcadores Sociais*.

Essa marcação de internalidade pode ser direta, como é o caso do artigo “O imaginário social <Mulher Brasileira> em Portugal” de Mariana Selister Gomes (2013), no qual a autora define sua própria orientação teórico-metodológica como uma agregação entre as perspectivas foucaultiana, feministas e descoloniais. Mas no geral, é feita de maneira indireta. O artigo sobre mobilizações afro-latino-americanas de Laura Cecilia López (2015) talvez seja o melhor exemplo desse movimento. A autora em nenhum momento define expressamente a própria perspectiva teórica. No entanto, recupera os conceitos de “corpo colonial” de Frantz Fanon como eixo estruturante de sua análise; elabora uma releitura da contemporaneidade a partir do conceito de “colonialidade do poder”, de Aníbal Quijano; esboça uma compreensão própria da história teórica das noções de diáspora, poder negro e libertação pós-colonial e se utiliza, ao longo do texto, de uma linguagem de clara inspiração pós-colonial. Essas características manifestam a opção da autora de se situar no campo pós-colonial. Não só López dialoga com essa bibliografia, como constrói seus problemas de pesquisa a partir de uma agenda intelectual derivada de um saldo teórico pós-colonial — preocupada com a

descolonização dos corpos e mentes, com a persistência de legados coloniais no mundo contemporâneo e com a compreensão de culturas diaspóricas. Em menor grau, essa marcação de internalidade por parte dos autores aparece também em Domingues (2013) e em Soares e Agostinho (2016).

Um segundo aspecto desse grupo de artigos digno de nota é o elevado grau de importância que o vocabulário pós-colonial parece ter para a construção dos objetos de pesquisa e para o aperfeiçoamento analítico de questões empíricas. Continuando com López, sua pesquisa consiste em uma análise da biografia de ativistas do movimento negro em Porto Alegre. Relendo a história dos negros no Brasil — e na América, de um modo geral — pelos efeitos do colonialismo, a autora retira o debate sobre raça de uma chave nacionalista lê a entrada desses sujeitos no movimento negro e o autorreconhecimento enquanto negros como um movimento de *descolonização do corpo*. Essa noção de descolonização do corpo é a chave explicativa central deste trabalho e permite à autora conectar um detalhe de trajetórias individuais a um movimento político global de combate ao colonialismo.

Há uma diversidade de referências pós-coloniais empregados nesses trabalhos. Chama atenção, no entanto, a influência das obras de Stuart Hall e de Paul Gilroy. Mais especificamente, há, em primeiro lugar, uma reelaboração da noção de diáspora na obra de ambos os autores que parece abrir uma gama de questões para pesquisadores brasileiros interessados em questões raciais e identitárias. Em “Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior” (2013), Hall chega a uma concepção renovada da diáspora e sua importância a partir da análise do processo de constituição de identidades dos migrantes caribenhos e seus descendentes no Reino Unido. Em linhas gerais, a diáspora, noção inicialmente retirada da história moderna do povo judeu, teria se tornado crucial para a articulação de identidades negras insurgentes. Contra a condição de meramente um *outro* do Ocidente, são estabelecidas filiações com uma África ancestral e com o Estado-nação que ocupe um lugar imaginado de terra natal, ao mesmo tempo que são estabelecidos vínculos identitários também com os locais de assentamento nos países de destino — como o bairro ou o gueto—, com outras comunidades de imigrantes ou ainda com outros grupos negros deslocados em outras partes do mundo. As composições identitárias desses migrantes caribenhos são destacadas por Hall, portanto, a partir de suas qualidades múltiplas e sobrepostas e também por seu aspecto posicional e relacional, uma vez que determinadas filiações vão ser valorizadas em relação a outras dependendo da situação de enunciação do sujeito.

De certo modo, a discussão de Hall é tributária e complementar à discussão apresentada no primeiro capítulo deste trabalho sobre as identificações híbridas e estratégicas

a partir do trabalho de Homi Bhabha. A importância do conceito de diáspora aqui parece ser, porém, a de constituição de uma forma de comunidade imaginada alternativa à nação. As narrativas nacionais europeias, com a valorização de traços como “unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice” (HALL, 2013, p. 30) serviram como paradigmas de constituição de identidades culturais modernas. Elas não permitiriam, para Hall, a compreensão de identificações como as apresentadas pelos caribenhos diaspóricos a não ser em termos de conservação ou abandono de uma matriz identitária original. O problema aqui é que mesmo esta matriz, no caso dos caribenhos, já é embutida por uma multiplicidade de filiações. Da mesma forma que no Brasil, as populações dos Estados-nação caribenhos a que Hall se refere foram formadas pela combinação de diferentes correntes migratórias relativamente recentes, durante a própria era moderna. Por isso, as narrativas sobre identidade nacional nesses contextos não se constituem a partir da ideia de uma “comunidade sólida percorrendo constantemente a história” (ANDERSON, 2008, p. 56), como Benedict Anderson caracteriza o nacionalismo dos países centrais europeus. O modelo de diáspora, por não estar baseada em um território e não ter como referência a uma institucionalidade oficial, acaba por enfatizar o caráter construído, fluido e estratégico das identidades culturais. Por isso, para Hall, a perspectiva diaspórica da cultura deve ser vista como uma subversão dos modelos orientados para a nação (HALL, 2013, p. 40). Se a nação forneceu o modelo analítico para a compreensão das formas tipicamente modernas e europeias de comunidades imaginadas, a diáspora surge aqui como um modelo alternativo para a compreensão das identificações minoritárias em uma era de globalização pós-colonial.

O conceito de Atlântico Negro, cunhado por Paul Gilroy (2001), parece operar no mesmo sentido. Instigado, da mesma forma que Hall, pelas identificações e trocas estabelecidas entre grupos de negros provenientes e residentes em Estados nacionais diferentes, Gilroy constrói uma narrativa emergente sobre a diáspora que busca “relacionar, senão combinar e unificar, as experiências modernas de comunidades e interesses negros ao redor do mundo” (GILROY, 2001, p. 11). A obra de Gilroy é bastante rica e estabelece pontos de interlocução com diferentes áreas do conhecimento; mas o importante ressaltar aqui é a importância dessa nova geografia imaginada de forma a destacar a importância dos fluxos transoceânicos na constituição das identificações negras ao redor do Atlântico.

Se para Hall, o objetivo principal da noção de diáspora era compreender as identidades de grupos de migrantes nas metrópoles, no contexto brasileiro ela parece ter sido apropriada para pensar a condição dos próprios negros brasileiros e suas identificações e discursividades que muitas vezes desafiam a narrativa nacional hegemônica. No escopo desta pesquisa, foi

possível observar essa relação por pelos menos duas frentes principais. A primeira delas repensa a história dos movimentos negros no Brasil a partir de sua interlocução com negros ao redor do mundo. No artigo de Petrônio Domingues (2013), por exemplo, a noção de Atlântico Negro é uma premissa de pesquisa. O autor analisa a importância a Frente Negra Brasileira no início do século XX para os movimentos negros nos Estados Unidos por meio da análise das representações publicadas no jornal *Chicago Defender* pelo jornalista negro norte-americano Richard Abbott. Sua questão neste artigo não é demonstrar a existência dessa rede de trocas, já que isso toma como um ponto de partida; mas se contrapor ao que vê como uma visão unilateral dessas trocas, que concebe as transformações nos movimentos negros brasileiros como um efeito do que se passava nos Estados Unidos. Ao destacar a importância que os discursos enaltecendo sobre a FNB publicados por Abbott tiveram para a mobilização e organização de pautas próprias nos movimentos anti-racistas norte-americanos, Domingues demonstra, portanto, que as trocas se davam no sentido sul-norte e não necessariamente norte-sul, como geralmente é enfatizado, e conclui o artigo com uma crítica ao que seria um olhar excessivamente centrado nos trânsitos e trocas do Atlântico norte presente tanto na obra de Gilroy como na daqueles que produzem a partir da noção Atlântico Negro.

Em “Descentrando os Estados Unidos nos estudos sobre negritude no Brasil” (2005), Patrícia de Santana Pinho desenvolve um argumento semelhante. A autora começa o artigo com uma discussão sobre a hegemonia da academia norte-americana e seu poder, tanto material como simbólico, de fazer valer seus conceitos, modelos e narrativas ao redor do mundo. Essa assimetria de poder teria levado à adoção das narrativas e práticas emancipatórias do movimento negro norte-americano a serem tomadas como modelo — tanto de *ação*, pelos movimentos negros brasileiros, como de *compreensão* para os pesquisadores preocupados com a questão racial. A influência norte-americana estaria bem representada, para a autora, na reivindicação do movimento negro brasileiro da adoção de um sistema de classificação racial binário como instrumento de endereçamento e combate ao racismo. No mesmo sentido, as práticas de segregação norte-americanas, por terem criado uma oposição clara entre brancos e negros, seriam compreendidas como uma espécie de facilitador e condição básica para a associação e mobilização dos negros em nome dos direitos civis. Essa lógica faz a autora afirmar que “o projeto de grande parte do movimento negro brasileiro se situa entre um ‘passado africano’ e um ‘futuro norte-americano’” (PINHO, 2005, p. 39).

A referência ao movimento negro norte-americano como um modelo se constrói a partir de uma unidade presumida de interesses e identidade entre os negros ao redor do

mundo. Esse seria o principal eixo da crítica de uma corrente de intelectuais que argumentam contra a comparação enquanto método de análise principal e contra a adoção de um multiculturalismo que trabalha com identidades estanques como instrumento de erradicação do racismo na sociedade brasileira. Pinho aponta que essa perspectiva acaba por enfatizar demais a questão da hegemonia norte-americana e acaba por desconsiderar por completo as experiências comuns de escravidão e desigualdade que levam a uma identificação mútua entre negros brasileiros e norte-americanos.

De forma a verificar empiricamente como se dão os trânsitos e representações mútuas entre negros norte-americanos e brasileiros, Pinho analisa o turismo na cidade de Salvador. A capital baiana se destaca enquanto um “centro de produção cultural negra importante para o desenvolvimento de relações negras transnacionais no continente americano” (PINHO, 2005, p. 40) e recebe uma grande quantidade de turistas negros-norte americanos. Curiosamente, as relações travadas nesse contexto parecem se dar de forma binária e hierarquizada: os negros norte-americanos são percebidos e se percebem como detentores da forma mais moderna de afirmação da negritude, pela via da mobilização, endereçamento do conflito político e conquista dos direitos civis, enquanto os negros brasileiros são percebidos como guardiões de tradições africanas ancestrais. Pinho identifica, então, a presença de um mecanismo discursivo de poder clássico — construído a partir da oposição entre modernidade e tradição — no seio de um movimento que pretende combater esse mesmo discurso e seus mecanismos de dominação correspondentes.

A partir disso, a autora se coloca contra qualquer forma automática de afrocentrismo e de união automática entre povos negros, uma vez que eles podem também carregar acriticamente hierarquias próprias da mesma lógica de pensamento binário que gera o racismo. A noção de diáspora de Gilroy é acionada por Pinho como alternativa tanto a uma unidade automática de todos os negros como para a uma separação por nacionalidade de cada grupo. Por ser uma rede de comunicações multipolar e dinâmica, permitiria uma percepção mais afinada de como se constituem as identificações particulares sem que, com isso, sejam isoladas em sua singularidade nem sejam hierarquizadas a partir de um modelo único. Por um lado, a referência a uma ancestralidade africana, a práticas culturais comuns e ao legado da escravidão apontam para uma experiência negra comum e isso alimenta a interlocução entre povos negros ao redor do Atlântico. Por outro, os negros habitam Estados-nacionais específicos e a própria construção da nação é um processo de definição de raças. Portanto, não há como pensar a emancipação negra de forma independente aos mecanismos de dominação e controle locais aos quais foram submetidos.

O tema da construção narrativa hegemônica de integração nacional brasileira, apesar de ter sido só apontado por Pinho, apareceu de maneira elaborada em outros artigos que foram analisados. Este tema constitui, sem dúvida, um outro campo de discussões no qual os estudos pós-coloniais desempenham um papel importante. Trazida para pensar a problemática da construção nacional brasileira, essa bibliografia acaba sendo usada aqui para uma crítica dos mitos da mestiçagem e da democracia racial. O movimento principal aqui é o de desconstrução de uma história construída intelectual e politicamente de maneira coesa e que foi capaz, se não de apaziguar, pelo menos de velar em parte os conflitos raciais decorrentes do racismo estruturante da sociedade brasileira. É um campo centrado menos nas identificações diaspóricas e suas redes de comunicação e mais em como elas afetam a ideia de nacionalidade brasileira, suas construções identitárias e representações culturais.

Outra particularidade dos trabalhos que foram feitos por essa perspectiva é um elevado grau de interesse nos clássicos do pensamento social brasileiro, uma vez que eles foram cruciais na confecção dessa narrativa hegemônica. Mais especificamente, a obra de Gilberto Freyre costuma ser recuperada como a fonte principal de onde o Estado brasileiro retirou seus argumentos para a construção de uma brasilidade racialmente diversa, mas pacificada. Freyre é apontado como o intelectual responsável pela criação de um mito fundador da nação brasileira que foi adotado como política oficial de identidade nacional a partir dos anos 1930. Em linhas muito gerais, os trabalhos deste campo costumam considerar que Freyre atribui o surgimento da nação brasileira à miscigenação biológica e cultural entre os portugueses, os negros e os indígenas. Duas particularidades da cultura portuguesa em contraposição a uma cultura anglo-saxã seriam condições de possibilidade básicas para o fenômeno da mestiçagem: a ausência de categorias raciais claras e a tendência a estabelecer formas de dominação *suaves*, altamente personalistas e vinculadas a aspectos afetivos. Por isso, ao longo da história brasileira as diferentes *raças* não teriam se percebido em oposição uma à outra e teriam sido capazes de combinar seus traços essenciais em uma composição cultural nova e única que seria a base comum da nacionalidade brasileira.

Sérgio Costa (2001) destaca algumas implicações importantes da narrativa freyreana para a narrativa de nacionalidade mais ampla. A primeira delas é a impossibilidade de transformação social decorrente de uma inclusão de desigualdades sociais historicamente construídas — decorrentes do racismo ou sexismo, por exemplo — no cerne de uma cultura brasileira única e essencializada. A segunda é que a generalização desse modelo civilizacional, construído a partir de uma imaginação sobre a sociedade colonial em Pernambuco, deixa pouco espaço para a manifestação e compreensão de formas culturais

alternativas, como aquelas trazidas por imigrantes no século XX ou de indígenas e quilombolas que reivindicavam o reconhecimento da diferença de suas tradições frente a uma cultura nacional dominante. Neste mesmo artigo, Costa aponta como hipóteses para a decadência do mito da mestiçagem como narrativa integradora a consolidação do direito quilombola, a reintrodução do conceito de raça no debate público e a etnização de outros grupos culturais, como os descendentes de alemães em Santa Catarina e no Espírito Santo. Tanto separadamente, como combinados, esses fenômenos refutam as estratégias de assimilação por uma história e cultura nacional unívoca e reivindicam o reconhecimento da diferença cultural.

A análise de Costa é construída a partir do modelo analítico de Homi Bhabha sobre estratégias de consolidação de narrativas nacionais e, interessante, seu artigo é concluído com uma crítica ao conceito de hibridismo. Para Costa, a noção de hibridismo quando retirada de seu contexto político e epistemológico original de enunciação e trazida para pensar o tema da construção nacional brasileira perderia sua eficácia analítica e normativa. Em suas palavras, “a categoria, ao descrever uma variedade imensa de processos simultâneos, sem permitir que se identifique as particularidades e especificidades que os distinguem apresenta pouca serventia para a ciência que se ocupa precisamente das diferenciações” (COSTA, 2001, p. 153). Em suma, os estudos pós-coloniais aqui são fundamentais, por um lado, para diagnosticar as transformações sociais que desafiam a narrativa dominante sobre nação brasileira — percebidas pelo autor como efeitos de disseminação do discurso diaspórico. Por outro lado, a própria análise sobre a eficácia da narrativa nacional e seu processo de construção e consolidação se dá a partir de instrumentos teóricos pós-coloniais.

A obra de Bhabha também fornece as ferramentas para a construção da pesquisa e da análise de Osmundo Pinho (1998) sobre a baianidade. A cultura baiana teria sido construída como identidade essencializada e racializada, a partir das noções de mestiçagem e de nacional-popular. De modo geral, a análise de Pinho sobre seu objeto coincide em grande parte com uma crítica mais geral à narrativa nacional apaziguadora. O cerne de sua crítica se encontra nos mecanismos, presentes nessas narrativas, de conversão de formas de dominação e de desigualdades sociais em cordialidade e deferência tomadas como núcleos essenciais da cultura local. Apesar de comentar a importância de Freyre, Pinho concentra sua análise no que reconhece como principais guias de baianidade: os manuais de turismo e a obra de Jorge Amado.

O uso da literatura e de representações cotidianas como fontes de compreensão de fenômenos sociais e políticos mais amplos que aparecem no artigo de Pinho não são uma exceção. A valorização de manifestações artísticas como discursos políticos é uma tendência expressiva desse campo de apropriação dos estudos pós-coloniais pela chave da questão racial. A perspectiva pós-colonial, como tem sido trabalhada aqui, tem na interdisciplinaridade um de seus traços mais importantes e, não por acaso, a história mais comum sobre esse campo localiza seu surgimento em um movimento de estudiosos de literatura inglesa em direção à discussões geopolíticas. Seria esperado, portanto, que a busca pelo caráter discursivo em representações culturais fosse algo frequente nas pesquisas brasileiras inspiradas por uma perspectiva pós-colonial. No entanto, não encontrei nesta pesquisa um número expressivo de artigos que fizessem esse movimento, a não ser neste campo de discussões que gira em torno da questão racial, das identidades e narrativas nacionais. Creio que essa particularidade tenha também a ver com a forte influência das obras de Hall e Gilroy sobre o campo.

Hall é reconhecido por ter sido um dos fundadores dos Estudos Culturais. Da forma que se organizam hoje, esse é um campo de produção de conhecimento social e político a partir do estudo de manifestações culturais populares. Inicialmente fundada por historiadores marxistas influenciados pela obra de Antonio Gramsci, tematizava principalmente a “estrutura de experiência” pelo viés de classe. Da maneira como o próprio Hall conta a história desse campo, houve um momento de inflexão representado pela introdução da questão racial; movimento do qual ele mesmo parece ter sido um dos protagonistas.

No entanto, a frequência expressiva de tematização da cultura como forma de saber privilegiada neste campo parece ter menos a ver com a trajetória gramsciana de Hall do que com a discussão sobre esfera pública feita por Gilroy. Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004) resumem bem esse ponto da obra de Gilroy como uma complementação crítica ao modelo discursivo de esfera pública habermasiano. Em linhas gerais, Jürgen Habermas (1997) vislumbra um modelo democrático adensado pela transposição do universalismo de procedimentos das democracias liberais para as práticas sociais de debate e sistematiza a importância da formação de uma esfera pública de debate *regulada* para a democracia representativa liberal. Esse modelo de esfera pública desconsidera, porém, que a definição de quais códigos discursivos são legítimos ou não é feita por aqueles que já dominam os códigos estabelecidos e tendem a reproduzi-los como norma. Ao mesmo tempo, cabe a esses que já estão inseridos nessa esfera pública regulada a definição de seus participantes.

Gilroy chama atenção para a exclusão história dos negros dessa esfera pública oficial ao redor do Atlântico Negro. Em primeiro lugar, porque foram mantidos como escravos por longos períodos em todos esses países e isso significava juridicamente, no mínimo, o não-reconhecimento da legitimidade de qualquer tentativa de ação ou fala política que viesse desses sujeitos. Em segundo lugar, porque o acesso aos códigos oficiais de comunicação foi por muito tempo negado aos negros e, em diversos contextos, continua a se dar de forma precarizada. Gilroy identifica, porém, um forte teor político nas tradições diaspóricas negras de performance, música e dança. Tendo sua participação interdita na política formal, a discursividade política dessas populações teria se desenvolvido através de suas manifestações culturais. Não seria possível, portanto, compreender a história da diáspora negra somente a partir de sua participação nas instituições oficiais e luta por direitos civis, uma vez que por sua inserção subalterna nas colônias e posteriormente nos Estados nacionais, qualquer expressão só era possível de acontecer de forma disfarçada por meio da arte e da cultura.

Essa discussão feita por Gilroy explica, por um lado, a escolha de performances e manifestações culturais como objetos de estudo. Contribui também para uma discussão sobre diáspora e raça vai desembocar em algumas discussões teóricas sobre democracia, esfera pública e representação. Essa foi uma tendência expressiva identificada nesta pesquisa. Apesar de ter encontrado poucos artigos de cientistas políticos que fizessem referências a autores pós-coloniais, foi possível identificar uma influência, ainda que modesta, dessa bibliografia em discussões de teoria e sociologia política. O artigo já citado aqui de Leonardo Avritzer e Sérgio Costa é o melhor exemplo desse diálogo. Os autores utilizam essa discussão contida do Atlântico Negro para pensar as transformações na esfera pública nos países latino-americanos com a chegada de novos atores, como ONGs, movimentos sociais, associações e segmentos sociais até então excluídos da participação política. A proposta de Gilroy contribuiria, neste contexto, para “construir estruturas específicas de captação dos interesses e públicos subalternos” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 713). Livio Sansone (2003, 1998) realiza um diálogo semelhante. Algumas considerações sobre a questão negra no Brasil bastante influenciadas pelas noções de diáspora e Atlântico Negro funcionam como um de seus pontos de partida para pensar as especificidades e implicações da adoção de uma política multiculturalista na América Latina. Essas leituras apontam para uma potencialidade da perspectiva diaspórica — representada aqui pelas obras de Hall e Gilroy — para o campo da sociologia política.

Enfim, não foi possível tratar aqui de toda a rica gama de artigos encontrados nesta pesquisa que tratavam de imaginários identitários coletivos, raça e outros marcadores sociais.

Optei por priorizar a questão racial não só por ter sido a mais frequente dentro desse grupo temático, mas também porque ela parece perpassar as discussões sobre outros temas, como gênero ou religião. Busquei enfatizar o que identifiquei como aspectos principais dessa apropriação que é uma das mais produtivas e disseminadas da perspectiva pós-colonial nas ciências sociais brasileiras. Os artigos incluídos nesta categoria temática combinam, em geral, as principais tendências destacadas aqui: a tematização de redes transnacionais de trocas culturais e identificações diaspóricas; a crítica e reconsideração do lugar do Estado-nação enquanto instância principal de produção de narrativas identitárias; a desconstrução da narrativa nacional brasileira hegemônica da mestiçagem e democracia racial; a atenção voltada para as representações cotidianas, performances corporais e manifestações artísticas; a elaboração ou — ao menos a menção — dos desafios que as novas formas de identificação e agregação de interesses trazem para as instituições políticas liberais-representativas.

Todas essas questões podem ser extrapoladas para pensar grupos raciais ou étnicos diversos. Nesta pesquisa foram encontrados alguns exemplos, como o artigo de Guita Grin Debert (2014), que se utiliza da bibliografia pós-colonial para pensar as questões teóricas que envolvem a análise das representações sobre imigrantes latino-americanas inseridas no mercado de trabalho doméstico na Europa. Silvia Montenegro (2002), por outro lado, se volta tanto para as representações midiáticas sobre o Islã no Brasil como para as autorrepresentações dos muçulmanos brasileiros. No entanto, encontrei nesta pesquisa uma clara preferência pela bibliografia pós-colonial nos autores que lidam direta ou indiretamente com a questão negra. Os objetos relacionados à diáspora africana, à experiência da escravidão e ao debate sobre negritude são os mais frequentes dentre os artigos que tratam de raça e identidades, de modo geral. A centralidade que a experiência histórica da população negra tem para a compreensão da constituição não só do Estado-nacional brasileiro, mas dos países ao redor do Atlântico, pode ser uma explicação para esse fenômeno. Mas, para além disso, a perspectiva negra parece ser cada vez mais valorizada cognitivamente como aquela capaz de atingir o âmago das contradições da modernidade ocidental — nas palavras de Gilroy, como a *contracultura da modernidade* por excelência. Acredito que esses sejam alguns das razões para a produtividade e interesse acadêmico crescente nas discussões raciais, como para a emergência de uma nova discursividade extra-acadêmica sobre raça.

2.4 A Antropologia entre o Estado e a violência

Os artigos que se inserem no campo de Antropologia do Estado apareceram em um número expressivo no levantamento realizado. Mas esta não é a única razão pela qual essa especialização da Antropologia merece uma atenção especial. Os usos da fortuna crítico-teórica pós-colonial neste campo apresentam algumas particularidades interessantes que podem indicar caminhos para a compreensão do processo de disseminação, apropriação e reelaboração desse material. Nos artigos sobre Teoria Social e Pensamento Social Brasileiro os estudos pós-coloniais representam uma fonte importante de críticas, desafios e, em algum grau, de inovações teóricas que ainda não foram plenamente assimiladas e ainda estão disputando espaço. Aqui parece haver uma dinâmica diferente, como se a gênese pós-colonial de uma parte crucial dos conceitos e questões que compõem o mínimo denominador comum dos trabalhos desse campo fosse já normalizada e pudesse até ser esquecida. Muito resumidamente, estou incluindo na categoria “Antropologia do Estado” os artigos em que as referências aos estudos pós-coloniais têm as seguintes características: 1) incluem referências a uma bibliografia especializada; 2) elegem como objetos o Estado, suas regulações e práticas; 3) apresentam alguns conceitos e terminologia própria da área¹¹.

De um modo geral, a presença de referências pós-coloniais nesses artigos apresentaram três particularidades principais. A primeira delas é uma espécie de contenção disciplinar dentro da Antropologia — os antropólogos que desenvolvem suas pesquisas dentro dessa chave somente citam outros antropólogos. Esse dado pode parecer elementar à primeira vista, já que de um ponto de vista mais convencional ou, digamos, *modernista*, não há nada mais natural que pesquisadores treinados dentro de tradições disciplinares específicas tenham a atenção voltada para seus pares. Mas se partimos da perspectiva pós-colonial que vem sendo esboçada aqui, esse valor dado aos limites disciplinares chama atenção, especialmente quando contrastado com a interdisciplinaridade presente nos artigos de outros campos temáticos analisados neste trabalho.

Ora, a crítica epistemológica pós-colonial ao paradigma ocidental parece compartilhar um certo apreço pela interdisciplinaridade. Essa crítica não foi formulada originalmente e nem

¹¹ Da mesma forma que categorizar uma obra ou autor como “pós-colonial” é problemático, atribuir a um artigo a etiqueta de “Antropologia do Estado” é um movimento passível de muitas críticas. Em primeiro lugar, porque essa denominação não é consensual, tendo autores que se referem como “Antropologia dos processos de formação do Estado” ou ainda “Antropologia das Políticas Públicas”. Mas uma vez relevando a questão do nome, a associação imediata entre o material lido e essa vertente em ascensão da Antropologia só foi possível de minha parte graças a um certo saldo de leituras e familiarização pessoal com o campo. Em minha trajetória, foram importantes, sobretudo, um curso ministrado por Antonio Carlos de Souza Lima no programa de pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e a proximidade com as colegas Giulia Luz, Natália Guindani e Sue Ellen Souza, pesquisadoras da área.

exclusivamente pelos autores pós-coloniais. No entanto, a própria maneira como algumas das obras que são referências do campo foram elaboradas já trazem essa tentativa de quebra de lugares disciplinares bem delineados.¹² São obras que unem referências de diversas áreas de conhecimento e parecem se direcionar a audiências amplas como estudiosos de humanidades e ciências sociais no geral. Edward Said, por exemplo, foi um autor formado como estudioso de literatura inglesa. Mas seu livro mais famoso, *Orientalismo*, evidentemente não é direcionado só a seus colegas de departamento, mas a todos aqueles que produzem conhecimento a partir dessa problemática representação de um outro; e aí se incluem desde artistas até teóricos políticos. O clássico ensaio “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Spivak, segue o mesmo caminho — sua discussão proveniente da filosofia política de Deleuze e Foucault acaba por tocar numa política de representação cara a uma diversidade de tradições disciplinares.

De alguma forma, a opção desses autores por restringir sua interlocução aos colegas de disciplina pode ser lida como um sinal de algo como um não-alinhamento com a totalidade da agenda pós-colonial. Quer seja por desconhecimento, quer seja por uma recusa ativa, os autores envolvidos nas discussões de Antropologia do Estado se mantêm, de um modo geral, fiéis ao paradigma disciplinar da Antropologia e parecem dialogar pouco com o conhecimento produzido em outras áreas — pelo menos no que diz respeito à bibliografia pós-colonial citada.

Uma segunda peculiaridade importante desse campo é a maneira quase naturalizada pela qual as obras desses antropólogos pós-coloniais são citadas. A introdução dessa bibliografia se dá sem grandes mediações ou contextualizações quanto a sua origem geográfica ou intelectual. Esse modo de citar contrasta muito com o dos artigos de teoria, ou até com esse próprio trabalho, que tem uma preocupação e necessidade de situar a proveniência dos conceitos e temas pós-coloniais em diversas dimensões para conquistar alguma legitimidade. Para além disso, são raras nesse campo as referências aos “estudos pós-coloniais” ou ao “pós-colonialismo” considerados como um todo. O movimento parece ser de consultas cirúrgicas à fortuna crítica pós-colonial em busca de conceitos que sirvam como ferramentas de análise ou pontos de partida para suas pesquisas sem com isso se filiarem ao pós-colonial enquanto perspectiva.

A pouca consideração ao elemento “pós-colonial” contido em conceitos bastante citados nos artigos dessa área como “margens do Estado”, “ilegibilidade do Estado”,

¹² Para uma discussão mais bem organizada sobre a interdisciplinaridade nos estudos pós-coloniais ver KUMAR (2011)

“experiência de Estado” ou às reflexões sobre tortura de Talal Asad (1997) talvez se dê pela maior importância dada ao fator disciplinar do que à orientação teórica político-filosófica anterior. Nesse sentido, não seriam necessárias maiores mediações já que Veena Das, Deborah Poole e Asad são antropólogos reconhecidos e validados pelos parâmetros disciplinares da Antropologia, independente de suas outras filiações.

Uma segunda suposição para não se impor uma necessidade de mediação na referência a esses autores tem a ver com a *banalidade* do trabalho de campo em contextos não-ocidentais na Antropologia. Sob esse ponto de vista, a Antropologia se distingue de outras disciplinas das ciências humanas e sociais. A fusão entre o método etnográfico e a a teorização antropológica representada no início do século XX consolidou uma certa identidade disciplinar associada ao trabalho de campo no além-mar. Franz Boas e Bronislaw Malinowski, tidos como referências pioneiras desse modelo de antropologia, desenvolveram suas pesquisas mais famosas, respectivamente, entre as populações indígenas do Canadá e entre os trobriandeses. Mesmo a Antropologia brasileira, que se constitui a partir de trabalhos de campo feitos em sua maior parte dentro das próprias fronteiras nacionais, concentrou sua observação sobre os *outros* internos — como populações ameríndias, quilombolas, camponeses, pobres urbanos, etc. Em suma, em sua versão mais clássica, o sujeito do conhecimento científico antropológico constrói suas teorias sobre parentesco ou magia a partir da alteridade estabelecida entre o pesquisador e aqueles que não compartilham dos códigos e valores ocidentais. Isso não faz de modo algum a Antropologia uma ciência pós-colonial *avant-la-lettre*, já que seus fundamentos eram baseados numa relação de conhecimento vertical, projetiva-especular, binária, etc. No entanto, essa peculiaridade faz, de algum modo, com que antropólogos pós-coloniais se camuflam melhor entre outros antropólogos. Afinal, Veena Das, assim como Alfred Radcliffe-Brown, elaborou sua obra a partir da observação de sujeitos colonizados.

Uma terceira peculiaridade do campo da Antropologia do Estado diz respeito ao papel que as citações de conceitos pós-coloniais desempenham nos artigos. De um modo geral, nos outros campos temáticos tratados nesta pesquisa (Teoria, Pensamento Social Brasileiro e Identidades Sociais) a importância dos estudos pós-coloniais na construção dos artigos tem a ver com seu potencial crítico, teórico e reflexivo. Os conceitos e modelos citados parecem estar ainda em disputa com outros e no geral sua introdução tem um caráter de novidade para os campos em que se inserem. Nos artigos de Antropologia do Estado, no entanto, as citações de pós-coloniais aparecem com outros tons. Em primeiro lugar, o uso empírico se destaca nos artigos de Antropologia de um modo geral, não só os que discutem Antropologia do Estado.

Nessa sub-área específica, chama atenção, no entanto, como os autores pós-coloniais aparecem em seções de explicitação de premissas e da perspectiva teórica do autor. Não com um tom reflexivo, e sim como apresentação dos pontos de partida da pesquisa. Por vezes, a influência nem mesmo é explicitada, mas pela leitura dos artigos é possível identificar uma linguagem e um estilo de construção de argumento comum que vem do mesmo conjunto de referências teóricas.

Uma bibliografia antropológica pós-colonial aparece com frequência então em artigos produzidos na chave da Antropologia do Estado. Mas como ela é citada de uma maneira muito prática e naturalizada, não fica clara a relação entre uma perspectiva pós-colonial e a construção de uma agenda de pesquisa nesse campo. Por isso, se faz necessário dar um passo atrás e buscar compreender como os estudos pós-coloniais criaram condições ou ao menos participaram em algum grau da elaboração desse novo campo em ascensão.

Uma primeira perspectiva sobre as inspirações teóricas para a formação de um grupo mais ou menos coeso no Brasil dedicado a pesquisar política pela Antropologia pode ser encontrada em um dos textos lidos e analisados como material empírico desta pesquisa. Na introdução ao dossiê publicado sobre o tema pela revista *Horizontes Antropológicos*, as editoras Cláudia Fonseca, Denise Jardim, Patrice Schuch e Helena Machado (2016) comentam de maneira muito esclarecedora as filiações desse campo. Na visão das autoras, se trata na verdade de um estudo antropológico das tecnologias de poder e de governo. A obra de Michel Foucault e em especial suas discussões sobre poder, disciplina e governamentalidade são apresentadas como referências fundadoras do campo. Ao ter desenvolvido um conceito de poder que integra lógicas amplas de governo e administração de populações aos pequenos mecanismos de dominação acionados em relações e interações sociais em uma escala menor, Foucault teria possibilitado o estudo das tecnologias de poder pela Antropologia ou pelo método etnográfico. Importa muito nessa perspectiva teórica de inspiração foucaultiana a maneira pela qual as interações sociais desde as mais oficiais às mais ordinárias são perpassadas por relações de poder. Além disso, as autoras apresentam outras filiações mais específicas dos trabalhos selecionados para compor o dossiê, que passam pelas obras de Bruno Latour, Didier Fassin, Donna Haraway, entre outros.

Apesar de relativamente marginal, o texto apresenta um comentário sobre a relação entre o campo da Antropologia do Estado e os estudos pós-coloniais. Citados de passagem junto aos estudos feministas, são considerados por elas como fontes de problematização da agenda antropológica que passaram a ser incorporadas à disciplina pela chave do estudo antropológico do Estado. O interesse deste campo pelas tecnologias de poder imiscuídas nas

diversas esferas materiais da vida social acabariam conferindo certo destaque às relações de poder constitutivas dos saberes e regimes de verdade — inclusive e sobretudo da ciência. Os estudos pós-coloniais e feministas compartilham com a Antropologia do Estado a inspiração foucaultiana, principalmente o interesse por como as formas de saber e poder estão mutuamente implicadas. Ao estudar as práticas administrativas, burocracias, políticas públicas e a complexa teia de relações sociais que as compõem, esses antropólogos se deparam com lógicas de exercício do poder que muito tem a ver com o colonialismo e o patriarcado, há algum tempo já denunciado pelo pós-colonialismo e feminismo. Melhor dizendo, os antropólogos não encontram por si só esses fenômenos, mas podem acionar todo um repertório crítico-teórico anteriormente desenvolvido por essas correntes para interpretar e dar significado às situações empíricas com as quais se defrontam.

Apesar de terem traçado essa ligação, Fonseca, Jardim, Machado e Schuch não exploram as outras maneiras pelas quais os estudos pós-coloniais e a Antropologia do Estado estão relacionados. Uma pista parece estar no *reader* sobre Antropologia do Estado organizado por Aradhana Sharma e Akhil Gupta (2006). Essa compilação foi de grande importância para a estruturação desse campo de conhecimento e como foi a primeira a ser publicada, acabou por estabelecer paradigmas com os quais os trabalhos subsequentes tiveram que dialogar. O próprio fato de ter sido produzida por dois antropólogos indianos cujas trajetórias são perpassadas pelas discussões pós-coloniais já é um indicador significativo dessa relação. Um segundo indício dessa proximidade foi a seleção de textos de Stuart Hall, Achille Mbembe e Anannya Bhattacharjee para a composição da coletânea.

É na introdução escrita por Sharma e Gupta pra esse volume que a influência pós-colonial sobre o campo fica mais clara. Neste texto, os autores propõem uma agenda de pesquisa do Estado em uma era da globalização estabelecendo alguns pontos teóricos centrais. Dados os objetivos desta pesquisa, não tratarei deles aqui a partir de seu significado intrínseco ou de sua importância para a Antropologia, mas sim a partir de como foram alimentados e tornados possíveis a partir de um determinado saldo de reflexões pós-coloniais. Uma primeira característica do texto que salta aos olhos é a profusão de exemplos empíricos de contextos pós-coloniais ou não-ocidentais.¹³ Mas esse material não é usado como signo de precariedade

¹³ Por exemplo, o texto já começa com uma descrição de um call center em Nova Delhi e de como podemos, a partir dessa situação específica, compreender reconfigurações do Estado em um mundo progressivamente neoliberal e transnacional. Em outra passagem, os autores destacam também a pesquisa de Bhattacharjee sobre violência e trabalho domésticos em comunidades de imigrantes do sul-asiático nos Estados Unidos como fonte de questionamento das noções feministas hegemônicas de público e privado (SHARMA; GUPTA, 2006, p. 9)

ou anacronia e sim como situações contemporâneas reais que desafiam nossa cognição e exigem uma reconsideração das teorias disponíveis para se pensar o Estado.

Um dos argumentos teóricos centrais dessa introdução é pela abordagem do Estado como um artefato cultural. Essa torção obviamente decorre da premissa antropológica de que todas as práticas e criações humanas são marcadas por particularidades que decorrem da esfera simbólica, da configuração social e de uma história particular. Sharma e Gupta destacam que a Ciência Política, que se consolidou como disciplina especializada no Estado, partia de algumas premissas bastante particulares. Mais especificamente, suas pesquisas partiam de uma concepção *a priori* de Estado, baseada sobretudo em definições muito normativas e idealizadas retiradas da teoria social e da filosofia política. Nessa chave, o Estado é concebido como uma instituição claramente delimitada e distinta da sociedade, sobre a qual possui autoridade suprema (SHARMA; GUPTA, 2006, p. 8). É compreendido também como o lugar do neutro, do universal, em oposição a uma Sociedade particular e contingente. A operacionalização desse conceito de Estado dado como ponto de partida teria permitido que os estudos de uma certa Ciência Política¹⁴ pudessem desconsiderar o fator cultural e simbólico em sua constituição, já que a variabilidade em seu funcionamento se daria em termos basicamente de eficiência e correção.

Os autores citam como exemplo paradigmático dessa linhagem as análises comparativas e classificatórias entre Estados. Geralmente, seus resultados são apresentados — implícita ou explicitamente — na forma de *rankings* de processo decisórios mais ou menos eficientes ou instituições mais ou menos instáveis, como se a ação estatal se desse meramente em termos da técnica. A quantificação da ação estatal para futura comparação entre Estados diferentes realmente só é possível se assumirmos que todos eles possuem elementos e funções idênticas em sua constituição. Sharma e Gupta apontam que o paradigma contra o qual as múltiplas experiências de Estado são confrontadas nesses estudos são as democracias-liberais centrais do Ocidente e concluem que essas análises comparativas tendem a ser muito eurocêntricas (SHARMA; GUPTA, 2006, p. 10)

A proposta de se pensar o Estado como artefato cultural obviamente decorre da premissa antropológica de que todas as práticas e criações humanas são marcadas por particularidades que decorrem da esfera simbólica, da configuração social e de uma história

¹⁴ É interessante pensar como uma parte dos trabalhos de Ciência Política no Brasil, apesar de subscreverem às premissas teóricas criticadas por Sharma e Gupta tenham se voltado excessivamente para a sociologia política e explicações de cunho culturalista. Na ânsia de explicarem porque as instituições universais do Estado não operavam conforme seu dever ser em território brasileiro, se fez necessário uma consideração do caráter desviante e particular do universo simbólico e da configuração social nacional.

particular. Mas como é possível observar, essa inspiração disciplinar é alimentada e associada a uma crítica ao eurocentrismo e ao provincianismo metodológico que deixam entrever uma certa inspiração pós-colonial. Essa dinâmica de produção de conhecimento baseada na exemplaridade de algumas experiências empíricas específicas do Ocidente é alvo de uma das principais críticas da perspectiva pós-colonial expandida.¹⁵

Mas para além dessa crítica ao eurocentrismo de ordem mais teórica, os autores partem também de uma percepção empírica acerca dos significados particulares que o Estado indiano assume, diferentes das prescrições universalistas geralmente associadas a seu lugar e função e que por vezes decorrem de legados coloniais. Na seguinte passagem, por exemplo, Sharma e Gupta comentam como o atributo estatal clássico do universalismo de procedimentos assume significados inusitados na conformação social indiana:

The outcome of a circumvention of the rules might very well be desirable since the rules themselves are often arcane colonial accretions, but any effort to make things work at the expense of following the rules inevitably brings forth accusations of corruption. Since charges of corruption are closely tied to questions of legitimacy (a corrupt government is widely seen as an illegitimate one), and since state legitimacy itself depends on what states mean to their citizens, the routine practices of bureaucracies become intimately linked to cultural contestation and construction, (SHARMA; GUPTA, 2006, p. 12)

Nesse contexto, procedimentalismo, legitimidade e corrupção se combinam de um modo distinto daquele depreendido do arranjo clássico das democracias liberais ocidentais. A compreensão dessa dinâmica particular da sociedade indiana, no entanto, só é possível se, em primeiro lugar, *provincializarmos a Europa*, no sentido de Chakrabarty (2000), e considerarmos o que acontece na Índia tão expressivo em termos de capacidade de compreensão do Estado quanto o que acontece nos Estados Unidos ou na França e nos acostumamos a perceber como modelos universais. Em segundo, se valorizarmos a colonização como um fator explicativo de primeira ordem e não derivado de outros como a evolução do capitalismo ou a racionalização do mundo.

Outra discussão central para Sharma e Gupta parte também da crítica a esse provincianismo metodológico. Dando mais um sinal da importância de Foucault para esse campo, os autores falam da desgovernamentalização do Estado, desestatização do governo ou ainda governamentalização da sociedade (SHARMA; GUPTA, 2006, p. 22). Em linhas gerais,

¹⁵ Esse modo de produção de conhecimento é alvo de insatisfação entre os pesquisadores associados aos Estudos Subalternos. A crítica mais bem elaborada especificamente sobre esse ponto pode ser encontrada em *Provincializing Europe* (2000), do historiador indiano Dipesh Chakrabarty, ver cap.1 deste trabalho.

os autores sustentam que com as progressivas reformas neoliberais, algumas funções de governo de populações, anteriormente desempenhados pelo Estado, passam a ser assimiladas por entidades de governo privadas. Ao mesmo tempo, as funções repressivas e de fiscalização do Estado são intensificadas. O conceito foucaultiano de *governamentalidade* vem justamente desse fenômeno, significando algo como uma lógica do governo emancipada das instituições estatais de onde se originou que se espalha por outras esferas da vida social.

Sharma e Gupta apontam, no entanto, que Foucault perdeu muito ao ter limitado sua análise do poder ao que podia observar nas sociedades ocidentais centrais. Para os autores, as administrações coloniais e os subsequentes Estados pós-coloniais que as substituíram nunca chegaram a ter as funções de governo plenamente desempenhadas pelo Estado. Esses países não tiveram políticas públicas de bem-estar social universalistas, como em parte do mundo ocidental, e algumas funções já vinham sendo desempenhadas por atores privados mesmo antes das reformas neoliberais. Melhor dizendo, não era uma preocupação das administrações coloniais assegurar a universalidade das políticas de educação, saúde e seguridade social. As administrações nacionais que vieram em seguida tiveram muito pouco tempo para reforçar a capacidade redistributiva do Estado em uma época marcada pela difusão dessa discursividade neoliberal e a subsequente imposição progressiva de agendas de austeridade. Os autores apontam, portanto, que o mundo colonial pode ter sido um laboratório do que viria a seguir para o mundo ocidental e que sua consideração anterior poderia ter enriquecido sua discussão sobre as transformações contemporâneas das tecnologias de poder.

Outra chave importante para a compreensão da relação entre o pós-colonialismo e a Antropologia do Estado está na influência de Veena Das sobre este campo. A antropóloga indiana foi uma das autoras mais citadas dentre o conjunto de artigos lidos e analisados nesta pesquisa e todas as referências encontradas foram em artigos de Antropologia. Isso por si só salta aos olhos, já que todos os outros autores do conjunto de 12 mais citados aparecem em artigos de pelo menos duas disciplinas¹⁶. Além disso, metade dos artigos que citam Das se incluem no campo da Antropologia do Estado.

Particularmente influente é sua discussão, desenvolvida com Deborah Poole (2004), sobre *margens do Estado*. Em linhas muito gerais, as autoras se opõem à ideia de que a precariedade e a exclusão de determinados setores do acesso a políticas oficiais se dão por uma incapacidade ou insuficiência do Estado de atingir todos que estão supostamente sob seu jugo. Um certo discurso anti-neoliberal sustenta que a precariedade da presença de

¹⁶ Ver gráfico 11

instituições públicas tidas como centrais (escola, postos de saúde ou polícia) em determinados territórios ou populações decorre de uma fraqueza do poder estatal e que seu robustecimento automaticamente o tornaria capaz de universalizar suas políticas. No lugar disso, Das e Poole propõem pensar a exclusão como produção do próprio Estado e não de fatores exógenos que limitem sua capacidade de ação. Para as autoras, é na definição de suas margens, do que está dentro e do que está fora, que o Estado se define e exerce sua soberania. A esse postulado se une um viés metodológico antropológico de pensar o Estado a partir de suas práticas concretas, das relações sociais que são estabelecidas em seu nome nessas mediações das margens em vez de partir de definições a priori. Com isso, as autoras se contrapõem também a uma tradição de estudo da política que se dá por modelos idealizados e definições normativas de Estado, cidadania e poder extraídos da Filosofia ou da Ciência Política.

Nesse texto, que foi publicado como introdução de uma compilação de artigos sobre o tema, as autoras apresentam uma proposta de agenda de pesquisa que parece ter realmente se transformado em uma subespecialização consolidada da Antropologia. Nos artigos analisados nesta pesquisa, essa proposta parece ter sido eleita como ponto de partida: a construção da problemática da pesquisa, a linguagem pela qual a análise se dá, o tipo de encaminhamento do problema e desenvolvimento do argumento se dão todos com uma clara influência dessa proposta de Das e Poole. Indo mais além, a própria escolha de instituições políticas, práticas burocráticas e governamentais e políticas públicas por antropólogos-etnógrafos já pode ser identificado como um indício de inserção do trabalho nesse campo da Antropologia do Estado. Isso porque na divisão intelectual do trabalho clássica das Ciências Sociais, esses objetos seriam próprios da Ciência Política e a Antropologia estudaria a política de uma outra maneira, tentando identificar padrões e tipos de organização política pelo estudo das chamadas sociedades *simples* ou *tradicionais*.

Mas uma vez compreendida sua influência sobre o campo, qual seria exatamente a relação entre sua obra e a perspectiva pós-colonial, para além da sonoridade indiana de seu nome? Uma primeira pista está em sua relação com os estudos subalternos, materializada no artigo “Subaltern as Perspective” (1989), publicado na VI volume dos Subaltern Studies. Nesse artigo, a autora apresenta uma discussão teórica claramente alinhada a algumas das ideias principais que vieram a caracterizar o projeto do grupo de estudos subalternos e que foram incorporados posteriormente a uma agenda pós-colonial mais ampla. Logo no início do texto essa filiação fica clara: Das elogia a publicação do volume e defende sua importância para o descentramento do historiador ou antropólogo europeu como sujeito de conhecimento e de discurso legítimo frente à sociedade indiana como objeto. Ressalta ainda que esse

deslocamento não implica uma rejeição total das categorias ocidentais já que isso significaria negar sua própria história enquanto uma intelectual cuja consciência foi formada como a de um sujeito colonial¹⁷ (DAS, 1989, p. 310). E o fato de que Das cita sua colega Gayatri Spivak para construir esse ponto não é desprezível para os objetivos dessa pesquisa, uma vez que demonstra manter uma interlocução com esta autora que é frequentemente citada como uma das referências mais importantes dos estudos pós-coloniais.

Ainda mais interessante que essa demonstração de alinhamento com a proposta teórico-epistemológica do grupo é a maneira como Das desenvolve seu próprio projeto intelectual autoral a partir das críticas e questões postas pelos Estudos Subalternos. Apesar de vir sendo tratada aqui como uma referência para o estudo do Estado e o poder na Antropologia, seu interesse por tecnologias de poder está associado às pesquisas que empreende sobre violência e sofrimento — temas talvez até mais centrais em sua obra. Seu trabalho mais recente, “Life and Words: violence and descent into the ordinary” (2007), por exemplo, é fruto desse investimento intelectual. E sua influência sobre esse campo também aparece no conjunto de artigos analisados, sobretudo na discussão sobre o conceito de vítima e testemunha elaborada por Cynthia Sarti (2014).

O que não é manifesto, no entanto, é como Das deriva esse interesse pela violência de um desejo teórico subalterno/pós-colonial por desarrumar o binarismo entre sociedades modernas e tradicionais tão estruturante do tipo de saber produzido nas Ciências Sociais. Falando mais especificamente das teorias funcional-estruturalistas na Antropologia, Das aponta como seu arsenal é produzido de forma a tornar as sociedades não-ocidentais cognoscíveis em termos de normas, leis e padrões de autoridade. Nesta perspectiva, conhecer uma sociedade simples, tradicional ou primitiva significa acessar o que há de práticas e significados partilhados entre todos os membros daquela sociedade. Essa visão só é possível a partir de uma crença prévia na homogeneidade dessas sociedades, melhor representada pelo pacote *sociedade simples-indiferenciação social-solidariedade orgânica-direito punitivo* de Durkheim. Isso nos remete mais uma vez à discussão saidiana de como o sujeito de conhecimento orientalista produz um outro a partir da projeção negativa de sua auto-imagem. O antropólogo que se imagina membro de uma sociedade marcada por grande diversificação social, por um protagonismo do indivíduo frente ao coletivo, pelo conflito e questionamento constante de padrões vai em direção a um outro meio social que, por ter sido classificado como tradicional, já se supõe como o oposto de tudo isso e pode ser conhecida por esse

¹⁷ No original: “to deny that we write as people whose consciousness has been formed as colonial subjects is to deny our history”

mínimo denominador comum. Ora, isso acaba negando por completo subjetividade e, por conseguinte, qualquer história a essas sociedades pesquisadas. Incapazes de sair das amarras do coletivo, também teriam muito pouca agência e intervenção no ritmo estruturado da vida social.

Das aponta a mesma incapacidade de conferir subjetividade aos não-ocidentais nas teorias da ação de inspiração weberiana. Para Max Weber, a chave para a compreensão da ação social está em seu significado e por isso se volta para o sujeito individual que a empreendeu. No entanto, em sua tipologia, a ação racional acaba assumindo um lugar paradigmático e outras motivações para a ação são desconsideradas. Cabe ressaltar que a racionalidade da qual Weber fala é também uma racionalidade prospectiva específica, valorizada na modernidade ocidental. Nas palavras da autora:

the individual in Weber's theory of social action is the actor in the capitalist system who exercises an alert control over himself. The category of meaning is reduced to the category of motive; the rationally controlled individual who exercises a constant and alert control over himself in the interest of transforming the world becomes the measure. All other forms of being — whether of a non-western man or western woman — are understood in terms of a lack, a deflection from the ideal typical action represented by the paradigm of rational action (DAS, 1989, p. 312)

Então, por ter naturalizado a racionalidade burguesa ocidental como a racionalidade propriamente humana, as teorias da ação também têm dificuldade de explicar lugares não-ocidentais a não ser pela deficiência ou ausência.

O projeto dos estudos subalternos de desenvolver outras ferramentas teóricas para estudar as insurgências camponesas na Índia colonial é importante, então, por restaurar a agência desses setores subalternos, conferindo-lhes subjetividade e historicidade (DAS, 1989, p. 314). Estudar os *outros* do sujeito ocidental pela via de como desafiam e desmentem as leis de funcionamento que costumeiramente lhes são atribuídas significa, então, desafiar premissas teóricas — no caso, a homogeneidade e a irracionalidade dos não-ocidentais ou dos subalternos — que retroalimentam a hegemonia ocidental de raízes coloniais. É muito difícil imaginar que o caminho traçado por Veena Das de pesquisa sobre violência em setores subalternos da sociedade indiana tenha sido dissociado desses questionamentos.

A obra de Veena Das e sua relação com os estudos subalternos sem dúvida possui muitas nuances e questões importantes além das apresentadas acima. Para os objetivos desta pesquisa, no entanto, basta destacar como as questões teóricas levantadas pelo grupo de estudos subalternos — que vêm sendo considerados aqui como parte de um discurso pós-

colonial expandido — foram cruciais para o desenvolvimento posterior de uma agenda antropológica de estudos do Estado e com uma valorização de objetos associados a violência, vitimização, insurgências e violação de direitos daqueles situados em suas *margens*.

Essa relação entre estudo do Estado pela Antropologia e estudo de violências chama bastante atenção nos artigos analisados, sobretudo se levamos em consideração a escolha dos objetos de pesquisa. Araújo (2016), por exemplo, desenvolve uma pesquisa nesta chave sobre desaparecimento de corpos; Olivar (2016) constrói sua pesquisa sobre a definição da exploração sexual no Brasil como uma forma de investigar uma experiência de Estado e governamentalidade (OLIVAR, 2016, p. 438); Gutterres (2016) fala sobre a construção de territórios de vulnerabilidade pelo terror; Sarti (2014) fala da construção das figuras da vítima e da testemunha.

Essa exploração da importância não-manifesta de uma perspectiva pós-colonial já amadurecida para a construção de uma agenda de pesquisa da Antropologia do Estado nos permite esboçar uma compreensão do uso empírico e imediato da bibliografia pós-colonial comum a esses artigos. Tanto Sharma e Gupta como Das e Poole converteram determinadas discussões críticas e propostas teóricas tipicamente pós-coloniais em projetos próprios de pesquisa inseridos no paradigma disciplinar da Antropologia. Não é um campo que surge com a filiação exclusivamente pós-colonial. Mas surge da composição de discussões provenientes de linhagens intelectuais distintas, entre elas a dos estudos pós-coloniais.

Trata-se de um pós-colonial já reelaborado e apropriado por um conjunto de preocupações teóricas e metodológicas não tão gerais como os legados do colonialismo ou a possibilidade de uma epistemologia das ciências sociais como um todo, mas bastante específicas e circunscritas em círculos disciplinares específicos. O debate entre os antropólogos desse campo, então, parte menos de uma motivação *local* e mais de uma motivação *disciplinar*. A pergunta central não é “como podemos pensar em uma tradição alternativa de pensamento descolonizador”, mas sim “como a Antropologia pode contribuir para a discussão política?” ou “como o saldo antropológico de familiaridade com experiências subalternas pode contribuir para a discussão de teoria política e social?”.

Do ponto de vista dos autores que pesquisam e escrevem inspirados por essa bibliografia no Brasil, então, faz sentido que não se sintam convocados a se inserir em discussões que estão muito mais próximas de uma certa sociologia do conhecimento ou história intelectual. Ao mesmo tempo, a valorização de um conhecimento via empiria própria dos estudos etnográficos, favorece também esse uso mais prático dos conceitos, no melhor

sentido caixa de ferramentas, tal como elaborado por Deleuze¹⁸ (2010). Enfim, podemos dizer que mesmo podendo ter passado ao largo de um debate reflexivo sobre trânsito de ideias e geopolítica do conhecimento, o campo da Antropologia do Estado é um exemplo importante de apropriação e conversão dos estudos pós-coloniais no sentido de uma agenda de pesquisa inovadora e a autônoma. É, portanto, a confirmação de que as críticas e desconstruções pós-coloniais não possuem caráter exclusivamente negativos e de que podem ser acomodadas e transformadas em ferramentas de aperfeiçoamento da produção científica disciplinar.

Este capítulo é o resultado de um primeiro esforço de compreensão dos encaminhamentos que o referencial pós-colonial vem recebendo no campo das ciências sociais. Mais especificamente, as áreas de Antropologia e Sociologia receberam maior destaque e atenção por terem aparecido em maior número no levantamento. Não há como saber exatamente se isso se deve ao fato de a difusão dos estudos pós-coloniais ser maior nesses campos disciplinares ou se é efeito de um viés na seleção dos periódicos. Seria extraordinário em trabalho futuro, com mais tempo, recursos e fôlego, estender o alcance das fontes e redefinir, eventualmente, os marcos disciplinares dessa primeira exploração. Ainda assim, foi possível identificar algumas tendências principais dentro desse escopo, sobretudo quanto aos eixos temáticos que são geralmente associados à mobilização da bibliografia pós-colonial. Dentre o conjunto de artigos analisados, foi possível identificar uma frequência maior de discussões teóricas; de debates sobre identidades, imaginários coletivos e marcadores sociais articulados pela questão racial; e, por fim, de artigos que estudam os aparatos e práticas estatais pelo método etnográfico. Não há uma separação clara entre esses grupos delineados aqui e é comum que o mesmo pesquisador tenha escrito artigos que se inserem em mais de um deles.

No entanto, o tipo de objeto de pesquisa que suscita ou é suscitado por uma perspectiva pós-colonial costuma corresponder a padrões mais delineados de citações e usos da bibliografia. No campo teórico, há um alto grau de reflexividade e de necessidade de mediação do referencial pós-colonial. Há uma percepção geral do pós-colonial como uma

¹⁸ “A theory is exactly like a box of tools. It has nothing to do with the signifier. It must be useful. It must function. And not for itself. If no one uses it, beginning with the theoretician himself (who then ceases to be a theoretician), then the theory is worthless or the moment is inappropriate. We don’t revise a theory, but construct new ones; we have no choice but to make others. It is strange that it was Proust, an author thought to be a pure intellectual, who said it so clearly: treat my book as a pair of glasses directed to the outside; if they don’t suit you, find another pair; I leave it to you to find your own instrument, which is necessarily an investment for combat.” (

corrente intelectual *estrangeira* que necessita ser devidamente localizada e situada em seu uso. Nos artigos mais teóricos, as referências pós-coloniais parecem ocupar um lugar de propulsor da reflexividade e da reconsideração dos limites e desafios epistemológicos da Sociologia e da Antropologia.

No campo da Antropologia do Estado, o cenário já parece ser outro. As referências pós-coloniais aparecem sem mediações e em geral pertencem às seções de enquadramento teórico geral da pesquisa ou participam como ferramentas para a análise empírica. Neste campo, praticamente não há menções ao ‘pós-colonial’ ou a qualquer outra variação do termo e essa bibliografia parece já ter sido incorporada seletivamente por um outro projeto intelectual em um outro corpo de referências teóricas diversas. A apropriação de conceitos pós-coloniais parece ser mais consolidada como um sub-cânone desse campo de pesquisa específico.

Por fim, entre os artigos articulados pela questão racial, há uma variação maior quanto ao grau de reflexividade e a necessidade de mediação posta pelos pesquisadores no uso de conceitos e debates pós-coloniais. No entanto, chamam atenção outras particularidades desse campo. Em primeiro lugar, parece ser onde há maior interlocução com o mundo não-acadêmico, mais especificamente com movimentos sociais e questões de ordem política. É evidente que esse diálogo está presente em todos os trabalhos analisados aqui, até porque a própria linguagem pós-colonial tende a ser bastante politizada. Aqui mais especialmente, o processo de construção dos objetos e de enquadramento teórico das pesquisas parece se dar em conjunção a um processo de afirmação de uma discursividade particular sobre raça e identidade fora da academia bastante influenciada também por uma perspectiva pós-colonial. Essa especificidade provavelmente está relacionada à maior propensão encontrada em pesquisadores desse campo de definirem os enquadramentos teóricos de seus próprios trabalhos como decoloniais ou pós-coloniais.

É certo que esta pesquisa não esgota os caminhos de assimilação e reelaboração do referencial pós-colonial pelas ciências sociais feitas no Brasil. Essas três tendências que se deixaram identificar aqui representam, no entanto, primeiras indicações sobre como as potencialidades e a possibilidade de conversão de elementos da bibliografia pós-colonial em agendas de pesquisa próprias têm sido concebidas nesse campo multidisciplinar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi motivado, por um lado, pela tentativa de elaboração uma compreensão do pós-colonial enquanto referência intelectual e, por outro, pelo interesse de pensar sua recepção no âmbito das ciências sociais e no cenário intelectual brasileiro. Um fruto importante da primeira parte da pesquisa foi o entendimento da relevância do pós-colonial enquanto perspectiva intelectual; “teoria itinerante” (SANCHES, 2012); “posição discursiva” (MAIA, 2009) ou como *discurso potencialmente policêntrico e aberto* (SHOHAT, 2013). Isso significa dizer que o pós-colonial importa mais enquanto alusão a um tipo de olhar particular, suscetível a diferentes apropriações, do que como referência à produção intelectual de um grupo circunscrito e situado disciplinar e geograficamente.

A partir desta pesquisa, cheguei à conclusão de que esse olhar pode ser caracterizado pelos seguintes traços. O primeiro dele tem a ver com uma concepção de identidade e cultura como fenômenos híbridos e performativos, mais bem compreendidos pela noção de diáspora do que pelo modelo do Estados-nação moderno. Em segundo lugar, há uma preocupação comum entre autores pós-coloniais de combater o binarismo em suas diversas manifestações. No plano teórico-metodológico, o pós-colonialismo busca fugir e complexificar modelos analíticos estruturados por oposições como modernidade/tradição ou natureza/cultura. Já na ordem política, uma perspectiva pós-colonial mesmo que não chegue a rejeitar por completo, tende a elaborar oposições maniqueístas do tipo nós/eles e a valorizar a estruturas comuns de alteridade constitutivas das identificações subjetivas, as posições de ambiguidade e os mecanismos de hibridização.

A preocupação com o descentramento do olhar constitui um terceiro ponto importante. De uma perspectiva global, isso significa o deslocamento da perspectiva ocidental em relação às situações empíricas diversas. Em linhas gerais, argumenta-se que a ciência social moderna trabalha com modelos e narrativas que nada mais são do que a abstração de experiências empíricas particulares de alguns estados-nação ocidentais. A utilização acrítica desse material tende a restringir a produção de conhecimento sobre contextos não-ocidentais à mera identificação de ausências, deficiências e atrasos em relação ao paradigma europeu, tido com representante do universal. O *resto* do mundo é, então, valorizado pela perspectiva pós-colonial enquanto uma fonte de material para a reflexão teórica. Numa escala menor, o desejo de descentramento do olhar se traduz na valorização da perspectiva de sujeitos subalternos. Do mesmo modo que a produção de conhecimento social modernista se apoia em um privilégio de fala do Ocidente sobre o resto do mundo, no interior dos estados-nacionais, no

plano das interações, essa mesma dinâmica se reproduz pela relação entre o sujeito de conhecimento — aquele que tem o Ocidente internalizado — e os outros — pobres, mulheres, trabalhadores, pensados a priori como irracionais.

Por fim, um último ponto importante é a preocupação em renarrativizar — ou em trabalhar a partir de — histórias globais da modernidade, histórias nacionais ou de mesmo histórias locais menores valorizando o colonialismo e os fluxos de trocas globais como um eixo central. De modo geral, há um silenciamento sobre o colonialismo como um fator importante da constituição do mundo tal como ele é hoje. Se pegarmos as teorias da modernização presentes nos três clássicos pais fundadores da Sociologia, as transformações sociais são interpretadas como fenômenos autóctones, contidos sempre no interior de uma sociedade automaticamente identificada com um Estado-nação. O pós-colonial nos convoca a pensar essas histórias de maneira articulada à hegemonia do Ocidente no mundo contemporâneo — construída e reproduzida em diversos níveis.

A segunda parte desta pesquisa foi dedicada a pensar como esse olhar aparece na produção de cientistas sociais brasileiros. De modo geral, a primeira impressão que tive foi a de que os estudos pós-coloniais possuem uma difusão ainda restrita. Apesar disso, foi identificado um crescimento da presença de referências pós-coloniais nos artigos publicados nos periódicos analisados. Mesmo levando em consideração o escopo reduzido desta pesquisa, o fato de em 1997 somente 4 artigos terem referências pós-coloniais e este número ter subido para 24 em 2017 me parece expressivo.

Um segundo ponto notável era a diversidade de autores e conceitos citados, o que me levou a crer que havia algumas correntes distintas de difusão e apropriação dos estudos pós-coloniais. Diante da pluralidade que encontrei, foi necessário estabelecer algumas ferramentas de análise. Primeiramente, defini algumas categorias para tentar sondar por quais disciplinas e eixos temáticos essa bibliografia transita com maior facilidade. Além disso, busquei também identificar os autores e obras citados, assim como as funções que essas referências assumiam dentro da configuração geral de cada artigo. A distinção entre tipos de usos feitos da bibliografia pós-colonial foi um esforço nesse sentido.

Estes artifícios não resultaram em dados representativos da produção científica das ciências sociais brasileiras influenciadas pela perspectiva pós-colonial. De modo geral, os dados que extraí dessa pequena amostra apontam algumas tendências que precisariam ser confirmadas com um levantamento maior de material e uma análise mais precisa. Pensar as razões e implicações desse crescimento do número de referências pós-coloniais nas ciências sociais e assim como elaborar os outros dados com maior dedicação permanecem como

tarefas futuras. No entanto, eles foram capazes de indicar algumas tendências expressivas e foram importantes principalmente enquanto processo para chegar a uma análise qualitativa mais direcionada.

Identifiquei três padrões principais de usos das referências pós-coloniais. O primeiro deles motivado por discussões teóricas e por reflexões epistemológicas; o segundo dedicado a desenvolver todas as discussões que partem da questão racial e, por fim, um campo da Antropologia dedicado a estudar Estado e violência. Esses três grupos constituem, cada qual à sua maneira, caminhos de apropriação das potencialidades contidas no pensamento pós-colonial e reelaboração de seus conteúdos de forma a integrá-los em debates já consolidados no cenário acadêmico brasileiro por outros percursos.

Por fim, uma questão que surgiu timidamente junto com o próprio projeto e foi crescendo à medida que fui avançando na pesquisa se refere às implicações do uso de termos generalizantes como “pós-colonial”. Por um lado, identificar uma corrente de pensamento por um só nome nos permite resumi-la em pontos teóricos principais mais gerais — como fiz aqui — e compreender melhor seu impacto sobre as formas estabelecidas de produção de conhecimento dentro a partir de uma visão mais panorâmica. No entanto, essa maneira de conceber o ‘pós-colonial’ como um bloco de temas e questões foi encontrada em uma minoria dos artigos analisados nesta pesquisa. Mais especificamente, só os artigos dedicados a realizar reflexões disciplinares ou epistemológicas apresentaram essa concepção. A maioria dos artigos acionava não o referencial ‘pós-colonial’ em si, mas conceitos, modelos e debates específicos extraídos da obra de autores específicos.

Creio que o aumento da influência pós-colonial sobre a produção das ciências sociais brasileiras, se é que de fato existe, se deve mais a essas pequenas infiltrações conceituais em debates e agendas de pesquisa já estabelecidas do que ao estabelecimento de um novo campo de conhecimento pelas revisões teóricas. Falta ainda compreender, no entanto, o quanto esses dois movimentos estão relacionados. Se do ponto de vista da capacidade de influência e transformação, essas duas pontas parecem ser desiguais, do ponto de vista qualitativo, ambas representam propostas intelectuais relevantes. Quer tenham um grau maior ou menor de reflexividade e crítica na utilização dessa bibliografia, os usos mais situados apontam para uma produtiva agenda de questões a serem investigadas por pesquisas empíricas. Já os usos teórico-reflexivos permitem uma reconsideração dos nossos papéis de intelectuais e pesquisadores tanto a partir de uma releitura de nosso lugar na sociedade brasileira a partir da dimensão da colonialidade, como em um diálogo com outras tradições de pensamento periférico e semi-periféricos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKO, Edward O. From Commonwealth to Postcolonial Literature. **Comparative Literature and Culture** (2004). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7771/1481-4374-1227>>
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: A África na filosofia da cultura. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010
- ARAÚJO, Fábio Alves. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 37-64, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0037.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN; Helen. **The Empire Writes Back**: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures. Londres e Nova York: Routledge, 1989
- AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- _____. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**. Rio de Janeiro. v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v60n2/0011-5258-dados-60-2-0505.pdf>> Acessado em: 11 Set. 2018
- BATEKOO. Sobre. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/batekoo/about/>>. Acessado em: 26 Jul. 2018
- BHABHA, Homi K. The Commitment to Theory. **New Formations**. n. 5. 1988. p. 05-23.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi)periférica contemporânea. **Caderno CRH**. Salvador, v. 28, n. 73, p. 59-76, Jan./Abr. 2015

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n15/v7n15a05.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism**. Nova York e Londres: Monthly Review Press, 1972

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000

_____. Small History of Subaltern Studies. In: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (Org.) **A Companion to Postcolonial Studies**. Malden: Blackwell, 2005. Cap. 24. p. 467-485

CORONIL, Fernando. Latin American postcolonial studies and global decolonization. **World & Knowledges Otherwise**. Vol. 3. No. 3. Nov. 2013. p. 401-423. Disponível em: <https://globalstudies.trinity.duke.edu/wp-content/themes/cgsh/materials/WKO/v3d3_Coronil%20.pdf>. Acessado em: 11 Set. 2018

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**. São Paulo, v.13 n.1, 2001, p. 143-158. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a10.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

_____. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, Feb. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29764.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

Das, Veena (1985). “Subaltern as Perspective.” **Subaltern Studies VI: Writings on. South Asian History and Society**. Ed. Ranajit Guha. New Delhi: Oxford UP

_____; POOLE, Deborah. **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004

_____. **Life and words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007

DEBERT, Guita Grin. Arenas de conflito em torno do cuidado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 35-45, jun. 2014 . Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/03.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

DIRLIK, Arif. The Postcolonial Aura: Thrid World Criticism in the Age of Global Capitalism. In: MONGIA, Padmini (Org.) **Contemporary Postcolonial Theory: A Reader**. Nova York: Arnold, 1996. Cap. 15. p. 294-320

DOMINGUES, Petrônio. (2013). Como se fosse um bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 28, n. 81, p. 155-170. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/10.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. In: _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2015

FERGUSON, James. Decomposing Modernity: History and Hierarchy after Development. In: LOOMBA, Ania et al. (Orgs.) **Postcolonial Studies and Beyond**. Durham e Londres: Duke University Press, 2005, p. 166-181

FONSECA, C.; JARDIM, D.; SCHUCH, P.; MACHADO, H. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 9-34, jul./dez, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0009.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. p. 69-78, 2010

GANDHI, Leela. **Postcolonial Theory: a critical introduction**. New York: Columbia University Press, 1998

GILROY, Paul. **The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness**. Londres e Nova York: Verso, 1993

_____. **O Atlântico Negro**: Modernidade and dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001

GOMES, Mariana Selister. O imaginário social <mulher brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação.

Dados, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, 2013, p. 867-900. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n4/v56n4a05.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. 1a edição 1958. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1995

GUHA, Ranajit. On Some Aspects of the Historiography of Colonial India. In: GUHA, Ranajit (org.) **Subaltern Studies I: Writings on South Asia History and Society**. Delhi: Oxford University Press, 1982. p. 1-7.

_____. The Prose of Counter-Insurgency. In: GUHA, R.; SPIVAK, G. (orgs.). **Selected Subaltern Studies**. New York: Oxford University Press, 1988, p. 44-88

GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 179-209, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v22n1/1678-4944-mana-22-01-00179.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

HABERMAS, Jürgen. Política Deliberativa: um conceito procedimental de democracia. In: HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, cap. 7, 1997, p. 9-121

HALL, Stuart. When was ‘the post-colonial’? Thinking at the limit. In: CHAMBERS, Iain; CURTI, Lidia (Orgs.) **The Post-Colonial Question**: Common Skies, Divided Horizons. Londres e Nova York: Routledge, 2006, p. 242-260

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018

KLOR DE ALVA, Jorge. "Colonialism and Postcolonialism as (Latin) American Mirages". **Colonial Latin American Review**. 1992

_____. The Postcolonization of the (Latin) American Experience: A Reconsideration of “Colonialism,” “Postcolonialism,” and “Mestizaje”. In: PRAKASH, Gyan (Org.). **After**

Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements. Princeton: Princeton University Press, 1995. Cap. 9. p. 241-275

KUMAR, Malreddy Pavan. **Postcolonialism:** interdisciplinary or interdiscursive?, *Third World Quarterly*, 32:4, 653-672. 2011

LIMA, Roberto. Um rio são muitos: de aventura e antropologia Rio São Francisco. **Tempo Social**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 147-170, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n2/v12n2a11.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

LOOMBA, Ania. et al. Beyond What? An Introduction. In: _____. (Orgs.) **Postcolonial Studies and Beyond**. Durham e Londres: Duke University Press, 2005. p. 1-35.

LOPEZ, Laura Cecilia. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, 2015, p. 301-330. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n43/0104-7183-ha-21-43-0301.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

MCCLINTOCK, Anne. The Angel of Progress: Pitfalls of the Term “Post-Colonialism”. **Social Text**. Duke University Press. n. 31/32, Third World and Post-Colonial Issues. 1992, p. 84-98. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/466219>>. Acessado em: 11 Set. 2018

MCLEOD, John. **Beginning Postcolonialism**. Manchester: Manchester University Press, 2010

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 80. Março 2008. p. 5-10. Disponível em: <http://rccs.revues.org/689>. Acessado em: 10 Jun 2015.

MEZZADRA, S; RAHOLA, F. The postcolonial condition: a few notes on the quality of historical time in the global present. **Postcolonial Text**, vol. 2, no. 1, 2006

MIGNOLO, Walter D. Colonial and Postcolonial Discourse: Cultural Critique or Academic Colonialism? **Latin American Research Review**, Vol. 28, n. 3. 1993. pp. 120-134. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2503613>>

_____. **Local Histories/Global Designs:** Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000

MISHRA, Vijay; HODGE, Bob. What is Post(-)Colonialism? In: WILLIAMS, P.; CHRISMAN, L. (Orgs.) **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader**. Nova York: Columbia University Press, 1994. Cap. 15. p. 276-290

MONTENEGRO, Silvia M. **Discursos e contradiscursos**: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2002, p. 63-91. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n1/9641.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

MOORE-GILBERT, Bart; STANTON, Gareth; MALEY, Willy. **Postcolonial Criticism**. Londres: Longman, 1997

MORAFIA, Mabel. El boom del subalterno. **Revista de Crítica Cultural**. n. 5. 1997

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política de protesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 26, n. 76, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n76/08.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

OLIVAR, José Miguel Nieto. "... O que eu quero para a minha filha": Rumos de (in)definição da exploração sexual no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 435-468, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v22n2/1678-4944-mana-22-02-00435.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e a diversidade de sotaques. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 7-24, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n78/v27n78a01.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

PEIRANO, Marisa. Onde está a Antropologia? **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 67-102, Out. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2441.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

PEREZ, Alberto Julian. El poscolonialismo y la inmadurez de los pensadores hispanoamericanos. In: TORO, A.; TORO, F. (orgs.) **El debate de la postcolonialidad en Latinoamérica**. Madrid: Iberoamericana, 1999, p.199-213.

PINHO, Osmundo S. de Araujo. (1998). A Bahia no Fundamental: Notas para uma Interpretação Do Discurso Ideológico Da Baianidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo. v. 13, n. 36, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36osmundo.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

PINHO, Patricia de Santana. Descentrando os Estados Unidos nos estudos sobre negritude no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 59, p. 37-50, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a03v2059>>. Acessado em: 11 Set. 2018

PRAKASH, Gyan. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. **The American Historical Review**, Vol. 99. n. 5. 1994. p. 1475-1490

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-racionalidad". In: BONILLO, Heraclio (Org.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449

RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-193, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/09.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

_____. Biopolítica e Desenvolvimento? Foucault e Agamben sobre Estado, Governo e Violência. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 537-567, Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n2/0011-5258-dados-58-2-0537.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 147-165, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29766.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SANSONE, Livio. Negritudes e racismos globais? Uma tentativa de relativizar alguns dos novos paradigmas “universais” nos estudos da etnicidade a partir da realidade brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 227-237, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n8/0104-7183-ha-4-8-0227.pdf>>. Acessado em: 23 Set. 2018

_____. Multiculturalismo, Estado e modernidade: as nuances em alguns países europeus e o debate no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003, p. 535-556. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a05v46n3.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

- SALVATORE, Ricardo. The Postcolonial in Latin America and the Concept of Coloniality: A Historian's Point of View. **A Contracorriente**. Vol. 8, n. 1, 2010. p. 332-348. Disponível em:
<http://www.ncsu.edu/acontracorriente/fall_10/misc/Salvatore_debate.pdf>. Acessado em: 11 Set. 2018
- SANCHES, Manuela Ribeiro. Teorias itinerantes antes do pós-colonial: lugares, tempos, afiliações. In: BRUGIONI, E.; PASSOS, J.; SARABANDO, A.; Silva, M. **Itinerâncias: percursos e representações da pós-colonialidade**. Minho: Edições Humus, p. 19-37, 2012
- SANTOS, Emanuelle. O pós-colonial entre Norte e Sul: formulações teóricas, implicações políticas na batalha pela 'arma da teoria'. **Configurações: Revista de Sociologia**, Minho, n. 12, 2014
- SANTOS, Emanuelle; SCHOR, Patricia. Brazilian Poscolonialities. **Portuguese Cultural Studies**. n. 4. 2012
- SANTOS, Emanuelle; SCHOR, Patricia. Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis , v. 21, n. 2, p. 701-726, 2013
- SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/04.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- SCHWARZ, Henry. Mission Impossible: Introducing Postcolonial Studies in the US Academy. In: SCHWARZ, H; RAY, S. (Orgs.) **A Companion to Postcolonial Studies**. Malden: Blackwell, 2005. p. 1-21
- SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (orgs.). **The Anthropology of the State: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006
- SHOHAT, Ella. Notes on 'post-colonial'. In: MONGIA, Padmini. (Org.) **Contemporary Postcolonial Theory: A Reader**. Londres: Arnold, 1996, p. 321-334
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, Out. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 26/07/2016.

SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A coleção Ovimbundu do Museu Nacional, Angola 1929-1935. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2016 p. 493-518. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v22n2/1678-4944-mana-22-02-00493.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

TAVOLARO, Sergio B. F. A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n3/0011-5258-dados-57-03-0633.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

TEMBONG, Denis Fonge. The Ambiguous Status of Commonwealth Literature: A Critical Consideration. **International Journal of English and Education**. v. 3, n. 3, Jul. 2014. p. 455-467. Disponível em: <http://ijee.org/yahoo_site_admin/assets/docs/42.184154025.pdf>. Acessado em: 11 Set. 2018

VILLAS BOAS, Glaucia. A Recepção Controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5-33, Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n1/01.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

VISWANATHAN, Gauri. **Maks of Conquest: Literary Study and British Rule in India**. Nova York: Columbia University Press, 1989

_____. The Beginnings of English Literary Study in British India. In: ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN; Helen (Orgs.) **The Post-Colonial Studies Reader**. Londres e Nova York: Routledge, 1995. p. 431-437

5. ANEXOS

ANEXO 1 - Artigos selecionados para leitura e análise

ACSELRAD, Henri. Entre a lua e a rua: uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969-1973. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 7-35, Apr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n1/a01v18n1.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

AMARAL JR., Aécio. Relações perigosas: o imaginário freyriano no discurso governamental. **Tempo social**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 163-186, out. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v14n2/v14n2a09.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

ARAÚJO, Fábio Alves. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 37-64, dez. 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0037.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

_____.; GOMES, Lilian C. B.. Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 39-68, Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n1/a03v56n1.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**. Rio de Janeiro. v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v60n2/0011-5258-dados-60-2-0505.pdf>> Acessado em: 11 Set. 2018

BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 217-228, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a11v18n2.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

BARROS, Nelson Filice de; SILVA, Rafael Afonso da. Cientistas sociais no Sistema Único de Saúde. **Tempo Social**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 49-71, Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v27n1/0103-2070-ts-27-01-00049.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

BIRMAN, Patricia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80,

p. 55-69, Out. 2012 . Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a04.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

BORGES, Antonádia. Cães e preconceito na África do Sul: um diálogo entre Literatura e Etnografia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol. 23, n. 48, p. 225-252,

maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v23n48/0104-7183-ha-23-48-00225.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

CAMPOS, Tamara de Souza; CASTRO, Ronaldo Oliveira de. Um rosto na areia: o sujeito em Foucault. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 313-331, Dez. 2017. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000300313&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12 Set. 2018

CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, p. 151-171, Apr. 2012. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n1/a06v18n1.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

CARVALHO, Fátima Lampreia. Continuidade e inovação: conservadorismo e política da comunicação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.

147-162, Jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/008.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes**

Antropológicos, Porto Alegre, vol. 7, n. 15, p. 107-147, jul. 2001. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ha/v7n15/v7n15a05.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

CESARINO, Letícia. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto

Alegre, v. 20, n. 41, p. 19-50, Jun. 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n41/v20n41a02.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**. São Paulo, v.13 n.1, 2001, p. 143-158. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a10.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

_____. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo , v. 21, n. 60, Feb. 2006 . Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29764.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Reflexões sobre biopoder e pos-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 149-163, Abr. 2002. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n1/9644.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

DEBERT, Guita Grin. Arenas de conflito em torno do cuidado. **Tempo Social**, São

- Paulo, v. 26, n. 1, p. 35-45, jun. 2014 . Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/03.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- DIAZ-BENITEZ, María Elvira. O Espetáculo da humilhação: fissuras e limites da sexualidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 65-90, Apr. 2015. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v21n1/0104-9313-mana-21-01-00065.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018
- DOMINGUES, José Maurício. Democracia e dominação: uma discussão (via Índia) com referência à América Latina (Brasil). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 551-579, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n3/01.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- DOMINGUES, Petrônio. (2013). Como se fosse um bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 28, n. 81, p. 155-170. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/10.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- FONSECA, C.; JARDIM, D.; SCHUCH, P.; MACHADO, H. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 9-34, jul./dez, 2016. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0009.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- FORTES, Alexandre. "Miríades por toda a eternidade": a atualidade de E. P. Thompson. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 197-215, Jun. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30014.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- GIUMBELLI, Emerson. A modernidade do Cristo Redentor. **Dados**, Rio de Janeiro, Vol. 51, n.1, 2008, p. 75-105. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a03v51n1.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- GOMES, Mariana Selister. O imaginário social <mulher brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, 2013, p. 867-900. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n4/v56n4a05.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- GUTTERRES, Anelise dos Santos. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 179-209, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v22n1/1678-4944-mana-22-01-00179.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018
- JARDIM, Denise Fagundes. "As mulheres voam com seus maridos": a experiência da diáspora palestina e as relações de gênero. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.

15, n. 31, p. 189-217, Jun. 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n31/a08v1531.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

LEIRNER, Piero C.. A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 59-89, Apr. 2009.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n1/03.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a07v53n3.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

LIMA, Roberto. Um rio são muitos: de aventura e antropologia Rio São Francisco.

Tempo Social, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 147-170, nov. 2000. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v12n2/v12n2a11.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

LOPES, Thiago da Costa; MAIO, Marcos Chor. Comunidade e democracia na sociologia de T. Lynn Smith e José Arthur Rios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/1806-9053-rbcsoc-3295162017.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

LOPEZ, Laura Cecilia. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, 2015, p. 301-330. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n43/0104-7183-ha-21-43-0301.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

LOSEKANN, Cristiana. Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 311-349, Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n2/03.pdf>>.

Acessado em: 11 Set. 2018

MAIA, João Marcelo Ehlert. Pensamento brasileiro e teoria social: Notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 24, no 71, out. 2009, pp. 156-196. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n71/v24n71a11.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

_____. A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 79-97, Nov. 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n2/a05v25n2.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

MIZRAHI, Mylene. Indumentária funk: a confrontação da alteridade colocando em diálogo o local e o cosmopolita. **Horizontes Antropológicos**., Porto Alegre, v. 13, n. 28,

p. 231-262, Dec. 2007. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a10v1328.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

MONTEIRO, Pedro Meira. O modernismo entra em campo: o caso Wisnik. **Tempo**

Social, São Paulo , v. 22, n. 2, p. 187-216, Dec. 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v22n2/v22n2a10.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

MONTENEGRO, Silvia M. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 8, n. 1, 2002, p. 63-91. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n1/9641.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a

política de protesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 26, n. 76,

jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n76/08.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

OLIVAR, José Miguel Nieto. "... O QUE EU QUERO PARA MINHA FILHA": RUMOS DE (IN)DEFINIÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL NO BRASIL. **Mana**, Rio de

Janeiro , v. 22, n. 2, p. 435-468, Aug. 2016. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v22n2/1678-4944-mana-22-02-00435.pdf>>. Acessado em: 12 Set. 2018

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e

territórios. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 125-161, Apr. 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a05v20n1.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e a diversidade de sotaques. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **São Paulo**, v. 27, n. 78, p. 7-24, fev. 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n78/v27n78a01.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

PEIRANO, Marisa. Onde está a Antropologia?. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 67-

102, Out. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2441.pdf>>.

Acessado em: 11 Set. 2018

PINHO, Osmundo S. de Araujo. (1998). A Bahia no Fundamental: Notas para uma

Interpretação Do Discurso Ideológico Da Baianidade. **Revista Brasileira de Ciências**

Sociais, São Paulo. v. 13, n. 36, 1998. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36osmundo.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

PINHO, Patricia de Santana. Descentrando os Estados Unidos nos estudos sobre negritude no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 59, p. 37-50, 2005.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a03v2059>>. Acessado em: 11 Set. 2018

PONTES, Heloisa. Cidades, cultura e gênero. **Tempo Social**, São Paulo , v. 28, n. 1, p. 7-27, Apr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v28n1/1809-4554-ts-28-01-00007.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-193, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/09.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

_____. Biopolítica e Desenvolvimento? Foucault e Agamben sobre Estado, Governo e Violência. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 58, n. 2, p. 537-567, Jun. 2015 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n2/0011-5258-dados-58-2-0537.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo , v. 21, n. 60, p. 147-165, fev. 2006 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29766.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a12v18n2>>. Acessado em: 11 Set. 2018

SANSONE, Livio. Negritudes e racismos globais? Uma tentativa de relativizar alguns dos novos paradigmas “universais” nos estudos da etnicidade a partir da realidade brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre , v. 4, n. 8, p. 227-237, Jun. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n8/0104-7183-ha-4-8-0227.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

SANSONE, Livio. Multiculturalismo, Estado e modernidade: as nuances em alguns países europeus e o debate no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2003, p. 535-556. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a05v46n3.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 77-105, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/04.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

SILVA, Jerônimo da S. e; PACHECO, Agenor Sarraf. Diásporas de encantados na Amazônia Bragantina. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 129-156, Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n43/0104-7183-ha-21-43->

0129.pdf>. Acessado em: 11 Set. 2018

SOARES, Mariza de Carvalho; AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A coleção Ovimbundu do Museu Nacional, Angola 1929-1935. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2016 p. 493-518. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v22n2/1678-4944-mana-22-02-00493.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

TAVOLARO, Sergio B. F. A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada: Desafios Teóricos Contemporâneos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n3/0011-5258-dados-57-03-0633.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

TOPEL, Marta F.. Terra Prometida, exílio e diáspora: apontamentos e reflexões sobre o caso judeu. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 331-352, Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n43/0104-7183-ha-21-43-0331.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

VELHO, Otávio. Papo de aposentado. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 371-384, Aug. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v19n2/a06v19n2.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

VILLAS BOAS, Glaucia. A Recepção Controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 5-33, Mar. 2014. Available from <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n1/01.pdf>>. Acessado em: 11 Set. 2018

ANEXO 2 - Referências pós-coloniais encontradas nos artigos lidos

ABU-LUGHOD, L. Do Muslim Women really need saving? anthropological reflections on cultural relativism and its others. **American Anthropologist**, v. 104, n. 3, p. 783-790, 2002a.

ABU-LUGHOD, L. El matrimonio del feminismo y el islamismo en Egipto: el repudio selectivo como dinámica de la política cultural postcolonial. In: ABU-LUGHOD, L. (Org.). **Feminismo y modernidad en Oriente Próximo**. Madrid: Cátedra, 2002b. p. 355-394.

ABU-LUGHOD, L. Writing against culture. In: FOX, R. (Ed.). **Recapturing anthropology**. Santa Fe: School of American Research, 1991. p. 137-162.

ABU-LUGHOD, Lila. 1993. **Writing Women's Worlds**. Bedouin Stories. Berkeley: University of California Press.

ACHEBE, Chinua. An Image of Africa: Racism in Conrad's Heart of Darkness. In: **HOPES and Impediments: Selected Essays**. New York: Doubleday, 1989.

AHMAD, Aijaz. (1994), "Orientalism and after", in Patrick Williams e Laura Chrisman (orgs.), **Colonial discourse and postcolonial theory**, Nova York, Columbia University Press, pp. 162-171

AHMAD, Aijaz. Primeiras impressões sobre a etnologia indígena na Austrália. In: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

AHMAD, Aijaz. 1995. "Postcolonialism: What's in a Name?". In: R. de la Campa, E. Kaplan e M. Sprinker (eds.), **Late Imperial Culture**. London: Verso. pp. 11-32.

- AHMAD, Aijaz. **Theory: Classes, Nations, Literatures**. London: Verso, 1992
10. AHMAD, Aijaz. (2002), **Linhagens do Presente**. São Paulo, Boitempo Editorial.
- ALATAS, Syed Farid. (2003), “Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences”. **Current Sociology**, vol. 51, no 6, pp. 599-613.
- AMIN, Samir. (1989), **Eurocentrism**. Londres, Zed Books.
- APPADURAI, A. (2006), **Fear of small numbers: an essay on the geography of anger**. Durham, Duke University Press.
- APPADURAI, Arjun. (1997), **Modernity at Large**. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- APPADURAI, A. On moving targets. **Public Culture**, New York, v. 2, n. 1, p. i-iv, 1989. // BHABHA, H. Location of culture. London: Routledge, 1994
- APPIAH, Kwame Anthony. (1997), **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro, Contraponto.
- APPIAH, A. K. Race, culture, identity: misunderstood connections. In: APPIAH, A. K.; GUTMAN, A. **Color conscious: the political morality of race**. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 30-105
- ASAD, Talad (ed.). (1973), **Anthropology & the colonial encounter**. Londres, Ithaca Press.
- ASAD, T. On torture, or cruel, inhuman and degrading treatment. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Org.). **Social suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 285-308.
- ASAD, Talal. 2004. “Where are the margins of the state?”. In: Veena Das & Deborah Poole (eds.), **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fe, NM: SAR Press. pp. 279-288
- ASAD, Talal. 1979. “Anthropology and the Analysis of Ideology”. *Man*, 4: 607-627.
- ASHCROFT, Bill & AHLUWALIA, Pal. (1999), **Edward Said: the paradox of identity**. Londres/Nova York, Routledge.

- BEN-ARI, Eyal. (1999), "Colonialism, anthropology and the politics of professionalization", in Jan van Bremen e Akitoshi Shimizu (orgs.), **Anthropology and colonialism in Asia and Oceania**, Hong Kong, Curzon, pp. 382-409
- BHABHA, Homi. (1994), **The Location of Culture**. London/New York, Routledge
- BHABHA, Homi. (1992), "A questão do `outro': diferença, discriminação e o discurso do colonialismo", in H.B.de Hollanda (org.), **Pós-modernismo e política**, Rio de Janeiro, Rocco.
- BHABHA, Homi. (s/d.), **Nation and narration**. Londres/Nova York, Routledge.
- BHABHA, Homi. (1995), "Cultural difference and cultural diversity, in B. Ashcroft, G. Griffiths e H. Tiffin (eds.), **The postcolonial studies reader**, Londres/Nova York, Routledge.
- BHABHA, Homi. (1996), "Culture's in-between", in S. Hall e Paul du Gay (eds.), **Questions of cultural identity**, Londres, Sage, pp. 53-60.
- BHABHA, Homi. The World and the Home. In: **Social Text**, v. 31/32, p. 141-153, 1992
- BHAVNANI, Kum-Kum (org.). (2001), **Feminism and "race"**. Oxford, Oxford University Press.
- BRAH, A. **Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.
- BRAH, Avtar. (2006), "Diferença, Diversidade, Diferenciação". **Cadernos Pagu**, vol.26, pp. 329-376
- BRIGG, Morgan. (2002), "Post-development, Foucault and the Colonisation Metaphor". **Third World Quarterly**, vol. 23, no 3, pp. 421-436.
- BUCK-MORSS, Susan. (2000), **Dreamworld and Catastrophe: The Passing of Mass Utopia in East and West**. Cambridge, MIT Press.
- CAIRO, Heriberto. (2009), "La Colonialidad y la Imperialidad en el Sistema-mundo". **Vento Sur**, no 100, pp. 237-242.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. (2005), **La Poscolonialidad Explicada a los Niños**. Bogotá, Universidad del Cauca/Instituto Pensar.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago, GROSFOGUEL, Ramón (org.). (2007), **El Giro Decolonial: Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global**. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. (2000) Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la 'invención del otro'. In: LANDER, Edgardo (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, CLACSO.

CÉSAIRE, Aimé. (1955) **Discours sur le colonialisme**. Paris, Présence Africaine.

CESARINO, Letícia. (2012), "Anthropology of Development and Challenge of South-South Cooperation". **Vibrant**, vol. 9, no 1, pp. 509-537.

CHAKRABARTY, Dipesh. (2007), "'In the Name of Politics': Democracy and the Power of the Multitude in India", in D. Chakrabarty, R. Majumdar e A. Sartori (eds.), **From the Colonial to the Postcolonial**. India and Pakistan in Transition. Oxford, Oxford University Press

CHAKRABARTY, Dipesh. (1997), "Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for 'Indian' Pasts?", in P. Mongia (org.), **Contemporary Postcolonial Theory: A Reader**. New Delhi, Oxford University Press, pp. 223-247.

CHAKRABARTY, Dipesh. 2009. "The climate of history: four theses". **Critical Inquiry**, 35:197-222.

CHAKRABARTY, Dipesh. (2000), **Provincializing Europe**. Princeton, Princeton University Press.

CHAKRABARTY, Dipesh. (2002), **Habitations of modernity: essays in the wake of subaltern studies**. Chicago, University of Chicago Press

CHAKRABARTY, Dipesh. (1997), "Time of history and time of gods". In: LOWE, Lisa & LLOYD, David (orgs.). **The politics of culture in the shadow of capital**. Durham/Londres, Duke University Press, pp. 35-60.

CHANDHOKE, Neera. (2002), "The Limits of Civil Global Society", in M. Glasius; M. Kaldor; H. Anheier (eds.), **Global Civil Society Yearbook 2002**. Disponível em <<http://www.lse.ac.uk/Depts/global/yearbook02chapters.htm>>. Acessado em agosto de 2005.

- CHATTERJEE, Partha. (1986), **Nationalist Thought and the Colonial World**. A Derivative Discourse. Minneapolis, University of Minneapolis Press.
- CHATTERJEE, Partha (1993), **The Nation and its Fragments**. Colonial and Postcolonial Histories. Princeton, Princeton University Press.
- CHATTERJEE, Partha. (1998), "Secularism and Toleration", in P. Chatterjee, **A Possible India**. Essays in Political Criticism. Nova Delhi, Oxford University Press.
- CHATTERJEE, Partha. (2004), **The Politics of the Governed**. Reflections on Popular Politics in Most of the World. New York, Columbia University Press.
- CHATTERJEE, Partha. (2005), "Sovereign violence and the domain of the political", in T. Hansen e F. Stepputat (eds.), **Sovereign bodies: citizens, mi- grants, and States in the postcolonial world**. Princeton, Princeton University Press, pp. 82-100.
- CHATTERJEE, Partha. (2008), "Gramsci nel Ventunesimo Secolo". **Studi Culturali**, no 2.
- CHATTERJEE, Partha. (2008), **La Nación en Tiempo Heterogéneo**. Buenos Aires, Siglo Veinteuno
- COETZEE, J. M. **Disgrace**. London: Vintage Books, 2000.
- CONNELL, Raewyn. (1998), "Masculinities and Globalization". **Men and Masculinities**, vol. 1, no 1, pp. 3-23.
- CONNELL, Raewyn (2012), "A Iminente Revolução na Teoria Social". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.27, no 80, pp. 9-20
- Connell, Raewyn. (2007), **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social sciences**. London, Polity Press.
- COOPER, Frederick. 2005. "Condições análogas à escravidão. Imperialismo e ideologias da mão de obra livre na África". In: Frederick Cooper, Thomas C. Holt & Rebecca J. Scott (orgs.), **Além da escravidão**. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 201-270.
- CORBRIDGE. Stuart. (1994), "Post-marxism and post-colonialism: the needs and rights of distant strangers", in D. Booth (ed.), **Rethinking social development: theory, research and practice**, Malaysia, Longman Scientific & Technical, pp. 90-117.

CORONIL, Fernando. (2005), “Natureza do Pós-Colonialismo: Do Eurocentrismo ao Globocentrismo”, in E. Lander (org.), **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires, Clacso, pp. 105-132.

CORONIL, Fernando. (2004), “Latin American postcolonial studies and global decolonization”, in N. Lazarus (org.), **The Cambridge Companion to postcolonial literary studies**, Cambridge, Cambridge University Press.

CORONIL, F. 1992. “Can Postcoloniality Be Decolonized? Imperial Banality and Postcolonial Power”. **Public Culture**, 5:99-111.

COSTA, Sergio. (2006), “Desprovincializando a teoria social: a contribuição pós-colonial”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 21 (60): 117-134.

COSTA, Sérgio. (2004), “Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva”. **Tempo Social**, 16 (2): 73-100.

CURIEL, O. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, Bogotá, n. 26, p. 92-101, abr. 2007

DAS, Veena. 1977. **Structure and Cognition: Aspects of Hindu Caste and Ritual**. Delhi: Oxford University Press.

DAS, Veena. 1995a. **Critical Events**. An Anthropological Perspective on Contemporary India. Delhi: Oxford University Press.

DAS, Veena. 1995b. “Voice as Birth of Culture”. **Ethnos**, 60(3-4):159-179.

10. DAS, Veena. 1992 [1988]. “Science and violence in popular fiction: four novels of Ira Levin”. In: Ashis Nandy (org.), **Science, hegemony and violence: a requiem for modernity. Tóquio e Delhi: The United Nations University/ Oxford University Press**. pp. 211-31.

DAS, Veena & NANDY, Ashis. 1985. “Violence, victimhood and the language of science”. **Contributions to Indian Sociology**, 19:177-95.

DAS, Veena & POOLE, Deborah (orgs.). 2004. **Anthropology in the margins of the State**. New Delhi: Oxford University Press

DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Trad. Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 9-41, jul./dez. 2011.

- DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. Revisão técn. Mariza Peirano. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 14, n. 40, p. 31-42, jun. 1999
- DAS, Veena. 2007. **Life and words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press.
- DAVIES, Carole Boyce. (1999), “Beyond unicentricity: transcultural black presences”. **Research in African Literature**, 30 (2): 96- 109.
- DEVI, Mahasweta Draupadi. In: SPIVAK, Gayatri. **In Other Worlds: Essays in Cultural Politics**. London: Routledge, 1988.
- DEVI, Mahasweta Draupadi. **Imaginary Maps: Three Stories**. London: Routledge, 1995.
- DIETRICH, Anette. (2000), *Diferenz und Identität im Kontext Postkolonialer Theorien – Eine feministische Betrachtung*. Berlim, Logos
- DIRLIK, Arif. (2003), “Global Modernity? Modernity in an Age of Global Capitalism”. **European Journal of Social Theory**, vol.6,no 3, pp. 275-292.
- DIRLIK, A. 1994. “The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism”. **Critical Inquiry**, 20(2):328-356.
- DOMINGUES, José Maurício. (2009), “Global modernization, ‘coloniality’, and a critical sociology for contemporary Latin America”. **Theory, Culture and Society**, 26 (1): 112-133.
- DOMINGUES, José Maurício. (2011), **Teoria Crítica e (Semi)periferia**. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- DOMINGUES, José Maurício. (2013), **Modernidade Global e Civilização Contemporânea: Para uma Renovação da Teoria Crítica**. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- DOMINGUES, José Maurício. (2009), **A América Latina e a Modernidade Contemporânea: Uma Interpretação Sociológica**. Belo Horizonte, UFMG Editora.
- DUSSEL, Enrique. (2005), “Europa, Modernidade e Eurocentrismo”, in E. Lander (org.), **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires, Clacso, pp. 55-70
- DUSSEL, Enrique. (1998), **La ética de la liberación ante el desafío de Apel, Taylor y Vattimo**. México, Universidad Autónoma.

DUSSEL, Enrique (Org.). **Debate en torno a la ética del discurso de Apel**: Diálogo filosófico Norte-Sur desde América Latina. Mexico: Siglo Veintiuno, 1994.

DUSSEL, Enrique. (1993), **1492: O Encobrimento do Outro** (A Origem do Mito da Modernidade). Petrópolis, Vozes.

ESCOBAR, Arturo. (1995), **Encountering Development**: The Making and Unmaking of the Third World. Princeton, Princeton University Press.

ESCOBAR, Arturo. (2000), "El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?", in E. Lander (org.), **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Flacso, pp. 113-143.

ESCOBAR, Arturo. (2008), **Territories of difference**: place, movements, life, redes. Durham, Duke University Press.

ESCOBAR, Arturo. (2010), "Latin America at crossroads: alternative modernizations, post-neoliberalism, or post-development". **Cultural Studies**, 24 (1): 1-65.

ESCOBAR, Arturo. (1996), **La invención del tercer mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Santa Fé de Bogotá, Norma.

ESCOBAR, Arturo. (2003), "Mundos y Conocimientos de Otro Modo: El Programa de Investigación Modernidad/Colonialidad Latinoamericano". **Tabula Rasa**, no 1, pp. 51-86.

ESCOBAR, Arturo. (2004), "Beyond the Third World: Imperial Globality, Global Coloniality, and Anti-Globalization Social Movements". **Third World Quarterly**, vol. 25, no 1, pp. 207-230.

ESCOBAR, Arturo. (1984), "Discourse and Power in Development: Michel Foucault and the Relevance of his Work to the Third World". **Alternatives**, vol. 10, pp. 377-400.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FANON, Franz. (1961), *Les Damnés de la terre*. Paris, Maspéro. GATES JR., Henry Louis. 1991. "**Critical Fanonism**". *Critical Inquiry*, 17(3): 451-465.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001

GILROY, Paul. 1987. **There Ain't No Black in the Union Jack** – The Cultural Politics of Race and Nation. Chicago: The University of Chicago Press.

GILROY, Paul. 1993b. **Small Acts** – Thoughts on the Politics of Black Cultures. London: Serpent Tail.

GILROY, Paul. 2000a. “**Black Facism**”. *Transition*, 81/82:70-91.

GIRI, B. P. Diasporic postcolonialism and its antinomies. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, Toronto, v. 14, n. 2, p. 215-235, 2005.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (2006), “Colonialismo Interno [Una Redefinición]”, in A. Boron et al. (orgs.), **La Teoría Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas**. Buenos Aires, Clacso.

GORDON, Lewis R. (2008), **Prefácio de Peles Negras, Máscaras Brancas**. Salvador, Edufba.

GORDON, Lewis R. (2009), “Fanon y el Desarrollo: Una Mirada Filosófica”, in W. Mignolo (org.), **La Teoría Política en la Encrucijada Descolonial**. Buenos Aires, Del Signo.

GROSGOUEL, Ramon. (1997), “Colonial Caribbean Migrations to France, the Netherlands, Great Britain and the United States”. **Ethnic and Racial Studies**, vol. XX, nº3, pp. 594-612.

GROSGOUEL, Ramon. (2008), “Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: **Transmodernidade**, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no 80, pp. 115-147.

GROSGOUEL, Ramon. (2013), “Entrevista Analéctica”. **Revista Eletrônica de Pensamento Crítico**. Disponível em <<http://www.analectica.org/entrevista-a-ramon-grosfoguel/>>. Acessado em: agosto, 2014.

GRIMM, Sabine. (1997), “Postkoloniale Kritik. Edward Said, Gayatri C. Spivak, H. Bhabha”. **Die Beute**, 14: 48-61.

GUHA, Raja. (1983), **Elementary aspects of peasant insurgency in colonial India**. Delhi, Oxford University Press.

GUHA, Ranajit. 1997. **Domination without hegemony: history and power in colonial India**. Cambridge: Harvard University Press.

GUHA, R. (1988), The prose of counter- insurgency, in R. Guha e G. Spivak, **Selected subaltern studies**, Oxford, Oxford University Press

GUHA, Ranajit (Ed.). **A Subaltern Studies Reader**. 1986-1995. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

GUHA, Ranajit e SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 1988. **Selected Subaltern Studies**. Oxford: Oxford University Press.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Discipline and practice: the “eld” as site, method and location in anthropology. In: GUPTA, A.; FERGUSON, J. **Anthropological locations: boundaries and grounds of a eld science**. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 1-46.

GUPTA, A. **Red tape: bureaucracy, structural violence, and poverty in India**. Durham: Duke University Press, 2012

HALL, Stuart. (2006), **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade** (11ª ed.). Rio de Janeiro, DP&A Editora.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

HALL, Stuart. (1995), "A questão da identidade cultural". **Texto Didático**, Campinas, IFCH/Unicamp, mimeo.

HALL, Stuart. (1992), “What is this ‘black’ in black popular culture?”, in Gina Dent (ed.), **Black popular culture**, Seattle, Bay Press, pp. 21-36.

HALL, Stuart. (1996), “New ethnicities”, in David Morley e Kuan-Hsing Chen (ed.), **Stuart hall: critical dialogues in cultural studies**. Londres, Routledge, pp. 441-449.

HALL, Stuart. (1996a), “The West and the rest: discourse and power”, in Hall et al. (orgs.), **Modernity: introduction to the modern societies**, Oxford, Blackwell, pp. 185- 227

HALL, Stuart. (1996b), “On postmodernism and articulation”. Interview editada por Lawrence Grossberg, in D. Morley e Kuan-Hsing Chen (eds.), **Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies**. Londres/Nova York, Routledge, pp. 131-150.

HALL, Stuart. (1996c), “New ethnicities”, in D. Morley e Kuan-Hsing Chen (eds.), **Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies**. Londres/Nova York, Routledge, pp. 441-450

HALL, Stuart. (1996e), “Introduction: who needs ‘identity’?”, in S. Hall e Paul du Gay (eds.), **Questions of cultural identity**, Londres, Sage, pp. 1-17.

- HALL, Stuart. (1997a), "Wann war der Postkolonialismus?", in E. Bronfen et al. (orgs.), *Hybride Kulturen. Beiträge zur anglo-amerikanischen Multikulturalismus debatte*, Tübingen, Stauffenburg, pp. 218-246.
- HALL, Stuart. (1997b), "The work of representation", in S. Hall (ed.), **Representation: cultural representations and signifying practices**, Londres, Sage/Open University, pp. 13-74.
- HALL, Stuart. (1997c), "The spectacle of the 'Other'", in S. Hall (ed.), **Representation: cultural representations and signifying practices**, Londres, Sage/Open University, pp. 223-290.
- HALL, Stuart. (1997d), "The local and the global: globalisation and ethnicity", in A. McClintock et al. (eds.), **Dangerous liaisons: gender, nation and postcolonial perspectives**, Mineapolis, University of Minnesota, pp. 173-187.
- HALL, Stuart. (2000), *Cultural Studies. Ein politisches Theorieprojekt. Ausgewählte Schriften 3* (ed. por Nora Rächtzel). Hamburg, Argument Verlag.
- HALL, Stuart. *Cultural Identity and Diaspora*. In: MONGIA, Padmini (Org.). **Contemporary Postcolonial Theory: A Reader**. London: Arnold, 1996.
- KÜSTER, Sybille. (1998), "Wessen Postmoderne? Facetten postkolonialer Kritik", in Gudrun-Axeli Knapp (org.), **Kurskorrekturen: Feminismus zwischen kritischer Theorie und Postmoderne**. Frankfurt/M., Campus.
- LANDER, Edgardo. (2006), "Marxismo, Eurocentrismo e Colonialismo", in A. Boron et al. (orgs.), **A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas**. Buenos Aires, Clacso.
- LANDER, Edgardo. (2000) *Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos*. In: _____. (comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, CLACSO.
- LOOMBA, Ania. (2005), **Colonialism/Postcolonialism**. New York, Routledge.
- LUGONES, María. (2008), "Colonialidad y Género". **Tabula Rasa**, no 9, pp. 73-101.
- MAFEJE, Archie. (2001), "Anthropology in post- independence Africa: end of an era and the problem of self-redefinition", in **African social scientists reflections**. Part 1, Nairobi, Heinrich Boll Foundation.

- MAFEJE, A. The role of the bard in a contemporary African community. **Journal of African Languages**, v. 6, parte 3, p. 193-223, 1967.
- MAFEJE, A. **The theory and ethnography of African social formations: the case of the interlacustrine kingdoms**. Dakar: Codesria, 1991.
- MAIA, João Marcelo. (2009), “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 24 (71): 155-168
- MAIA, João Marcelo E. (2011), “Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro”. **Sociedade e Estado**, 26 (2): 71-94.
- MAMDANI, M. **Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MARROUCHI, Moustapha. Counternarratives, Recoveries, Refusals. **Boundary 2**, v. 25, n. 2, p. 205-257, 1998.
- MBEMBE, Achille. (2003), “Necropolitics”. **Public Culture**, 15 (1): 11-40.
- MBEMBE, A. African modes of self-writing. **Public Culture**, Durham, v. 14, n. 1, p. 239-273, Winter 2002.
- MCCLINTOCK, Anne. (2010), **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial** Campinas, Editora da Unicamp.
- McCLINTOCK, Anne. 1993. “Maid to order. Commercial S/M and gender power”. In: Pamela Church & Roma Gibson (orgs.), **Dirty looks**. Women, pornography, power. London: British Film Institute. pp. 207-231
- MCLENNAN, Gregor. (2000), “Sociology’s eurocentrism and the ‘Rise of the West’ revisited”. **European Journal for Social Theory**, 3 (3): 275-292.
- MCLENNAN, Gregor. (2003), “Sociology, eurocentrism, and postcolonial theory”. **European Journal for Social Theory**, 6 (1): 69-86
- MEHTA, Uday. 1997. “The Essential Ambiguities of Race and Racism”. **Political and Social Theory**, 11:235-246.
- MELLINO, Miguel. (2008), **La crítica Pós-colonial: Descolonización, Capitalismo y Cosmopolitismo en los Estudios Poscoloniales**. Buenos Aires, Paidós.

MEMMI, Albert. (1967) **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

MENCHU, Rigoberta. **Me llamo Rigoberta Menchu y así me nació la conciencia**. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

MIGNOLO, Walter. (1995), **The darker side of the Renaissance**: literacy, territoriality, and colonization. Ann Arbor, University of Michigan Press.

MIGNOLO, Walter. (2004), **Histórias Locais/Projetos Globais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG

MIGNOLO, Walter. (2000), “(Post)Occidentalism, (Post)Coloniality, and (Post)Subaltern Rationality”, in F. Afzal-khan e K. Seshadi-Crooks (eds.), **The Pre-Occupation of Post-colonial Studies**. Durham/London, Duke University Press, pp. 86-118.

MIGNOLO, Walter. (2005), **The Idea of Latin America**. Oxford, Blackwell.

MIGNOLO, Walter; GROSGOUEL, Ramón. (2008), “Intervenciones Descoloniales: Una Breve Introducción”. **Tabula Rasa**, no 9, pp. 29-37

MIGNOLO, Walter. (1993), “Colonial and postcolonial discourse: cultural critique or academic colonialism?”. **Latin America Research Review**, 28 (3): 120- 134.

MIGNOLO, Walter. (1996), “La razón pós-colonial”. **Gragoatá**, 1: 7-29, Niterói.

MIGNOLO, Walter & TLESTANOVA, Madina. (2006), “Theorizing from the borders: shifting to geo and body-politics of knowledge”. **European Journal of Social Theory**, 9 (2): 205-221.

MIGNOLO, Walter. Are subaltern studies postmodern or postcolonial? The politics and sensibilities of geo-cultural locations. **Disposition**, v. 46, p. 45- 73, 1994.

MIGNOLO, Walter. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In: STEPHAN, Beatriz González (Org.). **Cultura y Tercer Mundo**: 1. Cambios en el Saber Académico. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996. p. 99-136.

MIGNOLO, Walter. Posoccidentalismo: el argumento desde América Latina. **Cuadernos Americanos**, Nueva Época, Mexico, v, 1, n. 67, , p. 143-165, enero/feb. 1998.

MIGNOLO, Walter. (2010), **Desobediencia Epistémica**: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad. Buenos Aires, Del Signo.

- MIGNOLO, Walter. (2008), “Hermenéutica de la Democracia: El Pensamiento de los Límites y la Diferencia Colonial”. **Tabula Rasa**, Bogotá, no 9.
- MIGNOLO, W. (2000), “The many faces of cosmo-polis: border thinking and critical cosmo-politanism”. **Public Culture**, 12 (3): 721-748.
- MOORE-GILBERT, Bart. **Postcolonial Theory: Context, Practices, Politics**. London: Verso, 1997.
- NANDY, Ashis. 1983. **The Intimate Enemy**. Loss and Recovery of Self under Colonialism. Delhi: Oxford University Press.
- NANDY, Ashis. (2002), **Time Warps**. Silent and Evasive Pasts in Indian Politics and Religion. New Brunswick, Rutgers University Press
- NANDY, Ashis. 1992 [1988]. “Introduction: science as a reason of state”. In: Ashis Nandy (org.), **Science, hegemony and violence: a requiem for modernity**. Tóquio e Delhi: The United Nations University/ Oxford University Press. pp. 1-23.
- NANDY, Ashis. 2007a. “Shamans, savages, and the wilderness: on the audibility of dissent and the future of civilizations”. In: **Time treks: the uncertain future of old and new despotisms**. Ranikhet (India): Permanent Black. pp. 173-195.
- NANDY, Ashis. 2007b. “The twentieth century: the ambivalent homecoming of homo psychologicus”. In: **Time treks: the uncertain future of old and new despotisms**. Ranikhet (India): Permanent Black. pp. 1-22.
- NANDY, Ashis. 2011 [2004]. “Towards a Third World utopia”. In: **Bonfire of creeds: the essential Ashis Nandy**. New Delhi: Oxford University Press. pp. 440-469.
- NANDY, Ashis. 2012 [2003]. **The romance of the State and the fate of dissent in the tropics**. New Delhi: Oxford University Press.
- NANDY, Ashis; SARDAR, Z.; DAVIES, M.W. & ALVARES, C. 1993. **The blinded eye; 500 years of Christopher Columbus**. Goa (India)/ New York: The Other India Press/ The Apex Press.
- NGUGI WA THIONG’O. **Decolonizing the Mind**. London: Heineman, 1981.
- NGUGI WA THIONG’O. **Devil on the Cross**. London: Heineman, 1982
- NGUGI WA THIONG’O. **Matigari**. London: Heineman, 1989.

NIRANJANA, Tejaswini. **Siting Translation: History, post-structuralism and the colonial context.** Berkeley: University of California Press, 1992.

NKRUMAH, Kwame. (2014) [1965], **Neo-Colonialism, Last Stage of Imperialism.** Disponível em <<http://www.marxists.org/subject/africa/nkrumah/neo-colonialism/>>. Acessado em fevereiro de 2014.

NKWI, Paul Nchoji. (2006), “Anthropology in a post-colonial Africa: the survival debate”, in Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (orgs.), **World anthropologies: disciplinary transformations in systems of power**, Oxford, Berg Publishers.

OTO, A. de. Apuntes sobre historia y cuerpos coloniales: algunas razones para seguir leyendo a Fanon. **Worlds & Knowledges Otherwise**, Durham, v. 1, n. 3, 2006

OTO, Alejandro de (org.). (2012), **Tiempos de Homenajes/Tiempos Descoloniales: Frantz Fanon.** Buenos Aires, Del Signo.

PANDEY, Gyanendra. 1995. “Voices from the Edge: The Struggle to Write Subaltern Histories”. **Ethnos**, 60(3-4): 223-242.

PATEL, Sujata. (2006), “Introduction. Urban studies: an exploration in theories and practices”. In: Patel, Sujata & DeB, Kushal (orgs.). **Urban studies.** New Delhi, Oxford University Press, pp. 1-38.

PATHAK, Archana. (2013) “Musings on postcolonial autoethnography”. In: HOLMAN, Stacy Jone; ADAMS, Tony E. & ELLIS, Carolyn (orgs.) **Handbook of autoethnography.** Walnut Creek, CA, Left Coast Press

PHILIPS, John. (1999), “Lagging behind: Bhabha, post-colonial theory and the future”, in S. Clark (org.), **Travel writing & empire: post-colonial theory in transit**, Londres/Nova Jersey, Zed Books, pp. 63-80.

PIETERSE, Jan N. & PAREKH, Bhiku. (1995), “Shifting imaginaries: decolonization, internal decolonization, postcoloniality”, in J. Nederveen Pieterse e B. Parekh (orgs.), **The decolonization of imagination: culture, knowledge and power**, Londres/Nova Jersey, Zed Books, pp. 1-20.

PRAKASH, Gyan. 1994. “Subaltern Studies as Postcolonial Criticism”. **The American Historical Review**, 5:1475- 1490.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. (1997), “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina”. **Anuario Mariateguiano**, 9: 113-121

QUIJANO, Aníbal (org.). (1991), **Jose Carlos Mariátegui: textos básicos**. México, Fondo de Cultura Económica.

QUIJANO, Anibal. (2005), "**Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**". *Estudos Avançados*, 19 (55): 9-31.

QUIJANO, Aníbal. (1989), “The Paradoxes of Modernity in Latin America”. **International Journal of Politics, Culture and Society**, vol. 3, nº 2, pp. 147-177

QUIJANO, Aníbal. (1992), **Colonialidade e Modernidade-racionalidade**. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acessado em março, 2011

QUIJANO, Anibal. (2000), “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. **Journal of World-Systems Research**, vol. 11, no 2, pp. 342-386.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. (1992), “La Americanidad como Concepto, o América en el Moderno Sistema Mundial”. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, vol. XLIV, no 4, pp. 583-591.

RAJ, Kapil. (2007), **Relocating modern science: circulation and the construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900**. Houndmills/Nova York, Palgrave Macmillan.

RAJAN, R. S. 1997. “The Third World Academic in Other Places; or, the Postcolonial Revisited”. **Critical Inquiry**, 23(3):596-616.

RANDERIA, Shalini. (2000), “Jenseits von Soziologie und soziokultureller Anthropologie: Zur Ortbestimmung der nicht-westlichen Welt in einer zukünftigen Sozialtheorie”, in U. Beck e A. Kieserling (orgs.), **Ortsbestimmung der Soziologie: Wie die kommenden Generation Gesellschaftswissenschaften betreiben will**. Baden-Baden, Nomos, pp. 41-50.

- RESTREPO, Eduardo & ESCOBAR, Arturo. (2005), "Other anthropologies and anthropology otherwise: steps to a world anthropology network". **Critique of Anthropology**, 25 (2): 99-128.
- RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. (2010), **Inflexión Decolonial: Fuentes, Conceptos y Questionamentos**. Colombia, Editorial Universidad del Cauca.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2005), **Post-imperialism: A Latin American Cosmopolitics**. Brasília. Disponível em <http://www.academia.edu/4497219/Postimperialism._A_Latin_American_Cosmopolitics>. Acessado em março de 2014
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia. (2010), **Ch'ixinakax Utxiwa: Una Reflexión sobre Prácticas y Discursos Descolonizadores**. Buenos Aires, Tinta Limón.
- RUTHERFORD, Jonathan. O terceiro espaço. Uma entrevista com Homi Bhabha, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**.
- SAID, Edward. ([1978] 2001), **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo, Cia. das Letras.
- SAID, Edward. **Representing the Colonized: Anthropology's Interlocutors**. *Critical Inquiry*, v. 15, p. 205-225, 1989
- SAID, Edward. (2005), **Representações do Intelectual**. As Conferências de Reith de 1993. São Paulo, Companhia das Letras.
- SAID, E. W. 1986. "Foucault and the Imagination of Power". In: D. C. Hoy (org.), **Foucault: A Critical Reader**. New York: Backwell. pp. 149-156.
- SAID, Edward. (1993), **Culture and imperialism**. Londres, Chatto & Windus.
- SAID, Edward. 1984. "Permission to narrate". **Journal of Palestine Studies**, 13(3):27-48. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2536688>. Acesso em: 02/05/2014.
- SAID, Edward. 2003. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Companhia das Letras
- SAID, Edward. 1980. **The Question of Palestina**. New York: Vintage Books.
- SAID, Edward. 1997. **Covering Islam**. New York: Vintage Books.
- SANTOS, B. de S. Between Prospero and Caliban: colonialism, postcolonialism, and inter-identity. **Luso-Brazilian Review**, v. 39, n. 2, p. 9-43, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2004), “**Do pós- moderno ao pós-colonial e para além de um e outro**”. Coimbra, Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso- Afro- Brasileiro de Ciências Sociais.

SARDAR, Ziauddin. **Postmodernism and the Other: The New Imperialism of Western Culture**. London: Pluto Press, 1998.

SHARMA, A.; GUPTA, A. Rethinking theories of the state in the age of globalization. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. **The anthropology of the state: a reader**. Oxford: Blackwell, 2006. p. 1-41.

SHOHAT, Ella. (1992), “Notes on ‘post-colonial’”. **Social Text**, 31-32: 99-113.

SLATER, David. (2007), “Imperial Power and Democratic Imaginations”. **Revista Sociedad y Economía**, no 12, pp. 60-78.

SLATER, David. (2010), “The Imperial Present and the Geopolitics of Power”. Geopolítica(s), **Revista de Estudos sobre Espaço y Poder**, vol. 1, no 2, pp. 191-205.

SLATER, David. (2011), “Latin America and the Challenge to Imperial Reason: A Comentary on Arturo Escobar’s Paper”. **Cultural Studies**, vol. 25, no 3, pp. 450-458.

SLATER, David. (2014), “Intervenciones y la Geopolítica de lo Imperial”. **Geopolítica(s), Revista de Estudos sobre Espaço y Poder**, vol. 5, no 1, pp. 35-62.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1994) Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, P. & CHRISMAN, L. (orgs.). **Colonial discourse and post-colonial theory**. A reader. New York, Harvester/Wheatsheaf, p. 66-111.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (1996) Subaltern talk. In: LANDRY & MACLEAN (orgs.). **The Spivak reader**. New York/London, Routledge, p. 287-308

SPIVAK, Gayatri. (1988), “Subaltern studies: de-constructing historiography”, in R. Guha e G. Spivak (orgs.), **Selected subaltern studies**, Oxford, Oxford University Press.

SPIVAK, Gayatri. Practical Politics and the Open End. In: **THE POST- Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues**. New York: Routledge, 1990.

SPIVAK, Gayatri. Scattered Speculations on the Question of Cultural Studies. In: **Outside in the Teaching Machine**. London: Routledge, 1993b. p. 255-284.

SPIVAK, Gayatri. **A Critique of Postcolonial Reason**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

- STOCKING, George W. (1982), "Afterword: a view from the center". **Ethnos**, 47 (1): 173-186
- STOCKING, George W. (1991), **Colonial situations**: essays on the contextualization of ethnographic knowledge. Madison, University of Wisconsin Press.
- STOLER, Ann Laura. (2010), **Carnal knowledge and imperial power**: race and the intimate in colonial rule. Oakland, University of California Press.
- SUÁREZ-KRABBE, Julia. (2012), "Pasar por Quijano, Salvar a Foucault. Protección de Identidades Blancas y Decolonización". **Tabula Rasa**, no 16, pp. 39-57.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. (1997), "Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia". **Modern Asian Studies**, vol.31, no 3, pp. 735-762
- SYLVESTER, Christine. (2006), "Bare Life as a Development/Postcolonial Problematic". *The Geographical Journal*, vol. 172, no 1, pp. 66-77.
- VAN DER VEER, Peter. (2001), **Imperial Encounters**. Religion and Modernity in India and Britain. Princeton, Princeton University Press.
- WALSH, Catherine (org.). (2005), **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito, Abya-Yala.
- WALSH, Catherine. (2010), "Development as buen vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements". **Development**, 53 (1): 15-21
- WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya & CASTRO- GÓMEZ, Santiago (orgs.), (2001), **Indisciplinar las ciencias sociales – geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder**: perspectivas desde lo andino. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala.
- WALSH, Catherine. (2008), "Interculturalidad, Plurinacionalidad y Decolonialidad: Las Insurgencias Político-epistémicas de Refundar el Estado". **Tabula Rasa**, no 9.
- WILLIAMS, P. e CHRISMAN, L. 1994. "Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: An Introduction". In: **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader**. New York: Columbia University Press. pp. 1-20.

ANEXO 3 - Usos encontrados da bibliografia pós-colonial

Usos teóricos

Proposta de agenda: quando algum autor ou discussão crítica pós-colonial é convertida em agenda de pesquisa, como uma nova proposta de pensamento e nova forma de colocação de problemas. pós-colonial em sua positividade;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 12 artigos

Construção do objeto de pesquisa: quando a construção do objeto de pesquisa se dá explicitamente por meio da composição de categorias e conceitos associados aos estudos pós-coloniais;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 12 artigos

Fonte de reflexividade disciplinar/ Fonte de discussão epistemológica: quando o autor usa alguma discussão pós-colonial para discutir as premissas teóricas e cognitivas de outros campos de saber;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 13 artigos

Marcação de internalidade: quando o autor discute conceitos de outros autores pós-coloniais, se relacionando com eles como pares; ou quando discute a historicidade dos conceitos e temas pós-coloniais ou ainda quando apresenta uma narrativa construída a partir de uma perspectiva ou marcadores pós-coloniais para situar sua própria pesquisa;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 6 artigos

Interlocução: quando o autor do artigo debate diretamente com as ideias de algum autor pós-colonial;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 9 artigos

Pós-colonial como objeto/tema: os próprios estudos pós-coloniais ou algum autor do campo são tomados como tema;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 7 artigos;

Movimento de elaboração de uma perspectiva pós-colonial brasileira: Algum obra ou tema da história intelectual brasileira é recuperado como um subsídio possível para discussão pós-colonial; ou as particularidades intelectuais, sociais e políticas brasileiras são acionadas para repensar o pós-colonialismo;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 5 artigos;

Revisão teórica, revisão da literatura: a obra de algum autor ou alguma linhagem de pensamento é reinterpretada pela ótica pós-colonial;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 2 artigos

Advertência crítica: quando o autor usa o conteúdo crítico pós-colonial para dar uma espécie de freio em algum projeto científico, ou ao uso indiscriminado de alguns conceitos e categorias. Uso restrito a uma negatividade;

- Uso acessório;
- Encontrado em 11 artigos

Contribuição teórica: algum ponto de uma obra pós-colonial é usado como contribuição teórica para um campo de conhecimento, mas sem necessariamente implicar uma grande reflexão ou revisão;

- Uso acessório;
- Encontrado em 22 artigos

Influência generalizada: quando a linguagem, o estilo de construção de objeto ou do argumento denunciam uma influência dos estudos pós-coloniais, ainda que eles não estejam citados;

- Uso acessório;
- Encontrado em 6 artigos

Suporte argumentativo: algum ponto de uma obra pós-colonial é usado como contribuição complementar a uma discussão teórica construída sobre outras referências;

- Uso periférico;
- Encontrado em 18 artigos

Usos empíricos

Premissa: quando o autor parte automaticamente de algum conceito ou problemática pós-colonial para desenvolver sua pesquisa e comprovar empiricamente algum ponto presente no referencial teórico;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 5 artigos

Ferramenta analítica: Uso dos conceitos e modelos como ferramenta de análise de um objeto empírico;

- Uso acessório;
- Encontrado em 22 artigos

Recurso interpretativo

- Uso acessório;
- Encontrado em 1 artigo

Metodologia: a metodologia de algum trabalho pós-colonial serve como inspiração para o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa

- Uso acessório;
- Encontrado em 1 artigo

Comparação: quando se postula uma comparação ou equivalência entre alguma situação empírica estudada e discutida em alguma obra pós-colonial e a uma situação empírica no Brasil;

- Uso acessório;
- Encontrado em 3 artigos

Crítica Social/Cultural

- Uso acessório;
- Encontrado em 4 artigos

Usos temporais

Reconstrução histórica: quando o colonialismo e seus eventos subsequentes assumem lugar privilegiado como marcadores em uma narrativa histórica esboçada pelo autor;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 7 artigos

Caracterização do tempo presente: a contemporaneidade é definida pela pós-colonialidade;

- Uso estruturante;
- Encontrado em 1 artigo

Marcação de temporalidade: sinalização de algum momento histórico como pós-colonial, sem maiores implicações analíticas

- Uso acessório;
- Encontrado em 11 artigos

Usos sortidos

Colonização como metáfora: a situação colonial serve de metáfora ou analogia para outra situação empírica;

- Uso periférico;
- Encontrado em 1 artigo

Influência indireta:

- Uso periférico;
- Encontrado em 3 artigos

Demonstração de conhecimento: quando o autor demonstra o conhecimento de alguma crítica pós-colonial para deixar claro que não está incorrendo na prática ou no “campo” inimigo do orientalismo ou do desrespeito ao lugar de fala, etc;

- Uso periférico;
- Encontrado em 10 artigos

Nota de rodapé

- Uso periférico;
- Encontrado em 9 artigos